

**Alícia Duhá Lose
Lívia Borges Souza Magalhães
Carla Carolina Ferreira Gomes Querino
Elían Conceição Luz
Tatiana Élid dos Santos Nascimento
(Organizadores)**

pesquisando ACERVOS



Alicia Duhá Lose
Livia Borges Souza Magalhães
Carla Carolina Ferreira Gomes Querino
Elian Conceição Luz
Tatiana Élid dos Santos Nascimento
(Organizadores)

PESQUISANDO ACERVOS

Volume 1

Salvador



2020



Memória e Arte

Diretora

Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni

Conselho Editorial

Maria da Glória Bordini (UFRGS)

Célia Marques Telles (UFBA)

Isabel Lousada (Univ. Nova de Lisboa)

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP)

Fabiano Cataldo de Azevedo (UNIRIO)

Alicia Duhá Lose (UFBA)

Jorge Augusto Alves Lima (UESB)

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo (UFS)

Travessa da Ajuda, N°40

Ed. Martins Catharino, sala 1301

Salvador - Bahia - Brasil

CEP: 40020-030

<https://www.memoriaarte.com.br/>

REALIZAÇÃO

MEMÓRIA EM PAPEL



GRUPO DE ESTUDOS PALEOGRÁFICOS E FILOLÓGICOS

PPGLinC

Programa de Pós- Graduação
em Língua e Cultura



Sistema
Universitário
de Bibliotecas
UFBA



APOIO



FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral: Alícia Duhá Lose e Livia Borges Souza Magalhães

Projeto Gráfico e Diagramação: Alícia Duhá Lose e Livia Borges Souza Magalhães

Organização: Alícia Duhá Lose, Livia Borges Souza Magalhães, Carla Carolina Ferreira Gomes Querino, Elian Conceição Luz, Tatiana Élid dos Santos Nascimento

Autores: Alícia Duhá Lose, Fabiano Cataldo de Azevedo, Ivana Bittencourt S. Sanseverino, Libânia da Silva Santos, Livia Borges Souza Magalhães, Mabel Meira Mota, Maria Alice Ribeiro, Maria Helena Ochi Flexor, Risonete Batista de Souza, Thiago Sarmiento Correio, Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni.

Este livro é uma realização do Grupo de Pesquisa Memória em Papel Philologica (CNPq-UFBA), do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da UFBA, do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFBA e contou com o apoio do Memória & Arte e do Grupo de Pesquisa Nova Studia Philologica (CNPq-UFBA).

Ficha catalográfica: Letícia Oliveira de Araújo CRB5/1836

P474 Pesquisando acervos / organizadoras, Alícia Duhá Lose ... [et al.].
Salvador : Memória & Arte, 2020.
v. 1.

ISBN: 978-85-69960-14-0

1. Acervos documentais - Pesquisa. 2. Documentos – Memória. I. Lose, Alícia Duhá. II. Título.

CDD 025 – 21. ed.

Eram onze e quinze. Ao som do tique-taque do relógio, partículas de poeira dançavam ao sol, e Roland meditava sobre a busca do saber, cansativa, fascinante, infinita. Ali estava, a reconstruir as leituras de um homem já morto, medindo o tempo de seu trabalho pelo relógio da biblioteca e pelas leves contrações de seu estômago. (Não há café na Biblioteca de Londres.) Ele teria de mostrar todo esse tesouro recém-descoberto a Blackadder, que ficaria ao mesmo tempo entusiasmado e mal-humorado, mas assim mesmo satisfeito de saber que aqueles papéis estavam no Cofre nº5 e não na Universidade Robert Dale Owen, em Harmony City, como tantas outras coisas que haviam ido parar lá. Desagradava-lhe a idéia de comunicar sua descoberta a Blackadder. Dava-lhe prazer ser o único a saber. Prosérpina estava entre as páginas 288 e 289. Depois da página 300 vinham duas folhas inteiras dobradas. Roland abriu-as com cuidado. Eram cartas, escritas com a letra mais caprichada de Ash; em ambas aparecia o endereço de Great Russel Street, e em ambas a data era a mesma: 21 de junho. Não aparecia o ano. Ambas começavam com "Prezada senhora", e nenhuma das duas estava assinada. Uma era bem mais curta que a outra.

[...]

Releu as cartas. Teriam aqueles rascunhos resultado numa carta que fora posta no correio? Ou fora o impulso contido? Ou rejeitado? O próprio Roland foi movido por um impulso estranho, um tanto incomum. Sentiu, de repente, que era impossível recolocar aquelas palavras tão palpitantes na página 300 do Vico e devolvê-las ao Cofre nº 5. Olhou a sua volta: ninguém estava olhando. Enfiou as cartas entre as páginas de seu exemplar da Obra seleta de Ash, edição Oxford, que sempre o acompanhava. Depois voltou às anotações marginais, copiando as mais interessantes metodicamente em suas fichas, até que a campainha soou no alto da escada, anunciando o final da hora de estudos. Havia esquecido de almoçar. (A. S. BYATT)

APRESENTAÇÃO

Os acervos documentais, sejam eles de carácter pessoal ou público, são mais do que como apenas *fonte de informação*. São lugares de memória que requerem um olhar atento para desvelar dados preciosos que se conservam em cada material, identificando a singularidade que os torna únicos, valiosos e insubstituíveis.

Cabe aos pesquisadores treinarem o olhar, capacitarem-se para ver além, munindo-se de práticas e teorias embasadas em inúmeras áreas de estudo, o que requer conhecer, em absoluto, os acervos pesquisados. Melhor ainda seria conhecer os mais diversos acervos, como se constituíram, quais suas preciosidades e que pesquisas são – ou foram – desenvolvidas neles – ou a partir deles.

Dentro dessa perspectiva, o que deveria ser apenas uma disciplina optativa do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA), transformou-se em um ciclo de aulas-abertas ao público, com pesquisadores de diversas áreas, que tinham em comum a experiência de anos de pesquisa em acervos *especiais*. Os textos-base dessas palestras foram transformados em capítulos que, agora, compõem este livro.

A proposta inicial da disciplina *Acervos Documentais*, ofertada pela Profa. Dra. Alícia Duhá Lose, no semestre 2019.1, era discutir teoricamente a importância dos acervos (documentais) para pesquisas em Língua e Cultura e pensar como se desenvolviam pesquisas com os mais diversos acervos. No segundo momento, seriam feitas visitas-guiadas a acervos variados da capital baiana.

Decorrida a parte inicial da disciplina, a primeira visita realizada com a turma foi ao *Lugares de Memória* da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que ocupa o segundo andar da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa¹ e engloba dois setores: *Estudos Baianos* e *Memória da UFBA*. A riqueza do acervo encanta qualquer pesquisador e, além disso, a equipe multidisciplinar do setor demonstra profunda dedicação e empenho na salvaguarda do conjunto documental. Durante essa visita, os rumos da disciplina mudaram: ao comentar com os profissionais do *Lugares de Memória* o cronograma de atividades pensado para os alunos da disciplina, ponderou-se a ideia de usar o espaço da Biblioteca para convidar a comunidade externa a viver a experiência de, junto com a turma, analisar a importância dos acervos e, assim nasceu o **Pesquisando Acervos**: um ciclo de aulas-abertas ao público, ministradas por um rol seleto de convidados (na verdade, colegas e amigos, pesquisadores das áreas de Letras, História, Arquivologia, Biblioteconomia, Música², Conservação e Restauro com os quais falamos de acervos de memória literária, universitária, editorial, teatral, histórica, musical e de dança) para um público – que foi eclético, variado e assíduo. Juntos embarcamos nessa viagem, que agora, se materializa neste livro, resultado das experiências compartilhadas nos agradáveis encontros semanais das sextas-feiras pela manhã.

O primeiro texto, da Profa. Dra. Alícia Duhá Lose, apresenta um **acervo de memória literária**. O texto intitula-se “Revisitando o meu acervo: um retorno (ou uma releitura) sobre a pesquisa no acervo do poeta baiano Arthur de Salles”. Este acervo foi estudado durante o mestrado e o doutorado da pesquisadora, ambos realizados no então Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, e o cruzamento de informações extraídas de diversos materiais do acervo possibilitaram um novo olhar

¹ A Biblioteca Universitário Reitor Macedo Costa está situada no Campus de Ondina, da Universidade Federal da Bahia, a poucos metros do Instituto de Letras, da Faculdade de Comunicação e do Instituto de Biologia. É informalmente chamada Biblioteca “Central” da UFBA.

² O Prof. Dr. Pablo Sotuyo Blanco (EMUS/UFBA/ADHOM) foi um dos convidados e nos brindou com uma excelente aula que recebeu o título de “Documentos e informação: entre a musicografia e a música”, na qual falou sobre música, musicografia e a constituição de acervos musicais. Infelizmente, por motivos de força maior, esse texto não pode fazer parte deste livro.

sobre o escritor, sua obra e sua época. Mais de 15 anos passados, essas pesquisas foram revisitadas sob o prisma da maturidade e da experiência.

O segundo texto, do Prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo, trata de um **acervo de memória editorial**. O texto, intitulado o “Paradigma indiciário e a Hemeroteca Brasileira como método e instrumento de pesquisa”, revelou o processo de construção da sua tese de doutorado dedicada à história da editora Zahar e de seus fundadores a partir de informações extraídas de diversos acervos e fontes. Seu trabalho, por meio do paradigma indiciário, possibilitou reconstruir um importante capítulo da produção de livros acadêmicos no Brasil.

O terceiro texto, da Profa. Dra. Risonete Batista de Souza, versa sobre um **acervo de memória universitária**. O texto, intitulado “Construindo Pesquisa em acervos acadêmicos”, traz as primeiras notícias de um projeto que começa a ser executado. Com anos de experiência docente e de gestão universitária e, portanto, conhecedora da história do Instituto de Letras da UFBA, a pesquisadora teve a sensibilidade de identificar a importância dos documentos que integram o seu arquivo. O projeto tem por objetivo reunir um acervo ainda muito disperso e construir, a partir dele, um espaço de memória que preserve os documentos que possibilitam conhecer o Instituto de Letras, seus membros e sua história. A pesquisadora, consciente da ação de preservar os documentos do passado e do presente, compartilha os desafios e riquezas que se conservam na documentação universitária.

O quarto texto, da bibliotecária Maria Alice Ribeiro e do historiador Thiago Sarmento, aborda também **acervos de memória universitária como Lugar de Memória**. Capazes de compreender a importância dos acervos reunidos sob este conceito, dedicam-se à preservação e ao acesso a eles como uma forma de defesa da identidade institucional, regional e nacional. Mais do que uma reunião de acervos, o espaço é um local de fomento ao conhecimento e à formação cultural.

O quinto texto, da Profa. Dra. Mabel Mota e da Profa. Ms. Ivana Severino, intitula-se “Acervos teatrais e acervos de dança: a visão do arquivista e a visão do pesquisador”. Nele, as pesquisadoras e arquivistas compartilham as suas experiências com **acervo de memória teatral** e **acervo de memória de dança**. O texto explicita as particularidades que envolvem os estudos de acervos tão singulares, destacando sua importância na constituição social, política e histórica do país.

O sexto texto, da Profa. historiadora Libânia da Silva Santos, apresenta suas experiências de pesquisa e gestão em um **acervo histórico**. No texto intitulado “O Arquivo Público do Estado da Bahia: pesquisando a história”, compartilha sua experiência de historiadora que atuou em diversas atividades e funções na instituição, mas, em especial, apresenta o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) como um espaço riquíssimo de pesquisa para história da Bahia e do Brasil. Assim, por meio do seu olhar, é possível reconhecer a grandeza da documentação custodiada pelo APEB, bem como compreender a sua organização, tanto dos documentos privados – a exemplo das coleções pessoais de personalidades baianas –, quanto dos públicos, em especial, dos que integram os setores do Legislativo e Alfandegário, assim como da Seção de Arquivos Colonial/Provincial.

O sétimo texto é da Profa. Dra. Vanilda Salignac Mazzoni. Pesquisadora de acervos especiais e restauradora, dedica-se ao estudo e à preservação de acervos documentais e librários. Em seu texto, intitulado “Estudo e pesquisa em acervos documentais: quando o acervo não está instituído e quando não está inventariado – dificuldades e facilidades”, compartilha diversas experiências de pesquisa, levantamento, estudo e recuperação de **acervos de memória literária, histórica, eclesiástica, institucional**, alertando para a necessidade da preservação do patrimônio em papel.

O oitavo texto é da Profa. Dra. Maria Helena Flexor, historiadora e paleógrafa. Nele, a pesquisadora nos empresta um pouco da sua experiência em “Fazer História usando manuscritos” para

alertar sobre a importância do uso das fontes primárias e das pesquisas em **acervos históricos**. O texto, que tem o subtítulo “as vilas pombalinas do século XVIII”, apresenta o percurso do levantamento de fontes documentais para uma leitura histórica da formação e evolução das vilas pombalinas no Brasil.

O nono e último texto é da Profa. Dra. Livia Borges Souza Magalhães que se dedicou, desde a graduação, a pensar o “Uso da tecnologia no desenvolvimento de pesquisas em acervo”, tanto no processo de informatização da gestão documental e digitalização dos documentos quanto no desenvolvimento de edições digitais. A partir da sua trajetória apresentada no texto, é possível visualizar o uso de tecnologias computacionais na preservação digital, em especial de acervos situados na Cidade do Salvador. Assim, na perspectiva das **Humanidades digitais**, a pesquisadora ilustra a importância de traçar estratégias dentro dos estudos filológicos direcionados para acervos documentais.

Este livro é, portanto, um convite que fazemos aos estudiosos de acervos especiais, aos interessados em estudos de Patrimônio e de Memória e aos demais interessandos para conhecer as experiências desses pesquisadores e os acervos aqui apresentados, ampliando, ainda mais, o alcance deste conhecimento. Assim, convidamos a você, leitor, a viajar conosco **pesquisando acervos...**

Os organizadores

SUMÁRIO

REVISITANDO O MEU ACERVO: UM RETORNO (OU UMA RELEITURA) SOBRE A PESQUISA NO ACERVO DO POETA BAIANO ARTHUR DE SALLES

Alicia Duhá Lose 10

ZAHAR EDITORES: A RECONSTRUÇÃO DO SEU CATÁLOGO DE 1957 A 1970

Fabiano Cataldo de Azevedo 39

O ARQUIVO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFBA: UMA TENTATIVA DE RESGATE DA HISTÓRIA

Risonete Batista de Souza..... 74

“LUGARES DE MEMÓRIA” DA UFBA: ESPAÇO DE CULTURA, HISTÓRIA E PESQUISA ACADÊMICA

Maria Alice Santos Ribeiro e Thiago Sarmento Correia 83

ACERVOS DO TEATRO E DA DANÇA: PESQUISA E ORGANIZAÇÃO

Mabel Meira Mota e Ivana Bittencourt S. Severino..... 103

O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA: PESQUISA E HISTÓRIA

Libânia da Silva Santos 121

ESTUDOS E PESQUISAS EM ACERVOS DOCUMENTAIS: QUANDO O ACERVO NÃO ESTÁ INSTITUÍDO E QUANDO NÃO ESTÁ INVENTARIADO – DIFICULDADES E FACILIDADES

Vanilda Salignac Mazzoni..... 130

FAZER HISTÓRIA USANDO MANUSCRITOS: AS VILAS POMBALINAS DO SÉCULO XVIII

Maria Helena Ochi Flexor..... 151

USO DA TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM ACERVOS

Livia Borges Souza Magalhães..... 161

SOBRE OS AUTORES..... 175

REVISITANDO O MEU ACERVO: UM RETORNO (OU UMA RELEITURA) SOBRE A PESQUISA NO ACERVO DO POETA BAIANO ARTHUR DE SALLES

Alicia Duhá Lose

UMA PRÉ-INTRODUÇÃO

Como o título deste texto deixa transparecer, ele representa a oportunidade de um retorno a uma pesquisa há muito realizada. Este novo olhar, embora mais maduro e experiente, em quase nada divergente do anterior sobre uma série de reflexões lançadas sobre o papel (na verdade, nascidas em arquivos de editor de texto de computador) há cerca de 16 anos.¹

Há época da primeira escrita deste texto, a então doutoranda já contava com uma experiência de quase uma década de contato com acervos literários. Essa experiência, que se tornaria uma paixão e um ofício, iniciou em pesquisas em nível de Iniciação Científica, no Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, sob a orientação da Profa. Dra. Maria da Glória Bordini (1995), e continuou durante o mestrado e o doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, sob a orientação da Profa. Dra. Célia Marques Telles.

Assim sendo, as reflexões aqui presentes são resultado de leituras e discussões realizadas, de disciplinas cursadas e de orientações recebidas ao longo dessas três etapas da minha vida acadêmica (iniciação científica, mestrado e doutorado) agora revistas e repensadas do alto dos meus 25 anos de experiências de pesquisas em acervos (literários, históricos, eclesiásticos, militares, institucionais, particulares...). Portanto, este texto aqui presente já existia, em partes e em versões anteriores, na minha tese e no meu artigo aqui referido.

UMA INTRODUÇÃO: DO QUE SE FALA

É preciso explicitar, primeiramente, que vamos tratar do que denominaríamos, *a priori* de um Acervo Literário e é dentro desse universo que falaremos de uma reunião de documentos relativos ou pertencentes a um poeta simbolista/parnasiano baiano, Arthur de Salles. Trabalhar com acervos, literários ou não, demanda, necessariamente, um enfoque multidisciplinar que vai além da arquivologia (BORDINI, 1995), da organização, da classificação. No caso de acervos literários, os manuscritos de um autor, assim como os documentos que dão testemunho da gênese de sua obra e dos episódios de sua vida, exigem do pesquisador um tratamento diferenciado, eclético, amplo, erudito.

Desta forma, o trabalho com acervos faz-se a partir de um conjunto de investigações que perpassam necessariamente diversas áreas e os mais variados assuntos, por isso é comum dizer que a um acervo interessa “tudo”, e interessa mais ainda o uso que faremos desse “tudo”, no todo ou em partes,

¹ Em 2004 defendia a minha tese de doutorado e, no mesmo ano, publicava o artigo “Arquivo: a morada da censura” na Revista **Inventário**, ambos aqui retomados.

pois, segundo Compagnon (1999, p. 65) “do ponto de vista da apreensão do ato de consciência que representa a escritura como expressão de um querer-dizer, qualquer documento – uma carta, uma nota – pode ser tão importante quanto um poema ou um romance.”

Acervo e **Arquivo** são termos que, até certa medida, poderiam ser usados indistintamente, entendendo-se ambos como sinônimos, embora possamos pensar em **Acervo** como um conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma instituição, de uma nação, sendo, portanto, o conteúdo de uma coleção privada ou pública que pode ser de caráter variado – bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto. **Arquivo**, por sua vez, pode ser definido como um conjunto de documentos – de variados tipos e suportes – criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantém, ou deveria manter, ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades. **Arquivos** também são chamadas as entidades mantenedoras de **arquivos**, ou seja, mantenedoras desse conjunto de documentos.

Pensando em termos patrimoniais mais amplos, os **pesquisadores de acervos** se ocupam tanto de **arquivos** quanto de **acervos**, pois, para nós, um **acervo** pode abarcar um **arquivo** (o conjunto de seus documentos, manuscritos, datiloscritos, provas e impressos), uma biblioteca, um conjunto de objetos (ao **acervo** de diversos escritores, por exemplo, pertence todo o seu mobiliário e equipamentos de escrita – escrivaninha, cadeira, máquina de escrever, canetas, tinteiros –, além de objetos pessoais – óculos, chapéu, camisas, etc.).

“Mal d’**archive**”, termo cunhado por Jacques Derrida em seu livro homônimo – que foi traduzido para o Brasil como “Mal de **arquivo**” (2001) já que na língua francesa também há quase uma ambiguidade entre os dois termos – explica aquilo que o psicanalista Sigmund Freud denominou de pulsão de morte e caracteriza a perturbação que sentem aqueles que se envolvem nesta trama arquivística:

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (en mal d’archive). Escutando o idioma francês e nele, o atributo “en mal de”, estar com mal de arquivo, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome “mal” poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal-de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está com mal de arquivo (DERRIDA, 2001, p. 118-119).

Quem trabalha, portanto, com **arquivo/acervo** sofre do “mal de **arquivo**” porque ao classificar, selecionar, organizar, escolher este ou aquele documento para ser visto sob um determinado aspecto, já está impondo o seu ponto de vista, fazendo os seus recortes, suas censuras, recalcando informações de forma subjetiva e quase inconsciente.

O AUTOR E SUAS CENSURAS

Acervo, como dissemos há pouco, pode ser definido como uma reunião, uma organização, um ajuntamento de elementos. E, em se tratando de acervos de escritores e intelectuais, estamos falando de acervos de uma certa forma conscientes, nos quais os elementos são agrupados com um determinado propósito. Digo *consciente* porque, mesmo que o autor não imagine o seu acervo como sendo objeto de

análise por terceiros, ele próprio guarda, armazena, agrupa, organiza seu espólio, tendo com o produto do seu trabalho uma relação paternal, atitude da qual depende a constituição de todo e qualquer acervo (DERRIDA, 2001), pois, o “arquivo[/acervo] sempre foi um penhor, e como todo o penhor, um penhor de futuro” (DERRIDA, 2001, p. 31). Investindo nesse futuro, de forma consciente ou não, para si ou para o outro, todo escritor se arquiva.

Sendo assim, poderíamos pensar no acervo como algo que correspondesse a algum conjunto de semelhanças, porém, cada acervo, sendo, como veremos mais tarde, um elemento com vida própria, tem suas características e peculiaridades, pois acervo é memória e memória é um organismo vivo e, portanto, mutável, consciente ou inconscientemente. Desta forma, cada acervo tomará uma feição diferente a depender de quem o conserva (reserva, guarda, separa) e de como essa conservação é feita, pois “a estrutura técnica do arquivo arquivante determina também a estrutura do conteúdo arquivado, em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivo tanto produz quanto registra o evento.” (DERRIDA, 2001, p. 29).

Há acervos organizados pelos próprios autores ao longo de suas vidas e neles o próprio escritor é, ao mesmo tempo, o arquivando e o arquivado, selecionando e recalçando, dando à luz e dissimulando, num jogo de mostra-esconde, fazendo do seu acervo o lugar do dito e do não dito, da voz e do silêncio, do manuscrito e do palimpsesto. É óbvio que aquele que cria para o outro dizendo a si mesmo que cria para si, pela necessidade de colocar para fora a pulsão do criar que é maior do que ele mesmo, sofre de forma extrema do “mal de arquivo”, da pulsão de morte, e trabalhando contra o próprio acervo tende à destruí-lo ou a disfarçá-lo, mascará-lo, maquiá-lo. É o acervo trabalhando contra si mesmo, deixando registrados não os traços da memória, mas registros que por si já são traços de outras memórias.

O escritor, portanto, de forma quase pueril, acredita poder preservar para a posteridade apenas o melhor de si, da sua imagem. No entanto, mesmo que seu intento seja expor apenas o seu perfil mais fotogênico, sempre haverá um “rato de arquivo” para descobrir e desvelar o que estava escondido, dissimuladamente, presente nas ausências.

Organizando os seus passos, tentando apagar as suas pistas, o autor deixa outras, que fazem o pesquisador (ou seja lá o nome que receba esta personalidade invasiva que dedica sua vida à pesquisa sobre a vida e a obra de outrem) percorrer outros caminhos, por vezes mais longos, por vezes equivocados, mas que certamente, o farão chegar lá, naquele sótão escuro onde o escritor colocou boa parte dos seus silêncios, apagamentos e recalques.

Há outros escritores que ainda em vida delegam a terceiros o poder de organização e administração de seus acervos, mesmo que de forma (sempre) parcial, diga-se de passagem. Falo em parcial porque sempre haverá, antes da cessão dos materiais deste pré-acervo, que já é, de uma certa forma, um acervo, uma seleção prévia do arquivável, portanto, os elementos que entram nesta categoria já são a sobra do que foi recalçado.

Há também acervos organizados *post-mortem* e cuja custódia, tutoria ou curadoria está a cargo de determinadas instituições, pelas quais passarão inúmeros funcionários e pesquisadores e cuja organização nunca chegará a tomar uma feição definitiva, se é que podemos almejar qualquer coisa de definitivo em organismos tão vivos quanto os acervos. Neste caso, o recalçamento prévio ou a censura (que sempre vai existir) fica a cargo da família ou dos herdeiros, sendo, desta forma, uma segunda censura, pois o próprio autor de forma (in)consciente já fez as suas (muitas) seleções: entre o papel que vai para a gaveta e o que vai para a lixeira; entre o que ficará na parte de baixo da pilha de papéis e será “esquecido” e o que ficará por cima e será retomado logo a seguir; entre o que será publicado ou enviado a um amigo e o que ainda precisa ser burilado (e talvez nunca chegue a ser)...

Portanto, estaremos tratando sempre de uma *arconstituição*. Este neologismo, a princípio estranho, une em si dois elementos indissociáveis. O acervo (literário, neste recorte específico de que trato) é sempre uma instituição, e como tal, possui os seus comandantes, os seus responsáveis. Estes céberos por traz da configuração de um acervo podem tomar feições variadas: podem ser o próprio autor, a sua família, os seus herdeiros de qualquer instância, pesquisadores, institutos de cultura, de ensino, de pesquisa, governo, etc. A todos estes guardiões, Derrida (2001) chama de Arcontes, termo que na antiga civilização grega designava os magistrados superiores que detinham o poder político de fazer e representar as leis, a autoridade publicamente reconhecida, que interpretava os documentos oficiais sob a sua jurisdição.

Segundo Derrida (2001), para ser arquivo/acervo, não basta estar depositado em um lugar, sobre um suporte, à disposição de uma autoridade. Para ser arquivo/acervo é preciso o poder arcôntico de unificação, identificação e classificação. O poder, portanto, de consignação: o poder de consignar, de designar uma “residência”, confiar, pôr em reserva, em um lugar e sobre um suporte, reunindo os signos; coordenar em um único *corpus*, sistema ou sincronia todos os elementos que se articulam em uma unidade. Em um arquivo/acervo não deve haver dissociação ou heterogeneidade. Assim como não há memória sem suporte, também não há arquivo/acervo sem arconte e sem recalques. Portanto, não há arquivo/acervo sem mal d’archive.

Todo o acervo é a casa dos fantasmas. Sempre haverá um, ou vários, a espreitar o tempo todo, a povoar as prateleiras e gavetas, papéis e objetos, dialogando com o pesquisador ou qualquer um que ousar andar por entre as suas colônias de fungos, seus ácaros, brocas, cupins, ratos... O acervo é um cemitério! Tão movimentado, cheio de vidas e memórias quanto aquele de que nos fala Erico Verissimo em *Incidente em Antares* (VERISSIMO, 1994), é uma necrópole... Nele se depositam as marcas, as provas, os restos de toda uma vida... ou de várias. Estes restos, no entanto, não são sobras, são resultados e não terão o seu sossego eterno garantido; serão visitados e chorados constantemente, louvados e execrados, e, depois de um certo tempo, serão removidos, remexidos pelos coveiros para ocuparem outro lugar e irem mudando de feição à medida em que o tempo passa e a cada vez que se olha para eles – pois quanto maior o distanciamento em tempo e grau de parentesco (ligação afetiva, emocional), maior a isenção em relação ao olhar sobre o acervo – até o corpo virar esqueleto, que virará ossada, que virará pó... E as gerações seguintes verão esses restos por outro prisma, e os espíritos virarão espectros que povoarão a história enquanto houver memória para lembrar.

Mas antes da vida virar memória, todo cadáver é preparado para o próprio momento de passagem. Na nossa civilização, são postas nele suas melhores roupas, o cabelo ganha arrumação cuidadosa, alguns passam por uma esmerada sessão de maquiagem... Da mesma forma acontece com o acervo que é arrumado, maquiado, mascarado para ganhar a melhor feição na hora em que todos os olhares estarão voltados para ele.

Assim como “Não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade; não há arquivo sem exterior” (DERRIDA, 2001, p. 22), também não há arquivo/acervo sem suporte, sem interpretação, sem decodificação do que nele está contido, mas a pesquisa de acervo não é uma pesquisa de origem. É, antes de mais nada, uma exumação, uma escavação arqueológica, um trabalho de diálogo entre objetos, fatos, indícios e memórias. Os pesquisadores de acervos não são coveiros que enterram e desenterram cadáveres; são médicos legistas que olham e analisam. Não são pedreiros que cavam as fundações para um prédio; são arqueólogos que, ao verem uma camada do solo, inferem o que está a seguir e no entorno.

Um acervo é um organismo vivo que fica em estado de inércia até que alguém vá até ele e se aproprie (no melhor dos sentidos) das informações que lá estão contidas, estejam elas explícitas ou implícitas. O acervo, portanto, volta à vida, saindo do seu estado de latência no momento em que é observado, analisado, pesquisado. Essa pesquisa pode percorrer os mais variados caminhos, a depender dos objetivos do pesquisador (*sensu lato*), podendo ainda mudar de rumos a depender do que seja desvelado primeiro, a depender da forma como o acervo decidir se mostrar. E é este jogo de mostra-esconde dos acervos que fascina e instiga o pesquisador, que sofrendo do “mal d’archive”, é incitado a ir cada vez mais fundo em sua pesquisa. No entanto, a intenção real do acervo era fazê-lo desanimar, desistir. Porém, na maioria dos casos, o feitiço vira contra o feiticeiro, e o acervo passa a ter as suas entranhas cada vez mais remexidas, cada vez mais expostas.

O escritor faz com sua obra um trabalho de recalçamento, dissimulando, apagando, substituindo, sobrepondo. Afinal, muitos dos manuscritos de acervos literários, “São apenas rascunhos e esboços. É isto que torna interessante este manuscrito: deciframos nele todo o esforço do artista, nele acompanhamos a invenção em seu exercício obstinado, em suas pesquisas, suas hesitações, seu lento desembaraço.” (LANSON, 1930, p. 225)

O pesquisador de acervos, despudoradamente, tenta trazer à tona tudo o que estava mal escondido. Ao burilar seu texto, escrevendo, reescrevendo, corrigindo e rasurando, o autor recalca a sua própria inspiração que viera no primeiro jato de tinta sobre o papel para deixar agir a sua consciência de artesão da palavra, procurando a melhor ou a mais adequada solução para este ou aquele trecho do seu texto, escondendo o que seu inconsciente deixou aflorar naquele primeiro lance de escrita. Nada disso, no entanto, escapa aos olhos do pesquisador que “busca conhecer o escritor não pela produção editada, mas nas entrelinhas das notas marginais não publicadas” (ZILBERMAN, 1994, p. 417), pois

Se nos aproximamos do texto, discutimos sua própria existência, vemos que é um intrincado jogo de camadas, uma ilimitada sucessão de escolhas e possibilidades. Se procuramos o método, encontramos a contínua destabilização dos limites de sua própria constituição. Se vamos a fundo no processo, chegamos na biblioteca, na correspondência e nos contornos histórico-sociais do fazer artístico. (ZULAR, 2002, p. 14)

Portanto, quando estamos trabalhando com documentos de acervo, dar à luz determinados fatos ou obras, ou trechos de obras de um autor significa, de alguma forma, que se está recalçando outros. Trazer à tona marcas que o tempo se incumbiu de dissimular, marcas advindas de recalques anteriores, explícitos ou implícitos, gerados pelo autor ou pelos seus arcontes – pesquisadores, editores, no caso dos arquivos literários – são questões de reconhecida importância e que merecem sempre cuidadosa discussão.

O trabalho com acervos traz, antes de tudo, a exigência do bom senso e da ética, pois um autor não é ou foi uma entidade. Ele é uma pessoa e, como tal, viveu em sociedade, teve família, amigos, pessoas de toda ordem que o rodeavam e conviviam com ele. Informações relativas a estas pessoas estarão certamente latentes ou patentes nos documentos arquivados. Posto que tudo interessa a um arquivo, nele estarão incluídas, muitas vezes, correspondências pessoais (íntimas e privadas), documentos oficiais, informações que, para os que veem de fora, nada de indecoroso, melindroso ou sigiloso representam. No entanto, para os diretamente implicados – e em caso de acervos modernos estamos falando de vidas atuais e presentes – muito podem representar. Assim, a necessidade de discussões sobre ética na gestão e na pesquisa de acervos é, ou deveria ser, sempre um ponto pacífico entre aqueles que se ocupam do trabalho de revirar essas memórias arquivadas. (BORDINI, 1998)

O POETA ARTHUR DE SALLES

Soteropolitano, Arthur de Salles, que viveu entre 1879 e 1952, escreveu tanto em prosa quanto em verso, transitou entre o Parnasianismo e o Simbolismo e pode ser considerado um dos representantes da fase de transição pré-modernista. Membro da Academia de Letras da Bahia, Arthur de Salles ocupava a cadeira de nº 3.

Publicou em vida apenas 4 obras completas: *Poesias*, 1920; *Sangue Mão*, 1928; *Poemas Regionais*, 1948 e a tradução de *Macbeth*, de Shakespeare, com um ensaio que se constitui no Prefácio do volume 10 da coleção Clássicos Jackson. Sua “Obra Dispersa”, no entanto, assume proporções bem maiores (mais de uma centena de textos avulsos publicados em jornais e revistas da sua época) e recebeu atenção, por décadas de estudos, de pesquisadores do Grupo de Edição Crítica de Textos da UFBA.

A importância de Arthur de Salles também pode ser constatada pelos resultados das pesquisas que tiveram por base a sua *Fortuna Crítica*. Quando da sua morte, os jornais da capital e do interior do estado trouxeram cerca de 50 notícias, ao longo das quais estão contidos muitos textos de exaltação, consternação e apologia à pessoa e à obra do poeta.

As pesquisas em seu acervo e em outros a ele relacionados levam os pesquisadores a dois caminhos. Um deles apresenta Arthur de Salles como um homem querido e um intelectual admirado, sendo, nos círculos artísticos, literários e sociais, pessoa das mais estimadas, quer pela formação intelectual que o distinguia, quer pela simplicidade de seus costumes. Prova disso foi a grande comoção causada pela sua morte, desencadeando uma série de homenagens e solenidades em prol de sua memória, promovidas por diversas associações culturais e autoridades civis e militares. Seu enterro, que correu às expensas do Estado, “numa última homenagem àquele que tantos serviços prestou à nossa cultura”, segundo afirmou o *Diário da Bahia*², foi acompanhado por grandes nomes da intelectualidade e da comunidade local.

Por outro lado, podemos entrever por seu acervo, um homem infeliz e frustrado que nunca teve, nem em vida nem depois da sua morte, o reconhecimento “merecido” pela sua obra

Ponho-me a falar dele e eis-me a alinhar palavras como se fosse possível medir, com umas poucas frases toscas, toda a imensidade do maior poeta da Bahia, depois de Castro Alves! [...] – Que é que tem feito a Bahia por Artur de Sales? Sim, amigos, até hoje, é o velho Artur de Sales quem tem dado a Bahia o patrimônio inestimável dessa inteligência, dessa cultura, dessa bondade, que tudo isso é a sua poesia. E, em troca, que há recebido? Sei, sei... Homenagens, discursos... E talvez haja quem já esteja de projeto engatilhado para uma estátua ou uma placa em esquina de qualquer das nossas ruas, na hora das homenagens póstumas. Talvez... Mas agora? O Homem que é o Poeta que merece? Onde estás, Bahia, que não amparas em teu seio maternal, que não livras de cuidados e perigos, de canseiras e desgostos, esse que é um dos maiores dos teus filhos? Sei que a Bahia está viva. Que considera não um 'ato meritório' mas um dever zelar pelo inestimável patrimônio que é Artur de Sales. Pois que o faça. Para ser digna do seu passado. Para merecer o futuro que a espera. (SOUZA, [s.d.], p. 5)

A despeito do que diz Adroaldo Ribeiro da Costa³, quase sete décadas passadas e Arthur de Salles continua a constar das antologias e coletâneas literárias nacionais e internacionais, como se pode verificar em *História da literatura brasileira*, de Massaud Moisés (1985, p. 264), na obra homônima de Luciana

² MORRE o maior poeta da Bahia (1952). *Diário da Bahia*, Salvador, 28 jun. p. 1 e 4.

³ O texto citado anteriormente é assinado com o pseudônimo de Adroaldo Ribeiro da Costa: Tomé de Souza.

Stegagno Picchio, traduzida para o Brasil e publicada em 1997 (1997, p. 352), na obra organizada por Cassiana Lacerda Carollo, *Decadismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética*, publicada em 1980 (CAROLLO, 1980); também na antologia *A Poesia baiana no século XX*, organizada por Assis Brasil (1999), e em tantos outros trabalhos que se ocupam da literatura brasileira. Arthur de Salles consta ainda como verbete do *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, de Afrânio Coutinho (2001), na qual são feitas 14 referências ao poeta.

Com frequência, também, Arthur de Salles é lembrado e citado por intelectuais e artistas da sua terra natal em artigos e entrevistas. Aldamir da Cunha Miranda, em artigo publicado em maio de 2001, no jornal *A Tarde*, de Salvador, cujo título é “O poeta Artur de Sales”, afirma que a lembrança de sua presença e a sua obra ficaram marcados na memória das gerações subsequentes (MIRANDA, 2001, p. 3). Referência a ele também faz Caetano Veloso em uma entrevista concedida a revista *Cult*, em agosto de 2001, na qual cita um trecho do poema “Lúcia” de Arthur de Salles de quem seu pai era grande admirador (ADRIANO; VOROBOW, 2001).

Foi Caetano Veloso também quem gravou o *Hino do Senhor do Bonfim*, cuja letra é de Arthur de Salles. O *Hino* é cantado pelo povo baiano todos os anos na Festa da Lavagem do Bonfim, em homenagem ao santo de maior devoção na Bahia. Sua popularidade é tanta que chega a ser executado, também, inúmeras vezes, pelos músicos dos trios elétricos no carnaval baiano e em eventos públicos de maior solenidade.

O ACERVO QUE SE MOSTRA

Em vista da dimensão da obra deixada pelo poeta baiano, o Setor de Filologia do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia empenhou-se em organizar a Coleção Arthur de Salles, o que foi feito em 1977. Daí em diante, o Grupo de Edição Crítica de Textos da UFBA se ocupou do resgate de informações sobre a vida e a obra do poeta. A Coleção Arthur de Salles se encontra, atualmente, em três diferentes acervos: o Acervo de Hélio Simões, o da Academia de Letras da Bahia, e o do Setor de Filologia do Instituto de Letras da UFBA. Este último, o mais relevante deles, por possuir documentos pertencentes à família do poeta (GAMA; TELLES, 1994, p. 95).

Os documentos que se encontram na UFBA foram organizados por categorias de acordo com as suas características e suas materialidades. Há, portanto, manuscritos (autógrafos ou apógrafos, que podem ser anotações ou esboços, rascunhos, borrões passados a limpo, texto definitivo e ainda o epistolário do autor); datiloscritos (com emendas autógrafas ou não) e impressos. Ainda compõem o acervo, exemplares de todas as teses, dissertações e trabalhos gerados pelo grupo de Edição Crítica da Obra de Arthur de Salles, além de elementos relativos à biografia do autor, fotografias, entrevistas realizadas com seus familiares e amigos, depoimentos e documentos pertencentes à sua fortuna crítica.

Ainda no acervo da universidade, há um exemplar do livro de Cecília de Lara sobre *A Nova Cruzada*, publicado em 1971. O livro traz uma biografia do poeta bastante completa, cujos dados foram extraídos pela autora de depoimentos concedidos por alguns amigos de Arthur de Salles. Na maioria dos casos, a autora apoiou-se bastante na memória deles – o que pode se mostrar uma grande armadilha na pesquisa biográfica, pois, geralmente, quanto mais aumenta a distância temporal e mais diminui o grau de afetividade, muitos dados se perdem pelo caminho, outros ganham contornos mais bonitos do que de fato foram. O trabalho de Lara (1971) tem extrema relevância por ser pioneiro e reunir dados e informações sobre *A Nova Cruzada* – movimento literário baiano de considerável repercussão. Além de um histórico do movimento, a obra traz dados biobibliográficos dos seus idealizadores.

É um trabalho sério e de fôlego, e, por isso mesmo, muito consultado e citado por aqueles que têm algum interesse no movimento e nos seus formadores. No entanto, em muitos casos, algumas das informações encontradas na obra distam daquelas extraídas da pesquisa realizada no acervo do poeta Arthur de Salles. Mesmo assim, elas foram, e ainda são, muito reproduzidas e divulgadas. Waldemar Mattos, por exemplo, publicou em junho de 2002 um artigo intitulado “O Poeta Artur de Sales”, cujo texto teve como principal fonte de informação, ainda, o trabalho de Cecília de Lara.

No caso específico de Arthur de Salles, a pesquisa de fontes, que teve início em 1977, se mostra essencial para a atualização de diversos dados biobibliográficos do poeta, como se verá a seguir.

Entre os documentos do acervo do poeta (LOSE, 2001), encontram-se 50 recortes de jornais da época da morte de Salles que trazem breves notícias coletadas pela sua filha, D. Celina Salles Trigueiros⁴. Essas notícias mostram a repercussão que teve na imprensa baiana a morte de Arthur de Salles, o que forneceu uma noção da posição que o poeta ocupava na intelectualidade de sua época. A quantidade de homenagens realizadas, o número de notas de pesar e notícias sobre o acontecimento estampadas nos jornais, o esforço de seus conterrâneos para não deixar sua memória cair no esquecimento mostram a comoção causada pela sua perda.

Dona Celina Salles Trigueiros foi a peça-chave no trabalho de organização do acervo Arthur de Salles. Como filha do poeta, D. Celina foi responsável pela cessão de inúmeros materiais, além de colaborar, sobremaneira, com depoimentos e relatos a respeito do pai e de seus companheiros de jornada literária. Assim, o perfil biobibliográfico do autor foi sendo esboçado pelos componentes do Grupo de Pesquisa, tomando como contraponto a obra de Cecília de Lara (1971) cotejada com os depoimentos coletados, o seu epistolário, seus manuscritos e os materiais da sua fortuna crítica. Olhando para esses recortes de jornal, foi possível verificar que algumas das informações contidas neles complementavam ou jogavam por terra “informações”, que até o momento se tinha, da vida do poeta. Por outro lado, os documentos do acervo demonstravam que nem todas as notícias veiculadas estavam corretas.

Segundo os tais recortes de jornais, Arthur de Salles nasceu a 25 de março de 1879, em Salvador, e na mesma cidade casou-se com Aurélia Godilho de Salles com quem teve os seguintes filhos: Celina Salles Trigueiro, casada com Florisvaldo dos Santos Trigueiro, Durval Godilho de Salles, Fernando Godilho de Salles (também poeta, que faleceu antes do pai, em 21 de setembro de 1949) e Marino Artur de Salles. Ou seja, de acordo com as notícias, o casal teria tido quatro filhos, tendo um deles morrido antes do pai. No entanto, os dados do acervo nos mostram a existência de mais dois filhos do casal omitidos das notícias: Otávio, que teria nascido em novembro, 1919 (data *a quo*), e falecido poucos meses depois, em março, 1920 (data *ad quem*) – e para quem o poeta escreveu o poema “Berço Vazio” –, e Renato, nascido em 21 de setembro de 1922 e falecido em 10 de dezembro de 1949, apenas quatro meses após o irmão Fernando. Portanto, o poeta e sua esposa tinham seis filhos, três deles falecidos antes do pai. Arthur de Salles viu falecer também a sua esposa.

A fotografia a seguir mostra o casal com os cinco filhos que chegaram a crescer.

⁴ Todos estes documentos foram recolhidos pela filha do poeta, D. Celina Salles Trigueiros, em datas, com raras exceções, posteriores à morte do pai. Após serem cedidos, pela própria D. Celina, coube à equipe do Grupo de Pesquisas organizá-los, colando-os em folhas de papel ofício e classificando-os por ordem alfabética de títulos. Por serem os documentos, no mais das vezes, apenas recortes e por agora estarem colados, é difícil precisar, em vários casos, indicações que, para uma pesquisa de fortuna crítica, seriam preciosas, por exemplo, nome de jornal, data e local de publicação, número de página e nome de autor. Além disso, essa forma de acondicionamento, recortando e colando uma notícia de jornal em outro papel, impossibilita a leitura do verso e do entorno da notícia arquivada, eliminando a possibilidade de uma leitura relevante para uma compreensão contextual.

Fig. 1- Arthur de Salles e a família: (sentados, a partir da esquerda) D. Aurélia, Celina, Arthur de Salles; (de pé) Durval, Marino Arthur, Renato, Fernando



Fonte: Acervo Arthur de Salles, Instituto de Letras da UFBA

Informações anteriores haviam levado a afirmar que Arthur de Salles faleceu na Cidade do Salvador, aos 27 dias do mês de junho de 1951, de cirrose hepática, às 4 horas e 20 minutos da madrugada, ao lado de seu filho Durval Salles, a quem disse suas últimas palavras. Os depoimentos em seu acervo complementam a informação, dizendo que o falecimento ocorreu em casa de sua irmã, D. Lídia de Salles Cirne, à rua Marquês de Abrantes, n. 40, vítima de cirrose hepática com ascite. Cecília de Lara (1971, p. 66), indica que o sepultamento foi no “cemitério **da Ordem de S. Francisco**”. Uma consulta ao Livro de Registro de Enterramentos do Cemitério **da Venerável Ordem Terceira** de São Francisco, onde se lê, às páginas 142 e 143, que “Arthur Gonçalves de Salles, do sexo masculino, viúvo, pardo, 73 anos, brasileiro, profissão poeta, foi enterrado no carneiro 3A, quadra Santa Delfina, em 27 de junho de 1952”. Essa data é corroborada pelos jornais que tratam da morte do poeta.

Segundo os críticos de sua época, a produção édita de Arthur de Salles resume-se da seguinte forma: *Poesias*, publicado em 1920, onde estão reunidos os livros “Púrpuras”, “Rosas de Antanho”, “Dias Rurais” e “Ermo em Flor”, e *Poemas Regionais*, publicado em 1948, que reúne os poemets “Sangue-Mau” e “O Ramo da Fogueira”. Os jornais não fazem menção, no entanto, a *Sangue Mão*, editado em 1928 e à já mencionada tradução de *Macbeth*, de Shakespeare, com um ensaio que se constitui no Prefácio do volume 10 da coleção Clássicos Jackson, editado em 1948.

Os jornais afirmam, ainda, a existência de uma tradução inacabada, *Antonio e Cleópatra*, que estaria sendo preparada por Arthur de Salles. No entanto, mesmo após anos de pesquisa, o Grupo que trabalhou o acervos do poeta nunca localizou nenhuma informação sobre essa tradução. Em compensação, como disse anteriormente, mais de uma centena de publicações dispersas foram localizadas em periódicos.

Segundo os jornais, Arthur de Salles teria sido **professor** dos **Aprendizados Agrícolas de São Bento das Lages e de Sergipe**, e do Instituto Baiano de Ensino e outros Ginásios de Salvador. No entanto, as pesquisas para organização e constituição de seu acervo nos levam a informações de que no **Aprendizado Agrícola de São Bento das Lages**, por exemplo, Salles teria atuado como **bibliotecário**, não como professor, e que o **Aprendizado Agrícola de Sergipe**, ao qual os jornais se referem, é, na verdade, o **Aprendizado Agrícola localizado na cidade de Quiçamã**, no estado de Sergipe. Nos jornais, consta ainda que Arthur de Salles teria lecionado nos Aprendizados Agrícolas de Mato Grosso e

de Pernambuco, informações que nunca foram corroboradas por nenhum outro documento ou depoimento.

O jornal *Estado da Bahia*, de 15 de julho de 1952⁵, noticiava que “A Academia resolveu, dada a importância do acervo literário do morto, designar os acadêmicos Magalhães Neto, Hélio Simões e Manoel Barbosa para coligirem tudo quanto seja necessário para o Silegeu Baiano perpetuar a obra do celebrado poeta.”

A notícia não estava equivocada, apenas não foi o reflexo fiel dos fatos que posteriormente ocorreram, pois essa anunciada coletânea, por inúmeros percalços, só veio à luz em 1973, 21 anos após a morte do poeta, quando a equipe, formada então por Hélio Simões, José Calazans, Carlos Eduardo da Rocha, Wilson Lins e Adroaldo Costa conseguiu finalmente, com os auspícios da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, editar a *Obra Poética de Artur de Sales*.

Além dos já mencionados jornais e depoimentos, outro elemento importante para o cruzamento dos dados levantados na pesquisa para traçar o perfil do poeta e para ajudar a compreender e analisar a sua obra são as cartas. Através delas, os pesquisadores puderam chegar a diversas informações sobre a Obra Dispersa de Arthur de Salles publicada em jornais e revistas. Todavia, podemos constatar que algumas afirmações feitas pelo próprio poeta nem sempre são corroboradas por outros elementos do acervo.

Por exemplo, em carta de 22 de abril de 1924, o poeta afirma, sem muita convicção, no entanto, que tivera alguns de seus versos publicados pelo *Globo*. Ele escreve: “Salvo que o Globo publicou uns versos meus. Não sei se é jornal ou revista.”⁶ As pesquisas nada encontraram, nem na revista *O Globo* nem no jornal *O Globo*. Também nada se achou na *Revista do Globo*, de Porto Alegre, RS.

Outra informação dada por Salles em carta foi a de que haveria alguma publicação sua no jornal *Diário de Notícias* – “A princípio, o discurso saíu sem peroração por esquecimento do Weber, ou como não visse pregado na lauda pensou que o que saíu no **Diário de Notícias** não era preciso.”⁷ Mas nada foi localizado no jornal *Diário de Notícias*.

Arthur de Salles, ainda, nas 221 cartas enviadas ao amigo, faz referências a diversos periódicos que nunca puderam ser localizadas pelos pesquisadores do Grupo, por exemplo, *Nova Era*, *A Justiça*, *O Filhote*, *O Jornal*, *A Folha da Noute*.

Para além de pontos falhos percebidos nas notícias de jornal e nas próprias cartas do poeta, as dados biográficos apresentados por Cecília de Lara também careceram de emendas e correções, como a própria autora admite, pois

Os ensaios, as ligeiras referências superficiais que existem sobre Arthur de Salles registram pouco da bibliografia do autor ou sobre o autor. De sua obra menciona-se o que foi publicado em livro, e são os contemporâneos que fazem alusão aos esparsos inéditos. Enfim, Arthur de Salles é um autor a ser estudado a partir das etapas iniciais de coleta de sua produção em jornais e revistas ou, talvez, ainda na mão de amigos ou familiares que conservem suas criações. (LARA, 1971, p. 63)

Admitindo se tratar de um trabalho inicial e possivelmente incompleto, Cecília de Lara apresenta uma biografia do autor, trazendo dados que, no momento, lhe pareceram suficientes, mas que, no entanto, poderiam ser, e foram, complementados através das pesquisas em seu acervo, como já disse.

⁵ Pasta 046, doc. 0037 do Acervo de Arthur de Salles.

⁶ Pasta 068, doc. 0365 do acervo de Arthur de Salles.

⁷ Pasta 071, doc. 0401 do acervo de Arthur de Salles.

Segundo ela,

Arthur Gonçalves de Salles nasceu na **Cidade do Salvador, no “Cais Dourado”, distrito de Pilar**, a 7 de março de 1879, na rua do Julião, hoje Campos Sales, numa casa na qual se inaugurou uma placa, em 1953, no dia da posse de E. Chagas de Oliveira na Academia de Letras, na cadeira cujos patronos eram Manuel Botelho de Castro e Arthur de Salles. (LARA, 1971, p. 64)

Essa afirmação também é reforçada por Hélio Simões (1973), que menciona “Os seus setenta e três anos de vida, nascido que foi a 7 de março de 1879, num sobrado do **Pilar (Salvador)**, que uma lápide assinalava mas que um incêndio destruiu, tendo falecido em 27 de junho de 1952 numa casa da Boa Vista de Brotas”. Waldemar Mattos, por sua vez, afirma que Arthur de Salles “Nasceu na **Cidade do Salvador** a 7 de março de 1878, num sobrado de esquina, da **rua do Pilar**”, acertando o local e equivocando-se na data. Essa informação é também fornecida pelo próprio Salles que, em uma autobiografia, escreve simplesmente que “nasceu na **capital do estado da Bahia**, a 7 de Março de 1879”⁸

Cecília de Lara (1971, p. 64) afirma que “Passou Arthur de Salles sua infância no mesmo local onde nasceu, junto ao mar, proximidade que seria fator relevante no futuro escritor. Com o tempo a casa ficou afastada do mar, com os trabalhos de atêrro e construção, na Cidade Baixa.”

Esta informação não é incorreta, mas é incompleta, pois, através das cartas do autor dirigidas ao amigo Durval de Moraes, sabe-se que ele viveu parte da sua infância, de 1891 a 1893, em Estância, em Sergipe, e foi lá que escreveu os seus primeiros versos, dedicados ao seu primeiro amor, uma jovem chamada Angelina.

Outra cidade e esta de maior prestígio para mim: Estancia. Não sei se alguma vez, atravez de tantos annos de vida intima, te fallei alguma vez desta cidade sergipana. Não sei. O que sei é que ella nunca morreu na minha memoria, na memoria dos meus. Ella é a pagina mais bella da minha vida. Ver a Estancia foi sempre um desejo ardente que pude emfim realisar. E o fiz em dias de Novembro.⁹

Sobre a vida escolar de Arthur de Salles, Cecília de Lara (1971, p. 64) informa:

Cursou as primeiras letras na Escola pública, do distrito de Pilar, matriculando-se depois no Colégio dirigido pelo Pe. Manoel José, recebendo aulas de Latim, Português, Francês, História, etc. Seu desejo era seguir carreira militar. Assentou praça no 9º Batalhão de Infantaria, com destino à Escola Militar. Seguiu para o Rio, com êsse propósito, mas não o logrou.

Diz A. Andrade Muricy que o pai se opôs tenazmente a tal idéia. Chagas de Oliveira diz que Arthur de Salles esperou seis meses por uma vaga, que não se deu.

De acordo com as informações constantes da edição crítica de *Sangue-Mau*, sabe-se que de 1900 a 1901, Arthur de Salles foi Anseçada do 9º Batalhão de Infantaria, do 3º Distrito Militar. Em 04 de novembro de 1900 deveria ter se submetido à inspeção de saúde, pelo fato de ter requerido matrícula na Escola Preparatória de Realengo. Em 15 de novembro do mesmo ano é submetido à inspeção de saúde e considerado apto para prosseguir estudos militares no Rio de Janeiro. Em 1901, viaja para o Rio de

⁸ doc. PR-AB-CO-OM-039:0183-NX:01/03-HS.

⁹ Pasta 070, doc. 0397 [carta de 14.12.1935], do Acervo Arthur de Salles.

Janeiro pela primeira vez para prestar exame na Escola Militar de Realengo. No entanto, nada se sabe sobre o motivo de sua volta. (SALLES, 1981)

Cecília de Lara (1971, p. 64) conclui essa informação afirmando que “O fato é que regressa a Salvador e entra no Instituto Normal, em 1903.”

Sobre o início das atividades docentes de Salles, Cecília de Lara (1971, p. 64) escreve: “Recebe a láurea de Aluno-Mestre, em 1905. É, então, nomeado **bibliotecário** do Instituto Agrícola S. Bento das Lajes, cargo decisivo para complementar sua formação, pela oportunidade de leituras variadas.” No entanto, a autora não informa a data desta nomeação que, segundo consta na edição crítica de *Sangue-Mau* (SALLES, 1981), ocorreu em 1908.

Cecília de Lara (1971, p. 64) afirma que Arthur de Salles “Nesta ocasião conviveu com outra figura de importância na literatura simbolista, Durval de Moraes, também bahiano, que exercia o cargo de assistente químico da mencionada Escola Agrícola.” No Instituto de São Bento das Lages, a cela de Salles foi batizada, pelos amigos, de *Covadonga* – uma referência à primeira batalha da reconquista cristã, em 722, a Batalha de Covadonga, e que marca o início da expulsão dos mouros da Península Ibérica –, e a de Durval, de *Turris Eburnea* – menção à Ladainha de Nossa Senhora. Com o afastamento de Durval de Moraes, Salles passou a utilizar-se da *Turris* como seu gabinete de trabalho. A amizade com Durval surgiu nesta ocasião, estendendo-se ao longo de toda a vida e a maior prova desta amizade são as cartas trocadas por ambos ao longo de cerca de 30 anos.

Cecília de Lara (1971, p. 64) informa ainda que Arthur de Salles “**De bibliotecário passa a professor**, em 1911, com exercício no Patronato Marquês de Abrantes, anexo à mesma escola de S. Bento das Lajes.” Realmente, Salles é nomeado pelo Ministro do Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio para exercer o cargo de Adjunto do Curso Primário do Aprendizado Agrícola anexo à Escola Agrícola da Bahia (Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura). (SALLES, 1981, p. 56)

Hélio Simões (1975) diz que, de acordo com o próprio Salles,

Do seu tempo de bibliotecário é que se lembrava com saudades. Ledor incansável, que ainda nos últimos anos se encafuava, aqui, na Biblioteca Pública, leu todos os volumes que havia na excelente – a informação é dele – livraria da Escola Agrícola. Tornou-se então profundo conhecedor das ciências naturais. Fez-se perito em malacologia, grande colecionador de conchas, correspondendo-se, a propósito, com especialistas na matéria.

De acordo com Eloywaldo Chagas de Oliveira (1953, p. 64), esse período como bibliotecário serviu para Arthur de Salles como uma espécie de curso pós-graduação, importante para sua formação cultural.

Arthur de Salles assume o posto de professor no Aprendizado Agrícola em 31 de março de 1911 e, algum tempo depois, em razão da desativação da escola, é transferido para a escola localizada no convento de Brotas, onde havia funcionado a antiga Abadia Beneditina.

Seguindo com as informações biográficas relativas ao poeta, Cecília de Lara escreve que ele (1971, p. 64) “Habitava o Convento de Brotas, [...] Dizem que aí ocupou a cela que fôra de Junqueira Freire.” Sobre essa questão não há certeza. As únicas informações que se têm a esse respeito estão no seguinte trecho de uma carta de 22 de abril de 1915 em que Arthur de Salles escreve ao amigo Durval de Moraes: “Amo com um sagrado amor esta cella onde talvez Junqueira Freire, o frade rebelado, andasse gravando no bronze dos versos aquella sua tristeza e aquella sua rebeldia.”¹⁰ E, em um texto intitulado “A vitória da solidão”, Durval de Moraes (1973, p. 463), amigo fraterno de Salles, seu maior correspondente, que

¹⁰ Pasta 0066, doc. 0312 [carta de 22.04.1915], do Acervo Arthur de Salles.

lhe sabia mais da vida do que ele próprio, afirma que “Artur de Sales, aquele que, por uma fatalidade histórica, habitava num convento a cela onde sofreu o peso das suas ‘contradições’ a alma esclileana de Junqueira Freire.”

É sabido, principalmente em função da sua correspondência, que, entre 1913 e 1926, Arthur de Salles viveu entre Brotas, Candeias, Passé, Salvador e a Villa de São Francisco, onde morava sua família.

Sobre a vida pessoal, Cecília de Lara (1971, p. 64) informa que Salles “Fica noivo de Aurélia Godinho, de Passé.”

Algumas informações colhidas pelos pesquisadores do Grupo levam a crer que D. Aurélia Alves Godinho era natural da Vila de São Francisco. No entanto, em carta ao amigo Durval, Salles se refere à cidade de Passé como “a terra de minha mãe, de minha noiva e do meu primeiro verso”¹¹. Ainda em relação ao noivado, não se têm informações exatas sobre a data desse acontecimento, e sobre o seu “primeiro verso”, como dito anteriormente, em outra carta a Durval de Moraes, Salles revela tê-lo escrito em Estância, em Sergipe, para o seu primeiro amor que, segundo ele mesmo, fora a menina Angelina.

Cecília de Lara (1971, p. 64) afirma ainda que “A família da noiva transfere-se para Candeias, sendo, então, freqüentes as viagens do poeta por essa época. [...] Casa-se em 1914”, porém em carta de 1913, Arthur de Salles convida seu amigo Durval para seu casamento, que se realizará em sua residência, na Ladeira do Carmo, n. 22, no dia 31 de maio.¹² Ainda sobre o casamento, o jornal *Gazeta do Povo* noticia o consórcio ocorrido em 31 de maio de 1913 na igreja da rua do Paço.¹³

Segundo Cecília de Lara (1971, p. 65), depois do casamento, Arthur de Salles e a esposa passam “a morar em S. Francisco do Conde, no melhor sobrado do local. Tinha um pequeno sítio para lazer.”. Essa afirmativa, no entanto, causa estranheza, pois sempre foi pública e notória a difícil situação financeira do poeta, que certamente não lhe permitiria esses luxos, como se pode conferir neste trecho do texto de Durval de Moraes (1973, p. 463): “Atirado num canto da província, que os maus governos arruinaram e transformaram em procliga, pauéerrimo (sic), suportando o peso atávico das tristezas e dos pecados das raças de que descende, amarrando ao potro de martírios do professorado público, mal pago e mal visto.”

Cláudio Veiga (2002, p. 8), por sua vez, em sua obra intitulada *Sete tons de uma poesia maior*, afirma que “Sua vida transcorre sob o signo de uma *pobreza heróica*, segundo a expressão de um de seus amigos”

Sobre sua atividade intelectual de escritor, Cecília de Lara (1971, p. 65) diz que

No período de sua vida que vai da formatura [1905] a 1915 escreveu grande parte de sua obra, que integrará *Poesias*, publicado em 1920: “Púrpuras”, “Rosas de Antanho”, “Dias Rurais”, “Êrmo em Flor”. A partir dessa época, diz E. Chagas de Oliveira, após um decênio áureo, “vicissitudes após vicissitudes viriam acumular-se nos caminhos de Arthur de Salles”.

Esta diminuição da produção literária do poeta também pode ser constatada através das cartas ao amigo Durval de Moraes.

Na década de 30, Arthur de Salles passou por enorme desgosto, a que se refere Cecília de Lara (1971, p. 65):

Chefe de família, vê-se, com a revolução de 30 e o fechamento do Aprendizado Agrícola. [...] Acha-se como Professor em disponibilidade da Escola Agrícola (1930-

¹¹ Pasta 0064, doc. 0281 [carta de 27.01.1913], do Acervo de Arthur de Salles.

¹² Pasta 064, doc. 0285 [carta de 12.04.1913], do Acervo de Arthur de Salles.

¹³ Cf. GAZETA do Povo. n. 2.350, p. 1, 05 jun. 1913.

1935?). [...] sem meios para sustentar-se. Leciona Português, História, Francês, em Salvador. Diz Giraldo B. Silveira que Arthur de Salles trabalhou no ginásio Itapagipano, que êle dirigia na ocasião. Chagas de Oliveira cita o Instituto Bahiano e outros locais, onde êle teria lecionado.

Segundo os depoimentos dos familiares, em 1932, assim como em várias outras ocasiões, Arthur de Salles teria lecionado no Ginásio Itapagipano e no Ginásio Ipiranga, e no Instituto Bahiano de Ensino, onde o Prof. Hugo Balthazar da Silveira lhe preparara um quarto para viver e trabalhar, com uma pequena biblioteca. Aí também estudava seu filho, Durval Salles, que foi interno do Instituto até 1936, como nos informa a seguinte carta: “Agora mesmo estou no Instituto Bahiano de Ensino, de onde te escrevo, passando um tempo para evitar despesas para Brotas onde mora minha mãe e irmãs, e onde eu estava, [...] Este Instituto é o collegio onde tenho meu filho Durval, de velhos amigos companheiros da Escola Normal.”¹⁴

Cláudio Veiga (2002, p. 8), referindo-se a esse fato, diz apenas que Arthur de Salles “tornou-se professor secundário, graças aos antigos condiscípulos Hugo Balthazar da Silveira e Giraldo Balthazar da Silveira, donos de estabelecimentos de ensino. Lecionou português, francês e história.”

Cecília de Lara (1971, p. 65) escreve:

Até 1930 Arthur de Salles viveu em S. Francisco, isolado da vida da capital na sua humildade e amor à solidão, que revela numa carta a Astério de Campos; “No entanto amo a solidão, tenho que ela é fecunda; mas a solidão estrelada de Alberto de Oliveira, a solidão onde se possa sonhar, evocar, amar. A solidão como um ponto de partida, não como ponto de parada na vida”. Após o período em que fica em Salvador, em disponibilidade, mas sem remuneração, é designado para o Aprendizado de Mato Grosso, mas não aceita.

Não há informações sobre essa designação, embora isto também conste das notas dos jornais que, ao noticiarem a morte do poeta, trouxeram alguns dados biográficos.

No jornal *A Tarde* de 28 de maio de 1931, na seção *Notícias do Rio*, consta a nomeação do Prof. Arthur de Salles para o Patronato João Coimbra, e em 22 de outubro de 1931 noticia-se a sua exoneração por não ter tomado posse ao cargo. Sobre esse episódio, Salles escreve ao amigo Durval, em 30 de outubro de 1931, dizendo que a tática do governo era não dar dinheiro para que o funcionário pudesse se locomover e não tendo condições de se apresentar, o mesmo era demitido por abandono de posto. É justamente o que teria se passado com Salles.

Cecília de Lara (1971, p. 66) afirma que Artur de Salles “Depois é indicado para Barracão, na Bahia” No entanto, é de 19 de fevereiro de 1927 a primeira carta endereçada de Barracão a Durval de Moraes. E em carta de 20 de fevereiro de 1929 escreve ao amigo: “De novo aqui em Barracão após nove meses de licença.”¹⁵

Continuando, Cecília de Lara (1971, p. 66) escreve que “em 1935 é removido para Quissamã, nos arredores de Aracajú, Sergipe” Sabe-se que em 6 de agosto de 1935 é nomeado por Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, para exercer o cargo de Adjunto de Professor Primário do Aprendizado Agrícola de Sergipe da Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional da Produção Vegetal. E, em 18 de setembro de 1935 toma posse no Aprendizado Agrícola de Quissamã, Sergipe, onde, segundo Cecília de Lara (1971, p. 66), “permanece até se aposentar, em 1950”.

¹⁴ Pasta 068, doc. 0346 [carta de 06.07.1921], do Acervo de Arthur de Salles.

¹⁵ Pasta 069, doc. 0380 [carta de 20.02.1929], do Acervo de Arthur de Salles.

A informação sobre o ano da aposentadoria, no entanto, não está correta, pois Arthur de Salles é aposentado pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, através de decreto de 26 de setembro de 1949, publicado no *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, nº 224, de 28 de setembro de 1949, p. 13900b, do ‘cargo da classe E, da carreira de Auxiliar de Ensino do Quadro Suplementar, do Ministério da Agricultura’. Note-se que, embora a informação não seja fiel, Cláudio Veiga (2002, p. 8) dá a mesma data indicada por Cecília de Lara: “Em 1950 é aposentado, em seu modestíssimo posto.”

Segundo Cecília de Lara (1971, p. 66), “Conta Andrade Muricy que em 1937 Arthur de Salles foi ao Rio em busca de melhoria para a sua tão sacrificada posição. Demorou-se meses, inútilmente.” O que se sabe é que em outubro de 1936 Artur de Salles viaja ao Rio de Janeiro, onde exerce a função de Adido da Secretaria da Agricultura por mais ou menos um ano.

Posteriormente afirma Cecília de Lara (1971, p. 66) que

Aposentado, Arthur de Salles volta a exercer em Salvador o magistério, dedicando-se sobretudo à História e Português. Dessa época há várias referências à singular figura do poeta, participando da vida da cidade do Salvador. “A figura varonil e simpática do poeta era alvo da admiração e respeito quando transitava pelas ruas da cidade. Cabeleira revolta, alva, olhar penetrante, fronte sonhadora, tez queimada, perambulava pelas ruas da cidade, pelos cafés e rodas literárias, especialmente entre moços poetas, aos quais, com a sua palavra amiga e o seu conselho sincero encorajava e incitava o jovem a prosseguir na sua trajetória” (SILVEIRA, 1956).

Referência a esse respeito e à admiração que suscitava o poeta, especialmente entre os jovens intelectuais, também fazem os jornais ao noticiarem a morte de Salles.

Seguindo essa pequena biografia, Cecília de Lara (1971, p. 66) escreve que, nessa época, Salles encontrava-se “Profundamente abatido com a morte dos filhos Renato e Fernando, **ambos poetas** e com a perda da esposa, companheira de mais de 30 anos”. Todavia, **não se tem nenhuma** informação sobre o **poetar** de Renato Salles, ao contrário de Fernando (falecido em 21 de setembro de 1949), notoriamente seguidor da carreira do pai.

Sobre o amor paternal de Arthur de Salles e os reflexos dele na sua obra, Antonio Loureiro de Souza (1959, p. 58-59) escreve o seguinte:

Vejam, agora, um outro aspecto da poesia de Artur de Sales. Ésse todo íntimo, exteriorização real de um sentimento que nêle sempre foi eloqüente e vivido: o sentimento paterno. Como sabem os seus mais afeiçoados, amando, embora, estremadamente, a todos os seus filhos, a um dedicava senão maior afeto, porém predileção: Fernando Sales, como o pai poeta inspiradíssimo, cuja lira o Destino partiu bem cedo ainda, para a angústia maior do pai que lhe sobreviveu. A êsse filho dedicava Artur de Sales uma veneração especial. Era poeta. Perdendo-o em 1948, como que para êle o mundo também desapareceu.

Como se vê, Antonio Loureiro de Souza aponta erradamente o ano de morte de Fernando Salles.

Como já mencionado, o poeta perdeu ainda um filho, chamado Otávio, que morreu ainda bebê¹⁶, e cuja perda grande dor causou ao pai, que escreveu para ele o poema *Berço Vazio*. D. Aurélia, esposa de Salles, faleceu em 21 de março de 1948, tendo o casamento durado 35 anos.

Em função da grande tristeza, informa Cecília de Lara (1971, p. 66), Arthur de Salles

¹⁶ Pasta 061, doc. 0221 do Acervo de Arthur de Salles.

[...] recolheu-se gravemente enfêrmo ao lar das irmãs.

Na **última entrevista**, relata Chagas de Oliveira, em dezembro de 1950, declara o poeta, vergado pelo sofrimento: “ainda não comecei a escrever o poema da minha dor”. E não o começaria, porque após alguns meses veio a falecer. Numa tarde cinzenta e fria levaram-lhe o corpo ao cemitério da Ordem de S. Francisco, a 27 de junho de 1951.

A data dessa última entrevista, concedida a Cláudio Tuiuti Tavares, é 16 de dezembro de 1951. E sobre os detalhes da morte e do sepultamento do poeta as informações, apesar de equivocadas, são repetidas com relativa frequência até hoje, como se pode verificar, por exemplo, à página 1429 da *Enciclopédia de Literatura Brasileira* de Afrânio Coutinho e J. Galante de Souza, lançada em 2001, e à página 352 da *História da literatura brasileira*, de Luciana Stegagno Picchio, cuja primeira edição italiana é de 1972, onde o falecimento de Arthur de Salles é dado como ocorrido no ano de 1951. Na verdade, como já mencionado, Arthur de Salles faleceu em 1952.

Esse cotejo entre diversas fontes comprova que a pesquisa em acervos é absolutamente relevante, pois tudo em um acervo está interligado, mesmo que a princípio não percebamos, e através do cruzamento dos dados podemos chegar a preciosas e significativas informações, corrigir lapsos, preencher lacunas, montar um quebra-cabeças, tentando fazer jus ao que efetivamente representa aquela memória arquivada.

O ARQUIVO QUE SE ESCONDE

Assim como acontece com parte dos acervos literários, o de Arthur de Salles se mostra bastante completo. A maioria dos documentos pertencentes a ele já foram trabalhados em edições crítico-genéticas; em pesquisas que se debruçaram sobre sua fortuna crítica e a recepção de sua obra; sobre a sociedade e a cultura baianas de sua época presentes na sua obra e na sua correspondência; sobre elementos de sua criação literária também extraídos de sua correspondência. Ou seja, é um acervo produtivo para memória literária de uma personalidade, de uma época e de uma região.

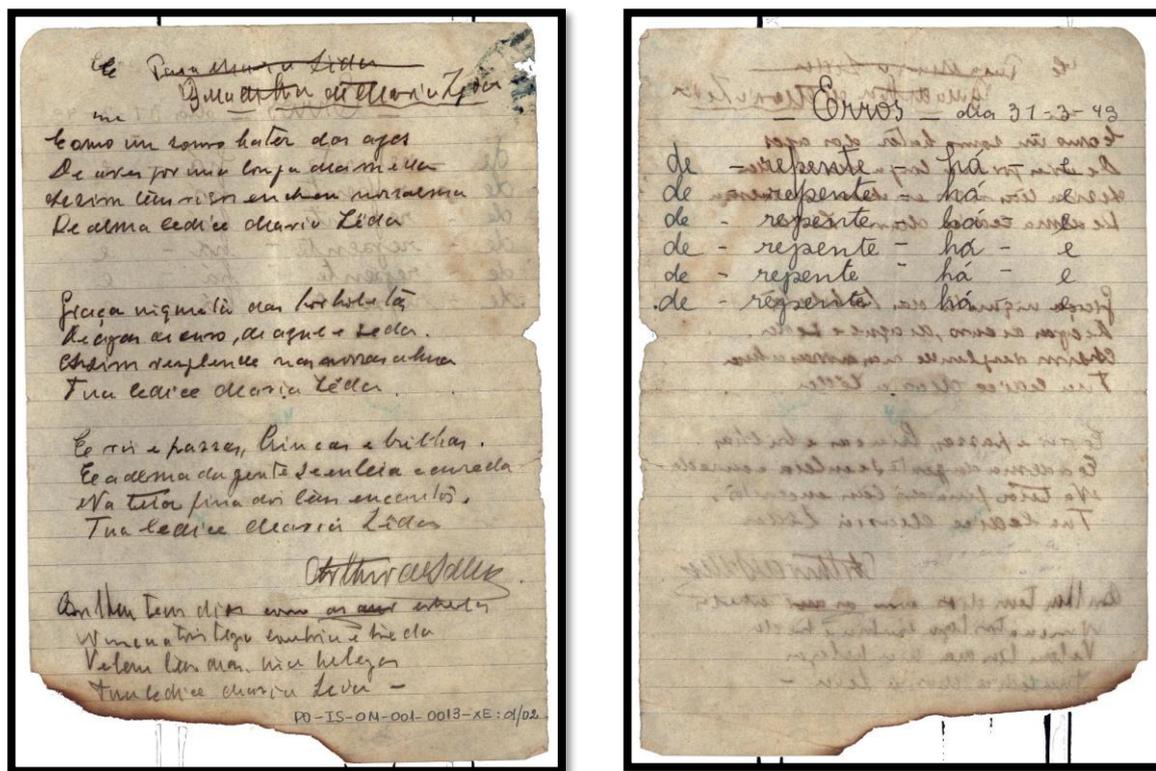
Há, porém, elementos diversos que estão presentes e se mostram de forma bastante evidente nos documentos do acervo. Elementos estes que, aparentemente, nada dizem a respeito da produção literária e intelectual do poeta, pelo menos em uma análise preliminar, mas que podem deixar o pesquisador frente a muitos dilemas.

Agindo como um investigador ou um perito criminal, um pesquisador de acervos precisa estar ciente de que precisa olhar para tudo “com olhos de ver”, mas ao se deparar com situações diferentes, inesperadas, desconectadas, pelo menos de maneira explícita, do que se costuma buscar em pesquisas acadêmicas – literárias como é o caso do nosso exemplo – deve, em primeiro lugar, decodificar a informação e posteriormente processá-la, tentando encaixá-la no quebra-cabeças que poderia já ter começado a tomar forma na pesquisa. Assim, em um exemplo hipotético, um furo provocado por uma bala de revólver em um móvel que faça parte de um acervo, a princípio, representa apenas um furo de uma bala, que pode, no entanto, ser o testemunho de um assassinato, um suicídio, ou um simples descuido. Pode ter sido feito antes, durante ou depois do período que compreende a vida do autor a cujo acervo o móvel pertence. Pode ter, portanto, relação ou não com o que se procura que seriam apenas informações sobre a vida e a obra de um determinado autor, relacionados de alguma forma com o seu ofício. Mas separar o joio do trigo pode ser a parte mais complexa do trabalho do pesquisador de acervos.

O escritor Arthur de Salles, por exemplo, ele mesmo, foi o seu maior arconte, sofrendo – como seria possível se supor por seu estilo literário (simbolista) e pelas agruras de sua vida – do “mal d’archive”,

da pulsão de morte. Descuidado (ou altruísta ou extremamente crítico consigo mesmo?), deixava que seus filhos utilizassem seus rascunhos para fazer deveres da escola.... Ou seria o contrário? Utilizava (por desleixo? inspiração súbita? ou penúria?) as folhas já usadas para deveres escolares (dos filhos? dos alunos das instituições por onde passou? ou das aulas particulares que ministrava?) para lançar sobre elas um poema ou pensamento, como nos mostra um manuscrito pertencente ao seu Acervo que traz de um lado da folha o esboço de um poema e no recto, uma cópia de palavras, possivelmente, erradas em um ditado.

Fig. 2- Facsímile do poema “Para Maria Leda” tendo, no verso, exercício escolar (PO-IS-OM-001-0013-XE:01/02)

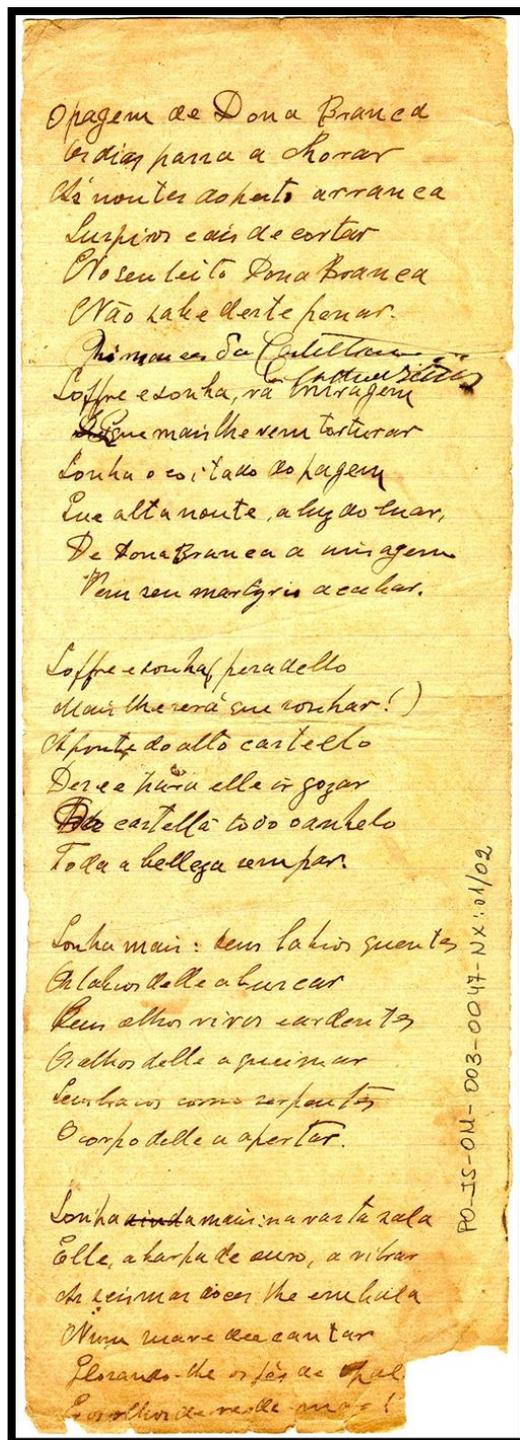


Fonte: Acervo de Arthur de Salles

Poderíamos extrair da materialidade de um testemunho informações sobre traços da personalidade do poeta? Essa interpretação não é evidente nem fácil.

Arthur de Salles não era uma pessoa de posses, como já vimos nos dados biográficos. Muito pelo contrário, passou a vida em dificuldades financeiras. Ao olhar muitos de seus manuscritos autógrafos no acervo, vemos que o poeta utilizava para escrever qualquer aparas de papel (grosso, de baixa qualidade). Tal fato pode dar margem a interpretações variadas, associando a materialidade dos testemunhos à condição financeira do poeta? Ou seria despreendimento? Ou, ainda, poderia significar um lampejo criativo que o levava a apanhar o papel que estivesse mais à mão para lançar sobre ele o fruto de sua inspiração? Poderíamos extrair da materialidade de um testemunho informações sobre a condição social do poeta (ou sobre seu estilo de vida ou sua rotina de criação?) em dados discretos de seu acervo?

Fig. 3- Facsímile do esboço do poema “O pagem de Dona Branca”
(PO-IS-OM-003-0047-NX:01/02)



Fonte: Acervo de Arthur de Salles

Porém, o maior testemunho que a análise material dos seus manuscritos nos dá – e que só pode ser, de fato, interpretada à luz do depoimento da sua filha durante a organização do acervo – é que os recalques de Arthur de Salles o levaram, ao final da vida, a ter tentado se desfazer de todos os seus

originais, apagando os passos deixados atrás de si e toda a sua produção inédita, o que hoje constitui a parte mais substancial de seu acervo, sobre a qual já se debruçaram diversos pesquisadores do Grupo.

Essa tragédia foi evitada pelos filhos do poeta que lançaram água sobre o fogo ateados aos manuscritos. As cicatrizes de ambos os atos são visíveis: os papéis ficaram marcados, de forma indelével, pelo fogo e pela água, alguns chegando a perder boa parte do suporte e do texto.

Fig. 4- Facsímile de documentos queimados e molhados (PO-IS-OM-003-0055-NX:01/; PO-IS-OM-003-0054-NX:01/; PO-IS-OM-003-0053-NX:01/02; PO-IS-OM-003-0043-NX:01/02)

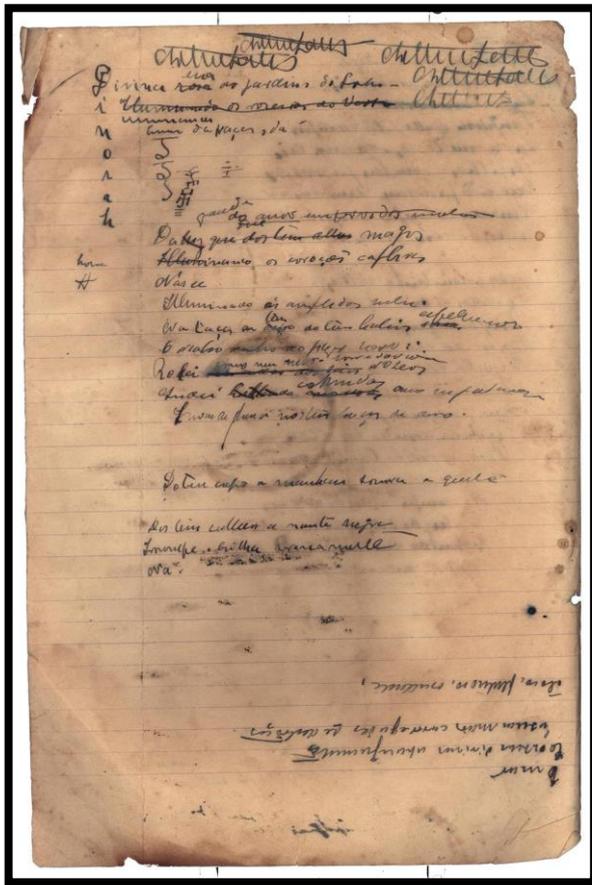


Fonte: Acervo de Arthur de Salles

Poderíamos ter aí informações sobre a personalidade, talvez intempestiva, do poeta ou esse ato demonstraria a frustração sentida por Salles ao não ver sua obra “reconhecida” como gostaria (aquele reconhecimento explicitado na repercussão de sua morte e as continuadas referências a ele que o cânone literário insiste em demonstrar)?

Outro (possível?) dado material é a marca em formato circular e de cor escura (cor-de-vinho já oxidada pelo tempo?) provocada, evidentemente, pela sobreposição da base de um copo (ou seria uma taça? ou, até mesmo, uma garrafa fina?) – do qual o líquido transbordou ou escorreu – sobre a folha. Seguindo a leitura do texto lançado sobre esse suporte, a mão do poeta, com letra “embriagada” nos conta: “Andei bebbendo como vistes”. A primeira vista, é impossível não lembrar da *causa mortis* do poeta – cirrose hepática – à qual o preconceito associa quase que invariavelmente ao alcoolismo. O pesquisador, portanto, ao “enxergar” o poeta se embriagando, poderia ver aí uma taça de vinho sobre o papel e a sua confissão inebriada?

Fig. 5- Facsímile do esboço do acróstico “Dinorah” etc. (PO-IS-OM-001-0014-XE:01/02)



Arthur de Salles
Arthur de Salles Arthur de Salles
Arthur de Salles
Arthur de Salles

Divina [↑eira] <rosa> do jardins do sonho-
i <Iluminado os roseiros do versos> Arthur de Salles
n [↑(†)] (†) das raças, da -
o]
r] (sinais)
a] (sinais)
h = 2 *
Da <luz que teus olhos>[↑grande do [↓<que>] amor
em<fervidas anelos>] magos
[←borna] <Iluminando> os corações captivos
[←H] Nasce
Iluminado às amplidos nada.
Na taça as <†>[↑tem] do teus labios <roseos>[↑espalha cor]
O riacho rubro do prazer sorrir:
Ro<↳/d\ei <nas ondas dos seios>[↑como num mar
sorvedouros]
Andei <bebbendo como vistes>[↑compridas] como (†)
<†>/L\ (†) no arduna nos teus braços de ouro.

Do teu corpo a manhan sonora e queta

Dos teus callam a noute negra
Irrompe e brilha serenamente
Na.

O mar
E os seus divinos apasiguamentos
E suas mãos carregadas de destroços.

Floco, flutuoso, oscilante,

Fonte: Acervo de Arthur de Salles

O documento é visivelmente um esboço contendo várias assinaturas lançadas a esmo, um acróstico incompleto e fragmentos de um ou dois futuros poemas. Ou seriam apenas palavras jogadas ao acaso sobre o papel em um momento de bloqueio criativo? Mas se nos detivermos na parte final do manuscrito, nas linhas do entorno da suposta “confissão de embriagues”, leremos termos que orbitam pelo campo semântico da bebida, do vinho, inclusive, com sua fácil e tão comum associação à sensualidade (taça - labios roseos - espalha cor - riacho rubro do prazer - ondas - sorvedouros). Como

dar qualquer passo nesse caminho escorregadio de interpretações sem esbarrar na leviandade, na subjetividade – pecados capitais para qualquer pesquisador –?

Todas estas informações, e muitas mais, não estão, exatamente, escritas em algum lugar, mas deixaram seus traços nos suportes dessas memórias.

A maior parte dos documentos que hoje constituem o Acervo de Arthur de Salles foi trazida pela filha do poeta, Dona Celina Salles Trigueiros, que entregou aos cuidados do Grupo de Edição Crítica de Textos da UFBA os documentos aos quais ela singelamente tratava como “os papéis de papai”. Foi através dos depoimentos dela e de outras pessoas que conviveram com Arthur de Salles que foi compreender muitas das informações contidas nos materiais do Acervo, que apesar de serem visíveis, não são evidentes.

Outra inestimável fonte de informações para compreender o poeta e seu acervo foram as cartas enviadas ao seu maior interlocutor, o também poeta Durval de Moraes. Era para o amigo que Arthur de Salles escrevia as suas mais demoradas missivas, era com ele que travava os mais longos e sinceros diálogos. Era ele o grande guardião dos seus segredos, seus anseios, seus momentos de brilhantismo e desesperança. Durval, como um bom arconte, fez exatamente o oposto do que fez Arthur de Salles, guardou todas as cartas recebidas, e, para maior sorte ainda dos pesquisadores, guardou também alguns rascunhos da cartas que ele próprio enviou ao amigo. Esta coleção passou às mãos do filho de Durval de Moraes, que, por sua vez, passou fotocópias às mãos dos pesquisadores e organizadores do Acervo. Os originais delas hoje se encontram na Academia de Letras da Bahia. O que ficou “perdido pelo caminho” entre a correspondência desses dois poetas (ou foi recalçado por um ou por outro ou pelos seus descendentes?), provavelmente, jamais se saberá.

Desta forma, as inferências dos pesquisadores são corroboradas pelas informações (materiais, imateriais). Quando não é possível cruzar os elementos para chegar a uma “conclusão”, deixamos de lado, em um cantinho reservado das “conclusões parciais” ou das “informações por interpretar”...

ENTRE OS RECALQUES E O NÃO ARQUIVADO: A PRECIOSA MEMÓRIA DO PRIVADO – A RIQUEZA DO ACERVO EPISTOLAR

Arthur de Salles teve, dos seus 73 anos de vida, 38 dedicados ao funcionalismo público, atuando, principalmente, como professor primário. No entanto, apesar de trabalhar como professor, foi sobretudo poeta. Não por acaso, é essa a profissão assinalada no termo de enterramento de seu corpo. Como afirma Natan Coutinho (QUEM..., [s.d.]), “a poesia nele não era uma habilidade mental a ser exercida nas horas vagas. A poesia foi seu sangue, sua alma, a razão inteira de sua existência. Ela o absorvia, o possuía integralmente”.

Ao longo de 30 anos (no período de 1908 a 1935), Arthur de Salles trocou correspondências com o seu grande amigo e também poeta Durval de Moraes que, nascido em 1882, morreu em 1948. Diplomado em Química Farmacêutica, morou e exerceu sua profissão, durante algum tempo, no Rio de Janeiro. Como poeta simbolista publicou *Sombra fecunda* (1913), *Lira franciscana* (1921), *Cheia de graças* (1924), *Rosas do silêncio* (1926), *O Poema de Anchieta* (1929), *Solidão sonora* (1943), além de três peças de teatro e muitos poemas em jornais e revistas da época (TELLES, 1996).

Cartas (particulares, como é o caso), no entanto, são correspondência de cunho privado produzidas, geralmente, para um único destinatário/interlocutor. Por não serem elaboradas para o acesso coletivo, trazem, muitas vezes, apenas aspectos visíveis pela interpretação da relação entre o remetente e o destinatário e pelo conhecimento do contexto social e histórico no qual se inserem.

No acervo de Arthur de Salles não há uma única missiva conservada por ele ou, pelo menos, nenhuma foi entregue aos pesquisadores. Não teria ele guardado as cartas do amigo? Ou aqueles que detinham essas cartas não as quiseram por à disposição de leituras alheias? Não teriam intuído seu valor ou as guardaram para si por questões afetivas, ou por pudores devidos à alguma informação censurável, sigilosa? Se pensarmos, no entanto, que Arthur de Salles de fato não as conservou, é inevitável que nos perguntemos o(s) porquê(s).

Revendo a trajetória do poeta – que morou boa parte de sua vida adulta, em lugares variados –, é possível imaginarmos que em tantas idas e vindas, muito de seu acervo se perdeu (partes da sua obra e testemunhos da sua vida, certamente também). Pensando no movimento final de Salles com seus “papéis” – que os lançou ao fogo numa pulsão de morte inequívoca –, é possível imaginarmos que ele muito pouco apreciaria o fato de sua correspondência “pessoal”, “íntima” ser lida, relida, analisada e... divulgada.

O conteúdo dessas cartas, no entanto, vai para muito além do pessoal, do íntimo. Entre muitos outros dados, o conteúdo das cartas deixar transparecer o percurso do movimento cultural na Bahia e nos ajuda a traçar um panorama biobibliográfico de Arthur de Salles e de seu tempo. O que, assim esperamos, nos escusa da invasão ao privado para torná-lo público...

O valor dessa correspondência já foi ressaltado inúmeras vezes, por trazer informações relevantes tanto sobre a vida pessoal, quanto intelectual de Arthur de Salles (GAMA; TELLES, 1996; GAMA; TELLES, 1997; GAMA; TELLES, 1998). É possível, portanto, depreender delas o contexto em que viveu e atuou o poeta baiano, analisando em que medida as circunstâncias de sua vida tiveram influência direta sobre a sua produção intelectual.

Selecionamos para esta análise as cartas que abrangem as décadas de 20 e 30. Nelas podemos encontrar, além de dados relevantes sobre costumes e tradições da época, informações sobre acontecimentos literários, políticos e econômicos, e inúmeras informações de cunho pessoal, nas quais vemos o reflexo do contexto socioeconômico nacional. Pelo que demonstra o seu acervo, a atividade intelectual do funcionário público Arthur de Salles sempre oscilou entre períodos de latência e fertilidade, mas em meio à crise cacauêira do Nordeste e a Revolução de 30 que mobilizou todo o país, o poeta vê os problemas políticos e financeiros pelos quais passava o Brasil influenciarem sobremodo a sua vida e sua produção literária.

O escasseamento da produção de Arthur de Salles, que teve início na década de 30, não se refletiu na qualidade de seus versos. Segundo Heli Menegale (1960), “Se algum dia for publicada a poesia inédita que deixou, hão de comover profundamente os versos de sua última fase, mística, misteriosa, de estranha densidade”.

Cláudio Veiga (2002, p. 9) afirma que “Nos seus setenta e três anos de existência, sua produção se concentra, aproximadamente, em três décadas, dos vinte aos cinquenta anos; noutras palavras, da Guerra dos Canudos à Revolução de 1930.”

Na última entrevista concedida, Arthur de Salles desabafa: “Desde 1930, por motivos de todos conhecidos e pelo infortúnio, me afastei das atividades literárias. Anteriormente, pensava como Gabriel d’Annunzio: *Criar com alegria*. Hoje, depois de muito pensar, medito como Goethe: *Da tua dor façe um poema...* E ainda não comecei a escrever o poema da minha dor.” (TAVARES, 1952)

Essa densidade, louvada por Menegale, pode ser reflexo das circunstâncias vividas por Arthur de Salles, como se pode ver no trecho de uma carta da 1934, onde o poeta afirma: “Aqui como sempre, cada vez mais velho, mais feio mais triste e mais doente. [...] Se hoje reunisse os poucos versos que tenho feito

ultimamente lhes daria este titulo: Exilio. [...] Exilio seria ou será o titulo do meu livro. Expressaria bem este desconforto.”¹⁷

A publicação de trabalhos escritos em datas muito anteriores ou mesmo a republicação de textos não inéditos era um hábito muito comum entre os intelectuais da época. Isso, porém, a partir do final da década de 30, termina por se tornar a tônica na obra de Arthur de Salles, que nesse momento deixa, praticamente, de produzir textos novos e passa, em geral por insistência de amigos e admiradores de sua obra, a publicar textos escritos em fases anteriores. Em cartas do início da década de 20, e até mesmo antes, já se podiam perceber prenúncios dessa passividade que tomaria conta do poeta. No entanto, é indispensável atentar para o fato de que Arthur de Salles engana o leitor com seu pessimismo. Já em 1911 podemos ler: “Um dia, a sombra amarga da Tristeza / Descera fina e fria sobre esta anciosa / Pobre alma cheia de desesperança...”¹⁸

Em 1923 ele confessa ao amigo Durval, “Não leio, não escrevo, não entro no meu gabinete de trabalho.”¹⁹ Esses comentários deixam entrever, sobretudo na alma simbolista do poeta, o pessimismo aflorando a todo instante, um pessimismo que se reflete mais nas palavras do que nos fatos.

Motivos para o escasseamento da produção literária e para o seu desânimo são facilmente localizados no conteúdo das cartas enviadas ao amigo. Homem sensível e de vida modesta, Arthur de Salles sofreu a dor da incompreensão, daqueles a quem a vida maltrata. Heli Menegale (1960) dizia que sua “palavra um pouco tímida, continha sempre uma pitada de sabedoria, mas amargava de ironia e desencanto”.

Em meados da década de 20 a saúde do poeta já começa a apresentar sinais de debilidade. Em 1924 ele escreve: “Eu aqui adoentado, triste, aborrecido. Mas escreve-me e eu ficarei melhor”.²⁰

E, em 1925, os problemas conjunturais brasileiros já começavam a se refletir na vida do funcionalismo público federal, como vemos neste trecho de uma carta de 28 de agosto:

Recebi as tuas cartas e o teu telegrama sobre esse negocio de Barreiras, onde, ao que consta, tropas legalistas se concentrarão para enfrentar os revolucionarios que estão a poucas leguas, em Goyas. Continuo aqui na Villa a espera do resultado dessas marchas e contramarchas do ministerio quanto à installação do Patronato etc. [...] Já te disse que o Instituto, logo no inicio do seu ministerio lhe mandava uma carta colletiva pedindo uma melhoria de emprego para mim. [...]

Pouco tenho escripto. Os dissabores, as tristezas destes ultimos [dias] [...] me não trabalhar. Depois da morte ao meu irmão comeccei a por em verso, a glosar, um assumpto regional – Sangue máo. Em meio veio a morte de meu velho e de novo parei [...]²¹

No entanto, embora o autor afirme reiteradas vezes ao longo das cartas que nada está produzindo, a continuação do mesmo parágrafo mostra que, apesar de Arthur de Salles não se encontrar em franca produtividade, ele tampouco está parado, e dá andamento a trabalhos anteriores: “destaquei desse assumpto um episodio – O Ramo da Fogueira [...]. Este e outros assumptos dariam com o nome de Romanceiro boas paginas regionaes. [...] Tudo isto entre pescadores. E nada mais. Corrijo os versos do Mar e algumas paginas de prosa e o Machbeth.”²²

¹⁷ Pasta 069, doc. 0390 [carta de 13.05.1934], do Acervo de Arthur de Salles.

¹⁸ Pasta 062, doc. 0251 [carta de 03.11.1911], do Acervo de Arthur de Salles.

¹⁹ Pasta 068, doc. 0355 [carta de 15.02.1923], do Acervo de Arthur de Salles.

²⁰ Pasta 069, doc. 0370 [carta de 23.12.1924], do Acervo de Arthur de Salles.

²¹ Cf. doc. 069:0371 [carta de 28.08.1925], do Acervo de Arthur de Salles.

²² Cf. doc. 069:0371 [carta de 28.08.1925], do Acervo de Arthur de Salles.

Porém, as pistas deixadas pelas palavras do poeta dirigidas ao amigo se mostram enganosas quando comparadas com as datas das suas publicações, já que boa parte de sua obra publicada em livro se encontra entre as décadas de 20 e 30: o livro *Poesias*, por exemplo, é publicado em 1920; o *Hymno ao Senhor do Bomfim* é de 1923; o poema dramático *Sangue-Mau* é escrito entre 1924 e 1925 e publicado em 1928; o poema *Sub umbra* é escrito em 1925 e publicado em 1926. É nessa época, também, que está em plena produtividade com a tradução de *Macbeth*. (SALLES, 1981) Isso tudo, além de inúmeras publicações em periódicos (TELLES; TELES; LOSE; PEREIRA, 2001; PEREIRA, 2002), desmente as palavras carregadas de pessimismo e desolação de Arthur de Salles, embora, em carta de 27 de março de 1927, insista em demonstrar, com veemência, seu descaso em relação à atividade literária e intelectual:

O dr. Armando de Campos, meu distinto amigo [...] fará ou quer fazer no salão de D. Angela Vargas, a gloriosa declamadora, sua palestra a meu respeito em dados biographicos e trabalhos ineditos. Telegraphou-me pedindo estas cousas. Infelizmente os meus trabalhos e tudo meu estão na Villa. Para aqui nada trouxe [...] Quanto aos dados biograficos são tão simples, que tu mesmo os darás.²³

E, na carta seguinte, relata que os problemas de ordem pessoal e conjuntural ainda persistem: “Doenças, aborrecimentos, a greve que tudo suspendeu. [...] As Musas não me visitam nem eu as procuro”²⁴. E em junho de 1927 demonstra que as críticas a sua pessoa e sua obra nem sempre eram positivas:

Está ahi no Rio um sr. Godofredo Filho moço poeta futurista a quem nós, da roda muito estimavamos por ser esperançoso nos versos. Este moço depois não sei porque tomou ogeriza de mim que já por duas vezes quiz escanchar-me em artigos isto sem motivo, sem discussão. [...] Ahi, em artigo ou entrevista, em O Jornal fallou de letras na Bahia, incluindo-me no numero dos sonetistas [...] O Altamirando Requião, não podendo vingar-se do Chiachio que lhe denunciou as roubalheiras literarias, e do Armando de Campos, procurou sempre desbancar-me do numero dos poetas procurando fazer eleição para principe e cabalando para o Affonso de Castro Rabello um distinctissimo moço, creio, que alheio a essas miserias como eu. [...] Pensei que o meu isolamento, meu recanto, minha vida meu[s] versos não incomodavam ninguém.²⁵

Esse isolamento, que, como já vimos, não era exatamente uma opção sua, é apresentado como positivo para sua criação. O poeta diz ter “a fome das distâncias e a sede dos isolamentos”²⁶ talvez impulsionados pelo desgosto com a vida e pela falta de alternativas.

Além das questões conjunturais que pareciam lhe amargar a existência nessa época, Arthur de Salles, que era reconhecido por alguns como um patrimônio inestimável de cultura e inteligência de sua terra (SOUZA, [s.d.], 5), também enfrentou problemas por ser um professor fora dos parâmetros didáticos, por procurar dar aos alunos um pouco de arte e cultura, o que, por volta de 1927, terminou por lhe trazer mais incômodos, conforme relata ao amigo:

De mim, soube que dissera no ministerio que eu era bom poeta e máo professor. [...] Ensinar quinze annos, fazer da minha pequena biblioteca o recurso dos meus discipulos, [...] ensinar-lhes com carinho, e boa vontade o que não estava no programa do

²³ Cf. doc. 069:0376 [carta de 27.03.1927], do Acervo de Arthur de Salles.

²⁴ Cf. doc. 069:0377 [carta de 07.06.1927], do Acervo de Arthur de Salles.

²⁵ Cf. doc. 069:0377 [carta de 07.06.1927], do Acervo de Arthur de Salles.

²⁶ Cf. doc. 069:0377 [carta de 07.06.1927], do Acervo de Arthur de Salles.

Regulamento da casa, como francez, historia universal, literatura, dilatar o quanto me foi possivel as vistas intelectuais dos allunos dos livros [...] Ora aqui está, por certo, a demora da minha effectividade.²⁷

Em 08 de janeiro de 1929 Arthur de Salles traduz os seus sentimentos de desgosto, desencanto e cansaço com toda essa situação em apenas poucas palavras: “Meu silencio é a maneira mais certa mais sincera, mais eloquente de expressão de minh alma.”²⁸

No início da década de 30, os problemas brasileiros se agravam, e a situação do poeta em nada melhora. A quantidade de cartas ao amigo também escasseia e essas passam a ser mais descritivas e menos poéticas, ganhando tom amargo e cansado, daqueles que estão desencantados com a vida.

Em dezembro de 1930 Arthur de Salles havia sido posto em disponibilidade pelo Governo Federal, e em maio de 1931, comenta ressentido: “Ora aqui está o que a revolução me trouxe [...] O meu estado de saude, a minha vida destes ultimos mezes, entre a doença e a necessidade, me tem posto num estado de completa irritação e tristeza ressentidas [...]. Não leio, não escrevo.”²⁹

Na carta seguinte, de 30 de outubro de 1931, Salles explica melhor a situação, que se agrava cada vez mais, dizendo que o governo o havia exonerado por não ter se apresentado ao posto a ele destinado (segundo ele próprio, por falta de condições financeiras para viagem, como já dissemos).³⁰

Mas as dificuldades de Arthur de Salles com o seu empregador não acabavam por aí. Em outubro de 1931 ele conta ao amigo que, além de ser posto em disponibilidade e, posteriormente, exonerado, enfrenta também problemas com os ordenados de um ano inteiro que, segundo ele, estava sem receber.³¹ Isso, além de colocá-lo em dificuldades financeiras, lhe causa grande desgosto, fazendo-o concluir que “vantagem maior seria que me pagassem e me deixassem em paz já que dezenove annos de serviço de nada valem.”³²

Ainda em outubro, Salles reage e conta ao amigo, embora sem muito entusiasmo, que retomou o trabalho, se não o de criação, pelo menos o de publicação. Escreve ele: “Reuno os meus versos antigos para uma publicação qualquer e corriji o Macbeth de Shakespeare.”³³

Em 1932 as dificuldades com a carreira de professor continuam, pois enquanto tenta a reversão de sua exoneração, busca outras soluções para sua situação, lecionando em escolas particulares, além de pleitear uma vaga como professor do Estado, alternativa que, no entanto, não lhe é possível pois, segundo afirma, “a reforma escolar aqui ainda não me deu ensejo.”³⁴

Em uma ocasião bastante anterior, Salles havia escrito a Durval de Moraes, comentando as vicissitudes de um amigo em comum, as quais Salles parece não compreender. Ele questiona: “Oh! Como é que o dinheiro ou a carne aniquila uma alma?!...”³⁵ Fato semelhante a este parece ter se passado com o próprio Arthur de Salles, que, no entanto, ao se ver com restrições financeiras e complicações de saúde, tenta dar continuidade, embora com dificuldades, a sua carreira literária. Em carta de fevereiro de 1932, ele relata: “Não escrevo. Apenas ando reunindo os versos para num só volume publical-os. [...] A cabeça não pode, coitada, tratar de lettras tão confusa que anda com as cousas da vida.”³⁶

²⁷ Cf. doc. 069:0378 [carta anterior a março de 1927], do Acervo de Arthur de Salles.

²⁸ Cf. doc. 069:0379 [carta de 08.01.1929], do Acervo de Arthur de Salles.

²⁹ Cf. doc. 069:0383 [carta de 12.05.1931], do Acervo de Arthur de Salles.

³⁰ Cf. doc. 069:0385 [carta de 30.10.1931], do Acervo de Arthur de Salles.

³¹ Cf. doc. 069:0385 [carta de 30.10.1931], do Acervo de Arthur de Salles.

³² Cf. doc. 069:0385 [carta de 30.10.1931], do Acervo de Arthur de Salles.

³³ Cf. doc. 069:0385 [carta de 30.10.1931], do Acervo de Arthur de Salles.

³⁴ Cf. doc. 069:0387 [carta de 17.02.1932], do Acervo de Arthur de Salles.

³⁵ Cf. doc. 064:0295 [carta de 30.10.1913], do Acervo de Arthur de Salles.

³⁶ Cf. doc. 069:0387 [carta de 17.02.1932], do Acervo de Arthur de Salles.

Em 6 de agosto de 1935, após conseguir a reversão de sua exoneração, Arthur de Salles é nomeado por Getúlio Vargas, Adjunto de Professor Primário do Aprendizado Agrícola de Sergipe, de onde escreve ao amigo Durval: “Escrevo-te daqui do Aprendizado Agrícola de Sergipe para onde fui designado depois de quatro anos de disponibilidade. [...] Era preciso vir porque são vinte e dois anos que consegui reaver.”³⁷

Em meio a isso tudo, Arthur de Salles se esquivava, mais uma vez, da publicidade e da crítica, que, como se pode ver, não o quer esquecido:

Um poeta paulista, Silveira Bueno, escreveu-me uma carta pedindo me trabalho ineditos para o seu jornal, a Folha da Noute, de que é critico. [...] Vae escrever sobre meu livro e quer estabelecer a ligação ou conhecimento dos poetas do norte e do sul. Ainda não mandei nada; tal o meu estado actual de vida sem tranquilidade.³⁸

A última carta datada que o Acervo possui é de 14 de dezembro de 1935 e nela o poeta relata uma visita que acabara de fazer a uma cidade onde havia morado na sua infância. A carta, em tom nostálgico, se encerra com os versos de Olavo Bilac, que demonstram bem o ânimo de Arthur de Salles naquele momento: “Pela tristeza do que tenho sido / Pelo esplendor de que deixei de ser.”³⁹

Durval de Moraes, no entanto, viveu ainda 13 anos após a escrita dessa carta e Arthur de Salles, 17 anos. Publicações de sua obra se seguiram até 1952, ano de sua morte. Seu último texto publicado em vida foi o poema “Navarca”, uma republicação, no número 13 da *Revista da Academia de Letras da Bahia*. (SALLES, 1981).

Por que não há cartas posteriores a essa data, não sabemos. Ou não as escreveu, ou não foram guardadas pelo amigo. Ou não foram, simplesmente, entregues aos pesquisadores (por que motivo? nunca saberemos?).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com o arquivo é um trabalho de memória, sobre memória, como reconstituição da memória, e essa reconstituição é feita com a junção de vários elementos e inferências, excluindo, ao máximo possível, a subjetividade e banindo, junto com a precipitação e o enviesamento, a leviandade. Há casos em que não podemos ter apenas hipóteses, é necessário haver fatos cuja comprovação deve vir antes de qualquer afirmação por parte do pesquisador de acervos.

É memória, portanto, o poema escrito sobre o papel; é memória a marca em formato circular e de “cor-de-vinho” sobre a folha; é memória o comentário feito pelo escritor (como se imaginasse alguém a espreitar seu lapso) – “andei bebbendo como vistes” – e é memória a letra embaralhada, embriagada, vinda logo após este comentário...

Fagundes Duarte (1995, p. 335), em sua conferência intitulada “Prática de edição: onde está o autor?”, lembra que o pesquisador que trabalha com manuscritos inacabados deve levar em conta o que se pode, a partir das características dos materiais, perceber do relacionamento do autor com a obra, para, de posse dessas informações, ter pistas de qual seria o futuro dos documentos. Afinal, ainda segundo Duarte, é do editor (1995, p. 338) “a difícil missão de tomar uma decisão por procuração, mas não sem antes tentar responder a uma pergunta fundamental: o que pretendia o autor fazer com aquele texto?”

³⁷ Cf. doc. 069:0395 [carta de 20.09.1935], do Acervo de Arthur de Salles.

³⁸ Cf. doc. 069:0396 [carta de 21.11.1935], do Acervo de Arthur de Salles.

³⁹ Cf. doc. 069:0397 [carta de 14.12.1935], do Acervo de Arthur de Salles.

Uma única folha de papel é um documento para o filólogo e para o teórico da literatura, pois traz o esboço de uma poesia; é um documento para o geneticista, pois traz os movimentos da feitura da obra; e é um documento para o biógrafo, pois traz dados que, aliados a alguns outros, apresentam informações sobre a vida do escritor. É, também, um documento para o historiador, pois retrata de alguma forma a sociedade contemporânea a ele. Portanto, um fato registrado sobre um testemunho autoral diz respeito à biografia de seu autor, à história de sua sociedade, de sua criação literária, da cultura de sua época... a materialidade dos documentos – marcas de copo, marcas de fogo, marcas de água, marcas do cuidado e do descuido, marcas do tempo – são como as cicatrizes em um corpo: contam a sua história.

Não trago para este texto o termo conclusão por acreditar, profundamente, que o trabalho com acervos não tem conclusões ou não deveria ter, pois os elementos estão todos ali, uns mais a mostra, outros menos, de tempos em tempos a estes se juntam outros, mas assim como em um dominó, as peças vão se reunindo aos poucos e cada uma delas pode se agrupar com diversos elementos para formar novas figuras, trazer novos dados, fazendo novas jogadas...

Como vimos, o poeta Arthur de Salles reunia em si toda a potência do que Derrida (2001) chama de “mal d’archive”, sofrendo de extrema paixão por seu trabalho, e trabalhando para destruir de forma irreversível o seu acervo. Deixou marcas e silêncios, pistas que vêm sendo seguidas pelos pesquisadores contagiados sempre pelo “mal d’archive”.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, Carlos; VOROBOW, Reinaldo. Outras palavras. Entrevista com Caetano Veloso. **Cult**. Revista Brasileira de Literatura. São Paulo, ago. 2001.
- ASSUNÇÃO, Lucidalva Correia. **A prosa inacabada de Arthur de Salles**: Rincões Patrícios e outros escritos. 1999. 209f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. **Obra poética de Artur de Sales**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1973. 464p.
- BORDINI, Maria da Glória. Anais do III Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros. Tema: Ética e política de gestão de acervos literários. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias**, v. 4, n. 1, Porto Alegre, out. 1998.
- BORDINI, Maria da Glória. Manual de organização do acervo literário de Érico Veríssimo. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias**, v. 1, n. 1, p. 5, Porto Alegre, jan. 1995.
- BRASIL, Assis (Org.). **A poesia baiana no século XX**: antologia. Rio de Janeiro: Imago/Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1999. p. 44-47. Org., introd. e notas de Assis Brasil.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda (Org.). **Decadismo e simbolismo no Brasil**: crítica e poética. Rio de Janeiro; Brasília: Livros Técnicos e Científicos; INL/MEC, 1980. p. 285-95. Sel. e apres. de Cassiana Lacerda Carollo.
- CARVALHO, Rosa Borges Santos. **“Poemas do mar” de Arthur de Salles**: edição crítico-genética e estudo. 2001. 796f. il. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da teoria**: literatura e senso comum. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.
- COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. 2v. il. São Paulo: Global, 2001.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro, Relmé Dumará, 2001.

- DUARTE, Luis Fagundes. Prática de edição: onde está o autor?. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DO MANUSCRITO E DE EDIÇÕES, 4., 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: APML/ANNABLUME, 1995. p. 335-358.
- GAMA, Albertina Ribeiro da; TELLES, Célia Marques. Alguns aspectos da cultura literária baiana nas cartas de Arthur de Salles a Durval de Moraes. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**. Porto Alegre: PUCRS, p. 92-100, 1996. v. 2, n. 2.
- GAMA, Albertina Ribeiro da; TELLES, Célia Marques. Os Rascunhos e as anotações de Arthur de Salles. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DO MANUSCRITO E DE EDIÇÕES, 4. **Anais...** São Paulo: USP, 1994.
- GAMA, Nilton Vasco da; TELLES, Célia Marques. A “Obra” de Arthur de Salles contida na sua correspondência com Durval de Moraes. In: MOTA, Jacyra (Org.) CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA, 1, Salvador, 1997, **Atas...** Salvador: UFBA, 1997. v. 2, disq. 7, linghist, com. 8;
- LANSON, Gustave. Un manuscrit de Paul et Virginie. In: LANSO, Gustave. Étude sur l'invention de Bernardin de Saint-Pierre. **Études d'histoire littéraire réunies et publiés par ses collègues, ses élèves et ses amis**. Paris: Librairie ancienne Honnoré Champion, 1930. p. 225.
- LARA, Cecília de. **Nova Cruzada**: contribuição para o estudo do pré-modernismo. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros; USP, 1971.
- LOSE, Alícia Duhá. Arquivo: a morada da censura. **Inventário** - Revista dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, Salvador, [s.p.], n. 2, abr. de 2004. ISSN 1679-1347. Disponível em: <http://www.inventario.ufba.br/02/02alose.htm>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- LOSE, Alícia Duhá. **Arthur de Salles**: a edição de outros escritos. Salvador, 267f. + anexos + CD. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 2001. Orient. Profa. Dra. Célia Marques Telles.
- LOSE, Alícia Duhá. **Arthur de Salles**: esboços e rascunhos. 2v. Salvador, 265f. + anexos + CD contendo Edição Digital. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 2001. Orient. Profa. Dra. Célia Marques Telles.
- LOSE, Alícia Duhá. Panorama biobibliográfico de Arthur de Salles na década de 30. **Seminário “Anos 30: cultura e Política”**. Salvador: FCJA/ILUFBA.
- MATTOS, Waldemar. O Poeta Artur de Sales. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, n. 45, p. 127-132, jun. 2002.
- MENEGALE, Heli. Arthur de Salles, o poeta praieiro. **Jornal do Comércio**, Salvador, 21 maio 1960.
- MIRANDA, Adalmir da Cunha. “O poeta Artur de Sales”. **A Tarde** (Caderno Cultural). Salvador, 19 maio de 2001.
- MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**: simbolismo. São Paulo, Cultrix; EDUSP, 1985.
- MORAES, Durval de. A vitória da solidão. *Bahia Ilustrada* In: BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. **Obra Poética de Artur de Sales**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1973. p. 463.
- MORRE o maior poeta da Bahia. **Diário da Bahia**, Salvador, 28 jun. 1952, p. 1 e 4.
- OLIVEIRA, Eloywaldo Chagas de. Discurso de posse. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, n. 14, p. 64, 1953.
- PEREIRA, Norma Suely da Silva. **Um punhado de versos e paginas de prosa**. 2002. 225f. + anexos. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. **História da literatura brasileira**. Trad. Pérola de Carvalho e Alice Kyoko. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

- QUEM deve ocupar na Academia de Letras da Bahia a cadeira vaga com o falecimento do poeta Arthur de Salles? [Periódico não indentificado], [s.l.], [19--]. Col. Um tema por dia.
- SALLES, Arthur de. **Poemas regionais**; Sangue mau, O ramo da fogueira. Bahia: Era Nova, 1948. 129p.
- SALLES, Arthur de. **Poesias**; 1901-1915. Bahia: [s.n.], [1920]. 252 + ivp.
- SALLES, Arthur de. **Sangue Mão**; poema. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928. p. viii + 108p.
- SALLES, Arthur de. **Sangue-mau**. Ed. crít. sob a dir. de Nilton Vasco da Gama. Salvador: EDUFBA, 1981. 339p.
- SHAKESPEARE. William. Macbeth. Tradução de Arthur de Salles. In: SHAKESPEARE. William. **Macbeth. Rei Lear**. Trad. de Arthur de Salles e J. Costa Neves. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1948. p. 1-131. (Clássicos Jackson, 10). Prefácio de Artur de Sales.
- SILVEIRA, Giraldo Baltazar. Arthur de Salles; esboço bio-literário. **Jornal da Tarde**, Salvador, 8 de set. 1956.
- SIMÕES, Hélio. Breves notas introdutórias. In: BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. **Obra Poética de Artur de Sales**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1973. s.n.p.
- SOUZA, Antonio Loureiro de. Arthur de Sales. In: SOUZA, Antonio Loureiro de. Arthur de Sales **Gregório de Matos e outros ensaios**. Salvador: Progresso, 1959.
- SOUZA, Tomé de [pseudônimo de Adroaldo Ribeiro Costa]. Artur de Salles. **Diário da Bahia**, Salvador, p. 5, s.d.
- TAVARES, Cláudio Tuiuti. A Última entrevista de Arthur de Salles. **Diário de Notícias**, Salvador, 6 de jun. 1952.
- TELES, Maria Dolores. **A obra dispersa de Arthur de Salles em Nova Revista, Bahia Ilustrada e A Luva**: tentativa de edição crítica. 1998. 248f.+anexos. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- TELLES, Célia Marques. Das cartas à impressão: uma trajetória. **Leitura**; Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL, Maceio, n. 22, p. 43-51, jul.-dez. 1998.
- TELLES, Célia Marques. Uma carta de Durval de Moraes a Arthur de Salles. **Quinto Império**; Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa, Salvador, n. 6, p. 87-103, 1º sem. 1996.
- TELLES, Célia; TELES, Maria Dolores; LOSE, Alícia Duhá e PEREIRA, Norma Suely. A Obra dispersa de Arthur de Salles publicada em periódicos. **Revista Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n. 27-28, p. 38-58, jan.-dez. de 2001.
- VEIGA, Cláudio. **Sete tons de uma poesia maior**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 8.
- VERISSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. 43. ed. São Paulo: Globo, 1994. 485p.
- ZILBERMAN, Regina. Mulheres de escritores – sujeitos da história. In: MORGANTI Vera Regina. **Confissões do amor e da arte**: entrevistas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1994.
- ZULAR, Roberto. A Pluralidade da escrita. In: ZULAR, Roberto (Org.). **Criação em processo**: ensaios de crítica genética. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 14.

ZAHAR EDITORES: A RECONSTRUÇÃO DO SEU CATÁLOGO DE 1957 A 1970⁴⁰

Fabiano Cataldo de Azevedo

INTRODUÇÃO

Na apresentação do livro *O historiador e suas fontes*, Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (2013, p. 7) tecem a seguinte reflexão: “a História se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador”. Este texto, com natureza quase ensaística, longe de pretender ser uma abordagem de teoria da história, é uma oportunidade de discutir esse processo apontado pelas pesquisadoras, ou seja, transformar documentos e objetos em fontes. É uma tentativa de exemplificar que a falta de um arquivo repleto de cartas, atas, fotografias etc. não pode ser um impeditivo à investigação.

Uma tese, uma dissertação e uma monografia normalmente chegam para nós como um produto final, limpo, organizado. Raramente sabe-se da trajetória percorrida durante a pesquisa, além do que se informa no espaço formalmente delimitado na introdução e/ou conclusão para esse aspecto do trabalho de investigação. Nesse sentido, com frequência, nós pesquisadores, seguimos a tentar inventar novas rodas.

Durante o período da graduação e do mestrado, nosso desafio foi lidar com excesso de fontes⁴¹ e com total e irrestrito acesso a todas a elas, ou seja, um cenário favorável e tranquilo para a pesquisa. Todavia, no doutorado pudemos nos deparar com um cenário que inicialmente se mostrou desértico e com alguns percalços que inviabilizariam o acesso a alguns documentos.

Além da escassez de fontes, a falta de familiaridade com determinado período histórico costuma deixar muitos pesquisadores com receios e até mesmo os leva à desistência. Ora, se houve um imenso conforto em trabalhar com o século XIX, com os mesmos objetos, na graduação e no mestrado, no doutorado optamos por mudar tanto do período histórico quanto do objeto, mantendo, porém, proximidade com a história do livro. Dentro dessa seara, cabem duas observações, a primeira é a necessidade de aprender a lidar com os instrumentos de pesquisa, incluindo aqui as instituições onde determinadas referências e fontes pudessem ser localizadas. Era necessário compreender a lógica da pesquisa sobre primeira metade do século XX. Por fim, uma constatação: parece ser mais complexo pesquisar documentação do século passado nos arquivos em virtude da sua significativa dispersão.

⁴⁰ Dedico este artigo a todas universidades públicas do Brasil. Agradeço a Profa. Dra. Alícia Duhá Lose pelo convite a integrar essa publicação e pela leitura da minha tese. Agradeço igualmente a Profa. Dra. Vanilda Mazzoni com quem pude estabelecer um profícuo diálogo que corroborou a própria redação deste trabalho.

⁴¹ AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A política de seleção do Real Gabinete Português de Leitura**: identificação a partir compilação das Atas e Relatórios, 1837-1847. 114f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Escola de Biblioteconomia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11818/1/Monografia.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019. AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**: 1837-1888. 2v. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/35266527/A_mem%C3%B3ria_discursiva_e_as_estrat%C3%A9gias_em_torno_da_identidade_luso-brasileira_nos_discursos_do_Gabinete_Portugu%C3%AAs_de_Leitura_do_Rio_de_Janeiro_1837-1888. Acesso em: 06 out. 2019.

Nas linhas a seguir nosso objetivo será dar a conhecer parte do processo de construção metodológica de uma tese de doutorado *Editar livros, sonho de livreiros: os Zahar e o livro no Brasil, 1940-1973* defendida no primeiro semestre de 2018 no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Primeiro apresentaremos o percurso da delimitação do objeto do projeto ao resultado final, a seguir as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa e, por fim, as soluções que foram possíveis naquela ocasião.

DO PROJETO À TESE FINAL

Em 2014 nosso projeto de pesquisa tinha como título “A cultura a serviço do progresso social: Zahar Editores e a Biblioteca de Ciências Sociais (1950-1970)”⁴², e seu objetivo era a análise da construção historiográfica da trajetória e da produção da coleção *Biblioteca de Ciências Sociais* (BCS). Nossas questões seriam: pensar o papel social de Jorge Zahar a partir de sua inserção no cenário político e cultural brasileiro dentro do recorte cronológico proposto; identificar se os autores publicados têm alguma relação ideológica com o momento político pelo qual passava o país; caracterizar a lógica editorial da série Biblioteca de Ciências Sociais; avaliar o panorama das Ciências Sociais no Brasil nos anos atinentes ao recorte da pesquisa e sua relação com o que foi publicado pela Editora; deslindar as possíveis relações entre os intelectuais que trabalharam para Zahar; comparar a relação editores/universidades durante o regime militar com a de outros países, através dos autores e assuntos publicados.

No início das pesquisas constatamos que as fontes no arquivo da editora que julgávamos existir não correspondiam ao período delimitado. Configurava-se então um erro grave de metodologia da pesquisa, ou seja, apesar do acesso concedido, em razão do tempo, não houve nenhuma prospecção prévia na documentação existente.

Ao mudar de objeto no doutorado, sobretudo quando não se tem noção sequer de quais fontes utilizar, a experiência nos mostrou que levar um ano numa investigação preliminar, localizando, identificando, analisando possíveis fontes, não é perder tempo, mas poupar aborrecimentos futuros. Além disto, constrói-se um projeto mais factível.

Essas reflexões foram importantes para repensar o planejamento inicial, da mesma forma que as leituras da bibliografia e das fontes também foram fundamentais. Aos poucos, notamos que a Biblioteca de Ciências Sociais (BCS) era, na verdade, a ponta de um iceberg muito maior, pois percebemos que a Zahar Editores havia publicado mais de vinte coleções com igual e, em alguns casos, com maior impacto que esta. Verificamos ainda que havia títulos lançados fora de coleções que foram até mesmo listados no rol de livros proibidos pelo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – e que tiveram uma recepção digna de nota entre os jovens intelectuais.

A experiência com uso de periódicos como fonte advinha de pesquisas com o século XIX, ou seja, a documentação e seu uso não eram desconhecidos. Por isso, já havíamos sinalizado sua utilização no projeto de pesquisa, mas teriam uma atuação secundária. Na mudança, como será exposto a seguir, assumiriam o protagonismo.

Assim, utilizando-nos da Hemeroteca Digital Brasileira empreendemos a verticalização da pesquisa. Sem dúvida que o nome “Zahar” – pois não é tão comum – facilitou muito nos resultados das buscas feitas no banco de dados. Foram mais de dez mil ocorrências que tivemos que seguir refinando

⁴² Projeto a ser realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

até chegar a informações que seriam fundamentais para uma mudança que definiria o rumo do nosso doutoramento.

Os periódicos desvelaram mais dados sobre facetas desconhecidas, uma delas foi sobre a biografia da Livraria LER (Livrarias Editoras Reunidas), empreendimento da família Zahar que operou entre 1946 e 1973, e fora a mola propulsora para a criação da Editora.

A localização de notícias em jornais – pouco exploradas na imprensa periódica – permitiu a constatação da importância de LER, e levou-nos assim a outra alteração: a inclusão da história da livraria no nossa pesquisa. Por meio desta ação, deslocamos todo o peso da Editora para também analisar seu papel.

Foi necessário um alargamento da temporalidade, recuando de 1950 a 1940, mas mantendo o limite no ano (e não na década) de 1970. A alteração aqui se justifica pela necessidade de compreender a configuração da Livraria LER e o cenário que propiciou seu sucesso, assim como foi preciso entender de que maneira foram construindo sua rede de sociabilidade e se inserindo cada vez mais no universo das “gentes do livro”⁴³.

Por fim, a redação de um artigo, no primeiro semestre de 2016⁴⁴, confirmou que o projeto inicial não se sustentaria mais e que uma nova abordagem seria necessária. Assim, além de mudar do foco que estava apenas na Editora, passamos também a considerar todas as coleções que a Zahar havia publicado entre o final da década de 1950 até o ano de 1970, sem, porém, priorizar análise sobre os conteúdos dos livros. Essa mudança aproximou-nos de terrenos em que estamos mais legitimados pra falar: a história do livro e a bibliografia material. No projeto inicial, seria *sine qua non* uma exegese dos livros e autores publicados em Ciências Sociais, o que constatamos não seria viável naquele momento.

Desse modo, a proposta da tese mudou para compreender os contextos e as trajetórias da Livrarias Editoras Reunidas (LER) e da Zahar Editores, dois negócios no campo do livro para público dos cursos superiores no Brasil. Para tal, o objetivo principal foi entender a composição de um mercado editorial especializado em livros universitários nas áreas de ciências humanas e sociais. A formação desse mercado encontra uma expressão exemplar na trajetória da LER e da Zahar Editores, e essa trajetória, por sua vez, só é compreensível historicamente se colocada em relação com os momentos políticos do País.

O problema central do trabalho se estruturou da seguinte forma: como se construiu a inserção dos Zahar na história do livro no Brasil?

Já existe um público, embora ainda vacilante, para o “livro universitário”, o que cria perspectivas novas para as editoras, para os autores e também para os leitores, que poderão libertar-se, progressivamente, da dependência do livro estrangeiro (FERNANDES, 1962, p. 6).

Essa afirmativa, escrita por Florestan Fernandes em 1962, pode ser vista como chave para compreensão do pressuposto da pesquisa que foi a percepção de que a primeira fase do trabalho dos irmãos Zahar, ou seja, a atividade como livreiros, serviu fundamentalmente para a fase seguinte, com a Editora. Isso aconteceu, sobretudo pelo contato dos Zahar com o mercado, com intelectuais e

⁴³ Uso dentro da perspectiva de que consideram os atores envolvidos na produção do impresso. Cf. CURTO, Diogo Ramada et alii. **As gentes do livro**: Lisboa, século XVIII. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2007.

⁴⁴ AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A Zahar Editores e seu Projeto Editorial (1957-1970). **Livro** – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição, v. 6, p. 231-245, 2017.

universitários, mas também pelo envolvimento político no campo do livro, pois acompanhavam seus movimentos.

Assim, a partir disto, chegamos à hipótese de que Jorge Zahar se constrói como editor que produziu livros para as universidades a partir da experiência da Livraria LER. Os indícios indicavam que eles acompanharam o movimento cultural e educacional do país e buscaram oferecer livros para um mercado cuja demanda só crescia.

Nesse sentido, a investigação assentou-se sobre três objetivos específicos: analisar a trajetória dos irmãos Zahar dentro do mercado livreiro do Rio de Janeiro; compreender o cenário de circulação de livros para público universitário dentro do contexto da criação da Livraria LER e da Zahar Editores; e problematizar as estruturas e projeto editorial da Zahar ao longo de 1957 a 1970, estabelecendo, assim, sua trajetória como editora.

O recorte temporal eleito foi escolhido em razão das histórias da Livraria Editoras Reunidas e da Zahar Editores. Todavia, cabe dizer que não seguimos uma contextualização linearmente cronológica. Recorremos ao cenário político e social quando necessário para compreender nossos objetos. Para isto, seguimos a metodologia utilizada por Robert Darnton em *Censores em ação* (2016).

Desse modo, para analisar a Livraria LER elegemos o recorte de 1930 a 1956. Justificamos o período inicial por ser necessário compreender os antecedentes da criação da livraria dos Zahar, desde a fase dos irmãos como distribuidores até a fase em que se tornaram livreiros. O período final, por sua vez, é importante para refletir sobre o contexto de surgimento da Zahar Editores.

Quanto ao segundo pilar da tese, a Zahar Editores, a periodização vai de 1957 a 1970. O primeiro momento corresponde aos anos da primeira publicação e a apresentação da base do seu perfil editorial. Já, o segundo momento abrange o Golpe Militar, em 1964, com suas idiosincrasias associadas à expansão do mercado de produção de livros, mas também sua repressão que veio, sobretudo, a partir do Ato Institucional n. 5, em 1968. Temos igualmente o início das atividades da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), pois acreditamos que essa política do governo pode ter significado maiores tiragens e capitalização das publicações da editora, motivada pelo sistema de compra e distribuição de livros. E, por fim, a Reforma Universitária, em 1967.

Até mesmo o título da tese veio da consulta aos periódicos a partir de uma reportagem publicada no periódico *O Semanário*, em janeiro de 1959 (Figura 1). O texto é um balanço das atividades da editora até aquele momento e traz um valioso direcionamento do que Jorge Zahar tinha em mente para a editora, além de vincular as capas dos quatro primeiros livros publicados. Jorge informava que pretendia intensificar a produção a partir de 1959, para isso, várias traduções já estavam planejadas ou nas mãos dos tradutores. Sobre este quesito, Jorge contou ao periódico que, a princípio, pensavam em entregar as traduções aos escritores, o que chegaram até a experimentar isso, mas não deu certo em razão da demora. Então, ele explica a metodologia que passariam a usar dali em diante: entregavam os textos a tradutores profissionais, cujo trabalho, em alguns casos era revisto por algum especialista na área.

A seguir discutiremos a metodologia que permitiu a consecução da pesquisa e sobre quais alicerces esteve fundamentada.

Fig. 1- Editar Livros: sonho de livreiro

EDITAR LIVROS: SONHO DE LIVREIRO

HA POUCO MENOS DE UM ANO JORGE ZAHAR, um dos diretores da Livraria LER, lançou no mercado de livros o primeiro volume de uma nova editôra: a Zahar Editôres. Cumpria, assim, o passo inicial para a realização de um velho sonho de livreiro: editar livros. Daí para cá já editou mais de quatro volumes, sendo que o último, em excelente apresentação gráfica, foi Uma Nova História da Música, de Otto Maria Carpeaux, aparecido há dias. Na semana passada estivemos com Jorge no escritório da LER. Colhemos informações para os leitores de LITERATURA:

— “Pretendemos intensificar, em 1959, o nosso trabalho editorial. Várias traduções estão planejadas, já na mão dos tradutores, a meio caminho da publicação, portanto. Outras virão, com o tempo, firmando a nossa empresa.”

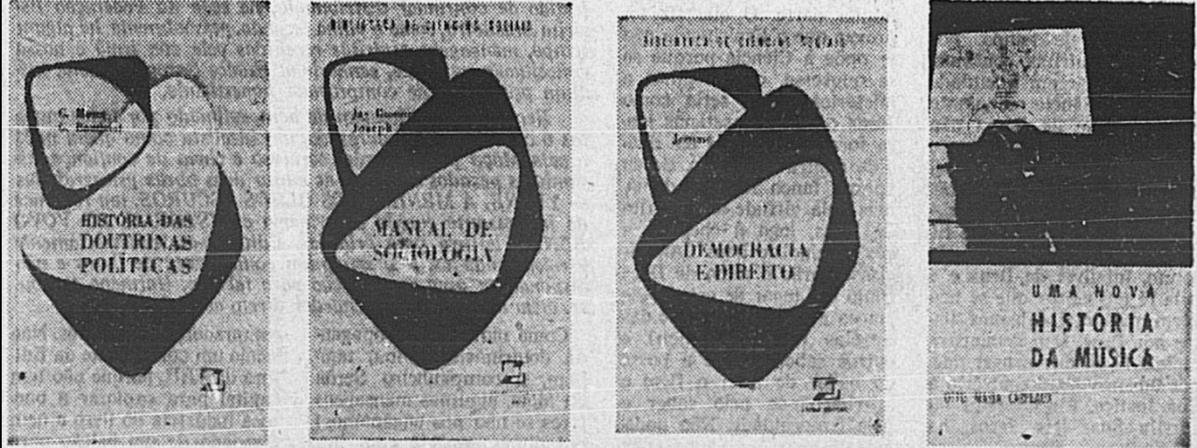
— A quem V. incumbiu de traduzir?

— “A princípio pensamos em entregar as traduções a escritores. Chegamos mesmo a experimentar. Infelizmente, não deu certo: um dos livros que lançaremos em breve, Teoria Sociológica, de Nicholas Timashej, passou seguramente dois anos de mão em mão, sem que uma linha fosse traduzida. Serviu-nos de lição: passamos a entregar os originais a tradutores profissionais, cujo trabalho, em alguns casos, será revisto, no que concerne à terminologia, por especialistas da matéria focalizada.”

Finalizando:

— “Editaremos também autores brasileiros. Já temos, inclusive, o plano de edição de um livro de Djacir Menezes, afora o recente lançamento de Uma Nova História da Música, de Otto Maria Carpeaux, brasileiro por integração e diploma legal. O grosso, porém, será de traduções. Assim é que temos em pauta inúmeros lançamentos, entre os quais a Teoria Econômica, de A. W. Stonier e Douglas C. Hague, a História do Pensamento Ocidental, de Crane Brinton, a Psicanálise da Sociedade Contemporânea, de Erich Fromm, etc.”

Não é preciso dizer que auguramos sucesso a Jorge Zahar e a sua editôra. O mesmo sucesso que alcançou com a LER, uma das boas livrarias do Rio.



Capa de quatro dos livros lançados pela Zahar Editôres: Democracia e Direito, Manual de Sociologia, História das Doutrinas Políticas e Uma Nova História da Música.

Fonte: O SEMANÁRIO, Rio de Janeiro, n. 144, 21 a 27 de janeiro de 1959. p. 13.

Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. FBN.

A METODOLOGIA DA PESQUISA: A BASE TEÓRICA PARA A RECONSTRUÇÃO

A metodologia foi alicerçada preponderantemente em dois eixos: a pesquisa em periódicos na Hemeroteca Digital Brasileira e o livro como objeto. O primeiro foi essencial como fonte para a construção da narrativa historiográfica da Zahar Editores. Se inicialmente nosso objetivo de reconstruir o catálogo da editora tinha como foco meramente a ideia de analisar autores e títulos, todavia essa configuração se transformou na medida que compreendemos que poderíamos nos apropriar do livro como objeto a fim de entender sua dinâmica editorial, nosso foco neste artigo – como veremos adiante.

Na ausência de material arquivístico produzido pelas empresas dos Zahar que pudesse subsidiar as análises e reflexões, foi no paradigma indiciário (GINZBURG, 1987; 1989) que buscamos elementos

que visaram à construção de fontes. Ficou muito evidente a máxima de que parte da história do século XX brasileiro ainda esta por ser contada e está nos periódicos. Apesar de localizarmos algumas referências que tratavam de forma transversal e um pouco superficial as questões pesquisadas – seja por não ter sido o foco, seja por problemas metodológicos decorrentes da falta de arquivo – ao notarmos o volume de notícias que passamos a compulsar, a opção foi por manter os periódicos como fonte principal para contar a história dos Zahar no campo do livro para público universitário no Brasil.

Além da falta de documentação – como no caso dos arquivos da própria editora – a dificuldade de acesso a outros arquivos – como no caso do Sindicato Nacional de Editores e Livradores⁴⁵ – sem dúvida causaram um impacto negativo no processo de investigação. No entanto, acreditamos que não isso tenha impedido a realização do trabalho, construído essencialmente de pistas e migalhas, como se pondera a seguir.

Centramos os esforços nas fontes impressas provenientes de jornais nacionais da época⁴⁶ e nos municiamos da análise do discurso como chave de leitura. Nossa intenção foi muito mais compreender o cenário e buscar indícios do que nos apropriar de argumentos para imprimir juízo crítico aos conteúdos produzidos pelos jornais.

Ora, em nossa experiência com esse tipo de fonte produzida no século XIX encontrávamos base metodológica sobretudo em *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, de José Murilo de Carvalho (2000). Todavia, para o século XX, optamos por, a partir de nossa experiência no mestrado, nos cercar de um aparato vindo da Análise do Discurso (AD), e tivemos como norteadores *O discurso: estrutura ou acontecimento*, de Michel Pêcheux (2008), *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, de Jean-Jacques Courtine (2009) e em *A construção de identidades e a política de representação*, de Kanavillil Rajagopalan (2002).

Assim sendo, buscamos problematizar o contexto do mercado do livro no Brasil, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro. Os jornais são muito profícuos em notícias sobre o campo, por isso, seguindo nosso direcionamento inicial estabelecemos assuntos que nos ajudariam a construir um cenário. Os temas: preço do papel, produção, distribuição, livros para ensino superior e livros importados foram os que mais nos interessaram como apoio para nosso objeto de pesquisa.

O segundo capítulo da tese, “A Livraria LER: o início dos Zahar no mundo do livro”, cuja temporalidade foi de 1930 até o final dos anos 1950 só foi possível graças aos jornais da época. Além dos dados textuais revelaram um material iconográfico pouco explorado sobre a história da Livraria LER e de seus antecedentes. Assim, literalmente caminhando na trilha de migalhas perquirimos informações que nos ajudaram a reconstruir o início da trajetória dos Zahar a partir da venda de livros. Encontramos, por exemplo, uma prática inédita – até o momento – de circulação de livros no país.

Chamavam de “exposições” (Figura 2) a venda de livros nas cidades brasileiras era feita pela LER sob a responsabilidade de Ernesto Zahar. Segundo ele próprio, eram realizadas “exposição de capas” em livrarias locais. Obviamente, ele não poderia viajar pelo Brasil carregado de livros, e devem ter percebido que enviar os catálogos não era suficiente. Assim, decidiram expor as capas das publicações com a presença de um representante da Livraria LER que poderia conversar e negociar com os interessados. A prática de expor as capas dos livros tinha objetivo de atrair ainda mais o público, embora acreditemos que muitos sequer necessitavam desta estratégia, pois a carência de publicações era tão grande que as exposições deviam ser muito esperadas.

⁴⁵ Apesar de insistirmos e do apoio das senhoras Ana Cristina Zahar e Clarice Zahar, não tivemos acesso às atas das reuniões do Sindicato.

⁴⁶ Nas transcrições diretas respeitamos a grafia de cada época.

As bases metodológicas para a escolha e compreensão dos periódicos a serem consultados nas nossas pesquisas foram alicerçadas nas análises e no histórico construído por Richard Romancini e Cláudia Lago, em *História do Jornalismo no Brasil* (2007), sobretudo os capítulos “O controle da imprensa na primeira fase getulista e o período populista” e “A ditadura militar de 64 e o jornalismo”. Ambos os capítulos foram significativos para compreendermos a configuração do contexto em que alguns periódicos circularam, bem como suas posições políticas.

Fig. 2- Exposição em Natal (RN), 1958

**EXPOSIÇÃO DE LIVROS
ESTRANGEIROS**

Convidamos V. S. para prestigiar, com sua presença, a **EXPOSIÇÃO DE LIVROS ESTRANGEIROS** que se realiza de 19 a 22 do corrente nesta Capital na **LOJA DE LIVROS Ltda.** à Rua Dr. Barata, 218, em colaboração com a **LIVRARIA LER**, conceituado empório de livros do Rio de Janeiro.

Como nos anos anteriores em que obtivemos sucessos admiráveis apresentamos extenso e variado mostruário de capas de livros em espanhol, francês e inglês — últimas novidades publicadas em Literatura, Filologia, Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Direito, História, Geografia, Matemática, Arte, Arquitetura, Economia, Engenharia e livros técnicos em geral — o que representam grande oportunidade para ampliar sua biblioteca com obras de renomados autores.

Agradecemos, além de sua presença valiosa, a recomendação de uma visita a seus amigos e colegas à **EXPOSIÇÃO DE LIVROS ESTRANGEIROS** na Loja de Livros, pelo que penhoramos nossos agradecimentos.

Fonte: DIÁRIO DE NATAL, Rio Grande do Norte, 18 de setembro de 1958. p. 8.
Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. FBN.

No livro *História da Imprensa no Brasil*, organizado por Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2011) foi possível conhecer os principais periódicos que circulavam nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo no período de 1930 a 1970. As autoras também analisam as características e relações desses impressos. Foi a partir daí que buscamos estabelecer nossa seleção que consistiu fundamentalmente em *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias* (tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo), *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Além de outros que orbitaram nesse entorno.

Apesar das pesquisas serem quase simultâneas, ao ler a introdução da tese *Políticas públicas de livro didático*, de Paulo Gonçalves (2017), encontramos um procedimento muito próximo ao que realizamos, o que vale a citação a seguir:

Além desses periódicos, outros foram, eventualmente consultados na medida em que eram necessárias buscas de informações que confirmassem ou complementassem pontos que não estavam claros. [...] utilizando os mecanismos de busca desses arquivos virtuais lançamos palavras e expressões para localizar matérias publicadas em periódicos. Foram utilizadas expressões... As imagens das matérias foram arquivadas de forma cronológica. Em seguida, as matérias foram classificadas por temas específicos. A partir da leitura das matérias foi necessário, por diversas vezes, que a pesquisa fosse ampliada, buscando outras informações que complementassem ou esclarecessem alguns pontos. Nesse sentido, foram realizadas novas buscas utilizando outras palavras e, nesse caso, delimitando-a ao período próximo ao da matéria que se apresentava obscura ou que demandava mais informações para entendimento.

Nosso objetivo não foi seguir uma coluna específica – o caso mais representativo seria “Portas da Livraria”, assinada por Antônio Olinto no jornal *O Globo*, publicada entre, pelo menos, as décadas de 1950 e 1960. Por meio de palavras-chave, fomos aos poucos constituindo um mapeamento que nos levou a um volume grande de recortes (cerca de 5.000) sobre os quais operamos um segundo processo de seleção que priorizou temas mais específicos.

Dentre esses temas, sem dúvida estava tudo o que se relacionava às atividades das Livrarias Editoras Reunidas e Zahar Editores, e a assuntos que orbitavam suas trajetórias, como as discussões sobre a importação de livros, bem como seu comércio. Dessa maneira, aos poucos a história dos Zahar no campo de importação e posteriormente da tradução de livros científicos foi se deslindando, bem como os títulos que publicaram entre 1957 e 1970. Foi quando, como dissemos acima, notamos que falar apenas da coleção Biblioteca de Ciências Sociais seria superficial.

Ora, estávamos construindo o alicerce que teve em cada livro publicado pela Zahar Editores uma possível fonte para compreender sua lógica editorial. Logo, também seria necessário entender, no contexto da produção do livro, o que é um livro traduzido, e qual a importância das coleções e suas idiossincrasias.

Maria Rita de Almeida Toledo (2001), com uma abordagem baseada em Isabelle Olivero (1999), examinou a *Coleção Atualidades Pedagógicas*, da Companhia Editora Nacional, no período de 1931 a 1981. Para isso, tomou o conceito que chamou (também a partir de Olivero) de “aparelho crítico” de um livro, ou seja, tradutores, notas, prefácios, introdução etc. Já o “dispositivo material” é caracterizado pelo formato, título, diagramação, capas etc. Isto, sem dúvida, foi uma das grandes viradas da nossa pesquisa, pois deslocaríamos o foco para o conteúdo dos livros – algo que demandaria um conhecimento de ciências sociais que ultrapassaria nossa formação prévia – para a análise da materialidade do livro como objeto.

Em outro trabalho, Carvalho e Almeida (2003) dizem que “dispositivos editoriais/tipográficos” é aquilo que produz a identidade da própria coleção, ou seja:

[...] padronização de capas, contracapas, páginas de espelho (o que chamamos aqui de falsa página de rosto) e lombadas; uniformização da estrutura interna dos volumes e dos mecanismos de divulgação; seleção dos textos e autores, adequada a públicos diferenciados; configuração do ‘aparelho crítico’ (prefácios, notas, índices remissos e onomásticos, exercícios, sumários, temários etc.) que adaptam o texto, integrando-o ao padrão da coleção. Reunidos tais dispositivos de uniformização produzem o seu

destinatário, funcionando também como mecanismo de classificação dos livros reunidos como coleção (CARVALHO; TOLEDO, 2003).

Foi esse modelo de análise proposto do Olivero e apropriado por Carvalho e Toledo que nos permitiu observar o fluxo das publicações da Zahar Editores, bem como traçar um perfil amplo, sem nos deter especificamente numa coleção.

Como aparato crítico prefácios, tradutores, revisores assumiram uma outra dimensão a partir do conceito “trânsito internacional de ideias” de Pierre Bourdieu (2014) que propõe uma importante reflexão sobre as condições sociais para a circulação internacional de ideias, ou como ele considera um *import-export intelectual*. Ele analisa a internacionalização da vida intelectual que pode ser feita com a circulação de livros importados, mas também via traduções.

Para evitar equívocos na transferência de uma obra de um campo nacional para outro, Bourdieu acredita que são necessárias uma série de operações sociais que colaboram para a atuação do campo de recepção. Um dos mecanismos apontados por ele é a escolha que os editores que transitam em traduções devem optar. Para ele, para a introdução de uma ideia e/ou de um autor em outro país, o editor pode lançar mão da estratégia de selecionar um revisor ou prefaciador reconhecido no país onde se pretende publicar o livro. Assim, estes atores operariam para facilitar o processo de transferência de origem para o destino promovendo a recepção do texto da melhor maneira possível.

De acordo com Bourdieu, não há nada de mal nessa estratégia, pois ele acredita ser esta uma condição para recepção de um texto produzido no contexto de outro país. Gilberto Barbosa Salgado percebeu essa estratégia de Jorge Zahar ao comentar que, para aproximar o conteúdo destas obras ao exame da ordem social brasileira, a Zahar confiou a introdução e a organização das coletâneas trazidas a professores especialistas nacionais” (SALGADO, 1994). De tal sorte que, “al término de todo esto, el texto importado recibe una nueva marca. Está marcado por la cubierta: ustedes tienen una institución de las cubiertas de los diferentes editores e incluso de las diferentes colecciones de cada editor [...]” (BOURDIEU, 2014, p. 164). A marca imposta pela tradução promovida por cada editora pode mudar a recepção da obra, seja o revisor, seja quem fez o prefácio ou as notas explicativas conjugam para acionar os mecanismos que despertam os leitores.

Em síntese, esse foi o caminho de construção metodológica para perceber a lógica de uma editora especializada em traduções publicadas avulsas ou em coleções. No entanto, para colher esses dados primeiro seria indispensável: saber tudo que havia sido publicado; segundo: olhar livro por livro para cotejar informações que normalmente não aparecem nas bases de dados das bibliotecas.

Como saber tudo o que foi publicado pela Zahar Editores de 1957 a 1970? No processo de construção de fontes foi realizado um cotejamento à beneditino, ou seja, título a título. Para isso, utilizamos um passo a passo metodológico que podemos aqui resumir em três principais eixos: pesquisa em listas bibliográficas; notícias nos jornais sobre lançamentos e reedições e consulta à segunda orelha dos livros publicados pela editora, pois em algumas delas constam títulos lançados e futuros.

A METODOLOGIA DA PESQUISA: A RECONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DA ZAHAR EDITORES DE 1957 A 1970

O catálogo de uma editora será forjado pelas escolhas e decisões do editor. Este processo está repleto de influências culturais, políticas e econômicas... e, sem dúvidas, ideológicas, por mais que alguns editores se dissessem isentos, como o próprio Jorge Zahar. Afinal, desejar publicar, sobre tudo, também

pode ser interpretado como ideologia. Acreditamos que não é possível compreender o editor apenas como empresário, mas também como uma figura que funciona como um mediador cultural e que “actua no campo do governo das idéias formalizando um mundo feito de inclusão e exclusão” (MEDEIROS, 2015, p. 38), é o terreno das escolhas, dos critérios no qual não há absolutas certezas. Ambos, editor e casa editorial, forjam um espaço de construção de um panteão cultural, como considera Medeiros (2012).

O catálogo representa lugar de memória⁴⁷ porque configura-se de representações de escolhas de uma época, juntas elas estavam imbuídas de um ideário de transformar a política e construir a nação. A seleção de autores, títulos, bem como todos aqueles que colaboraram com a edição devem ser considerados dentro do momento de atuação.

Por essas razões, foi imprescindível a reconstrução do catálogo da editora. O processo se deu nos seguintes passos:

1º passo: pesquisa em catálogos *on line*;

2º passo: pesquisa no Catálogo de Exposições da Biblioteca Nacional;

3º passo: pesquisa na Hemeroteca Digital;

4º passo: pesquisa e análise dos exemplares em bibliotecas.

Antes de iniciar esse trabalho, porém, construíamos um banco de dados numa planilha de MS Excel cujas colunas representam os campos bibliográficos coletados, construídos a partir da base teórico-metodológica exposta na seção anterior. Os campos foram: título em português; número de página; autor do livro; coleção; gráfica onde o livro foi impresso; tradutor; revisor; ilustrador; responsável pela seleção; autor da apresentação; autor do prefácio; autor da introdução; responsável pelas notas; capista; data da primeira edição no Brasil; número de edições; título original; ano da edição original; editora estrangeira responsável pela edição estrangeira; acervo e observações.

O primeiro passo foi dado no primeiro semestre de 2015, quando iniciamos a busca pelos livros publicados pela Zahar Editores nos catálogos *on line* da UFRJ, UERJ, UFF, UNB, UFBA, USP, UNICAMP, PUC/RIO, PUC/SP, Universidade Católica de Petrópolis, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), Memorial do Livro Moronguetá (UFPA), Traça Livros, Estante Virtual e *Library of Congress*⁴⁸.

Nesta etapa meramente exploratória, na maioria das vezes só conseguíamos responder aos campos: “título em português”; “número de página”; “autor do livro” e “tradutor”, e claro, onde havia determinado exemplar (campo: “acervo”)⁴⁹.

Ainda com o objetivo de identificar títulos cotejamos os catálogos *Exposição Lançamentos* editado pela Biblioteca Nacional⁵⁰, depois disto voltávamos os catálogos *on line* para descobrir onde a publicação poderia ser localizada.

A seguir a pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional trouxe um volume tão grande de informações não apenas para reconstrução do catálogo, mas para própria história da Zahar

⁴⁷ Consideramos o catálogo de uma editora como lugar de memória a partir da perspectiva de Gerard Namer ao tratar o catálogo de uma biblioteca. Para o autor, as escolhas são recortes dos interesses e práticas de gerações passadas, cristalizam no tempo e no espaço determinado pensamento, viram marcos históricos do pensamento. Cf. NAMER, Gérard. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

⁴⁸ Após a pesquisa revelar as relações de Jorge Zahar com Portugal e Argentina, fizemos algumas buscas nos respectivos catálogos das bibliotecas nacionais desses países, com resultados positivos.

⁴⁹ Conteí com a primorosa ajuda da Bibliotecária Elisângela Silva, responsável pelo Projeto Memorial do Livro Moronguetá da UFPA, que me enviou imagens de livros que não haviam sido localizados em bom estado nas bibliotecas pesquisadas.

⁵⁰ Era uma publicação anual, consultamos os anos de 1962 a 1970. Ver exemplo em: BIBLIOTECA NACIONAL. *Exposição Lançamentos para o ano de 1962*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-exposicoes/>. Acesso em: 12 maio 2015.

Editores – como dissemos anteriormente – que poderíamos afirmar com toda confiança que sem esse instrumento a tese não teria sido possível. Fixemos, pois, nossa abordagem aqui no cotejamento dos títulos publicados.

Além do que havia saído dos prelos a pesquisa ainda nos trouxe o contexto no qual eram lançados, bem como, valor dos livros e forma de divulgação (Figura 3). Outro exemplo expressivo foi a coleção Teatro (Figura 4), para nós revelada só a partir de um anúncio no *Diário Carioca*. Posteriormente, conseguimos localizar todos os exemplares no Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes.

Os jornais também contribuíram com dados sobre os períodos do ano que livros e coleções eram lançados, da mesma maneira que foram essenciais para compreender a lógica e a composição de algumas delas. Como não conseguimos informações sobre tiragens, isto trouxe uma percepção sobre a movimentação da Editora (como exemplo: *O Globo*, 19 de maio de 1968).

Fig. 3- Anúncio

**A UNIVERSIDADE
EM SUA ESTANTE
COM OS GRANDES
LANÇAMENTOS DE**

ZAHAR 
EDITORES

em tôdas as boas livrarias e no

LIVRARIA LER

 Rua México, 31-A (Rio)
P. República, 71 (SP)

**HISTÓRIA
DAS IDEIAS SOCIAIS** KURT SCHILLING
da Universidade de Munique

Biblioteca de Ciências Sociais (Cr\$ 6.000)

**ESBÔÇO DE UMA
TEORIA DAS EMOÇÕES** JEAN-PAUL SARTRE

Divulgação Cultural n.º 34 (Cr\$ 2.000)

**INTRODUÇÃO
À TEORIA ECONÔMICA** G. B. RICHARDSON
da Universidade de Oxford

Biblioteca de Ciências Sociais (Cr\$ 4.000)

Fonte: CORREIO DA MANHÃ, 16 de março de 1966.

Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. FBN.

Fig. 4- Coleção Teatro

coleção teatro
as mais significativas análises da cena contemporânea, assim como do teatro de outros períodos quando criticados de maneira relevante para o nosso tempo

Publicados:
O TEATRO DE BRECHT, por John Willett
 Tradução de Alvaro Cabral. Apresentação de Paulo Francis.
 Um estudo da vida, obra e escritos teóricos do dramaturgo que mais influenciou o teatro contemporâneo. (330 páginas, muito ilustrado, NCr\$ 10).
O TEATRO DE PROTESTO, por Robert Brustein
 Tradução de Alvaro Cabral. Apresentação de Paulo Francis.
 Profunda análise do sentimento de protesto e revolta, a constante mais poderosa do teatro atual. (450 páginas, NCr\$ 12).
A EXPERIÊNCIA VIVA DO TEATRO, por Eric Bentley
 Tradução de Alvaro Cabral. Apresentação de Paulo Francis.
 História informal da literatura dramática, examinando as tendências que dominaram diferentes épocas. (330 páginas, NCr\$ 10).
O TEATRO DO ABSURDO, por Martin Esslin
 Tradução de Bárbara Heliodora. Apresentação de Paulo Francis.
 Uma apresentação das figuras exponenciais dessa corrente do teatro de hoje, e uma tentativa de elucidação do significado e objetivo de seus peças mais importantes. (400 páginas, NCr\$ 12).

Próximamente:
FORMAS DA LITERATURA DRAMÁTICA, por Ronald Peacock.
 Tradução de Bárbara Heliodora.
O TEATRO ENGAJADO, por Eric Bentley. Tradução de Yan Michalski.

ZAHAR EDITORES
 A cultura a serviço do progresso social

Distribuidores exclusivos
LIVRARIA LER
 Rio: Rua México, 31-A
 São Paulo: Praça da República, 71

Fonte: 19 de maio de 1968. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. FBN.

A pesquisa nos periódicos via Hemeroteca Digital devido sua amplitude nacional permitiu uma busca em documentação de outras regiões além do Sudeste. A consulta também a outros jornais que ainda não estão em domínio público, como *Folha de São Paulo*, *Estado do São Paulo* e *O Globo*, seguiu-se ao longo de toda escrita da tese como forma de complementar informações, confirmar outras. Todavia, esse trabalho também favorece enormemente a serendipidade, isto é, encontrávamos muitos dados que não estávamos procurando, de modo totalmente imprevisto, como aconteceu, bem no final da escrita da tese, ao descobrir, na *Folha* de 30 de maio de 1968, uma lista de 72 estabelecimentos destruidores da Zahar Editores nos estados de São Paulo (59)⁵¹, Rio de Janeiro (1), Paraná (3), Rio Grande do Sul (1), Bahia (1), Mato Grosso do Sul (1), Brasília (1), Santa Catarina (2), Minas Gerais (4).

No processo de reconstrução do catálogo, no passo seguinte fomos a cada biblioteca a fim de coletar os dados para os demais campos da nossa tabela, ou seja, para maioria deles. Consultamos acervos

⁵¹ Não seria possível tratar de cada espaço de distribuição, por isso elegemos como destaque sobretudo àquelas ligadas à academia e na cidade de São Paulo por ser um local antigo de venda de livros da LER.

no Rio de Janeiro, Petrópolis, Niterói, Belém, São Paulo e Belo Horizonte. A maioria, porém, concentrou-se na primeira cidade. Alguns títulos, descobertos pelos periódicos, não foram consultados seja por não se encontrarem nas bibliotecas, seja pelo estado de conservação, pois alguns deles estavam sem suas capas.

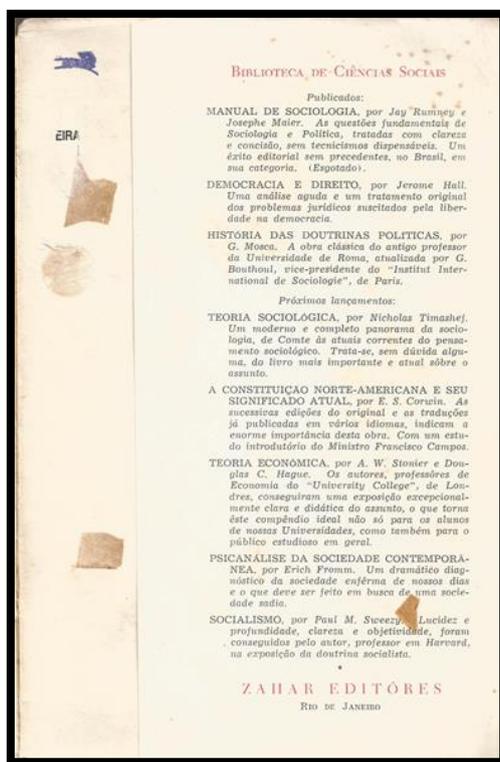
Essa atividade foi muito rica, pois proveu outras guinadas na pesquisa, uma vez que o contato com os exemplares trouxe informações tais como: relação data de publicação e data de incorporação do item à biblioteca; por exemplo, no caso da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ encontramos casos expressivos de aquisições no mesmo ano de lançamento. No contexto de nossas pesquisas, isto poderia ser mais um indício da recepção dos livros da Zahar Editores.

De modo geral, não obstante profundamente laboriosa, essa etapa de análise material desvelou marcas de circulação, como etiquetas das livrarias onde os livros eram vendidos; carimbos de proveniência, como, por exemplo, livros distribuídos pela Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático. Para aquilatar a relevância desse último dado, especialmente localizados na UERJ e na biblioteca da Faculdade Católica de Petrópolis, basta dizer que serviu para os caminhos que conduziram a nossa hipótese.

Esse contato, ainda, nos permitiu compilar uma quantidade muito grande de imagens das capas e dos formatos dos livros, dados esses que se somaram na construção do perfil editorial e suas estratégias.

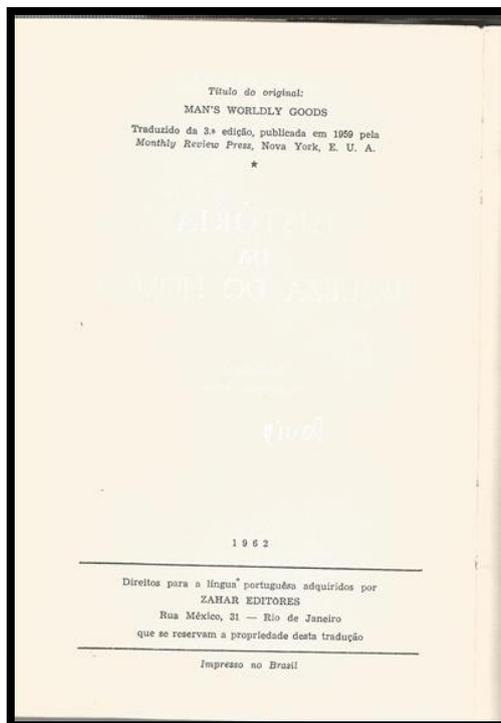
No que concerne especificamente à reconstrução do catálogo, o método consistiu em consultar as orelhas (Figura 6) e contracapas das obras, pois poderiam contar títulos que seriam lançados e explicações sobre determinada coleção. Igualmente foi possível compilar os dados sobre título original e editora responsável pela publicação original porque, desde o primeiro livro, a Zahar Editores construía um verdadeiro registro histórico no verso da página de rosto (Figura 7).

Fig. 6- Orelha posterior



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Cataldo.

Fig. 7- Verso da página de rosto



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Cataldo.

Como já foi mencionado, a Zahar Editores foi uma editora especializada em publicar traduções para o público do ensino superior. No âmbito do circuito da produção deste tipo de livro, o tradutor e a casa editorial estrangeira são dados relevantes para o delineamento do perfil da editora.

À vista disso, pela análise individual de cada livro chegamos a três países com maior representatividade: Estados Unidos da América (Alfred A. Knopf; Atheneum; Beacon Press; Brookings Institution; C. E. Merrill Books; Dodd, Mead & Company; Garden City; George Allen & Unwin; Harper & Row Publishers; Mc Graw-Hill Book Company; Monthly Review Press; Prentice-Hall, Englewood Cliffs; Quadrangle Books; University of Nebraska Press); Inglaterra (Allen and Unwin; Anthony Blond LTD; Bowes & Bowes; Cambridge University Press; English Universities Press; Faber and Faber; Heinemann; Hutchinson Educational; Kegan Paul Ltd; Laurence & Wishart; London School of Economics and Political Science; Longmans Green; Methuen; Oxford University Press; Thames & Hudson; Weidenfeld & Nicolson); e, por fim, França (Librairie François Maspero S. A; Éditions de Seuil; Librairie Armand Colin; Au Petit Luxembourg; Editions Scientifiques; Delachaux et Niestlé; Payot e Editions du progrès).

Durante toda década de 1960 foram poucos os jornais que deram cobertura ao novo empreendimento, a maioria com palavras elogiosas e exortando a contribuição dos Zahar. A palavra “Progresso” estava normalmente associada aos textos jornalísticos e anúncios e estaria associada ao *slogan* que a editora passaria a adotar a partir de 1961: “A cultura a serviço do progresso social”. Inicialmente foi vinculado apenas na Biblioteca de Ciências Sociais e depois de 1968 passará a compor todo o material da editora, que era vinculado na segunda orelha e na contracapa. Essa informação só foi possível a partir dos indícios localizados nos periódicos e na análise material de cada um dos 470 títulos (APÊNDICE), publicados avulsos ou nas 22 coleções.

Entre 2014 e primeiro semestre de 2016, a dedicação foi praticamente diária na tarefa de reconstruir o catálogo da editora. Entretanto, apenas no segundo semestre de 2016 tivemos acesso⁵² a um caderno manuscrito por Jorge Zahar no qual ele lista os livros que publicara. Passamos a denominar o referido caderno como *Livro de Registro de Publicações da Zahar Editores*. O cotejamento com ambas as listagens revelou que a nossa está mais completa, não apenas na quantidade de títulos, mas em volume de informação.

Neste livro de registro Jorge Zahar anotava o que era publicado e reeditado por ano. Infelizmente, não há dados de tiragem e formas de pagamentos. Na pesquisa manual que realizamos nas bases de dados, orelhas de contracapa e nos anúncios levantamos um número maior do que o registrado em alguns poucos casos, mas isto será apontado no decorrer deste trabalho. As informações de Zahar se restringem a título, ano e autor.

Não há dúvidas que se trata de um documento memorial de grande valia para a história da editora. Acreditamos que as lacunas são decorrentes do próprio fluxo de trabalho de Jorge Zahar, que, ao que parece, ocupava várias frentes naqueles primeiros anos de atividade.

O resultado poderá ser apreciado com síntese na tabela abaixo e no catálogo reconstruído da Zahar Editores que pela primeira vez será publicado.

Tabela 1 - Coleções publicadas pela Zahar Editores, 1957-1970

	Coleção	Início	Títulos
1.	Biblioteca de Ciências Sociais	1957	139
2.	Manuais de Economia Cambridge	1958	7
3.	Biblioteca de Cultura Científica	1960	12
4.	Biblioteca de Cultura Histórica	1960	30
5.	Atualidade	1961	55
6.	Psyche	1962	31
7.	Homens que fizeram época	1963	12
8.	Biblioteca de Ciências Econômicas	1964	2
9.	Biblioteca de Cultura Religiosa	1964	6
10.	Divulgação Cultural	1964	35
11.	Biblioteca de Ciências da Administração	1965	16
12.	A Terra e Homem	1965	6
13.	Curso de Psicologia Moderna	1966	16
14.	Textos Básicos de Ciências Sociais	1966	18
15.	Iniciação aos Estudos Sociais	1967	5
16.	Teatro	1967	6
17.	Coleção de Etnologia Brasileira	1968	1
18.	Teatro Hoje	1968	1
19.	Cinema	1969	2
20.	Curso Moderno de Filosofia	1969	8
21.	Curso de Antropologia Moderna	1970	4
22.	Biblioteca de Ciências da Educação	1970	4
			416

Fonte: o autor.

Sem dúvida, depois da pesquisa nos periódicos essa foi a fase mais trabalhosa. No entanto, à medida que cada livro era analisado, não apenas o catálogo da editora ia sendo reconstruindo, mas a

⁵² Acesso concedido por Ana Cristina Zahar.

própria história dela. Por isso, a estratégia de usar os livros na sua materialidade como fonte foi muito acertada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participando do ciclo de palestras *Pesquisando Acervos*, tivemos a oportunidade de revisitar a metodologia de nossa tese de doutoramento. Nosso objetivo aqui foi buscar apresentar em linhas gerais alguns procedimentos que tiveram no paradigma indiciário seu norteador, bem como a perspectiva segundo a qual a pesquisa histórica não deve ser refutada frente a uma aparente falta de fontes.

No ano de 2012, Robert Darnton, em entrevista ao programa *Roda Viva*, criticou historiadores que frequentavam cada vez menos arquivos, acreditando que muitas fontes já estavam na Web ou simplesmente enviavam bolsistas. No nosso caso, tentamos aliar a pesquisa na internet, via Hemeroteca Digital e a consulta física aos livros, conciliando, assim, a pesquisa em um acervo virtual, com a bibliografia material, que naturalmente exige o contato com o documento físico.

Ao apresentarmos como construímos nossa pesquisa, privilegamos a construção teórica e metodológica para uso dos periódicos como fonte, pois ir a eles sem ideia do que se quer encontrar é uma viagem inútil. O texto foi construído para mostrar o que tínhamos que fazer e como foi feito.

A pesquisa nesses periódicos trouxe novas perspectivas para nosso trabalho de doutorado, mas também abre caminho para outros investigadores, pois encontramos dados absolutamente inéditos não apenas sobre os Zahar, mas sobre a própria história do livro no Brasil no século XX. Tudo isso em documentos que estavam silentes só a espera da leitura.

O processo laborioso foi sendo compensado à medida que encontrávamos mais informações sobre edições de que nem mesmo a família Zahar tinha notícia. Poder acompanhar nos periódicos, ano após ano, todo périplo de um editor no Brasil trouxe uma emoção a mais ao ver reconstruído o catálogo de uma editora que formou gerações e que ainda segue nesse intento.

Em outubro deste ano de 2019 a Zahar emitiu um comunicado informado que daquele momento em dia a Companhia das Letras assumiria o controle de 100% da editora. Cabe lembrar que Luiz Schwarcz, diretor-presidente e fundador da Companhia tinha uma relação próxima com Jorge e ambas editoras atuavam em conjunto há pelos menos 30 anos. O que alguns viram como sinal de fraqueza, derrocada etc., nós, após quase seis anos estudando a trajetória dos Zahar, podemos dizer que acreditamos que tenha sido a editora tentando, mais uma vez, acompanhar os tempos, se resignificar, e, sobretudo, continuar sua tradição de publicar principalmente traduções que passados 60 anos ainda povoam muitos programas de disciplinas de cursos superiores.

Esperamos que além de mais uma homenagem a Zahar Editores, esse texto possa contribuir, de algum modo, para aclarar dúvidas no processo de pesquisa e estimular outros colegas a compartilhar os insucessos e sucessos das suas investigações.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **Editar livros, sonho de livreiros**: os Zahar e o livro no Brasil. 2018. 402f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

https://www.academia.edu/37396729/Editar_livros_sonho_de_livreiros_os_Zahar_e_o_livro_no_Brasil_1940-1970_. Acesso em: 20 out. 2019.

BORDIEU, Pierre. **Intelectuales, política y poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 out. 2019.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2009.

FERNANDES, Florestan. Novos empreendimentos editoriais. **O Estado de São Paulo**, 7 de julho de 1962. p. 6.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. *In*: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Org.). **Linguagem, identidade e memória social**: nas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 77-88.

LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. v. 1. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDEIROS, Nuno. A edição transfigurada: para um enfoque crítico de um setor em transformação. **Livro** - Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição. Universidade de São Paulo, n. 2., ago. 2012, p. 459-468. Disponível em: https://www.academia.edu/8949572/A_edi%C3%A7%C3%A3o_transfigurada_para_um_enfoque_cr%C3%A1tico_de_um_setor_em_transforma%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 20 out. 2019.

MEDEIROS, Nuno. Circunstâncias globais e tendências recentes no espaço editorial do livro universitário português. **Análise social**, n. 216, 2015, p. 582-603. Disponível em: https://www.academia.edu/16405175/Circunst%C3%A2ncias_globais_e_tend%C3%A2ncias_recentes_no_esp%C3%A7o_editorial_do_livro_universit%C3%A1rio_portugu%C3%AAs. Acesso em: 20 out. 2019.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). 2001. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10558#preview-link0>. Acesso: 02 set. 2015.

SALGADO, Gilberto Barbosa. **O imaginário em movimento**: crescimento e expansão da Indústria Editorial no Brasil (1960-1994). 1994. 312 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

APÊNDICE

LIVROS PUBLICADOS PELA ZAHAR EDITORES DE 1957 A 1970 ORDENADO PELAS COLEÇÕES

A Terra e o Homem

1. LEBON, J. H. G. *Introdução à geografia humana*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (A Terra e o Homem).
2. MANNERS, Gerald. *Geografia da energia*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (A Terra e o Homem).
3. MOODIE, A. E. *Geografia e política*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (A Terra e o Homem).
4. POUNDS, Norman John Greville. *Geografia do ferro e do aço*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (A Terra e o Homem).
5. WOOLDRIDGE, Sidney William; East, William Gordon. *Espírito e propósitos da geografia*. Tradução Thomaz Newlands Neto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (A Terra e o Homem).
6. ZELINKSKY, Wilbur. *Introdução à geografia da população*. Tradução Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (A Terra e o Homem).

Atualidade

1. ADAMS, Mildred (Compilação). *América Latina: evolução ou explosão?*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Atualidade).
2. ADAMS, Richard Newbold. *Mudança social na América Latina*. Tradução Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
3. BAHIA, Luiz Alberto. *A Dimensão injusta: bases para a revolução igualitária*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
4. BEEBY, Clarence Edward. *Educação e desenvolvimento econômico*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
5. BELSHAW, Cyril S. *Troca tradicional e mercado moderno: modernização de sociedades tradicionais*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
6. BRAMELD, Theodore. *O poder da educação*. Tradução Deny Felix Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
7. CARMICHAEL, Joel. *História resumida da Revolução Russa*. Tradução Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
8. CAUDWELL, Christopher. *O conceito de liberdade*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
9. CAVES, Richard E. *Estrutura industrial americana*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
10. CLARK, John Maurice. *Instituições econômicas e bem-estar social*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
11. COOPER, David (Org.). *Dialética da libertação*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
12. DAVIS, Kinsley. *Cidades: a urbanização da humanidade*. Tradução Jose Reznik. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Atualidade).
13. DEUTSCHER, Isaac. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos e Sergio Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Atualidade).
14. DOUGLAS, William Orville. *Anatomia da liberdade: os direitos do homem sem a força*. Tradução Geir Campos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Atualidade).
15. EHRENZWEIG, Anton. *A ordem oculta da arte*. Tradução Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Atualidade).
16. EISENSTADT, S. N. *Modernização: protesto e mudança: modernização de sociedades tradicionais*. Tradução Jose Gurjão Neto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Atualidade).
17. EKIRCH, Arthur Alphonse. *A democracia americana: teoria e prática*. Tradução Álvaro Cabral e Constantino Paleologo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Atualidade).
18. EVANS, Richard Isadore. *Diálogo com Erich Fromm*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).

19. FARRINGTON, Benjamin. *A Doutrina de Epicuro*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
20. FROMM, Erich. *A revolução da esperança: por uma tecnologia humanizada*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Atualidade).
21. FROMM, Erich. *A sobrevivência da humanidade*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Atualidade).
22. FROMM, Erich. *Meu encontro com Marx e Freud*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Atualidade).
23. FROMM, Erich. *O coração do homem: seu gênio para o bem e para o mal*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Atualidade).
24. FROMM, Erich. *O espírito de liberdade interpretação radical do velho testamento e de sua tradição*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
25. GARAUDY, Roger. *Karl Marx*. Tradução Moacir G. Soares Palmeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
26. GARAUDY, Roger. *O problema chinês*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
27. GILES RADICE. *O socialismo difícil*. Tradução Marcus C. de Vicenzi. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
28. GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Tradução Jacqueline Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
29. GUERREIRO RAMOS. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Atualidade).
30. HAROLD, J. Laski; SCHUMPETE, Joseph A. *O manifesto comunista de 1848 / A significação do manifesto comunista na sociologia e na economia*. Tradução Regina Lucia F de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
31. HOROWITZ, David. *Revolução e repressão*. Tradução Genésio Silveira da Costa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Atualidade).
32. JALLE, Pierre. *Exploração do Terceiro Mundo: um estudo econômico*. Tradução Eduardo D'Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
33. KOCHAN, Lionel. *Origens da Revolução Russa: 1890-1918*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
34. KOESTLER, Arthur. *O fantasma na máquina*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica e Hesiodo de Queiroz Facó. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Atualidade).
35. LASSWELL, Harold Dwight; Lerner, Daniel. *As elites revolucionárias*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
36. LISKA, George. *Nações em aliança: os limites da interdependência*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Atualidade).
37. LOEWENHEIN, Francis L. *História e diplomacia*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Atualidade).
38. MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
39. MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma crítica filosófica no pensamento de Freud*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
40. MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Atualidade).
41. MOORE, Wilbert Ellis. *O impacto da indústria*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
42. MORRAY, Joseph P. *Origens da Guerra Fria: de Yalta ao desarmamento*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Atualidade).
43. MOULOU, Noel. *Estruturalismo e marxismo*. Tradução Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
44. PAUL, Robert; WOLFF, Barrington Moore Jr. e MARCUSE, Herbert. *Crítica da tolerância pura*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Atualidade).
45. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil entre 1930 e 1967*. Prefácio Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
46. POUILLON, Jean; Barbut, Marc; Godelier, Maurice; Macherey, Pierre; Bourdieu, Pierre; Greimas, A. J.; Ehermann, Jacques. *Problemas do estruturalismo*. Tradução Moacir Palmeira; Jacqueline Castro; Ada Natal Rodrigues; Enylton de Sá Bêco; Rosa Maria Ribeiro da Silva e Maria Célia Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).

47. PYE, Lucian W.; Schramm, Wilbur; Shils, Edward; Passin, Herbert. *Comunicações e desenvolvimento político*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
48. RADICE, Giles. *Socialismo democrático*. Tradução Marcus C. de Vicent. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
49. READ, Sir Herbert Edward. *As origens da forma na arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
50. SANTAYANA, George. *Alternativas para o liberalismo e outros ensaios*. Tradução Jorge Enéas Fortes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Atualidade).
51. SCHULTZ, Theodore William. *O valor econômico da educação*. Tradução P. S. Werneck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
52. SKURNIK, Larry S. *Iniciação à psicologia*. Tradução Deny Felix Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Atualidade).
53. TOYNBEE, Arnold Joseph. *O desafio de nosso tempo*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).
54. TROTSKY, Leon. *Literatura e revolução*. Tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Atualidade).
55. TSURU, Shigeto. *Aonde vai o capitalismo ?*. Tradução Maria Celina Whately. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Atualidade).

Biblioteca de Ciências da Administração

1. BARRY, W. S. *Fundamentos da gerência*. Tradução Francisco Maia e Rildo Souto Maior. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências da Administração).
2. BEER, Stafford. *Cibernética e administração industrial*. Tradução Emanuel Rottenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências da Administração).
3. DRUCKER, Peter Ferdinand. *Administração lucrativa*. Tradução Adolfo José da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências da Administração).
4. DRUCKER, Peter Ferdinand. *O gerente eficaz*. Tradução Jorge Enéas Fortes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências da Administração).
5. DRUCKER, Peter Ferdinand. *Uma era de descontinuidade orientações para uma sociedade em mudança*. Tradução J. R. Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências da Administração).
6. EDEY, Harold C. *Introdução à contabilidade superior*. Tradução Adolfo José da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências da Administração).
7. HEADY, Ferrel. *Administração pública, uma perspectiva comparada*. Tradução J. R. Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências da Administração).
8. HOWARD, John A. *Mercadologia, marketing: comportamento do administrador e do comprador*. Tradução J R Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências da Administração).
9. JAY, Antony. *Maquiavel e gerência de empresas*. Tradução Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências da Administração).
10. KELLEY, Eugene J. *Mercadologia: estratégia e funções*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências da Administração).
11. KLEIN, Josephine. *O trabalho de grupo, psicologia social da discussão e decisão*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências da Administração).
12. KONOPKA, Gisela. *Trabalho social de grupo*. Tradução Adolfo José da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências da Administração).
13. MANZO, José Maria Campos. *Marketing: uma ferramenta para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências da Administração).
14. ROSKILL, Stephen Wentworth. *A Arte de liderança*. Tradução Hélio Livi Ilha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências da Administração).
15. SOLOMON, Ezra. *Teoria da administração financeira*. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências da Administração).
16. TREDGOLD, Roger. *Relações humanas na indústria moderna*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências da Administração).

Biblioteca de Ciências da Educação

1. DIENES, Zoltan P. *Aprendizado moderno da matemática*. Tradução Jorge Enéas Fortes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências da Educação).

2. PIAGET, Jean. *A construção do real na criança*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências da Educação).
3. PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências da Educação).
4. PULLIAS, Earl Vivon; Young, James D. *A arte do magistério*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências da Educação).

Biblioteca de Ciências Econômicas

1. BIRNIE, Arthur. *História econômica da Europa*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Econômicas).
2. WOODWARD, E. L. *Uma história da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Econômicas).

Biblioteca de Ciências Sociais

1. ACADEMIA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA URSS. *História das doutrinas econômicas*. Tradução Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
2. ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria Marxista*. Tradução Dirceu Accioly Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
3. ARCHIBALD, George Christopher. *Tratamento matemático da economia*. Tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
4. ASH, William. *Marxismo e moral*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
5. BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Tradução Wando Pereira Borges. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
6. BARAN, Paul Alexander. *A economia política do desenvolvimento econômico*. Tradução S. Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Ciências Sociais).
7. BARAN, Paul Alexander; Sweezy, Paul M. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
8. BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
9. BETTELHEIM, Charles. *Planificação e Crescimento Acelerado*. Tradução Dirceu Accioly Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
10. BOTTOMORE, Thomas Burton e Rubel, Maximilien (seleção, introdução e notas). *Sociologia e Filosofia Social de Marx*. Tradução Geir Campos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Sociais).
11. BOTTOMORE, Thomas Burton. *As classes na sociedade moderna*. Tradução Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
12. BOTTOMORE, Thomas Burton. *As elites e a sociedade*. Tradução Otavio Guilherme C. A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
13. BOTTOMORE, Thomas Burton. *Críticos da sociedade: o pensamento radical na América do Norte*. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
14. BOTTOMORE, Thomas Burton. *Introdução à sociologia*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
15. BOWEN, Howard; Mangum, Garth L. (editores). *Automação e progresso econômico*. Tradução Albertino Pinheiro Junior. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
16. BRECHT, Arnold. *Teoria política: fundamentos do pensamento político do século XX, 2v*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
17. BROOMAN, Frederick Spencer. *Macroeconomia*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).
18. BROWN, Arthur Joseph. *A economia no mundo*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Ciências Sociais).
19. CARDOSO, Fernando Henrique; Faletto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
20. CATLIN, George Edward Gordon. *Tratado de Política*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Sociais).
21. CAVALCANTI, Themístocles. *Manual da constituição*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Ciências Sociais).

22. CHILDE, Vere Gordon. *A Evolução social*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Ciências Sociais).
23. COHEN, Percy S. *Teoria social moderna*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
24. CORWIN, Edward Samuel. *A constituição norte-americana e seu significado atual*. Tradução Leda Boechat Rodrigues. Prefácio Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959. (Biblioteca de Ciências Sociais).
25. COSTA PINTO, L. A.; BAZANELLA, W. (orgs); Manuel Diegues Júnior (apresentação). *Processos e implicações do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
26. DEANE, Phyllis. *Revolução industrial*. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
27. DOBB, Maurice Herbert. *A evolução do capitalismo*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
28. DORFMAN, Robert. *Preços e mercados*. Tradução Nelson de Vincenzi. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
29. DUESENBERY, James Stemple. *Introdução à economia monetária*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
30. DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Tradução Heloísa de Castro Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
31. DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Tradução Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
32. EASTON, David (organizador); Buchanan, James M.; Easton, David; March, James G.; Parsons, Talcott; Rapoport, Anatol; Simon, Herbert A; Smith, M. G. *Modalidades de análise política*. Tradução Guilherme Velloso; Fani Baratz e Luis Antonio Machado da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
33. EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Tradução Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
34. EATON, John. *Manual de economia política*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
35. EATON, John. *Socialismo contemporâneo*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
36. ECKSTEIN, Otto. *Economia financeira: introdução à Política Fiscal*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
37. EDEY, Harold C.; Peacock, Alan T. *Renda nacional e contabilidade*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).
38. FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
39. FIELD, Guy Cromwell. *Teoria política*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959. (Biblioteca de Ciências Sociais).
40. FRAY, Luigi. *Desenvolvimento econômico e mercado financeiro*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Sociais).
41. FREYER, Hans. *Teoria da Época Atual*. Tradução F. Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
42. FRIEDRICH, Carl Joachim. *Introdução à teoria política*. Tradução Leonidas Xausa e Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
43. FRIEDRICH, Carl Joachim. *Perspectiva histórica da filosofia do direito*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
44. FROMM, Erich. *A análise do Homem*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Ciências Sociais).
45. FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem (Em apêndice: Manuscritos econômicos e filosóficos)*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
46. FROMM, Erich. *Medo à liberdade*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Ciências Sociais).
47. FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Tradução Giasone Rebuá e L. A. Bahia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959. (Biblioteca de Ciências Sociais).
48. GALBRAITH, John Kenneth. *Capitalismo*. Tradução Moacir Padilha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Ciências Sociais).
49. GERTH, H. H.; Mills, C. Wright (organização e introdução). *Ensaio de sociologia*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).

50. GINSBERG, Morris. *Psicologia da sociedade*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
51. GREAVES, H. R. G. *Fundamentos da teoria política*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
52. HADFIELD, James. *Manual de Política*. Tradução Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
53. HALL, Jerome. *Democracia e direito*. Tradução Arnoldo Wald e Carly Silva. Introdução Paulo Dourado Gusmão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1957. (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 2).
54. HAVEMANN, Rober. *Dialética sem dogma*. Tradução Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
55. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Textos dialéticos*. Tradução Djacir Menezes. Introdução Djacir Menezes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
56. HEILBRONER, Robert Louis. *A Formação da Sociedade Econômica*. Tradução Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Sociais).
57. HEILBRONER, Robert Louis. *A luta pelo desenvolvimento*. Tradução Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Sociais).
58. HEILBRONER, Robert Louis. *Elementos de macroeconomia*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
59. HEILBRONER, Robert Louis. *Grandes economistas*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959. (Biblioteca de Ciências Sociais).
60. HEILBRONER, Robert Louis. *Introdução à história das ideias econômicas: grandes economistas*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 0. (Biblioteca de Ciências Sociais).
61. HEILBRONER, Robert Louis. *Introdução à microeconomia*. Tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
62. HEIMANN, Eduard. *História das doutrinas econômicas: uma introdução à teoria econômica*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
63. HELLER, Walter W. *Novas dimensões da economia política*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
64. HIRSCHMAN, Albert. *Projetos de desenvolvimento*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
65. HLA MYINT, U. *A economia do desenvolvimento*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
66. HOBSBAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos, estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
67. HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
68. KAPLAN, Morton A.; Katzenbach, Nicholas de B. *Fundamentos políticos do direito internacional*. Tradução Sigrid Faulhaber Godolphim e Waldir da Costa Godolphim. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Sociais).
69. KARIEL, Henry S. *Aspectos do pensamento político moderno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
70. KOENIG, Samuel. *Elementos de sociologia*. Tradução Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).
71. LANDAUER, Carl. *Sistemas econômicos contemporâneos, uma análise comparativa, 2v*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
72. LANE, Robert Edwards; SEARS, David O. *A opinião pública*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
73. LEWIS, W. Arthur. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Tradução Alfredo Moutinho dos Reis e Olavo Miranda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Ciências Sociais).
74. LEWIS, William Arthur. *Política econômica: a programação do desenvolvimento*. Tradução Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
75. LIENHARDT, R. Godfrey. *Antropologia social*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
76. LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Tradução Álvaro Cabral e Moacir Palmeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
77. LIPSON, Leslie. *A civilização democrática*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).

78. LIPSON, Leslie. *Os grandes problemas da ciência política: uma introdução à ciência política*. Tradução Thomaz Newlands Neto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
79. LOWE, Adolph. *Ciência da Economia política*. Tradução Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
80. LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
81. MABBOTT, John David. *O Estado e o Cidadão: uma introdução a filosofia política*. Tradução Jorge Natal da Costa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
82. Mackenzie, Norman Ian. *Breve história do socialismo*. Tradução Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
83. MAIR, Lucy Philip. *Introdução à antropologia social*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
84. MALINOWSKY, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Tradução José Auto e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
85. MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. Tradução Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
86. MANN, Peter H. *Métodos de investigação sociológica*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
87. MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico do nosso tempo*. Tradução Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Ciências Sociais).
88. MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade : estudos sobre a estrutura social moderna*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
89. MANNHEIN, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução Sergio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
90. MARSHALL, T. H. *Política social*. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
91. MARSHALL, T. H.; Schmitter, Philippe C. (pref.). *Cidadania, Classe Social e Status*. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
92. MARX, Karl; Robert Freedeman (seleção e prefácio); Harry Schwartz (introdução). *Escritos econômicos de Marx*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
93. MARX, Karl; resumo dos três volumes por Julian Borchardt. *O Capital: edição resumida*. Tradução Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
94. MAYNARD, Geoffrey. *Desenvolvimento, inflação e preços*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).
95. MEADE, J. E. *Curso superior de economia política, v. 1: a economia estacionária*. Tradução Maria Jose Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
96. MENDRAS, Henri. *Princípios de sociologia: uma iniciação e análise sociológica*. Tradução Patrick Davos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
97. MENEZES, Djacir. *Hegel e a filosofia soviética*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959. (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 7).
98. MENEZES, Djacir. *Proudhon, Hegel e a dialética*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
99. MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
100. MILLS, Charles Wright. *A nova classe média*. Tradução Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
101. MILLS, Charles Wright. *Imaginação sociológica*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
102. Mills, Charles Wright. *Os marxistas*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
103. MILLS, Charles Wright; Tradução Otavio Guilherme Velho. *A elite do poder*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
104. Mosca, Gaetano. *História das doutrinas políticas desde a antiguidade, completada por Gaston Bouthoul “as doutrinas políticas desde 1914”*. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Prefácio Milton Campos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1958. (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 3).
105. MYRDAL, Gunnar P. *Aspectos políticos da teoria econômica (em Apêndice: Controversias recentes de Paul Streeten)*. Tradução José Auto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).

106. MYRDAL, Gunnar P. O Estado do futuro. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
107. NEUMANN, Franz Leopold. Estado democrático e estado autoritário. Tradução Luiz Corção. Hebert Marcuse (organização e prefácio). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
108. NOVE, Alec. A economia soviética. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).
109. OSSOWSKI, Stanislaw. Estrutura de classes na consciência social. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Sociais).
110. PELTO, Pertti J.; SPINDLER, George D. (consultor). Iniciação ao estudo da antropologia com um capítulo sobre Sugestões de métodos para professores por Raymond H. Muessig e Vincent R. Rogers. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
111. PIETTRE, André. Marxismo. Tradução Paulo Mendes Campos; Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Ciências Sociais).
112. PINTO, Luis de Aguiar Costa; Bazzanella, Waldemiro. Teoria do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
113. POUND, Roscoe, Introdução à filosofia do direito. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
114. RICHARDSON, George Barclay. Introdução à teoria econômica. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
115. ROSA, Felipe Augusto de Miranda. Patologia social: uma introdução ao estudo da desorganização social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
116. ROSA, Felipe Augusto de Miranda. Sociologia do direito, o fenômeno jurídico como fato social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
117. ROSTOW, Walt Whitman. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Ciências Sociais).
118. RUMNEY, Jay. Manual de sociologia. Tradução Octávio Alves Velho. Introdução Djacir Menezes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1957. (Biblioteca de Ciências Sociais).
119. RUNCIMAN, Walter Garrison. Ciência Social e Teoria Política. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
120. SCHILLING, Kurt. História das idéias sociais: indivíduo-comunidade-sociedade. Tradução Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
121. SCHUMPETER, A. Fundamentos do pensamento econômico. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
122. SCHUMPETER, Joseph Alois,. Imperialismo e classes sociais. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Ciências Sociais).
123. SCHUMPETER, Joseph Alois. Teorias econômicas de Marx e Keynes. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).
124. SHACKLE, George Lennox Sharman. Um esquema de teoria econômica. Tradução Nelson de Vincenzi. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).
125. SHONFIELD, Andrew. Capitalismo moderno. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais).
126. SIEVERS, Allen. Revolução, evolução e ordem econômica. Tradução Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).
127. SOROKIN, Pitirim A. Tendências básicas de nossa época. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
128. STONIER, Alfred William; Hague, Douglas Chalmers. Teoria econômica. Tradução Cássio Fonseca e Otávio Golveia de Bulhões. Prefácio Cássio Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959. (Biblioteca de Ciências Sociais).
129. STUVEL, G. Sistemas de contabilidade social. Tradução Helga Hoffmann e Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Ciências Sociais).
130. SWEEZY, Paul Marlor. Ensaio sobre o capitalismo e o socialismo. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
131. SWEEZY, Paul Marlor. Socialismo. Tradução Giasone Rebuá e Maurício Caminha de Lacerda; Prefácio Wilson Sidney Lobato. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959. (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 6).
132. SWEEZY, Paul Marlor. Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Ciências Sociais).
133. TIMASHEFF, Nicholas Sergeyevitch. Teoria sociológica. Tradução Antônio Bulhões. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Ciências Sociais).

134. TUCKER, Robert C. Karl Marx: filosofia e mito. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).
135. VEREKER, Charles. O desenvolvimento da teoria política. Tradução André Amado e Marcus de Viscenzi. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).
136. WALINSKY, Louis Joseph. Planejamento e execução do desenvolvimento econômico: guia não-técnico para planejadores e administradores. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
137. WATKINS, Frederick Mundell. A idade da ideologia, o pensamento político, de 1750 até o presente. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Ciências Sociais).
138. WRIGHT MILLS, Charles. Poder e política. Tradução Waltensir Dutra. Introdução Irving L. Horowitz. Prefácio Irving L. Horowitz. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).
139. YOUNG, Oran R. Introdução à análise de sistemas políticos. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais).

Biblioteca de Cultura Científica

1. AUERBACH, Charlotte. *Genética moderna*. Tradução Gaisone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Cultura Científica).
2. BONNER, John Tyler. *Idéias fundamentais da Biologia*. Tradução Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Científica).
3. DANTZIG, Tobias. *Número: a linguagem da ciência*. Tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Cultura Científica).
4. EINSTEIN, Albert. *A evolução da Física*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Científica).
5. FATALIEV, Kh. *O materialismo dialético e as ciências da natureza*. Tradução Constantino Paleólogo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Cultura Científica).
6. GAMOW, George. *Biografia da física*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Cultura Científica).
7. HOYLE, Fred. *A natureza do universo*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Científica).
8. KASNER, Edward. *Matemática e imaginação*. Tradução Jorge Enéas Fortes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Cultura Científica).
9. PUCHKIN, V. N. *Heurística: a ciência do pensamento criador*. Tradução Vera Neverova. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Biblioteca de Cultura Científica).
10. RUSSELL, Bertrand. *ABC da relatividade*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Cultura Científica).
11. RUSSELL, Bertrand. *Introdução à filosofia da matemática*. Tradução Gaisone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Cultura Científica).
12. SMART, William Marshall. *A origem da Terra*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Cultura Científica).

Biblioteca de Cultura Histórica

1. BALSDON, J. P. V. D. (Org.). *O mundo romano*. Tradução Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de cultura histórica).
2. BARK, William Carroll. *Origens da Idade Média*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Histórica).
3. BARRACLOUGH, Geoffrey. *Europa: uma revisão histórica*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Cultura Histórica).
4. BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Cultura Histórica).
5. BEEK, Martinus Adrianus. *História de Israel*. Tradução Jorge Enéas Fortes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Cultura Histórica).
6. BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a História*. Tradução Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Cultura Histórica).
7. CHILDE, Vere Gordon. *A evolução cultural do homem*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Biblioteca de Cultura Histórica).

8. CHILDE, Vere Gordon. *O que aconteceu na história*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 0. (Biblioteca de Cultura Histórica).
9. CLARK, Grahame. *A pré-história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Histórica).
10. CROCE, Benedetto. *A história: pensamento e ação*. Tradução Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Histórica).
11. CROCE, Benedetto. *História, pensamento e ação*. Tradução Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Histórica).
12. GAMOW, George. *Um, dois, três.. Infinito*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Histórica).
13. HEILBRONER, Robert Louis. *O futuro como história*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Cultura Histórica).
14. HOOK, Sidney. *O herói na história*. Tradução Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Histórica).
15. JEANS, James. *O universo em que vivemos*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Biblioteca de Cultura Histórica).
16. KIRK, George Eden. *História do Oriente Médio: desde a ascensão do Islã até a época contemporânea*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Cultura Histórica).
17. LINK, Arthur Stanley; com a colab. de William B. Cattton. *História moderna dos Estados Unidos, 3v*. Tradução Waltensir Dutra; Alvaro Cabral e Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Cultura Histórica).
18. LLOYD-JONES, Hugh (coord.). *O mundo grego*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Cultura Histórica).
19. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *America Latina contemporânea: modernização - desenvolvimento - dependência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Cultura Histórica).
20. RIBARD, André. *A prodigiosa história da humanidade, 2v*. Tradução Darcy Damasceno e Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Histórica).
21. ROSTOVITZEFF, Michael Ivanovich. *História de Roma, 2v*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Cultura Histórica).
22. RUNCIMAN, Steven. *A civilização bizantina*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Cultura Histórica).
23. SHOTWELL, James Thomson. *A interpretação da história e outros ensaios*. Tradução Murillo Bastos Martins. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de cultura histórica).
24. SICHEL, Edith Helen. *O Renascimento*. Tradução Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Cultura Histórica).
25. SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Tradução Helio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Histórica).
26. SPENGLER, Oswald; edição condensada por Helmut Werner. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da história universal*. Tradução Herbert Caro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Histórica).
27. TAYLOR, Alan John Percivale. *A Segunda Guerra Mundial*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Cultura Histórica).
28. THOMSON, David. *Pequena história do mundo contemporâneo, 1914-1961*. Tradução J. C. Teixeira Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Biblioteca de Cultura Histórica).
29. TOYNBEE, Arnold Joseph. *A América e a revolução mundial*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Cultura Histórica).
30. TOYNBEE, Arnold Joseph. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução Waltensir Dutra. Introdução Antonio Olinto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Biblioteca de Cultura Histórica).

Biblioteca de Cultura Religiosa

1. BRANTL, George. *Catolicismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Religiosa).
2. Dunstan, J. Leslie. *Protestantismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Religiosa).
3. GARD, Richard A. *Budismo*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Religiosa).
4. HERTZBERG, Arthur. *Judaísmo*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Religiosa).

5. RENO, Luois. *Hinduísmo*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Religiosa).
6. WILLIAMS, John Alden (ed.). *Islamismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Biblioteca de Cultura Religiosa).

Cinema

1. EISENSTEIN, Serguei M. *Reflexões de um cineasta*. Tradução Gustavo A. Dória. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Cinema).
2. STEPHENSON, Ralph; Debrix, Jean R. *O cinema como arte*. Tradução Tati de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Cinema).

Coleção de Etnologia Brasileira

1. OLIVERIA, Roberto Cardoso. *Urbanização tribalismo; integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Coleção de Etnologia Brasileira).

Curso de Antropologia Moderna

1. BRACE, C Loring. *Estágios da evolução humana*. Tradução Paulo Roberto de Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Curso de Antropologia Moderna).
2. KRADER, Lawrence. *A formação do estado*. Tradução Regina Lúcia M. Morel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Curso de Antropologia Moderna).
3. SAHLINS, Marshall David. *Sociedades tribais*. Tradução Yvonne Maggie Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Curso de Antropologia Moderna).
4. WOLF, Eric Robert. *Sociedades camponesas*. Tradução Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Curso de Antropologia Moderna).

Curso de Psicologia Moderna

1. ALDRICH, Virgil C. *Filosofia da arte*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso de Psicologia Moderna).
2. BARKER, Stephen. *Filosofia da matemática*. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso de Psicologia Moderna).
3. CARROLL, John Bissell. *Psicologia da linguagem*. Tradução Maria Aparecida Aguiar e Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso de Psicologia Moderna).
4. FRANKENA, William K. *Ética*. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso de Psicologia Moderna).
5. GREEN, Donald Ross. *Psicologia da educação*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Curso de Psicologia Moderna).
6. HOCHBERG, Julian E. *Percepção*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Curso de Psicologia Moderna).
7. HYMAN, Ray. *Natureza da investigação psicológica*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Curso de Psicologia Moderna).
8. LAMBERT, William Wilson; Lambert, Wallace. *Psicologia social*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Curso de Psicologia Moderna).
9. LAZARUS, Richard S. *Personalidade e adaptação*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Curso de Psicologia Moderna).
10. MEDNICK, Sarnoff A. *Aprendizagem*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Curso de Psicologia Moderna).
11. MUELLER, Conrad George. *Psicologia sensorial*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Curso de Psicologia Moderna).
12. MURRAY, Edward J. *Motivação e emoção*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Curso de Psicologia Moderna).
13. MUSSEN, Paul Henry. *O desenvolvimento psicológico da criança*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Curso de Psicologia Moderna).
14. ROTTER, Julian. *Psicologia clínica*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Curso de Psicologia Moderna).

15. TEITELBAUM, Philip. *Psicologia fisiológica*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso de Psicologia Moderna).
16. TYLER, Leona Elizabeth. *Testes e medidas*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Curso de Psicologia Moderna).

Curso Moderno de Filosofia

1. CHISHOLM, Roderick M. *Teoria do conhecimento*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso Moderno de Filosofia).
2. DRAY, William H. *Filosofia da história*. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso Moderno de Filosofia).
3. HEMPEL, Carl Gustav. *Filosofia da ciência natural*. Tradução Plínio Sussekind Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Curso Moderno de Filosofia).
4. HICK, John. *Filosofia da religião*. Tradução Therezinha Alvim Cannabrava. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Curso Moderno de Filosofia).
5. RUDNER, Richard S. *Filosofia da ciência social*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso Moderno de Filosofia).
6. SALMON, Wesley C. *Lógica*. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso Moderno de Filosofia).
7. SHAFFER, Jerome A. *Filosofia do espírito*. Tradução Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Curso Moderno de Filosofia).
8. TAYLOR, Richard. *Metafísica*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Curso Moderno de Filosofia).

Divulgação Cultural

1. BARZUN, Jacques. *Da liberdade humana*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
2. BECKER, Carl L. *O dilema da democracia*. Tradução Primavera Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
3. BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo revolucionário*. Tradução Manuel Teles. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
4. BOWLES, Chester. *As realizações de uma sociedade justa*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
5. CHAMBERS, William; Salisbury, Robert H. *Problemas e perspectivas atuais da democracia*. Tradução Constantino Paleólogo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Divulgação Cultural).
6. CHEATHAM, Elliott Evans. *Problemas do advogado nos Estados Unidos*. Tradução José Carlos Teixeira Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
7. CONANT, James Bryant. *A ciência moderna e o homem moderno*. Tradução José Carlos Teixeira Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
8. COYLE, David Cushman. *O desenvolvimento em ação*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
9. DANIEL, Glyn. *Introdução à pré-história*. Tradução Sigrid Faulhaber Godolphim e Waldir da Costa Godolphim. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
10. DAVIS, Harold Eugene. *Os Estados Unidos na história, a significação de suas experiências históricas para o seu povo*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
11. DOBB, Maurice Herbert. *O crescimento econômico*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
12. DUTT, Rejani Palme. *Problemas da história contemporânea*. Tradução Fernando Telles. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
13. ELIOT, Thomas Stearns. *Notas para a definição de cultura*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
14. FERGUSSON, Francis. *Evolução e sentido do teatro*. Tradução Heloisa de Hollanda G. Ferreira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
15. GEIGER, Louis George. *Educação superior e democracia*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
16. Heaton, Eric William. *O mundo do Antigo Testamento*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).

17. HOOK, Sidney. *Os paradoxos da liberdade*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
18. JONES, Howard Mumford. *Reflexões sobre a erudição*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
19. KLEIN, Melanie. *Fontes do inconsciente*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
20. KNELLER, George Frederick. *Introdução à filosofia da educação*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Divulgação Cultural).
21. KOHN, Hans. *Meus encontros com a história*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
22. LAING, Ronald David. *Militarismo e política na América Latina*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
23. LASKI, Harold J. *Introdução à política*. Tradução Marcelle Soares Brandão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
24. MARX, Karl. *A Ideologia alemã: e outros escritos (primeira parte)*. Tradução Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
25. MOORE, Stanley. *Três táticas marxistas*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
26. ROBINSON, Joan. *Filosofia econômica*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
27. RÓNAI, Paulo. *Homens contra Babel: passado, presente e futuro das linguas artificiais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).
28. ROSTOW, Walt Whitman. *A estratégia americana*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
29. SARTRE, Jean-Paul. *Esboço de uma teoria das emoções*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
30. SCHAFF, Adam. *Marxismo e o existencialismo*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
31. SHAPLEY, Harlow. *O futuro do homem no universo*. Tradução Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
32. SIDNEY Hook. *Educação para o homem moderno*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
33. SILVA, Gastão Pereira da. *O ateísmo em Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Divulgação Cultural).
34. SWEEZY, Paul Marlor. *Teóricos e teorias da economia*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Divulgação Cultural).
35. WALSTON, Henry David Leonard George. *Problemas agrícolas dos países socialistas*. Tradução Waldir da Costa Godolphim. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Divulgação Cultural).

Homens que fizeram época

1. BELOFF, Max. *Jefferson e a democracia americana*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Homens que fizeram época).
2. BURN, A. R. *Alexandre e o império Helênico*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram época).
3. HALE, John Rigby. *Maquiavel e a Itália da Renascença*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram época).
4. HILL, Christopher. *Lênin e a revolução russa*. Tradução Geir Campos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram época).
5. JACKSON, J. Hampden. *Marx, Proudhon e socialismo europeu*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram história).
6. MARKHAM, Felix Maurice Hippisley. *Napoleão e o despertar da Europa*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram época).
7. SUMNER, Benedict Humphrey. *Pedro o grande e o despontar da Rússia*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram época).
8. TREND, John Brande. *Bolívar e a independência da América Espanhola*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Homens que fizeram época).
9. WEDGWOOD, C. V. *Richelieu e a Monarquia Francesa*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram história).

10. WHEARE, Kenneth Clinton. *Lincoln e os Estados Unidos*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram época).
11. WOODS, John A. *Roosevelt e a América moderna*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram época).
12. WRIGHT, Esmond. *Washington e a revolução americana*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Homens que fizeram época).

Iniciação aos Estudos Sociais

1. BROEK, Jan Otto Marius. *Iniciação ao estudo da geografia com um capítulo sobre sugestões de métodos para professores por Raymon H. Muessig e Vincent R. Rogers*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Iniciação aos Estudos Sociais).
2. COMMAGER, Henry Steele. *Iniciação ao estudo da história*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Iniciação aos Estudos Sociais).
3. MARTIN, Richard S., e Miller, Reuben G. *Iniciação ao estudo da economia com um capítulo sobre sugestões de métodos para professores por Raymond H. Muessig e Vincent R. Rogers*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Iniciação aos Estudos Sociais).
4. ROSE, Caroline Baer. *Iniciação ao estudo da sociologia com um capítulo sobre sugestões de métodos para professores por Raymond H. Muessig e Vincent R. Rogers*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Iniciação aos Estudos Sociais).
5. SORAUF, Francis Joseph. *Iniciação ao estudo da Ciência Política*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Iniciação aos Estudos Sociais).

Manuais de Economia Cambridge

1. HAGENBUCH, Walter. *Economia social*. Tradução José Auto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Manuais de Economia Cambridge).
2. HARROD, Sir Roy Forbes. *Comércio internacional*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Manuais de Economia Cambridge).
3. HENDERSON, Hubert. *A oferta e a procura*. Tradução Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Manuais de Economia Cambridge).
4. HICKS, Ursula K. *Finanças públicas*. Tradução Leopoldo C. Fontenele. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Manuais de Economia Cambridge).
5. MATTHEWS, Robert Charles Oliver. *O ciclo econômico*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Manuais de Economia Cambridge).
6. ROBERTSON, Dennis Holme. *Moeda*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. (Manuais de Economia Cambridge).
7. ROBINSON, Edward Austin Gossage. *A indústria em regime de concorrência*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Manuais de Economia Cambridge).

Psyche

1. ADCOCK, C. J. *Manual de psicologia*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Psyche).
2. ALEXANDER, Franz. *Fundamentos da psicanálise*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Psyche).
3. ARGYLE, Michael. *Patologia social: uma introdução ao estudo da desorganização social*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Psyche).
4. BION, Wilfred Ruprecht. *Os elementos da psicanálise*. Tradução Jayme Salomão e Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Psyche).
5. DOURADO, Luiz Angelo. *Ensaio de psicologia criminal: o teste da árvore e a criminalidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Psyche).
6. DOURADO, Luiz Angelo. *Raízes neuróticas do crime*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Psyche).
7. FARBER, Seymour M.; Wilson, Roger H. L. *O controle da mente*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Psyche).
8. FREUD, Sigmund. *Psicopatologia da vida cotidiana*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Psyche).

9. FROMM, Erich. *A Linguagem esquecida: uma introdução ao entendimento dos sonhos, contos de fadas e mitos*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Psyche).
10. FROMM, Erich. *A missão de Freud: uma análise de sua personalidade e influencia*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Psyche).
11. GUNTRIP, Henry James Samuel. *A cura da mente enferma*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Psyche).
12. JONES, Ernest. *Hamlet e o complexo de Édipo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Psyche).
13. JONES, Ernest; Lionel Trilling e Steven Marcus (organização e resumo). *Vida e obra de Sigmund Freud, 2v*. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Psyche).
14. JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e religião*. Tradução Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Psyche).
15. JUNG, Carl Gustav. *Tipos psicológicos*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Psyche).
16. Klein, Melanie; Heimann, Paula ; Money-Kirle, R.E. (organizadores). *Temas de psicanálise aplicada*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Psyche).
17. KLEIN, Melanie. *A Vida emocional dos civilizados*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. (Psyche).
18. KLEIN, Melanie. *Os progressos da psicanálise*. Tradução Álvaro Cabral. Prefácio Ernest Jones. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Psyche).
19. KLEIN, Melanie; Heimann, Paula; Money-Kirle, R. E. (organizadores). *Novas tendências na psicanálise*. Tradução Álvaro Cabral. Prefácio Décio S. de Souza. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Psyche).
20. LAING, Ronald David. *O eu dividido: estudo sobre a loucura e a sanidade*. Tradução Clecy Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Psyche).
21. MILLER, George Armitage. *Psicologia: a ciência da vida mental*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. (Psyche).
22. MULHAHY, Patrick; Fromm, Erich (introdução). *Édipo, mito e complexo: uma crítica da teoria psicanalítica*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Psyche).
23. OSBORN, Reuben. *Psicanálise e Marxismo*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Psyche).
24. PIERON, Henri. *Psicologia experimental*. Tradução Marcello A. Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Psyche).
25. Reich, Wilhelm. *Revolução sexual*. Tradução Ary Blaustein. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Psyche).
26. ROSENFELD, Herbert A. *Os estados psicóticos*. Tradução Jaime Salomão; Paulo Dias Correia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Psyche).
27. SANDSTRÖM, Carl Ivar. *A psicologia da infância e da adolescência*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Psyche).
28. STORR, Anthony. *A agressão humana*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Psyche).
29. STORR, Anthony. *Desvios sexuais*. Tradução Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Psyche).
30. THOMPSON, Clara. *Evolução da psicanálise*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Psyche).
31. WINNICOTT, Donald Woods. *A criança e o seu mundo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Psyche).

Teatro

1. ABEL, Lionel. *Metateatro: uma visão nova da forma dramática*. Tradução Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Teatro).
2. BENTLEY, Eric. *A experiência viva do teatro*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Teatro).
3. BENTLEY, Eric. *O teatro engajado*. Tradução Yan Michalski. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Teatro).
4. BRUSTEIN, Robert Sanford. *O teatro de protesto*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Teatro).
5. PEACOCK, Ronald. *Formas da literatura dramática*. Tradução Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Teatro).
6. WILLETT, John. *O teatro de Brecht visto de oito aspectos*. Tradução Álvaro Cabral. Prefácio Paulo Francis. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Teatro).

Teatro hoje

1. PISCATOR, Erwin. *Teatro político*. Tradução Aldo Della Nina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Teatro hoje).

Textos Básicos de Ciências Sociais

1. ALTHUSSER, Louis; OSSOWSKI, Stanislaw; JOJA, Athanase; LE NY, Jean-François. *Dialética e ciências sociais*. Introdução Wanderley Guilherme dos Santos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
2. AMORIM, Maria Stella de (Organização). *Sociologia política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
3. BENJAMIN, Walter; ADORNO, Theodor W; GOLDMANN, Lucien. *Sociologia da arte, IV*. Tradução Dora Rocha; Yvonne Costa Ribeiro e Sérgio Flaskman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
4. BRITTO, Sulamita de (organização e introdução). *Sociologia da juventude, 4v. (Da Europa de Marx à América Latina de hoje. v.2 - Para uma sociologia diferencial. v.3 - A vida coletiva juvenil. v.4 - Os movimentos juvenis)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
5. ECHEVARRIA, Medina; Vera, O.; Baran, Paul A. *Desenvolvimento, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
6. Fischer, Ernst; Duvignaud, Jean; Hauser, Arnold; Lukacs, Gyorgy; Goldmann, Lucien; Robbe-Grillet, Alain (v. 1); *Sociologia da arte, I*. Tradução Leandro Konder; Gilberto Velho; Dora Rocha; Lena Chaves; Anette Goldberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
7. FRANCASTEL, Pierre. *Sociologia da arte, II*. Introdução Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
8. GUILHERME VELHO, Otávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
9. HEUSH, Luc de; LEFEBVRE, Henri; LÉVI-STRAUSS, Claude; SEBAG, Lucien; BARTHÈS, Roland; Lefort, Claude. *O método estruturalista*. Introdução Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
10. KROEBER, A. L; Rivers, W. H. R.; Hocart, A. M.; Hocart, A. M.; Radcliffe-Brown, A. R.; Leach, E. R.; Lévi-Strauss, Claude. *Organização social*. Introdução Roque de Barros Laraia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
11. MANNHEIM, Karl; Merton, Robert K.; Mills, Wright. *Sociologia do conhecimento*. Tradução Antônio Roberto Bertelli. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
12. MARX, Karl; WEBER, Max; MOSCA, Gaetano; PARETO, Vilfredo; MICHELS, Robert. *Sociologia política*. Tradução Geir Campos; Dirceu Lindoso; Alice Rangel; Alice Rangel; Sérgio Magalhães Santeiro. Introdução Amaury de Souza. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
13. MENDRAS, Henri; Gurvitch, G; Courtin, P; Bose, S. P. *Sociologia rural*. Introdução Maria Isaura Pereira de Queiroz. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
14. PEREIRA, Luiz (org.) *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
15. PEREIRA, Luiz (org.); Duarte Lago Pacheco; E. Soares Pinto; Luiz Pereira. *Urbanização e subdesenvolvimento*. Tradução Duarte Lago Pacheco. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
16. PERROUX, François et alii. *Sociologia do desenvolvimento*. Introdução José Carlos García Durand. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
17. READ, Herbert; FRANCASTEL, Pierre; BRECHT, Bertold. *Sociologia da arte, III*. Tradução Dora Rocha; Yvonne Costa Ribeiro e Heitor O'Dwyer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Textos Básicos de Ciências Sociais).
18. SELIGMAN, Edwin R. A. [et al.]. *Economia e ciências sociais*. Introdução Fabio Lucas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (Textos Básicos de Ciências Sociais).

Publicações avulsas

2. BEAL, George M. *Liderança e dinâmica de grupo*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
3. BELL, John Fred. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
4. BROWN, James Alexander Campbell. *Técnicas de persuasão: da propaganda à lavagem cerebral*. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
5. CARPEAUX, Otto Maria. *Uma nova história da música*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1958.

6. CARPENTER, Edmund; MCLUHAN, Marshall (orgs). *Revolução na comunicação*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
7. DERRIMAN, James Parkyns. *Relações públicas para gerentes*. Tradução Jorge Arnaldo Fortes; José Soares de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
8. DOURADO, Luiz Angelo. *Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
9. DRACHKOVICH, Milorad M (Org.). Ensaios de: Raymond Aron; Arthur A. Cohen; Theodore Draper; Merle Fainsod; Richard Lowenthal; Boris Souvarine; Adam B. Ulam; Bertram D. Wolfe. *O marxismo no mundo moderno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
10. DUNLAP, Henry H; Tuch, Hans N. *Átomo em ação*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1958.
11. ESSLIN, Martin. *O teatro do absurdo*. Tradução Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
12. FERGUSON, John. *Fundamentos da civilização ocidental*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
13. FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte: uma interpretação marxista*. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
14. FROMM, Erich. *O dogma de Cristo e outros ensaios sobre religião, psicologia e cultura*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
15. FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Classes urbanas e classes rurais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
16. HAN, Suyin. *China no ano 2001*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
17. HOOK, Sidney. *Política e liberdade*. Tradução Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
18. HUBERMAN, Leo. *Cuba: anatomia de uma revolução*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.
19. LEITE, Antonio Dias. *Caminhos do desenvolvimento: contribuição para um projeto brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
20. LEITE, Celso Barroso. *A previdência Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
21. Lindsay, Alexandre Dunlop. *O estado democrático moderno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
22. LIPSET, Seymour Martin. *A sociedade americana: uma análise histórica e comparada*. Tradução Mário Salviano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
23. LUCAKS, Gyorgy et alii. *Estrutura de classes e estratificação social*. Tradução Antônio Roberto Bertelli; Moacir G. Soares Palmeira; Otávio Guilherme C. A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
24. MALIK, Charles. *A luta pela paz*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
25. MANGABEIRA, Francisco. *Imperialismo, petróleo, Petrobrás*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
26. MENDRAS, Henri. Queiroz, Maria Isaura Pereira de (org). *A cidade e o campo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
27. MENDRAS, Henri. Queiroz, Maria Isaura Pereira de (org). *A influência dos fatores socioculturais na direção de pequenas empresas agrárias*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
28. MILLS, Charles Wright. *A verdade sobre Cuba*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
29. MILLS, Charles Wright. *As causas da próxima guerra mundial*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
30. MILLS, Charles Wright. *O papel social do intelectual [informação sobre esse título só foi localizada no Correio da Manhã de 4 de maio de 1965]*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
31. NUSSBAUM, Arthur. *Uma história do dólar*. Tradução Fernando A. Moreira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
32. O'CONNOR, Harvey. *O império do petróleo*. Tradução Luiz Cláudio de Castro. Prefácio Janary Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
33. O'CONNOR, Harvey. *O Petróleo em crise*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
34. ODELL, Peter R. *Geografia econômica do petróleo*. Tradução Jairo José Farias. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
35. OLIVEIRA, Franklin. *A fantasia excata: ensaios de literatura e música*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
36. OSBORN, Fairfield. *As pressões da população*. Tradução Jairo José Farias. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
37. RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise no poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
38. READ, Herber Edward. *Arte e alienação*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
39. SALZMAN, Eric. *Introdução à música no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
40. SANTOS, Paulo de Tarso. *Os cristãos e a revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
41. SCHAAR, John H. *O mundo de Erich Fromm*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

42. SCHULTZ, Theodore William. *A transformação da agricultura tradicional*. Tradução José Carlos Teixeira Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
43. SINGH, V. B. e outros. *Da economia política*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
44. STERNBERG, Fritz. *A revolução militar e industrial do nosso tempo*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
45. STOKLEY, James. *Novo mundo do átomo*. Tradução Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
46. STONIER, Alfred William. *Teoria da economia*. Tradução Cássio Fonseca. Prefácio Cássio Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
47. SUDRE, René. *Tratado de parapsicologia*. Tradução Constantino Paleólogo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
48. SWEEZY, Paul Marlor. *Perspectivas da América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
49. SWEEZY, Paul Marlor. *Reflexões sobre a Revolução Cubana*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
50. VILAS Boas, Orlando; Vilas Boas, Cláudio. *Xingu: os índios, seus mitos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
51. WALTER, W. Grey. *A Mecânica do cérebro*. Tradução Afonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
52. WENDT, Gerald. *Horizontes do poder atômico*. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
53. WHITE, Jon Manchip. *O Egito antigo*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
54. WODDIS, Jack. *África: as raízes da revolta*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

O ARQUIVO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFBA: UMA TENTATIVA DE RESGATE DA HISTÓRIA

Risonete Batista de Souza

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se uma tentativa de iniciar uma história do conjunto de documentos que compõem o acervo do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Trata-se do primeiro produto do projeto de pesquisa apresentado por nós no primeiro semestre deste ano à Congregação de Letras, intitulado “Memória do Instituto de Letras da UFBA – Parte 1”, e que objetiva recuperar e registrar a história do Instituto de Letras da UFBA (ILUFBA), desde a sua criação como unidade acadêmica autônoma, em 1968. Para realizarmos esta meta, precisaremos consultar os arquivos do instituto, conservados durante este período. Falamos em arquivos, no plural, porque todo o material produzido pela comunidade de Letras nestas mais de cinco décadas de existência do ILUFBA encontra-se disperso em vários espaços de sua sede atual. A tentativa de constituir um arquivo centralizado de custódia permanente é uma ação muito recente e todo o trabalho de triagem e classificação dos documentos e materiais está em fase incipiente.

Na pesquisa, adotaremos o conceito de arquivo de Schellenberg (2006, p. 41):

[...] Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente.

Para o conceito de documentos, adotamos também o proposto por Schellenberg (2006, p. 41):

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentarias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

Estamos diante, portanto, de uma tarefa dupla, primeiro, fazer a triagem do material disperso nos vários espaços administrativos e nas salas de pesquisa e gabinetes dos docentes do instituto, selecionar e requisitar todos os documentos que deverão compor o arquivo permanente, na sequência, a partir da leitura e cotejo deste material, intentar narrar a história da instituição. A seleção, higienização, classificação e guarda dos documentos é imprescindível para a preservação de memória do nosso instituto, sobretudo porque, a partir da implantação do projeto REUNI¹, a comunidade docente e discente de Letras

¹ Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais lançado pelo Governo Federal através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

aumentou significativamente e se renovou. Atualmente, dos cento e quarenta e três professores efetivos e ativos no ILUFBA, apenas trinta e cinco ingressaram antes de 2009².

O INSTITUTO DE LETRAS: UM POUCO DE HISTÓRIA

O Instituto de Letras da UFBA foi criado pelo Decreto nº 62241, de 8 de fevereiro de 1968, que reestruturou a Universidade Federal da Bahia, segundo os princípios e normas determinados pelo Decreto-lei 53/1966. As mudanças estabelecidas nos referidos marcos legais foram gestadas durante os primeiros anos da ditadura militar e objetivavam reestruturar as instituições federais de ensino, por razões políticas e administrativas. O Decreto 62241/68 alterou a estrutura da UFBA, que passou a ser composta por vinte e quatro unidades universitárias, divididas em unidades de ensino e pesquisa básicos e unidades de formação profissional e pesquisa aplicada, de acordo com o art. 2º, incisos II e III do Decreto-lei 53/66. Deste modo, foi criado o Instituto de Letras, juntamente com parte dos atuais institutos básicos que compõem a estrutura de nossa universidade, a saber, Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências da Saúde. Integravam ainda esta lista de unidades de ensino e pesquisa básicos, segundo o referido Decreto, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e a Escola de Belas Artes.

Embora gestada no ambiente antidemocrático que culminou com o AI5, a reforma universitária, que entre outras metas objetivava a desagregação dos espaços universitários até então constituídos, também refletiu uma expansão significativa no sistema de ensino superior no país. Ainda que o aumento mais expressivo tenha se dado no ensino privado, as instituições públicas terminaram por usufruir do ambiente de expansão e da importância crescente do ensino superior para a sociedade brasileira. De um lado, a reforma declarava a autonomia econômica e didático-científica das universidades públicas, incentivava a interação ensino-pesquisa, de outro, estabeleceu que a escolha dos Reitores caberia ao Presidente da República e promoveu a anulação dos movimentos estudantis (ANTUNES; SILVA; BANDEIRA, 2011, p. 4).

São exemplos desse esforço de desagregação e separação das diversas áreas a criação de novas unidades acadêmicas. No caso da UFBA, passou-se de pouco mais de uma dezena de unidades para vinte e quatro entre faculdades, escolas e institutos básicos. O Instituto de Letras, que até então funcionava como um departamento da Faculdade de Filosofia, passou não somente a ter existência legal como unidade universitária independente, mas também constituiu-se em uma área independente e isolada, a área IV, formada exclusivamente por Letras. Após a criação do novo instituto, as cadeiras que compunham o Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia deram origem aos cinco departamentos que constituíram o Instituto de Letras inicialmente (TELLES, 2000, p. 18).

A separação física, entretanto, ocorreu mais lentamente, pois, a princípio, o novo instituto permaneceu no mesmo local onde funcionava, no prédio da atual Faculdade de Economia, na praça da Piedade, no centro da cidade de Salvador, juntamente com os cursos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. No início da década de setenta, com a implantação efetiva da reforma universitária, o Instituto de Letras foi transferido para o prédio da av. Joana Angélica, onde permaneceu até 1986, quando a comunidade foi expulsa pelas pragas (pulgas e ratos) e pelo risco de desabamento da fachada do prédio mal cuidado (CUNHA, 2000, p. 30). O isolamento dos cursos de Letras das áreas afins como artes e humanidades foi aprofundado com a transferência da comunidade de Letras para o campus de Ondina, onde ganhou sede própria no início da década de noventa (TELLES, 2000, p. 18).

² Dados retirados da página da Pró-Reitoria de Pessoas, PRODEP UFBA, em 25 de outubro de 2019.

As vicissitudes sofridas pela comunidade de Letras ao longo de sua história, as mudanças de espaço físico, as ameaças enfrentadas como pequenos incêndios, infiltrações e pragas puseram em risco o acervo, contribuíram para sua dispersão e possível extravio de parte significativa dos documentos produzidos durante todos os anos de existência dos nossos cursos. Atualmente, o acervo encontra-se disperso entre o recém criado arquivo geral, situado na sala nº 9 do térreo do prédio anexo, o sótão do quarto pavimento do prédio de antigo e as várias salas dos projetos de pesquisa do ILUBA. Portanto, a criação do arquivo geral vai possibilitar a reunião do acervo em um mesmo local e unificar as políticas de conservação, já que, atualmente, cada setor decide o que deve ser preservado e o que pode ser descartado.

OS CURSOS DE LETRAS: UMA HISTÓRIA QUE ANTECEDE A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA EM 1946

Os cursos de Letras tiveram início antes mesmo da criação da Universidade da Bahia, em 1946. Datam precisamente do ano de 1942, quando foram implantados, na recém-criada Faculdade de Filosofia da Bahia, os cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas, com cinco habilitações: Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Clássica com a respectiva Literatura, Língua Estrangeira Moderna com a respectiva Literatura, Português e Língua Estrangeira Clássica com as respectivas literaturas e Português e Língua Estrangeira Moderna com suas respectivas Literaturas (TELLES, 2000, p. 17). Estas habilitações com algumas adições e poucas supressões são as mesmas oferecidas pelo ILUFBA na atualidade, nos cinco cursos existentes.

Os docentes que atuavam nos cursos de Letras foram responsáveis não somente pela formação dos primeiros bacharéis e licenciados na área, no estado da Bahia, mas também pelo início das atividades de pesquisa, em uma época em que a pesquisa no Brasil dava seus primeiros passos. Como exemplo cite-se a publicação, em 1963, do Atlas Prévio dos Falares Baianos, fruto da pesquisa em Geolinguística coordenada pelo professor Nelson Rossi (ROSSI; ISENSÉE; FERREIRA, 1963). Parte significativa dos documentos produzidos durante o período em que os cursos de Letras integravam a Faculdade de Filosofia encontram-se no acervo da atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, em São Lázaro, e segundo notícia da sua atual diretora, estão devidamente classificados e digitalizados. Restam, pois, receber igual tratamento os que foram produzidos após a criação da nova unidade acadêmica.

OS ARQUIVOS DE LETRAS: DISPERSÃO E INEXISTÊNCIA DE UMA POLÍTICA DE GUARDA DOS DOCUMENTOS

Após a transferência definitiva dos cursos de Letras para sua sede atual, no campus de Ondina, no início dos anos noventa, o acervo do instituto foi acomodado em espaços diversos, nas secretarias dos departamentos e dos colegiados de cursos de graduação e do programa de pós-graduação, na secretaria da direção, no terceiro andar, no sótão ou quarto andar, espaço que dá acesso ao telhado do prédio, à caixa d'água e à casa de máquinas do elevador, mas também em armários dispersos em patamares de escadas e nos muitos corredores do ILUFBA. É possível encontrar material, ainda, nas diversas salas ocupadas pelos grupos de pesquisa e nos gabinetes dos docentes. O prédio construído nos anos finais da década de oitenta e entregue em 1991 não previa na planta um espaço para arquivo³. Sabe-se que havia no projeto a previsão de construção de uma segunda etapa, que incluiria a área da biblioteca, mas por

³ As plantas do prédio do instituto estão guardadas em um armário na sala da direção de Letras.

falta de recursos foi adiada e somente foi concretizada com o já mencionado Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Brasileiras, o REUNI.

A área recentemente construída e entregue em 2011 agregou cerca de 2900 m² aos mais de 3000m² da primeira etapa. Entretanto, mais uma vez o projeto arquitetônico não incluiu a previsão de espaço para o arquivo. A segunda etapa do Instituto, ou anexo como é conhecido, possui quarenta e duas salas de pesquisa de pequeno porte, usadas para abrigar atividades de grupos de pesquisa dos mais de cento e cinquenta professores que compõem o quadro efetivo da unidade⁴, um auditório e duas salas de aula de grande porte. O arquivo geral, cuja organização agora se inicia, deverá funcionar em uma destas salas de aula do pavimento térreo da prédio anexo, espaço destinado para este fim pela Congregação de Letras em 2018⁵.

As condições atuais do acervo são bastante precárias, pois o material remanescente de diversos setores do ILUFBA, tais como departamentos, colegiados de graduação e de pós-graduação, dos diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como da administração central do instituto foi armazenado ao longo de décadas sem critérios ancorados nas boas práticas de constituição de arquivo. Narrativas dão conta de que parte deste material se perdeu devido a acidentes como infiltração de água advinda dos telhados sem manutenção, infestação de pragas como cupins e traças ou mesmo por descarte promovido por chefes de setores ou dirigentes.

Uma análise preliminar do acervo nos permite listar os seguintes problemas. A maior parte do material designado pela comunidade como “arquivo morto” encontra-se atualmente no quarto andar do Instituto, no prédio principal, pavimento onde está localizada a casa de máquinas do elevador, além de mais dois compartimentos onde são armazenados restos de serviços de manutenção do prédio e estantes e armários contendo caixas e arquivos de documentos e uma série de materiais em papel, mas também em mídias como disquetes, fitas k7, fitas vhf, cd e dvd, cartazes, folders etc. A rigor, a laje do quarto andar não foi planejada para suportar a circulação intensa de pessoas nem o armazenamento de material pesado. O espaço deveria ser usado como passagem para manutenção da casa de máquinas do elevador e acesso ao tanque de água superior. Como consequência do maior fluxo de pessoas e da colocação de armários e estantes com material impresso, o piso está cedendo e apresenta rachaduras em vários locais, o que aumenta a poeira nos cômodos. Ademais, a guarda de material de fácil combustão próximo a um equipamento que pode soltar fagulhas, o que é o caso da casa de máquinas, põe em risco a segurança do prédio e, conseqüentemente, do acervo.

As fotos seguintes ilustram a inadequação do espaço onde está guardado parte do acervo. Veem-se caixas de documentos próximas a tubulações expostas que, se sofrerem algum dano, podem alagar o espaço e danificar parcial ou totalmente os materiais que se encontram no chão ou mesmo os que estão sobre a mesa e as estantes.

⁴ O Instituto de Letras possui um Banco de Professor Equivalente de 152 docentes, distribuídos em três regimes de trabalho: dedicação exclusiva (DE), tempo integral (40H) e tempo parcial (20H). Os professores em regime de dedicação exclusiva representam mais de 80% do total de cargos. Este fato é importante para o fortalecimento da atividade de pesquisa na área, pois o professor em regime de DE assume atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão administrativa, enquanto os demais regimes não precisam assumir tarefas além do ensino (cf. Art. 111 do Regimento Geral da UFBA).

⁵ Parte das informações aqui apresentadas foram obtidas na leitura dos documentos internos, usados para a elaboração dos relatórios anuais e dos projetos que elaboramos, durante os oito anos em que ocupamos o cargo de diretora de Letras, de dezembro de 2010 a dezembro de 2018.

Fig. 1- Fotos de materiais do “arquivo morto” em sua condição atual



Fonte: Arquivo geral do Instituto de Letras

O espaço pouco arejado, cheio de poeira e situado no último pavimento, portanto muito próximo ao telhado, que apresenta problemas de conservação muito comuns em prédios públicos, é o menos adequado para ser usado como local de arquivamento de um acervo documental. O balde que se vê na segunda foto é uma prova de que vazamentos põem em risco este acervo.

Fig. 2- Fotos de materiais do “arquivo morto” em sua condição atual



Fonte: Arquivo geral do Instituto de Letras

O ARQUIVO GERAL DE LETRAS: UM NOVO ESPAÇO, MAS VELHOS PROBLEMAS

Recentemente a Congregação de Letras destinou a sala nº 9 do pavimento térreo do prédio anexo de Letras para abrigar o acervo documental do Instituto e parte deste material já foi realocado no novo espaço. Trata-se de uma sala de cerca de setenta metros quadrados, com duas grandes janelas amplas, voltadas para o noroeste e que, portanto, recebe insolação direta a maior parte do ano. Como agravante desta condição climática, destaque-se o fato de o prédio anexo não possuir uma rede elétrica que suporte a instalação de aparelhos de ar condicionado, o que impede a climatização do espaço. Apesar de as condições deste espaço não serem perfeitas, ele, certamente, se configura como uma instalação preferível às anteriores, pois permite, ao menos, a circulação de ar, inexistente em parte do quarto andar. A laje do térreo também é mais robusta que a dos pavimentos superiores, o que permite a disposição de estantes para acomodação dos documentos.

O espaço físico destinado ao arquivo geral, como se pode observar na foto seguinte, está bem distante de ser o ideal, por não estar devidamente mobiliado, não ser climatizado nem se vislumbrar resolver tal problema a curto prazo, nestes tempos de profundos cortes orçamentários impostos às instituições federais de ensino. O mobiliário atual é improvisado, por ser remanescente dos espaços que abrigavam os acervos dispersos, o único equipamento disponível é um computador não muito recente e, por isso, com limitação de memória. A foto seguinte ilustra a precariedade e o improvisado.

Fig. 3- Foto da sala 09 do prédio anexo ao ILUFBA no início do trabalho de organização do “arquivo geral”



Fonte: Arquivo geral do Instituto de Letras

Quanto ao acondicionamento, o material encontra-se distribuído em caixas-arquivo, pastas, envelopes ou mesmo soltos em prateleiras de estantes abertas ou armários fechados. As pastas e caixas estão precariamente identificadas e muitas vezes contêm material divergente do que está registrado nas etiquetas de identificação. Documentos originais e cópias variadas são guardadas lado a lado. Os documentos foram reunidos conforme diferentes e divergentes critérios, não obedecendo, muitas vezes, ordenação temporal. Entretanto, a triagem feita em parte do acervo se mostrou promissora, pois revelou a existência de relatórios, correspondências, ofícios, atas e uma série de documentos referentes a momentos importantes da história do Instituto de Letras, como a criação de novos cursos, a reestruturação dos departamentos, as primeiras dissertações e teses defendidas nos cursos pós-graduação etc.

O PROJETO MEMÓRIA DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFBA

Pensando em dar ordenação com bases científicas a todo esse material, elaboramos um projeto de pesquisa que tem como objetivo central mapear os documentos e produções acadêmicas que testemunham a história do Instituto de Letras da UFBA. Como se trata de mais cinquenta anos de produção, dividimos a pesquisa em duas etapas: a primeira, centrada nos arquivos existentes no Instituto de Letras da UFBA e nos materiais bibliográficos produzidos pelos seus docentes e discentes ao longo destas cinco décadas. Numa segunda etapa, será feito o levantamento da bibliografia específica de cada área de conhecimento existente no instituto, inclusive com gravações de depoimentos dos pesquisadores.

O objetivo geral do projeto é apresentar uma narrativa da história do Instituto de Letras da UFBA, sua criação, desenvolvimento, as áreas de pesquisa e de ensino focadas ao longo de sua existência e sua importância para a formação de pesquisadores e docentes atuantes na área das Letras local, regional e nacionalmente. O projeto tem como objetivos específicos: identificar, classificar e descrever, no arquivo geral do Instituto de Letras e nos acervos dos projetos de pesquisa existentes ou remanescentes, os documentos essenciais para a compreensão da história desta unidade acadêmica, isto é, projetos, relatórios, correspondências, folders, cartazes, fotografias etc.; empreender pesquisa bibliográfica em jornais, revistas, livros, catálogos, dissertações e teses para identificar relatos, artigos, notícias e estudos sobre o ILUFBA e sua comunidade acadêmica; recolher e catalogar os memoriais acadêmicos dos docentes do ILUFBA, sobretudo os elaborados para a promoção a Classe de Professor Titular do Magistério Superior, para, através dessas narrativas, identificar fatos e pessoas importantes para a história do Instituto de Letras; classificar e catalogar os materiais bibliográficos e documentais encontrados e disponibilizar os catálogos no site do Instituto de Letras.

A pesquisa em tela será realizada em arquivos e acervos físicos e digitais do Instituto de Letras e da Universidade Federal da Bahia e será constituída de duas modalidades: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica será realizada eletronicamente no SIBI UFBA e nos acervos dos grupos de pesquisa do ILUFBA para identificação, classificação e catalogação das obras que tratam da história da área de Letras na UFBA. A pesquisa documental será realizada no arquivo geral do Instituto de Letras e nos acervos de grupos de pesquisa para identificação, descrição, catalogação e digitalização dos documentos que narram a história do Instituto de Letras, tais como projetos, relatórios, memoriais, ofícios, folders, cartazes e materiais impressos em geral. Na pesquisa documental, será feita a digitalização dos documentos encontrados, que não estejam em formato digital, com a finalidade de melhor preservá-los. Em ambas as modalidades da pesquisa, serão elaborados catálogos dos documentos

e obras ordenados por assunto e por data. Todo material em estado de conservação precária identificado receberá tratamento inicial de limpeza e acondicionamento devido com vistas a futuro restauro.

Ao final das diferentes etapas de trabalho, haverá como produto um catálogo das obras e de documentos que servirá de base para a redação de artigos e capítulos de livro sobre a história do ILUFBA. Espera-se que o material encontrado no arquivo geral do Instituto de Letras, nos acervos das diferentes áreas de pesquisa do Instituto, o material bibliográfico existente sobre a produção acadêmica de pesquisadores docentes e discentes do ILUFBA, a divulgação do conhecimento construído pela comunidade de docentes e discentes pesquisadores que historicamente atuaram em nosso instituto sejam tema para painéis e apresentações orais em eventos acadêmicos locais e regionais. Por fim serão redigidos artigos e capítulos de livros. Ao final das etapas da pesquisa, pretende-se realizar a publicação de um livro (impresso ou digital) sobre a história do Instituto de Letras da UFBA. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados, ainda, no site do Instituto de Letras da UFBA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho iniciado no primeiro semestre deste ano objetivando organizar o arquivo geral do Instituto de Letras vem avançando de maneira lenta, porque a primeira tarefa, a triagem, tem se mostrado bastante complexa e insalubre. Inicialmente foram depositados no espaço do recém-criado arquivo geral uma quantidade muito grande de caixas sem identificação, que continham documentos das mais diferentes procedências, mas também material sem valor documental, como fotocópias de materiais utilizados pelos docentes para ministrar aulas, material impresso pertencentes a docentes aposentados, livros e revistas que deveriam ter sido encaminhados para a biblioteca “central” da universidade, provas antigas e trabalhos de alunos, que deveriam ter sido devolvidos aos mesmos pelos docentes e papéis similares. Até mesmo peças e equipamentos avariados foram depositados lado a lado de relatórios, cadernetas, ofícios, projetos de pesquisa etc. Tudo isto precisa ser manipulado com cuidado, deve-se fazer uso de equipamentos de proteção individual como luvas, máscaras e guarda-pó, pois caixas e armários apresentam condições de higiene bastante precárias, estão empoeirados, cheios de fungos ou mesmo danificados por terem sido expostos à água ou pragas (PALETTA; YAMASHITA, 2004). Aos poucos, com o auxílio de dois estagiários, estamos limpando o excesso de pó e acondicionando os documentos que têm valor histórico em caixas novas, que são identificadas devidamente e acondicionadas em estantes, organizadas por ordem de assunto.

Os problemas detectados no acervo de Letras expõem uma realidade que parece ser comum a outras unidades acadêmicas e outros órgãos da UFBA. Apesar de sermos uma instituição septuagenária, não se tem, institucionalmente, uma política de arquivo consolidada, que estabeleça regras gerais de guarda, organização e de descarte dos documentos produzidos e recebidos pelos diversos setores da nossa universidade⁶. O caso de Letras nos parece emblemático, pois se trata de uma área para a qual os testemunhos escritos, impressos ou gravados se constituem os principais *corpora* de pesquisa, mas apesar disso, o Instituto nunca elaborou um conjunto de critérios que norteassem o arquivamento de seu acervo documental, nestes cinquenta anos de existência. Espera-se que este projeto que ora se inicia possa contribuir para preencher em parte esta lacuna.

⁶ A Comissão Permanente de Arquivo da UFBA lançou em 2014 o documento Normas para gestão de documentos arquivísticos da UFBA (FREIXO, TOUTAIN, 2014). A publicação relativamente recente demonstra que, mesmo na universidade, estamos iniciando uma política de gestão de arquivos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. C. B.; SILVA, R. O.; BANDEIRA, T. S. A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. XIX Semana de Humanidades, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, **Anais...**, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shxix/anais/gt29/a%20reforma%20universit%20ria%20de%201968%20e%20as%20transforma%20d5es%20nas%20instituic%20es%20de%20ensino%20superior.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 62241, de 8 de fevereiro de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62241-8-fevereiro-1968-403521-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- BRASIL. Decreto-lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/534193/publicacao/15809195>. Acesso em: 15 de out. 2019.
- BRASIL. Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0053.htm. Acesso em: 15 de set. 2019.
- CUNHA, E. L. As letras às pulgas (mas às traças, nunca!). **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 25-26, p. 30, jan-dez. 2000.
- FREIXO, A. L.; TOUTAIN, L. M. B. B. **Normas para gestão de documentos arquivísticos**. Universidade Federal da Bahia, Comissão Permanente de Arquivo. Salvador: UFBA, 2014.
- PALETTA, F. A.; YAMASHITA, M. M. **Manual de higienização de livros e documentos encadernados**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ROSSI, N.; ISENSÉE, D. M.; FERREIRA, C. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**. Principais técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- TELLES, C. M. et al. O perfil dos cursos de letras. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 25-26, p. 13-29, jan-dez. 2000.
- UFBA. Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/estatuto_regimento/index.html. Acesso em: 15 out. 2019.

“LUGARES DE MEMÓRIA” DA UFBA: ESPAÇO DE CULTURA, HISTÓRIA E PESQUISA ACADÊMICA

Maria Alice Santos Ribeiro
Thiago Sarmiento Correia

INTRODUÇÃO

A vida do homem, suas relações com o ambiente mutável, a percepção ambígua sobre os eventos e as diferentes ideias de temporalidade entre o passado e o presente, por vezes se contrapõe à memória pessoal e coletiva de história. Registradas pelos homens, a história e a memória estão em contínua defasagem e, neste sentido, o medievalista francês Jacques Le Goff (2003), reconstrói o conceito de história apresentando-o com renovada perspectiva. Considerado como um dos responsáveis pela mudança do entendimento acerca da Idade Média, este autor defende que a história não deve ser percebida como ciência do passado, mas como a “[...] ciência da mutação e da explicação [...]” (LE GOFF, 2003. p. 15). Fundamentado na “realidade histórica” ou no imaginário, o historiador parte do presente para compreender o passado, como uma procura das ações realizadas pelo homem ou como uma narração verdadeira ou falsa.

No que concerne à memória, para Candau (2011, p. 107), “o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo recorre a extensões da memória, [...]” sendo a escrita a mais comum. Este autor também chama atenção para os cuidados com as versões que orientam o texto, pois este definirá o que será transmitido na forma escrita.

O escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, pode oferecer a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos. Entretanto, com frequência, a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca identitária incompleta (CANDAU, 2011, p. 109).

Desta forma, percebe-se que “a transmissão está, por consequência, no centro de qualquer abordagem antropológica da memória” (CANDAU, 2011, p. 106), uma vez que a capacidade da memória e sua ação na construção da identidade são elementos indissociáveis e obrigatórios para o estudo da formação da memória social. Igualmente, ressalta-se que diversas são as abordagens sobre as maneiras de transmitir a memória e de como o contexto no qual o indivíduo está inserido interfere na transmissão da memória. Para este autor a transmissão pode ser ‘protomemorial’, ao se referir às faculdades individuais propriamente ditas, e transmissão ‘memorial’, que é “ímanente a toda vida social e a todo processo de aculturação”, uma vez que esta pode ser compartilhada (CANDAU, 2011, p. 119).

Ao abordar história e memória comumente se transita entre as formas individuais e coletivas no que tange à identidade, ou seja, para Santos (1998, p. 2), “a memória deixou, portanto, de ser considerada como fenômeno individual, passando a elemento constitutivo do processo de construção de identidades coletivas”. Neste aspecto, Candau (2011) nos chama a atenção para o cuidado e a importância dessa compreensão, uma vez que o indivíduo pode utilizar suas próprias lembranças como

representação da memória, ao apresentar relatos individuais, como se esses traduzissem a história de um grupo social.

Ao distinguir a ‘memória histórica’, que seria mais uma memória emprestada, escrita, pragmática, longa e unificada, da ‘memória coletiva’, que seria então uma memória produzida, vivida, oral, normativa, curta e plural, Duvignaud, afirma que Halbwachs faz

[...] uma notável distinção entre a “memória histórica”, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a “memória coletiva”, de outro, aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam. (HALBWACHS *apud* DUVIGNAUD, 1990, p. 14-15)

Necessário, portanto, perceber que a transmissão histórica difere da transmissão memorial e, nesta perspectiva, o valor simbólico atribuído ao saberes, documentos, artefatos, entre outros, custodiados pelas instituições de memória, parte da pertinência de patrimônios tangíveis e intangíveis estando os mesmos vinculados à história, à memória individual ou coletiva.

Neste sentido, Pierre Nora (1993, p. 13) descreve “lugares de memória” como instituições produtoras, detentoras ou custodiadoras de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos de valor. Ele discute memória reproduzida através dos elementos, sejam eles pessoais ou institucionais, que investem no simbolismo e na lembrança, garantindo assim a interação de história, patrimônio e memória ao afirmar que: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]. Lembra-nos Nora (1993, p. 13) também que “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade”.

Debruçar-se sobre esses marcos testemunhais torna-se, portanto, imprescindível a uma sociedade e foi por isso que este texto foi concebido a partir da exposição dos autores nos Seminários Pesquisando Acervos (2019), atividade integrada à disciplina Estudos de Acervos Documentais, ministrada pela Profa. Dra. Alicia Duhá Lose no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA. O texto aqui apresentado discorre sobre a importância dos acervos custodiados pela coordenação “Lugares de Memória” do Sistema de Bibliotecas Universitárias da UFBA (SIBI/UFBA), como fontes documentais para a pesquisa acadêmica, apresentando na Introdução a temática sobre memória e o objetivo desta escrita; na primeira seção a história da UFBA e da criação da coordenação “Lugares de Memória”; na segunda seção a caracterização das coleções especiais que compõem os acervos; e por último, nas considerações, a síntese dos conceitos anteriormente discutidos.

“Lugares de Memória” do SIBI/UFBA, espaço informacional e multirreferencial, custodia acervos raros e valiosos que retratam a memória institucional da Universidade, a partir de sua produção científica, cultural e administrativa. Abarca história social, política e cultural da Bahia, representada pelas coleções bibliográficas e museológicas de pesquisadores e estudiosos da UFBA e, para complementar este arcabouço documental, preserva em seu recinto a história biográfica e biobibliográfica dos colecionadores, bibliófilos, poetas, pesquisadores e de instituições públicas, registradas em documentos de arquivos privados (pessoais e institucionais) e arquivos públicos (GUELF, 2016), que fazem parte das coleções especiais desta Instituição. Esses arquivos, de caráter permanente, são documentos conservados em definitivo devido ao seu valor histórico. Reunidos pelo espólio do doador, estão identificados por pessoa física (coleccionador) e instituição que doou a coleção. Seguindo critérios técnicos

e de conteúdo, apresentam em seus conjuntos documentais datiloscritos, tiposcritos, correspondências, textos, fotografias, documentos biográficos etc.

“LUGARES DE MEMÓRIA” DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O contexto político que obrigou a família real a se refugiar na colônia portuguesa possibilitou o surgimento do primeiro ensino superior na Bahia. Procedente do Real Hospital Militar, o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia foi institucionalizado pela “Carta régia de 18 de fevereiro de 1808”, que autorizava seu funcionamento. No mesmo século, igualmente, foram criados os cursos de Farmácia (1832) e Odontologia (1864) anexos a este colégio. No decorrer dos anos, e de forma gradativa, foram surgindo outras instituições como a Academia de Belas Artes (1877), a Faculdade de Direito (1891), a Escola Politécnica (1896), a Faculdade de Ciências Econômicas (1905) e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1941). (TOUTAIN; SILVA, 2010).

Desse prelúdio teve origem a Universidade da Bahia estabelecida em 8 de abril de 1946, através do Decreto-Lei 9155. Neste momento, a futura Universidade passou a agregar todas as escolas e unidades de ensino superior, integrando e consolidando nela acervos bibliográficos arquivísticos e artísticos de inigualável riqueza histórica, política, econômica, social e cultural. Em 1968, com a Reforma Universitária e pelo Decreto nº 62.241¹, a Universidade da Bahia foi reestruturada como autarquia federal e passa a denominar-se Universidade Federal de Bahia (UFBA) nos termos da lei e do seu estatuto.

Essa configuração institucional possibilitou que a UFBA incorporasse em suas bibliotecas coleções de pesquisadores, bibliófilos e inúmeros acervos raros das antigas escolas de ensino superior, que resultaram em “lugares de memória”, apresentados por Nora (1993, p. 21) como lugares, respectivamente, “materiais, simbólicos e funcionais” cujos significados fortes são testemunhas que preservam a Memória como referência do passado para o futuro. (TOUTAIN; RIBEIRO, 2017, p. 3)

Com esse enfoque, compreende-se o processo de formação das primeiras coleções bibliográficas da UFBA, assim como é possível estimar a produção de conhecimento acadêmico, científico, técnico, social e humano nesses quase três séculos de sua existência. Faz-se, portanto, necessário que seus acervos estejam em condições adequadas à pesquisa, desvelando seu conteúdo amplo e diversificado aos pesquisadores, pois, segundo Nora (1993, p. 9), a

[...] memória não se resume apenas ao passado, ela sendo atual é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...].

Com acervos distintos, porém com a idêntica finalidade de preservar a memória institucional da Universidade e resguardar a história cultural da Bahia, “Lugares de Memória” do Sistema Universitário de Biblioteca da UFBA (SIBI/UFBA) inaugurado em 8 de setembro de 2015, no reitorado do Prof. João Carlos Salles Pires da Silva, surge da integração do antigo Departamento de Coleções Especiais e do Centro de Estudos Baianos (CEB). Portanto, este espaço informacional² comporta acervos bibliográficos,

¹ Decreto de 8 de fevereiro de 1968.

² Localizado no último pavimento da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, no campus de Ondina.

arquivísticos e museológicos procedentes de antigas escolas e institutos, por cumprimento de depósito legal e doação de bibliotecas privadas de personalidades e pesquisadores vinculados a UFBA.

Constituída de uma equipe interdisciplinar, “Lugares de Memória” tem atualmente sua estrutura composta pelos setores - **Estudos Baianos** e **Memorial UFBA**. A grande maioria de nosso acervo é composto por bibliotecas particulares e arquivos pessoais. Levando-se em conta a variedade da formação acadêmica de cada doador e a área do saber a que cada um dedicou parte da sua vida, podemos compreender a diversidade do acervo no que se refere a: temática, tipológica, suporte, período, autorias entre outras características.

Com prevalência das ciências humanas e sociais, pesquisadores, ex-reitores, ex-professores e intelectuais acumularam ao longo de anos de estudos, leituras e pesquisas riquíssimo material a respeito da nossa história e cuja trajetória pessoal e profissional também possibilita compreender como a memória biográfica de determinadas personalidades, vinculadas ou não à UFBA, se mescla, nas suas devidas proporções, à história da nossa Universidade, da nossa cidade e do nosso estado.

Segundo Costa e Napoleone (2017, p. 1) “uma biblioteca particular é resultado da trajetória de vida de uma pessoa: através dela pode-se penetrar, conhecer e refletir sobre o mundo do colecionador”; esta perspectiva embasa as reflexões dos autores, uma vez que compreendemos a biblioteca privada como uma coleção especial, formada como uma unidade orgânica, resultante de atividade literária, administrativa, política, científica e cultural de um cidadão. Pode constituir-se de qualquer tamanho (volumes), com variadas obras para uso exclusivo de estudos ou prazer pessoal e ter, em seu conjunto documental, simultaneamente, obras manuscritas, impressas, digitais etc. (FARIA; PERICÃO, 2008; REITZ, 2013).

ESTUDOS BAIANOS

Este espaço, remanescente do antigo Centro de Estudos Baianos (CEB), custodia acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos com finalidade de “incentivar, coordenar, pesquisar e realizar cursos, seminários e conferências, sobre a cultura baiana, nos seus múltiplos aspectos, no passado e no presente” conforme Regimento Interno CEB (1975, p. 3). Neste aspecto, tem como objetivo a guarda e a preservação das coleções de professores, pesquisadores e estudiosos da Bahia. O espaço abriga hoje sete fundos bibliográficos, sendo eles Frederico Edelweiss, Carlos Ott, Cícero Dantas, José Calasans, Pinto de Aguiar, Luís Henrique Dias Tavares e Consuelo Pondé.

Neste espaço, além da Coleção Geral que trata de história e cultura da Bahia e do Brasil, também consta documentação de pesquisa e arquivos pessoais de Ildásio Tavares, Godofredo Filho, Frederico Edelweiss, Luís Henrique Dias Tavares, Pinto de Aguiar, José Calasans, Carlos Ott, Judith Grossmann e documentação de pesquisa de Consuelo Pondé de Sena. Quanto aos arquivos institucionais, custodia o da Diretoria da Instrução Pública da Bahia (que abarca documentos dos séculos XVII a XIX), da Assessoria de Segurança e Informação – Arquivo da Ditadura e Lutas Políticas (com documentação das décadas de 60 e 70), do Antigo Consulado Alemão da Bahia (com documentação dos anos 1905 a 1941) e Arquivos Manuscritos Baianos (com documentação dos séculos XVIII a XIX), perfazendo um total de 14 (quatorze) fundos arquivísticos.

A história dos Estudos Baianos (EB) se funde à história do Centro de Estudos Baianos (CEB), que foi criado em 31 de julho de 1941 como sociedade civil de caráter cultural transdisciplinar por um grupo de personalidades e intelectuais (Figura 1) que debatiam temas ligados à história e à cultura baianas e trocavam informações sobre novas publicações nacionais e estrangeiras, dentre as quais se destacam:

Anfrísia Santiago, Affonso Ruy de Souza, Afrânio Coutinho, Antonio Balbino, Antonio Osmar Gomes, Diógenes de Almeida Rebouças, Frederico Edelweiss, Heitor Prager Froes, Hélio de Queirós Duarte, Herman Nesser, João Augusto Calmon du Pin e Almeida, Jorge Calmon Moniz de Bittencourt, José Antônio do Prado Valadares, José Calasans Brandão da Silva, Luciano de Sá Bittencourt, Luis Viana Filho, Miguel Calmon Sobrinho, Miguel Dias Lima Santos, Nestor Duarte, Oldegar Franco Vieira, Oscar Caetano da Silva, Osvaldo Valente, Presciliano Silva, Raimundo Paturi, Rômulo Almeida, Waldemar Magalhães Mattos, Walter Veloso Gordilho. (SENA, 1985, p. 42)

Fig. 1- Alguns Membros Fundadores do CEB



Fonte: Estudos Baianos – LM/SIBI/UFBA

No ano de 1974, com a doação à UFBA do acervo do professor Frederico Grandchamp Edelweiss, falecido no ano de 1976, o CEB se consolidou como instituição. A incorporação definitiva e legal do CEB como órgão vinculado à Reitoria ocorreu quando o Conselho Deliberativo, em sessão ordinária aprovou o Regimento Interno em 24 de janeiro de 1975, sendo referendado pelo Conselho Universitário em reunião realizada no dia 10/03/1975. A partir desta data outras bibliotecas privadas foram sendo incorporadas, compondo o que hoje é definido como uma biblioteca especial, uma vez que é composta de coleções de livros raros, *ex-libris*, manuscritos, pinturas, mapas, discos e outros itens que abordam determinados assuntos, de um certo período de tempo, numa área geográfica, portanto, especialmente valiosos (FARIA; PERICÃO, 2008; REITZ, 2013).

MEMORIAL UFBA

Para viabilizar a preservação e divulgação da memória institucional da UFBA, em 20 de agosto de 1984, o Reitor Germano Tabacoff cria a Seção Memória e estabelece “o depósito obrigatório de toda

documentação publicada, co-editada ou produzida pela UFBA” (PORTARIA N°. 0515/84). Instalado em 22 de outubro de 1987, no segundo andar da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, fica institucionalmente subordinado ao Departamento de Coleções Especiais. Contudo, vale ressaltar que, no Relatório Anual da UFBA de 1986 (p. 169), foi mencionado que a citada seção “se encontra em fase de aprovação pelos órgãos competentes e Regulamento Interno” para ser “instalada” oficialmente.

Em 08 de julho de 2002 o reitor Heonir Rocha, cria a Portaria nº 332/02, ampliando seu escopo de ação, estabelecendo “[...] o depósito obrigatório de toda a produção científica da Universidade, bem como das obras representativas das atividades acadêmica, cultural e técnica da Instituição, editadas e co-editadas pela Editora da Universidade (EDUFBA), pelas Unidades de Ensino, órgãos e serviços [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2002). Portanto, neste espaço, também estão custodiadas obras de Depósito Obrigatório da Editora da UFBA (EDUFBA), a produção científica de teses e dissertações defendidas na UFBA, as coleções privadas de doações de professores e reitores da UFBA, as Coleções Especiais e Valiosas das antigas escolas e institutos de ensino superior que deram origem à Universidade da Bahia (1946-1968).

Responsável por atender às demandas da comunidade acadêmica no que diz respeito à compilação, “organização, disseminação e socialização de suas produções científicas e culturais, seus documentos históricos, e todo material produzido por seu corpo discente/docente e administrativo”, o Memorial da UFBA agrega, em seu ambiente, coleções ainda a serem exploradas e pesquisadas a partir das diversas linhas de pesquisa da UFBA (ABREU et al., 2006, p. 5).

CARACTERIZAÇÃO DAS COLEÇÕES ESPECIAIS DE “LUGARES DE MEMÓRIA” DO SIBI/UFBA

Quando se estuda a história das grandes bibliotecas do mundo, das grandes bibliotecas nacionais que fazem o orgulho de muito povo, vê-se logo que elas se formaram tendo como base uma coleção particular e foram se enriquecendo com a aquisição ou doação de outras coleções particulares. (MORAES, 1965, p. 12)

Os acervos das bibliotecas particulares quando são incorporados a outras bibliotecas, de forma mais ou menos inesperada, geralmente ficam separados do acervo geral para se portarem como coleções especiais e guardarem, em grande parte, sua organização original. Devido ao assunto ou ao formato da coleção, distinguem-se de bibliografias básicas por reunir um conjunto documental que muitas vezes segue características específicas e distintivas em comum.

Com este viés, Araújo e Reis (2016, p. 184) afirmam que “as coleções especiais em bibliotecas institucionais são distintas dos demais acervos de uma biblioteca por sua constituição temática, finalidade, características materiais e significados patrimoniais para a instituição que as preservam”, tendo em vista que o interesse de leitura varia entre seus possuidores. Historicamente, grandes coleções particulares têm sido o núcleo de muitas bibliotecas acadêmicas, de pesquisa e nacionais.

COLEÇÕES ESPECIAIS BIBLIOGRÁFICA DO ESPAÇO ESTUDOS BAIANOS

A Coleção Professor Frederico Edelweiss, recebida em 1974, (Figura 2) é composta de obras (24.876 livros) das várias áreas das ciências humanas e inúmeras gramáticas e dicionários, nas diversas línguas nativas do continente americano, que ajudam a contar a história dos nossos antepassados e a preservar as suas culturas. Constitui também parte do seu acervo separatas de periódicos, folhetos e uma

riquíssima coleção de periódicos (990 títulos) nacionais e internacionais, muitos dos quais ainda não se encontram *on-line*. Para finalizar, imprescindível mencionar exemplares de Brasilianas e obras raras e valiosas dos séculos XVI a XIX, sem deixar de citar as obras impressas pela Impressão Régia (1808) e pela Tipografia Silva Serva (1811), permitindo ao pesquisador um conhecimento bastante vasto da nossa cultura nesses séculos.

Fig. 2- Assinatura da doação da Coleção Prof. Frederico Edelweiss



Fonte: Arquivos históricos Frederico Edelweiss – Estudos Baianos – LM/SIBI/UFBA

O linguista, historiador, e etnólogo Frederico Grandchamp. Edelweiss (1892-1976) foi o primeiro professor de língua Tupi da UFBA e um dos fundadores da antiga Faculdade de Filosofia da Bahia, ainda na década de 1940. Foi membro de inúmeras associações como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)³. Mesmo sendo um autodidata, o professor se interessava por áreas que iam muito além das línguas indígenas e, como bibliófilo, sua coleção espelha a sua trajetória como professor, pesquisador e como amante dos livros (Figura 3).

Fig. 3- *Ex-libris* de Frederico Edelweiss

³ O professor Edelweiss era o então presidente do IGHB quando veio a falecer no ano de 1976.



Fonte: CEB

A Coleção Pinto de Aguiar, doada pelo próprio colecionador em 1983, é o segundo maior acervo do setor Estudos Baianos (Figura 4). Composta por 12.000 livros e 385 títulos de periódicos, seu repertório é vastíssimo, indo do mundo jurídico às letras, passando pelos clássicos da nossa literatura, pela economia, pela política e pela história. Com uma biblioteca tão eclética, não lhe faltam obras em outros idiomas, como o francês, o inglês, o espanhol e o alemão, chamando a atenção para a coleção completa “História da Revolução Francesa” de Jules Michelet, no original francês.

Fig. 4- O ato de inauguração do acervo com Pinto de Aguiar, Reitor Macedo Costa, Vice-Reitor José Calasans



Fonte: Revista Memória da Bahia II, 2004.

De personalidade empreendedora, o professor Manoel Pinto de Aguiar (1910-1991) foi advogado, economista, urbanista, escritor, editor e livreiro. Desempenhou função na Eletrobrás, como diretor, além de ter projetado a urbanização do Vale dos Barris e do Parque Cruz Aguiar, na cidade do Salvador (BA). Com a pretensão de apoiar os escritores e poetas baianos fundou as editoras Progresso e Cruzeiro. Com a Progresso pretendia publicar livros de autores que escrevessem sobre a Bahia. Portanto, era um homem erudito e generoso, tendo se tornado duplamente imortal: uma pela Academia de Letras da Bahia e outra pela Academia Carioca de Letras.

A Coleção Cícero Dantas, constituída de 2.080 livros, foi doada pelos filhos, Dr. José Bahia Dantas e Dr. Cícero Bahia Dantas, em 1981. Médico e deputado baiano, Cícero Dantas Martins (1897-1981), neto do barão de Jeremoabo (ou Geremoabo), legou à Universidade uma biblioteca riquíssima nas áreas de História do Brasil, Política e Literatura.

A Coleção José Calasans foi integrada ao CEB em 1983, e é constituída de 5.000 livros, 186 títulos de periódicos, recortes de jornais e um arquivo sobre a Guerra de Canudos⁴ (Figura 5). Na coleção, também conhecida como Núcleo Sertão, destacam-se as primeiras edições de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, obras de jornalistas, pesquisadores e militares que estiveram em Canudos e que foram publicadas no “calor dos acontecimentos”. Pertence igualmente ao acervo, um “breviário” atribuído ao próprio Antônio Conselheiro (GALVÃO; PERES, 2002), documento que foi dado de presente a Calasans em virtude dos mais de cinquenta anos dedicados ao estudo da Guerra.

Fig. 5- O ato de inauguração do acervo Núcleo Sertão do Prof. José Calasans



Fonte: Arquivos históricos Núcleo Sertão - Estudos Baianos – LM/SIBI/UFBA

O professor José Calasans Brandão da Silva (1915-2001), natural de Sergipe, fez sua carreira docente, em grande parte, aqui no Estado da Bahia. Foi na Faculdade de Filosofia, ministrando as cadeiras de História da Bahia e História do Brasil, que o professor Calasans dividiu o seu tempo entre a docência e as pesquisas sobre a Guerra de Canudos. Um dos maiores especialistas no tema, o professor escreveu

⁴ Campanha de Canudos (1896-1897) – Conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade de Canudos (BA), liderada por Antônio Conselheiro.

inúmeros livros, artigos e trabalhos sobre o Movimento do Belo Monte, além de ter conseguido entrevistar sobreviventes da tragédia. Foi também folclorista, tendo acumulado ao longo da vida inúmeros cordéis e livros sobre a temática.

A Coleção Carlos Ott, recebida por doação da família em 1997, tem 1.600 livros e 228 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, principalmente em língua alemã. Faz parte também do seu legado um catálogo de quase 3.000 fichas com informações referentes às igrejas da Bahia construídas entre os séculos XVI e XIX. Historiador, arqueólogo, professor de latim, antropólogo, religioso, etnólogo, Carlos Ott legou à universidade uma vasta e eclética produção bibliográfica, além de uma biblioteca riquíssima nas temáticas ligas à igreja e ao mundo religioso como um todo. Completam ainda o seu repertório obras ligadas, de uma forma ou de outra, à história da arte, em particular, à arte sacra.

O professor Carlos Ott (Karl Borromaeus Ott, 1908-1997) quando jovem, ingressou na Ordem dos Frades Menores, na Alemanha, sua terra natal. Veio para o Brasil numa missão religiosa, mas aqui “abandonou o hábito” para seguir carreira acadêmica ajudando, inclusive, a fundar a Faculdade de Filosofia da Bahia, na década de 1940. Nessa faculdade ensinou Etnologia e Cultura Baiana, participou da criação do curso de Antropologia, mas o seu verdadeiro apreço intelectual era a arquitetura religiosa, as histórias das construções das igrejas.

A Coleção Luís Henrique Dias Tavares, formada por 1.200 livros versa, prioritariamente, sobre a história da Bahia e do Brasil, destacando-se 160 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros voltados à história do mundo atlântico português. Doadas em 2008, fazem parte do seu conjunto obras canônicas da literatura nacional e universal, separatas de revistas e folhetos contendo artigos e ensaios acadêmicos.

O professor Luís Henrique (1926-), imortal da Academia de Letras da Bahia, é um dos maiores especialistas da Conjuração Baiana de 1798, tendo sido professor de História do Brasil e orientador de inúmeros trabalhos acadêmicos na Faculdade de Filosofia da UFBA. Formado em Geografia e História pela Universidade Federal da Bahia (1951), além de professor e historiador, é também escritor, sendo o seu livro “História da Bahia” a maior referência sobre a história do estado.

A Coleção Consuelo Pondé de Sena, doada em 2016, possui 2.360 livros e 40 títulos de periódicos é parte da sua biblioteca que foi desmembrada, após o seu falecimento, distribuída entre Instituto Geográfico Histórico da Bahia (IGHB) e os Estudos Baianos (EB). Suas obras versam, principalmente sobre história da Bahia, língua Tupi, literatura nacional e estrangeira e sobre o sertão baiano. Também fazem parte do seu acervo bibliográfico alguns folhetos, separatas de revistas acadêmicas e obras de referência, sempre na área das humanidades.

Sucessora do professor Edelweiss na cadeira de língua Tupi da UFBA, a professora Consuelo Pondé de Sena (1934-2015) foi historiadora, linguista, escritora e gestora, tendo ao longo da sua vida acadêmica, o privilégio de dirigir importantes órgãos ligados à nossa memória, à nossa história e à nossa cultura. Imortal da Academia de Letras da Bahia, foi diretora do Centro de Estudos Baianos, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Arquivo Público do Estado da Bahia. Os seus trabalhos acadêmicos versavam, sobretudo, sobre o sertão baiano e a Bahia do século XIX.

A Coleção Geral segue os preceitos do setor ao trazer em sua finalidade obras que tratem da história, da memória e da cultura baianas. Nela podem ser encontradas obras de referência, belíssimas obras ligadas às artes (ricamente ilustradas), títulos ligados à religião, à escravidão, às relações de trabalho, à literatura, ao teatro, dentre outros tantos temas, sempre relacionados às Ciências Humanas.

Uma das características dos Estudos Baianos (EB) – dando continuidade ao que se fazia quando ainda era Centro de Estudos Baianos (CEB) – é o fato de este setor não adquirir livros por compra. Todo o acervo que aqui se encontra foi doado por algum ex-professor (ou familiar) ou então veio através de

transferência de outras bibliotecas da própria UFBA ou ainda por doação de algum autor/escritor que, de alguma forma, usufrui ou já usufruiu do acervo dos Estudos Baianos⁵.

A Coleção de Periódicos, advinda das coleções particulares mencionadas acima, é composta por periódicos regionais, nacionais e internacionais que compreendem diversos títulos datados desde o século XIX até XXI, sendo que muitos deles ainda não estão disponíveis *on-line*, e, por isso mesmo, são regularmente consultados pelos pesquisadores que procuram o setor. Neste setor podemos encontrar revistas, anais de encontros e congressos, coleções inteiras de fascículos já fora de circulação, fac-símiles e similares.

COLEÇÕES ARQUIVÍSTICAS CUSTODIADAS NO ESPAÇO ESTUDOS BAIANOS

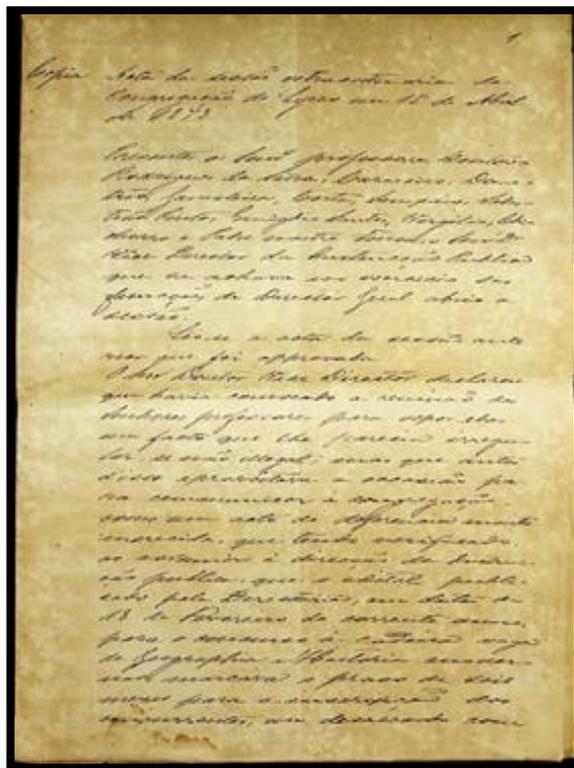
A importância dos arquivos privados é demonstrada pela Lei de Arquivos, que em seu artigo 12º define que eles “poderão ser identificados pelo Poder Público, como de interesse público e social, se considerados como fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional”⁶, logo, é imprescindível garantir a manutenção dos arquivos privados até que atinjam o status de patrimônio histórico documental. Com essa perspectiva, o espaço Estudos Baianos, desde 1975, mantém arquivos pessoais e institucionais recebidos por doação.

Os Arquivos da Diretoria da Instrução Pública da Bahia retratam a educação baiana do início século XVIII, a partir de manuscritos de significativo valor histórico. Segundo Nunes, Matos e Cabral (2005, p. 9) “[...] a Resolução nº 378 da Assembléia Legislativa Provincial, datada de 19 de novembro de 1849, criou o cargo de Diretor Geral dos Estudos na Bahia, tendo sido nomeado como primeiro diretor Casimiro de Sena Madureira”. Acervo composto por boletins, correspondências, relações de professores, frequências, processos entre outros sobre a escola de 1º e 2º graus, constituem importantes fontes de pesquisa sobre a educação do período. O seu estado de conservação requer cuidados para guarda e manuseio.

Figura 6- Documento manuscrito

⁵ Existem ainda autores independentes que publicam livros sobre a Bahia – sejam eles de ficção ou não – que se dispõem a deixar nos LM uma cópia das suas publicações, a fim de compormos um acervo cada vez mais rico (culturalmente falando) sobre a nossa história e sobre a nossa cultura.

⁶ BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991.



Fonte: Arquivos históricos da Instrução Publica- Estudos Baianos – LM/SIBI/UFBA

Os Manuscritos da Coleção Santo Amaro, segundo Santos et al. (2001, p. 9), “até chegarem ao depósito da antiga sede do Instituto de Letras em Nazaré têm uma trajetória desconhecida”. A pesquisadora afirma que “em 1975, chegaram às mãos do Prof. Dr. Nilton Vasco da Gama, que lhes deu a importância merecida.” São documentos notariais dos séculos XVIII ao XX, que integravam o Acervo de Manuscritos Baianos (AMB) e estavam sob a guarda do Setor de Filologia Românica. Estes documentos notariais – traslados, cartas, certidões de pagamentos, certidões de compra e venda, citações etc. – são relativos ao período da escravidão na Região do Recôncavo Baiano. O acervo, composto por mais de 3.000 documentos, mesmo em condições precárias de conservação, apresenta uma organização, decorrente de um projeto de pesquisa que resultou em algumas monografias e dissertações, no contexto de edição diplomática, havendo possibilidades de serem também explorado nos aspectos histórico e econômico.

Os Arquivos da Assessoria de Segurança e Informação, identificados também como Arquivo da Ditadura e Lutas Políticas, reúnem documentos da repressão política no período 1964-1985. São 13 (treze) caixas de documentos produzidos e recebidos pela Reitoria da UFBA, em sua maioria correspondências com a Assessoria de Segurança e Informação. – ASI. Por conterem informações pessoais, estão sob restrição de acesso, conforme legislação em vigor.

Os Arquivos do Antigo Consulado Alemão da Bahia compreendem o período de 1905-1941. Segundo Menezes (1990), a presença dos alemães no comércio brasileiro se dá em virtude de um tratado comercial entre o Brasil e as cidades de Lubeck, Bremen e Hamburgo, o que justificaria a existência do consulado Alemão na Bahia, a partir de 1820. A maioria dos documentos encontra-se em alemão e alguns poucos em português. Trata-se de documentos acumulados ao longo dos anos da existência do Consulado Alemão da Bahia, se apresentando, portanto, como um valioso acervo para a reconstituição de aspectos diversos das relações bilaterais entre a Bahia e a Alemanha. Verifica-se uma diversidade de

fontes como, por exemplo, cartas, ofícios, relatórios, memorandos, recortes de jornais, manuscritos etc., que abordam desde temas de expedientes de rotina até aqueles relacionados “a propaganda do governo alemão, alemães desaparecidos na Bahia, acidentes de trabalho, deserção de marujos, posição do governo alemão em face do governo estadual da Bahia, censura postal entre outros.” (SANTOS, 2005).

Os Arquivos de Ildásio Tavares (1940-2010) tem como estimativa de identificação um total de aproximadamente cinquenta e nove (59) caixas com registros de suas atividades intelectuais. No acervo, são encontradas correspondências, produções poéticas, teatrais e literárias originais e inéditas, notícias, notas críticas, ensaios, editoriais em recortes de jornais e outras tipologias documentais. Ildásio foi um ensaísta, poeta e dramaturgo, muito produtivo. Como compositor, teve quarenta e seis (46) músicas gravadas por grandes interpretes da música brasileira como Vinícius de Moraes, Maria Bethânia, Alcione, Toquinho, Nelson Gonçalves. Entre alguns de seus parceiros estão Baden Powell, Vevé Calasans e Gerônimo.

Os Arquivos de Judith Grossamann são compostos por documentos manuscritos, datiloscritos ou tiposcritos, acondicionados em aproximadamente sessenta (60) pastas pendulares com documentos a respeito de suas atividades enquanto professora e coordenadora da Pós-Graduação em Letras, além de textos poéticos e ensaios. São muito utilizados por pesquisadores de literatura e área afins.

Os Arquivos de Godofredo Filho possuem documentos relativos à passagem da sua vida (pública) como ocupante de cargos públicos e membro de entidades culturais e educacionais. Fazem parte do acervo correspondências, fotografias, manuscritos, recortes de jornais, documentos pessoais relativos à escolaridade, a situação militar, a carreira profissional e as condecorações, tendo como resultado um índice cronológico e um catálogo impresso e digital do espólio.

Os Arquivos do professor Frederico Edelweiss possuem aproximadamente quarenta e três (43) caixas. Em seu arquivo pessoal há produções intelectuais inéditas, recortes de jornais, manuscritos e datiloscritos, fotografias, cartões postais, documentos administrativos e fiscais dentre outros. Na referida documentação também encontramos uma variedade de textos impressos das seguintes áreas do conhecimento: antropologia, história do Brasil, linguística, religião, literaturas de viagens etc.

Os Arquivos do professor Luís Henrique Dias Tavares estão acondicionados em doze (12) caixas. São documentos alusivos aos projetos e relatórios de pesquisa, correspondências, convites, discursos, certificados, atas, fotografias, recortes de jornais e de revistas e manuscritos que abordam temáticas de história do Brasil e, principalmente, da Bahia.

Os Arquivos de Pinto de Aguiar, acondicionados em 05 (cinco) caixas, possuem manuscritos, recortes de jornal, cartões postais, relatórios, álbuns de bacharéis, fotografia e ensaios sobre economia, ciências contábeis, entre outras temáticas.

Os Arquivos do professor José Calasans, doados ainda em vida, são, em sua maior parte, documentos que tratam da Guerra de Canudos. Muito utilizados por pesquisadores nacionais e estrangeiros, nele também podemos localizar documentos pessoais que retratam a trajetória do historiador. Estão arquivados em quarenta e quatro (44) caixas.

Os Arquivos de Carlos Ott abrangem várias áreas do conhecimento, predominando: arqueologia, antropologia, etnologia, arte, história, história da arte baiana, arquitetura religiosa e religiosidade. Nas vinte e três (23) caixas há correspondências, catálogos de fichas (datilografadas), cadernos com anotações manuscritas, fotografias, desenhos à mão livre, impressos sobre os temas citados etc.

COLEÇÕES ESPECIAIS BIBLIOGRÁFICAS DO MEMORIAL UFBA

Embora sejam raras as políticas de aquisição de acervos especiais nas bibliotecas universitárias, a presença desse tipo de coleções é uma realidade de suma importância para reforçar a sua missão de dar suporte a atividades de pesquisa acadêmica. Em 2003 foi criada a Divisão de Coleções Especiais na Biblioteca Reitor Macedo Costa, com a finalidade de administrar esses acervos, adquiridos não pelo valor de mercado, mas sim pelo valor que se concentra no conjunto da obra reunida. Doadas à UFBA com a finalidade de criar um novo núcleo de pesquisa, o Memorial da UFBA reúne atualmente treze (13) coleções especiais de personalidades baianas, ex-professores e ex-reitores da universidade.

COLEÇÕES ESPECIAIS DE PERSONALIDADE E EX-PROFESSORES

A Coleção Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho composta de 1.814 livros (Figura 7), folhetos, enciclopédias e periódicos, tem como temáticas principais educação, arte, política, engenharia, economia e cultura em geral. Miguel Calmon (1912-1967), engenheiro civil, ingressou na UFBA como professor das Escolas Eletromecânica e Politécnica, foi fundador e professor da Faculdade de Ciências Econômicas, de onde saiu para a função de reitor entre 1964 a 1967.

Figura 7- Ex-libris



Fonte: Memorial UFBA

A Coleção Roberto Santos (1926-), composta de 2.259 títulos, foi entregue à UFBA pelo próprio doador em 2014. Roberto Santos cursou medicina, trabalhou em hospitais universitários americanos, foi professor da UFBA e pesquisador do Hospital das Clínicas. Quando reitor, de 1967 a 1971, reestruturou a Universidade, implantou os Institutos de Matemática, Física e Química e deu início aos de Biologia e Geociências.

A Coleção Aurino Ribeiro Filho (1947-2015) doada pela família em 2016, conta com mais de 4 mil livros. O acervo do professor e ex-diretor Instituto de Física, apresenta uma diversidade de temáticas e áreas do conhecimento que vão de física ao cinema.

A Coleção Carvalho Filho (1908-1994), adquirida em 2000, é composta por aproximadamente 6.866 livros e 243 títulos de periódicos. Advogado, poeta e integrante do Modernismo Baiano, em sua coleção podemos encontrar, folhetos, periódicos, discos, livros com as seguintes temáticas: literatura nacional e estrangeira, teoria literária, artes, religião, psicologia e cultura geral.

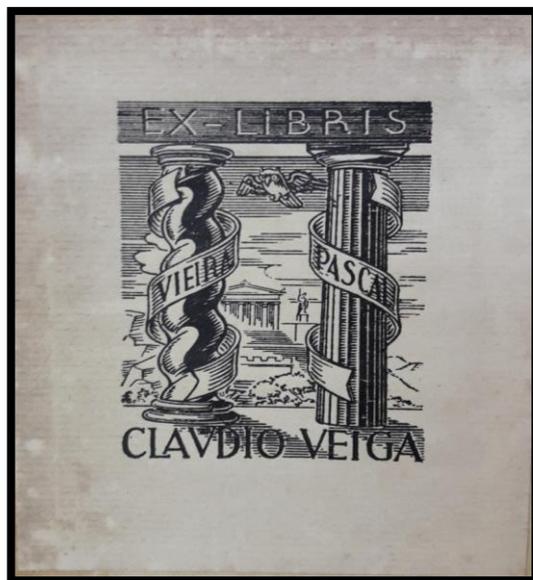
A Coleção Cruz Rios (1918-2004) doada em 2011, possui cerca de 2.200 publicações ligadas às mais diversas áreas do conhecimento, entre as quais jornalismo, direito, cultura, literaturas brasileira e estrangeira, que foram doadas por D. Regina Villas Boas, viúva do jornalista.

A Coleção Hélio Simões, com cerca de 4.253 obras, possui livros, folhetos, periódicos, discos. O acervo versa sobre literatura nacional e portuguesa, teoria literária, artes etc. Professor Hélio Simões Filho (1910-1987) foi médico, professor e poeta.

A Coleção Armindo Jorge de Carvalho Bião (1950-2013) doada em 2015 é constituída por 2.800 livros. O acervo do teatrólogo e professor aborda temas como arte, teatro, música e literatura, em especial a francesa.

A Coleção Cláudio de Andrade Veiga (1927-2011), doada em 2011, é composta por 3.284 livros. Ele foi professor do Instituto de Letras (UFBA) e escritor, imortal da Academia de Letras da Bahia e seu diretor. Nas obras de seu acervo, se pode ver o *ex-libris* desenhado para ele pelo amigo Ir. Paulo Lachenmayer, OSB (Figura 8).

Figura 8- Ex-libris



Fonte: Memorial UFBA

A Coleção Doralice Fernandes Xavier Alcoforado (1937-2007), constituída por 1.020 títulos, foi doada em 2009. Escritora, professora de literatura brasileira, teoria literária, cultura popular, folclore, preservou uma coleção formada por livros, folhetos, periódicos, teses, dissertações etc.

A Coleção Anísio Teixeira foi doada em 2002 pela Fundação Anísio Teixeira (FAT). Constam na coleção deste advogado e educador 3.428 livros, que, na maioria, abordam temas ligados à educação e à

literatura. Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) foi um importante teórico da educação, criador do projeto Escola Parque e da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 1951. Anísio Teixeira é considerado um dos principais idealizadores das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20.

A Coleção David Salles (1938-1986), incorporada em 1989, é constituída por 2.085 livros e 12 títulos de periódicos. No acervo deste crítico da literatura nacional e estrangeira encontram-se, além de clássicos da filosofia, uma vasta literatura de autores baianos, franceses e latinos americanos.

A Coleção Deraldo Dias de Moraes (1896-1996) foi doada em 2009 com 2.010 títulos. A coleção desse médico é composta por obras que abordam religião, medicina e filosofia.

A Coleção Judith Grossamann (1931-2015) tem como espólio 1.091 títulos de livros, folhetos e periódicos que tratam de literatura nacional e estrangeira e teoria literária, reunidos durante sua formação e desempenho profissional como escritora e professora do Instituto de Letras da UFBA.

COLEÇÃO ESPECIAL E VALIOSA DO MEMORIAL UFBA

Esta coleção composta em sua maioria por livros, teses e periódicos, que compreendem os séculos XVIII ao XX, são remanescentes de coleções da antiga Universidade da Bahia e/ou doações avulsas de professores, ex-alunos e usuários.

Para Nardino e Caregnato (2005, p. 384), obras raras podem ser conceituadas em duas categorias: “obras comprovadamente raras e obras circunstancialmente raras”. Na primeira categoria, enquadram-se as obras impressas até o final do século XVIII, cuja produção e esforço nas etapas de fabricação eram todas artesanais. A categoria seguinte é composta por aquelas que se moldam em critérios preestabelecidos por instituições ou bibliófilos. Inseridas nesse parâmetro, foram identificadas na coleção do Memorial UFBA, três mil (3.000) obras cujo valor de patrimônio bibliográfico desperta na comunidade acadêmica um sentimento coletivo de pertencimento.

Essa coleção é formada pelo conjunto de Theses Inaugurais e Doutorais de Livre-Docência da UFBA defendidas dos séculos XVIII até década de 1940, Coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional, composta de trezentos e quatro (304) volumes, Coleções de Revistas e Jornais Centenários publicados até o início do século XX, Coleção de Leis do Império do Brasil e da Província da Bahia etc., entre outras tipologias documentais.

DEPÓSITO LEGAL

No Brasil, a obrigatoriedade da entrega de um exemplar de todo material impresso na oficina da Imprensa Régia para a Real Biblioteca ocorre no início do século XIX. No entanto foi no período da República, com o Decreto n. 1.825 de 20 de Dezembro de 1907⁷, que finalmente se regulou o depósito legal no país, sendo este substituído posteriormente pela Lei n. 10. 994, de 14 de dezembro de 2004. A lei do depósito legal é o mais poderoso auxiliar de uma instituição que pretende reunir, preservar e tornar disponíveis sua produção científica e bibliográfica.

Portanto, compete aos setores acadêmicos e as editoras universitárias depositarem em uma entidade responsável (como é o Lugares de Memória do SIBI/UFBA) quaisquer tipos de publicações, com fim de cumprirem o depósito legal dos exemplares e efetivar o registro, a conservação e a

⁷ Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Bibliotheca Nacional.

preservação do patrimônio bibliográfico universitário. No contexto da universidade, o Memorial UFBA se responsabiliza pela custódia das Coleções e Teses e Dissertações e Coleção EDUFBA formadas a partir do depósito legal, regulamentados pelas portarias nº. 0515/84 e nº 332/02.

A Coleção de Teses e Dissertações tem referência com Depósito Legal da UFBA, regulamentada pela Portaria nº 332/2002, de 8 de julho de 2002. Esta coleção monográfica congrega a historiografia e a trajetória da Universidade da Bahia (1946-1950) e da Universidade Federal da Bahia (1950-). Em seus aspectos científicos, culturais e políticos constitui-se, portanto, na *memória institucional*, sendo classificada como patrimônio documental, uma vez que são produzidas a partir da formação acadêmica e de atividades científicas no âmbito da UFBA.

A Coleção EDUFBA formada por aproximadamente 1.020 títulos abarca as publicações editadas pela editora da universidade, atendendo à exigência do Depósito Legal da UFBA.

A Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) iniciou suas atividades editoriais em 1959, através do Departamento Cultural, publicando a revista *Universitas*, o Jornal da Universidade e diversas outras coleções. Em 1968, com a reforma universitária, esse setor foi extinto, sendo criado, em 1970, o Programa de Textos Didáticos, com a missão de publicar textos encaminhados pelos departamentos de ensino, com a finalidade de auxiliar os estudantes nos mais diversos cursos. Em 1971, foi criado o Centro Editorial Didático (CED).

Por fim, em 1991, o Conselho Universitário aprovou a proposta de transformação do CED em Editora Universitária, que passou a existir de fato em 26 de abril de 1993, como Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA). Em 1997, a EDUFBA ganhou autonomia e consolidou uma política editorial visando cumprir sua missão de disseminar a produção técnico-científica da Instituição. (EDUFBA, 2009).

COLEÇÕES ESPECIAIS ARQUIVÍSTICA DO MEMORIAL UFBA

Conservar e prevenir arquivos privados, especialmente aqueles de origem institucional, significa, na maior parte das vezes, avaliar sua história após o desaparecimento da entidade que o produziu. Garantir a preservação dos elementos formais da diplomática destes acervos implica também um conjunto de ações que podem testificar sua atuação nas diversas instâncias sociais (BRASIL, 1991). Neste âmbito, citamos os Arquivos Fotográficos da UFBA e os Arquivos do Movimento Estudantil como fontes de informações, capazes de manter as recordações e a memória dos momentos vivenciados.

Os Arquivos Fotográficos da UFBA pertencem a um acervo composto por aproximadamente duas mil (2.000) imagens arquivadas em cento e vinte nove (129) pastas suspensas. Provenientes do Departamento Cultural da UFBA, e referentes ao período de 1946 a 2010, estes documentos refletem o pensamento de uma época e se mostram aliados na construção de determinadas memórias, sejam elas de natureza institucional ou pessoal. Contudo, para Pavão (*apud* GONÇALVES; MARCONDES 2005, p. 263)

[...] não é qualquer agrupamento ou conjunto de fotografias que se pode considerar uma coleção de fotografias. A noção de coleção preside um intuito, que lhe confere uma unidade, um significado próprio, difícil de encontrar num aglomerado de fotografias. Cada elemento que integra uma coleção faz parte de um todo, ganha sentido individual e coletivo precisamente através do conjunto.

Por conseguinte, as fotografias estão agrupadas/classificadas por temáticas: Homenagens, *Honoris Causa*, Congressos, Conselho Universitário, Construções, Manifestação Estudantil etc.

Os Arquivos do Movimento Estudantil da Universidade Federal da Bahia inaugurados no dia 10 de abril de 2018, tem por finalidade preservar a história das lutas de resistência do movimento estudantil da UFBA. Também pretende resgatar a memória de contextos da Ditadura Civil Militar e dos períodos pós-redemocratização.

O acervo do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFBA, o primeiro a ser doado, encontra-se, no momento, em estágio de organização. São, no total, trinta e seis (36) caixas e noventa (90) pastas-arquivo, reunindo milhares de documentos, arquivados na sede do Diretório desde a década de 60. Fazem parte deste conjunto documental recortes de jornais com variadas matérias, listas de votações e cédulas, materiais de publicidade para as campanhas das “Chapas” que disputaram as eleições para o DCE, correspondências trocadas entre o DCE da UFBA e outros DCEs, diretórios e centros acadêmicos do país, recibos de pagamentos, passagens, prestações de contas das respectivas gestões, registros fotográficos, atas de reuniões, ofícios, dentre outros.

Diante da variedade de documentos que expressam potencialidades para pesquisas, estudos, exposições, seminários, artigos, documentários, são esperadas doações de arquivos pertencentes a Centros e Diretórios Acadêmicos da UFBA, bem como acervos pessoais de docentes, militantes e personalidades que construíram o movimento estudantil ao longo dos mais de 70 anos da UFBA (FREITAS et al., 2018, p. 338-349).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto objetiva apresentar as contribuições das coleções especiais e de seus colecionadores como suporte às atividades de pesquisa, reforçando a missão das bibliotecas universitárias e dos núcleos de memória. A existência desses acervos nas universidades amplia o escopo de estudos, disponibiliza e diversifica as fontes de informação para investigação, assim como abre possibilidade de criação de novos paradigmas de pesquisa acadêmica.

Bibliotecas particulares não são constituídas apenas por acervo manuscritos e impressos. As coleções especiais de professores e personalidades ilustres concentram valor no conjunto das obras reunidas, que retratam não só a sua historicidade, mas, também, compilam os registros escritos da história e da memória estabelecidas pela sociedade.

Como reflexo desta historicidade do colecionador, o acervo ou a coleção apresentam suas próprias narrativas, podendo mostrar as visões de mundo, os seus interesses e os seus valores. Deste ponto vista, os distintos títulos ganham significado e as relações com outros tipos de itens das coleções podem ser identificadas e interpretadas. Por esse motivo, cada biblioteca privada ou coleção especial deve ser tratada de forma integralizada. É com este intuito que “Lugares de Memória” da UFBA mantém as características originais e os suportes diferenciados de informação nas coleções especiais.

As bibliotecas depositárias dos nossos acervos possuem a custódia desse conhecimento, cabendo-lhes a função de preservar as informações de modo que seus usuários possam usufruir deste tipo diferenciado de patrimônio bibliográfico e cultural. Para tanto, deve-se preocupar não somente com a conservação dos acervos em seus aspectos físicos, mas também em tornar disponíveis o seu conteúdo no âmbito da comunidade, permitindo o acesso amplo ao conhecimento contido neles, através do processamento técnico correto e de acordo com os padrões biblioteconômicos e arquivísticos. A

conservação, a preservação e a digitalização de coleções especiais e raras também são fundamentais para o acesso ao conhecimento adquirido ao longo da história, contidos nesses acervos.

Finalmente, vale ressaltar que esta análise não esgota a reflexão sobre as coleções especiais bibliográficas e arquivísticas de Lugares de Memória da UFBA, antes, retrata o melhor entendimento que se tem delas neste momento. Quanto maior o conhecimento das coleções e de seus doadores, novos elementos serão agregados e novas análises serão possíveis.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sônia Maria Ribeiro; MACHADO, Ana Maria Boureau; BOTELHO, Maria de Fátima Cleômenis; RIBEIRO, Maria Alice Santos; GUEDES, Joana Barbosa; MAGALHÃES, Vânia Cristina Sousa; ANDRADE, Valdete Silva Maria; ROSSAS, Ruth Saloes. A Seção Memória da Biblioteca Central Reitor Macedo Costa e seu papel na preservação da produção técnica científica e cultural da UFBA. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS-SNBU*, 14., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2006.
- BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 1 set. 2020.
- ARAÚJO, Diná Marques Pereira; REIS, Alcenir Soares dos. Bibliotecas, bibliofilia e bibliografia: alguns apontamentos. **INCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 183-201, ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118770/11624>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- CANDAU, Joel. O jogo social da memória e da identidade (1): transmitir, receber *In: CANDAU, Joel. Memória e identidade*. Tradução Maria Lúcia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011. p. 105-136.
- COSTA, Ivani Di Grazia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Bibliotecas particulares e coleções especiais: diferentes perspectivas. *In: ENCUESTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES CON FONDOS ANTIGUOS Y RAROS*, 4., 2017, Buenos Aires, **Actas eletrônicos [...]**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno, 2017. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/2-Costa%20y%20Napoleone%20-%20ponencia.pdf>. Acesso em: jan. de 2020.
- DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. *In: HALBWACHS Maurice. A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 3-9.
- EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **A Editora**. 2009. Disponível em: <http://www.edufba.ufba.br/a-editora>. Acesso em 1 fev. 2020.
- FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008. 768 p.
- FREITAS, Gabriel Adorno; HIRSGBERG, Julia; FERREIRA, Natália Paiva; GONÇALVES, Pedro Diniz; CARDOSO, Lucileide Costa. Centro de Memória e Documentação do Movimento Estudantil da Universidade Federal da Bahia. *In: UFBA 2018 CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO*, 2018, Salvador (Ba.), **Caderno de Resumos eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2018, p. 348-349. Disponível em: http://www.congresso2018.ufba.br/wp-content/uploads/congresso-ufba-2018_caderno-resumos1.pdf. Acesso em: 26 jan. 2020.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; PERES, Fernando da Rocha (Org.). **Breviário de Antônio Conselheiro**. 2. ed. Salvador: EDUFBA.
- GOLÇALVES, Cássia Denise; MARCONDES, Marli. A coleção fotográfica V-8. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 253-269. jan./jun., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n1/a09v13n1.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

- GUELFY, José Francisco. **Arquivos privados**: abordagens plurais. Campos, SP: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2016. 86 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MENEZES, Albene M. F. Os alemães, uma presença secular. **Revista da Bahia**, Salvador, v. 31, n. 16, mar./jun. 1990.
- MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. São Paulo, SP: Nacional, 1965.
- NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S. E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, jul./dez. 2005.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- NUNES, Antonieta D'Aguiar; MATOS, Maria Teresa N. de Britto; CABRAL, Ilma da Silva. Os arquivos e a memória da educação na Bahia: recordando localmente para conhecer globalmente. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador, **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/AntoniettaMariallma.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.
- REITZ, J. M. ODLIS – **Online Dictionary for Library and Information Science**. Retrieved. Disponível em: http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_about.aspx. 2013. Acesso em: 12 de jan. 2020.
- SANTOS, Arlete Silva; SOUZA, Genésio Seixas; TELES, Maria Dolores; VELOZO, Paulo César. Sentença cível de justificação: proposta de edição diplomático – interpretativa do manuscrito M1C1/0002 da Coleção Santo Amaro. *In*: TELLES, Célia Marques; ALMEIDA, Aurelina Ariadne D. (Org.). **Manuscritos e cultura**: primeiros resultados de pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 9-14.
- SANTOS, Mario Augusto da Silva. Introdução. *In*: Acervo do Consulado Alemão da Bahia. **Cadernos-Série Pesquisa**, Salvador: UFBA: CEB, 2005, p. 3-7.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, outubro, 1998.
- SENA, Consuelo Pondé de. Centro de Estudos Baianos: elementos para sua história. **Universitas**. Revista da Universidade Federal da Bahia, Salvador: Centro Editorial e Didático UFBA, n. 33, p. 41-58, jul./set. 1985.
- TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; RIBEIRO, Maria Alice Santos. A pesquisa nos “Lugares de Memória”: preservação da memória da UFBA. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 18., 2017, Marília, SP. **Anais eletrônicos [...]** Marília, SP: UNESP, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/314/1121. Acesso em: 15 dez. 2019.
- TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **UFBA**: do século XIX ao século XXI. Salvador: EDUFBA, 2010. 620 p. (Memorial, 1).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Portaria 0515/84**. Estabelecer, a Biblioteca Central da Universidade, o depósito obrigatório de toda documentação publicada, co-editada ou produzida pela UFBA, por suas Unidades, seus órgãos ou seus serviços... 20 de agosto de 1984. Salvador, 1984. 1 f.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Portaria 332/02**. O Reitor da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com o objetivo de preservar a memória da Instituição e assegurar a disseminação da sua produção acadêmica de 08 de julho de 2002. Salvador, 2002. 2 f.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Regimento Interno do Centro de Estudos Baianos (CEB). Separata do **Boletim Informativo**, Salvador, ano 19, n. 223, p. 3-7, 1975.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Relatório Anual da UFBA de 1986**. Salvador: UFBA, 1987.

ACERVOS DO TEATRO E DA DANÇA: PESQUISA E ORGANIZAÇÃO

Mabel Meira Mota
Ivana Bittencourt S. Severino

INTRODUÇÃO

As reflexões que se seguem balizaram o diálogo realizado com alunos, pesquisadores e profissionais na atividade organizada pela professora Dra. Alícia Duhá Lose, do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, no âmbito da atividade Pesquisando Acervos proposta pela disciplina Acervos Documentais. No que tange às discussões propostas pela disciplina em torno da temática da ética e política na pesquisa e gestão de acervos diversos, nossa proposta foi discutir princípios, conceitos e procedimentos metodológicos próprios da Arquivística, visando, a partir de uma abordagem contextual, identificar e organizar documentos em acervos de Teatro e de Dança, com olhar para o usuário e/ou pesquisador. A fala foi ilustrada com a apresentação de alguns tipos documentais dos acervos do teatrólogo e escritor Ariovaldo Matos, da dançarina e coreógrafa Lia Robatto e do Memorial de Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Estruturalmente, iniciamos apresentando, ainda que de forma breve, alguns aspectos conceituais e metodológicos da teoria arquivística, refletindo a respeito dos métodos tradicionais de organização de acervos privados e apresentando um novo paradigma, com especial atenção ao uso e ao acesso às informações desses conjuntos documentais. Posteriormente, discorreremos a respeito do processo de criação de registros documentais em teatro e dança, apresentando a metodologia de identificação arquivística a partir do diálogo entre Diplomática e Arquivística, a partir da qual apresentamos um quadro de categorias documentais, por similaridade diplomática, que nos auxiliou na identificação de alguns tipos documentais característicos destas de atividades, conforme demonstramos. Assim, buscamos dar atenção especial à atividade de “dar nome ao documento”, por reconhecermos seu impacto no acesso futuro às informações desses conjuntos documentais.

SITUANDO OS ESTUDOS ARQUIVÍSTICOS

De acordo com Araújo (2013, p. 63) a formalização do princípio do respeito aos fundos, elaborada pelo historiador francês Natalis de Wailly, de 1841, e o *Manual para a Organização e Descrição dos Arquivos*, também conhecido no Brasil como o Manual dos Holandeses, de 1898, inauguram a pesquisa sobre arquivos no campo científico. A respeito das pesquisas empreendidas por Wailly, para a organização de documentos, este definiu dois procedimentos metodológicos importantes: o de não misturar os documentos de uma pessoa ou instituição com os de outra, mantendo a origem de quem as gerou, e o de manter a ordem original como estabelecida e mantida por quem os criou. Estes dois procedimentos acabaram se tornando os princípios basilares para o saber arquivístico: o princípio da Proveniência e o princípio da Ordem Original. Já, o Manual dos Holandeses estabelecia cem regras nas quais os arquivistas deveriam basear o seu trabalho. Além dos dois princípios acima citados, definiram duas funções arquivísticas fundamentais para campo da Arquivologia: a classificação e a descrição.

O estabelecimento destes princípios e funções arquivísticas, assim como os demais que foram sendo definidos e conceituados nos anos que se seguiram – como o Princípio da Organicidade, o

Princípio da Unicidade, o Princípio da Indivisibilidade ou Integridade, entre outros – contribuíram para a consolidação deste novo campo científico. Desse modo, a Arquivologia foi se constituindo enquanto disciplina científica no final do século XIX, com uma técnica empírica voltada para a conservação e guarda dos arquivos, privilegiando os arquivos administrativos e históricos, voltada para a acumulação de fatos e afirmação de verdades, permeada por uma historiografia positivista (COOK, 1998, p. 133). Numa perspectiva custodial e patrimonialista, tal prática resultou num abandono teórico para tratamento de documentos de natureza particular, sendo estes, muitas vezes, tratados como coleções ou estudos biográficos.

Contudo, ao longo do século XX, diversas pesquisas, reflexões e estudos, em diferentes países, sinalizavam para a necessidade de um arquivo mais vivo, mais dinâmico, que combatesse a inércia e o fechamento sobre si mesmo, e que impactasse diretamente nas relações entre os arquivos e os diversos segmentos da sociedade.

Marcadamente, é nas décadas de 1960 e 1970, sob forte influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que uma nova perspectiva de atuação começa a se desenhar, já que a prerrogativa passa a ser o direito à informação como condição de cidadania e a necessidade de transparência por parte do Estado (JARDIM, 1995), apontando para a urgência na elaboração de políticas nacionais de informação que garantissem o acesso aos documentos. Mas, ainda assim, voltada aos documentos públicos.

Contudo, na década de 1980, segundo Schmidt (2015), um novo paradigma se anuncia, fazendo emergir três correntes teóricas importantes: a Arquivística Integrada, representada pela Escola de Québec; a Arquivística Funcional ou Pós-moderna, representada por Terry Cook; e a Diplomática Arquivística, apresentada pela italiana Paola Carucci, mas ampliada, principalmente, por Luciana Duranti, no contexto canadense. Esta última, adotada por nós para o estudo e compreensão da gênese documental, a partir de uma abordagem contextual, com a aplicação da metodologia de identificação arquivística para a identificação dos tipos documentais produzidos nos acervos estudados.

Para a pesquisadora Menne-Haritz (2001) o ponto crucial para a mudança de um paradigma custodial para um pós-custodial foi o fim das divisões entre blocos socialistas e comunistas no mundo, e a democratização da informação, advindas do fim de regimes ditatoriais, possibilitando avanços em relação ao acesso à informação. Esse “paradigma do acesso”, como usa a autora, transformou o lugar do arquivo e o papel do arquivista. O acesso passa a ser o elemento indispensável para se compreender a relação entre instituição arquivística e usuário.

Desse modo, o arquivista passa a atuar como mediador da informação, e a pesquisa em arquivos passa a pressupor um entendimento da forma como os documentos são constituídos, organizados e disponibilizados, dos métodos e técnicas que regem as práticas arquivísticas e das questões éticas e legais do uso e difusão desses documentos e de suas informações. Assim, a intermediação do arquivista no processo de pesquisa em um arquivo, vai além da simples disponibilização da informação. A mediação praticada por arquivistas deve fornecer serviços de referência que incluem uma série de atividades projetadas para auxiliar os pesquisadores a localizar fontes que desejam usar para sua pesquisa, como por exemplo: informações sobre o arquivo; informações sobre o acervo; informações coletadas no acervo; informações sobre os produtores dos documentos; referenciais de outros arquivos ou fontes correlatas; instruções sobre o uso dos documentos; indexação de assuntos. Por isso, a atuação do arquivista vai muito além da função de organizar e guardar documentos (DUFF, 2016).

Estas mudanças paradigmáticas, vivenciadas nas últimas décadas no campo arquivístico, colocam este campo de conhecimento numa relação mais ampla e direta com a sociedade. Enquanto a

Arquivologia Moderna tinha como grande preocupação arranjar e descrever seus “memoráveis” acervos, a Arquivologia Contemporânea passou a preocupar-se com a pluralidade de práticas e conceitos que não só coexistem na guarda e preservação de documentos, mas também nos rastros de memória e nos múltiplos contextos sociais. Influenciadas pelos estudos pós-modernos, pós-coloniais, de gêneros, de sexualidade, além de outros movimentos históricos, políticos e culturais, as novas práticas arquivísticas passam a englobar uma pesquisa multidisciplinar, considerando os diferentes níveis institucionais (organizacional, social, comunitário, coletivo), os diferentes tipos de registros, os mais variados constructos axiomáticos (memória, cultura, identidade, relações de poder) e as diferentes narrativas e corporalidades em que estão inseridos os documentos arquivísticos.

Nesse novo contexto, os arquivos privados, nos quais estão contemplados os arquivos pessoais – como é o caso dos arquivos de Ariovaldo Matos e Lia Robatto aqui apresentados –, ganham um lugar até então negado dentro do arcabouço teórico da Arquivologia. Para Oliveira (2010, p. 40):

[...] o reconhecimento dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a identidade de uma sociedade – para estudos antropológicos, historiográficos, culturais e até mesmo como fonte para análise comparativa em relação ao que é preservado como resultado de gestão pública – implica o arquivista no processo de modo muito particular. A partir dessa percepção, sua autoridade no desempenho de suas funções adquire um novo lugar na sociedade e na própria Arquivologia.

Produtos de ações singulares de arquivamento os arquivos pessoais precisam ser estudados e organizados levando em consideração suas peculiaridades. Estes arquivos “são controlados por pessoas físicas [...] e, por estarem fora do contexto administrativo ou institucional, são eles que ditam a forma que os documentos assumem, os gêneros de sua escrita e as mudanças realizadas durante o uso” (HOBBS, 2016, p. 303). Essa liberdade está refletida também no tipo documental que produzem e no arranjo documental dado pelo próprio titular ao seu acervo, podendo sofrer diversas alterações ao longo do tempo, seja pela nova utilidade que esse documento possa vir a ter, seja por abandono de projetos, por perda de parte do acervo, entre outros. Para Luciana Duranti (1994) isso explicaria o fato pelo qual alguns tipos documentais, encontrados em arquivos pessoais, teriam ficado de fora do alcance da análise diplomática clássica, como é o caso dos muitos tipos documentais encontrados em acervos de Teatro e de Dança, como veremos a seguir.

A CONTRIBUIÇÃO DA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Nascida no século XVII, principalmente num contexto de disseminação de documentos religiosos passíveis de questionamentos, a disciplina Diplomática voltava-se para aferição da autenticidade de documentos textuais. Conforme Duranti (2019), a Diplomática situa-se no campo das Ciências Filológicas¹, pois assim como a Paleografia e a Codicologia se concentrava na dimensão histórico-cultural dos documentos. A referida dimensão manifesta-se nos elementos característicos dos documentos, sendo eles: os elementos extrínsecos – de aparência externa, que podem ser examinados sem a leitura do documento, como suporte, o texto, a linguagem, sinais especiais e anotações; e os elementos intrínsecos – aqueles referentes ao modo de apresentação do conteúdo e de suas partes (DURANTI, 2015).

¹ A concepção de Duranti (2019) aproxima-se das perspectivas de Borges (2015) e MacNeil (2019), que apontam para a Filologia como prática interdisciplinar voltada para o tratamento histórico do texto.

De acordo com Duranti (2015, p. 197), a percepção de que “a forma de um documento revela e perpetua a função a que serve” orientou os diplomatas na elaboração de uma metodologia que tem como base o estudo da unidade documental, ou seja, da espécie documental. Vinculada principalmente ao Direito e à História, a Diplomática responsabilizou-se, principalmente, pelo estudo dos documentos notariais, isto é, documentos expedidos e acumulados no exercício de funções administrativas ou jurídicas” (BELLOTTO, 2008, p. 87). É consenso que a Diplomática possibilita aos arquivistas a ampliação da função de aferição da autenticidade da unidade documental para a compreensão da proveniência do documento, isto compreensão do vínculo arquivístico entre produtor e documento, e dos documentos entre si no conjunto do qual fazem parte.

A Diplomática Arquivística ou Diplomática Contemporânea refere-se à ampliação do escopo teórico e metodológico da Diplomática, voltada para a unidade documental (espécie), em direção aos conjuntos documentais produzidos e acumulados em decorrência da ação de pessoas ou instituições públicas ou privadas. É consenso que a Arquivística se beneficia da análise diplomática para compreender a gênese e a tradição documental, isto é, para compreender como os documentos são produzidos e transmitidos, relacionando-os com os atores e ações/atividades/funções e usos que lhes tornaram possíveis o registro. As relações entre Diplomática e Arquivística operam-se na Identificação Arquivística, etapa metodológica do fazer arquivístico que fornece ferramentas para investigação do produtor e dos tipos documentais por ele produzidos e acumulados.

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: DO PRODUTOR AO TIPO DOCUMENTAL

A Identificação, no domínio da Arquivística, trata-se de uma investigação, de caráter intelectual, que visa compreender a relação orgânica entre os documentos e as funções responsáveis por sua existência. Pautada nos parâmetros da Diplomática Contemporânea, a identificação arquivística torna possível a investigação da gênese documental a partir de um diagnóstico sobre o documento arquivístico e sua relação com o órgão produtor e, assim, constituir os vínculos de proveniência e organicidade, seja em fase de produção ou de acumulação.

Conforme amplamente discutido na área, documento é a unidade constituída de uma informação e seu suporte, porém, o documento arquivístico é o documento produzido, recebido ou acumulado por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade, tendo uma natureza probatória a partir do “vínculo” que estabelece com os demais documentos de uma mesma proveniência (DURANTI, 1994). Desse modo, segundo Rodrigues (2012), o vínculo arquivístico é uma parte essencial do documento e, portanto, seu principal componente identificador, tornando este conceito central para a identificação arquivística.

[...] pode-se considerar a identificação [...] como a etapa de processamento técnico na qual se verifica em que medida e de que forma o arquivo se relaciona à trajetória de seu produtor. Ao transpor para os arquivos pessoais a metodologia de identificação recomendada para arquivos institucionais, entendemos que essa etapa compreende duas vertentes integradas de atividades: uma voltada para a identificação do contexto em que o arquivo foi formado – o que, no arquivo pessoal, equivale à trajetória de vida de seu produtor – e outra destinada à identificação dos próprios documentos. A primeira vertente deve resultar em um estudo biográfico do produtor do arquivo; a segunda, no mapeamento das espécies e tipos documentais (FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ, 2015, p. 23).

Concordando com Heredia Herrera (1991), podemos afirmar que a metodologia de identificação está diretamente relacionada ao princípio da proveniência, já que fixa a identidade do documento ao seu produtor, orientando a organização do acervo em obediência às atividades do titular, legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos.

A Identificação, no domínio da Arquivística, trata-se de uma investigação, de caráter intelectual, que visa recuperar a relação de “indicialidade” necessária entre os documentos e as funções responsáveis por sua existência (RODRIGUES, 2008) e, portanto, aplicável em arquivos de qualquer natureza. É a ação de determinar a identidade do documento de arquivo e seu vínculo com o órgão produtor. Do ponto de vista do tratamento arquivístico, esse é o momento mais significativo da vida do documento, aquele capaz de lançar luz sobre as razões e os sentidos dos registros, das relações desses com seus congêneres, e do conjunto com o responsável pela sua existência: o titular do arquivo (LACERDA, 2012). É sobre a aplicação da metodologia de identificação aos acervos de Teatro e de Dança que trataremos a partir de agora.

TEATRO E DANÇA: CATEGORIAS E TIPOS DOCUMENTAIS

Lidar com acervos de Teatro e de Dança significa, primeiramente, entender que a produção e a acumulação documental refletem o lugar específico em que se situam: as artes performáticas. Assim, os espetáculos de Teatro e de Dança, para além de suas próprias especificidades artísticas, constituem-se a partir do jogo entre o que é efêmero (as encenações) e aquilo que é presença (documentos fixados em forma escrita, iconográfica e audiovisual). Faz-se necessário, portanto, reconhecer as particularidades do teatro e da dança, enquanto artes performáticas, e as dificuldades que cercam o processamento técnico da documentação – principalmente no que se refere à concepção do espetáculo e a tradição ao qual se vincula e ao processo colaborativo de sua criação – e suas implicações no acesso.

O que é possível se registrar de um espetáculo? No que diz respeito à Dança, Fabbri (2007) ressalta que devemos considerá-la como “pensamento em construção”, nunca completo e acabado, mas sempre com tendência à desapareição, pois “o trabalho de construção do espetáculo lida com a desapareição do corpo em movimento, mais precisamente a desapareição da figura a qual se articulam os diferentes momentos do movimento” (FABBRI, 2007, p. 145). Assim, o arquivista deve estar ciente de que o produto da atividade dança, o espetáculo, reflete a volatilidade da própria atividade e não a produção de uma obra.

De acordo com Bopp (1995), na Dança a sequência de movimentos dos dançarinos podem ou não ser orientada por algum recurso com suporte visual ou escrito, assim como a coreografia pode estar registrada exclusivamente na memória dos dançarinos, o que aponta para a constituição de conjuntos documentais sempre incompletos ou limitados nas suas dimensões. Situamo-nos, portanto, na perspectiva do fragmento e do “vestígio” da dança, registrados parcialmente em documentos audiovisuais, notações, estudos, recortes de jornais, cartazes, dentre outros, como veremos a seguir.

De modo semelhante, no Teatro, ainda que haja um suporte escrito (um texto) orientador de diferentes espetáculos, a representação cênica estará sempre em devir, fazendo com que, a cada encenação, o texto base adquira uma configuração única, pois são irrepetíveis suas condições de produção e de recepção (MOTA; SEVERINO, 2018). Faz-se necessário, portanto, reconhecer as particularidades do teatro e as contradições que cercam as relações entre drama e encenação, texto e cena, pois há concepções de espetáculos que privilegiam o texto, vendo-o como um elemento fechado a ser concretizado na representação cênica; assim como existem aquelas nas quais “a cena pode decidir

soberanamente suas escolhas estéticas” (PAVIS, 2001, p. 191), inclusive decidir não partir de um texto orientador (materializado fisicamente ou não), mas do improviso.

É possível, portanto, perceber que a concepção do espetáculo de Teatro ou de Dança, tem um efeito singular na constituição e preservação de seus acervos, assim como na configuração das tipologias documentais próprias ao drama (texto teatral) e próprias à encenação, principalmente no caso do teatro.

Dito isso, no âmbito da identificação arquivística, o método de trabalho adotado para organização documental e tipificação dos documentos do acervo do dramaturgo Ariovaldo Matos, da dançarina e coreógrafa Lia Robatto, assim como para o acervo – ainda em processo de organização – do Memorial de Dança da UFBA, parte dos estudos biográficos dos produtores do arquivo, do contexto de produção e do mapeamento das espécies e tipos documentais que vão sendo identificadas a partir de estudo dos processos criativos dos produtores (individuais ou coletivos). A pesquisa por nós empreendida, do ponto de vista arquivístico, sobre os documentos e seus produtores, considerou o diálogo com o campo das Artes Cênicas, e as peculiaridades do fazer teatral e da dança, para propor um quadro de categorias documentais constituídas por similaridade diplomática, que nos auxiliasse na identificação dos tipos documentais próprios do fazer artístico registrado nesses acervos.

As categorias documentais levantadas não são estáticas, devendo ser adaptadas a cada nova realidade. Porém, é importante pensar numa categoria que privilegie os processos de criação quando se trata de organização de acervos de escritores, artistas, cientistas e demais profissionais, cuja etapa de criação (processo) é tão relevante quanto as demais etapas ou produtos do seu trabalho. Importante sublinhar que o quadro de categorias documentais proposto serve para balizar o trabalho de identificação dos tipos documentais e não deve ser confundido como um possível quadro de arranjo para o fundo estudado. O reconhecimento de categorias documentais e dos respectivos tipos documentais que ela abriga, a partir da metodologia de identificação arquivística, pode contribuir para a formação das séries e subséries, em conformidade com o contexto de produção, mas não é o “espelho”, ou não deveria ser, da classificação final do acervo.

Em decorrência das nossas experiências em acervos de Teatro e de Dança, apresentamos abaixo as seguintes categorias gerais² levantadas:

² As categorias buscam abranger aspectos mais gerais e convergentes no Teatro e na Dança, mas podem ser adaptadas para atender às especificidades das atividades ou do produtor.

QUADRO 1 – Categorias documentais por similaridade diplomática

PROCESSO DE CRIAÇÃO	ENCENAÇÃO	DIVULGAÇÃO	PUBLICAÇÕES	REGISTROS	DOCUMENTOS DE GESTÃO	HONRARIAS
<p>Cadernos de estudos (de movimento, de ritmo, de figurino, biográfico, coreográfico, do espaço cênico do conceito cênico)</p> <p>Roteiros (iluminação, ensaio, tema, elenco)</p> <p>Planos de iluminação e som</p> <p>Partituras musicais</p> <p>Desenhos (cenários, figurinos, objetos de cena, maquiagem)</p> <p>Textos referência para espetáculo</p> <p>Textos do Espetáculo³</p>	<p>Objetos Cênicos</p> <p>Figurinos e acessórios (máscaras, bonecos, perucas, etc.)</p> <p>Materiais sonoros e de projeção visual</p>	<p>Releases e anúncios (ímpressos, eletrônicos, digitais)</p> <p>Programas (de espetáculo, de eventos)</p> <p>Cartazes</p> <p>Folders</p> <p>Flyers</p> <p>Convites</p> <p>Catálogos</p> <p>Banners</p> <p>Agendas Culturais</p>	<p>Artigos (acadêmicos, jornalísticos, literários)</p> <p>Documentários</p> <p>Pesquisa de público</p> <p>Discursos</p>	<p>Fotográficos (fotografia, contato fotográfico, negativo, retrato, álbum)</p> <p>Audiovisuais (gravados em película, formato analógico ou digital – filmes 35 e 16mm, VHS, DVD, Betacam, fita de rolo)</p> <p>de Imprensa (notícias, noticiários, críticas, clipagens)</p>	<p>Projetos, Relatórios, Atas</p> <p>Prestações de conta</p> <p>Currículos de artistas</p> <p>Laudos, Contratos, Pareceres, Alvarás, Certidões, Certificados</p> <p>Direitos autorais (Comprovante de registro, comprovante de cessão)</p> <p>Convênios, Editais</p> <p>Correspondências (Bilhete, Carta, E-mail, Ofício, Requerimento Circular, etc.)</p>	<p>Prêmios</p> <p>Títulos</p> <p>Homenagens</p> <p>Medalhas</p> <p>Comendas</p> <p>Placas</p>

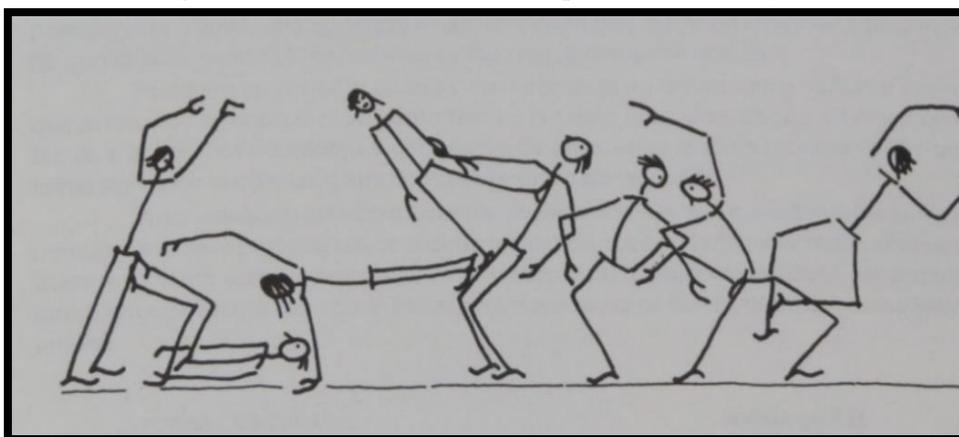
Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Carvalho (2015).

A partir dessas categorias apresentaremos alguns tipos documentais encontrados em acervos de Dança e de Teatro. Primeiramente, apresentam-se tipos documentais presentes nos acervos da dançarina e coreógrafa Lia Robatto e do Memorial de Dança da UFBA, vinculados à Dança.

Na figura 1 temos um estudo do movimento de dançarinos, enquadrado na categoria Processo de Criação, enquanto na figura 2 temos um registro fotográfico, da categoria Registros. Ambos foram arranjados com os demais documentos que formam o dossiê do espetáculo *Caminho* (1991), de Lia Robatto, que compõe a série Criação Artística.

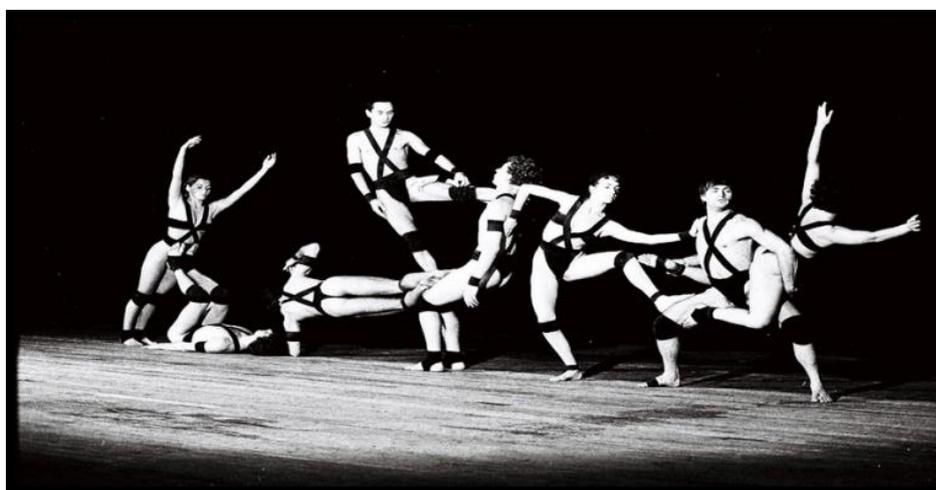
³ No caso do Teatro, “Textos do espetáculo” refere-se aos testemunhos representativos de determinada produção teatral de um dramaturgo ou companhia de teatro. Contempla, portanto, os manuscritos e os textos publicados, caso existam.

Fig. 1- Estudo de movimento do espetáculo *Caminho* (1991)



Fonte: Acervo Lia Robatto

Fig. 2- Registro fotográfico do espetáculo *Caminho* (1991)

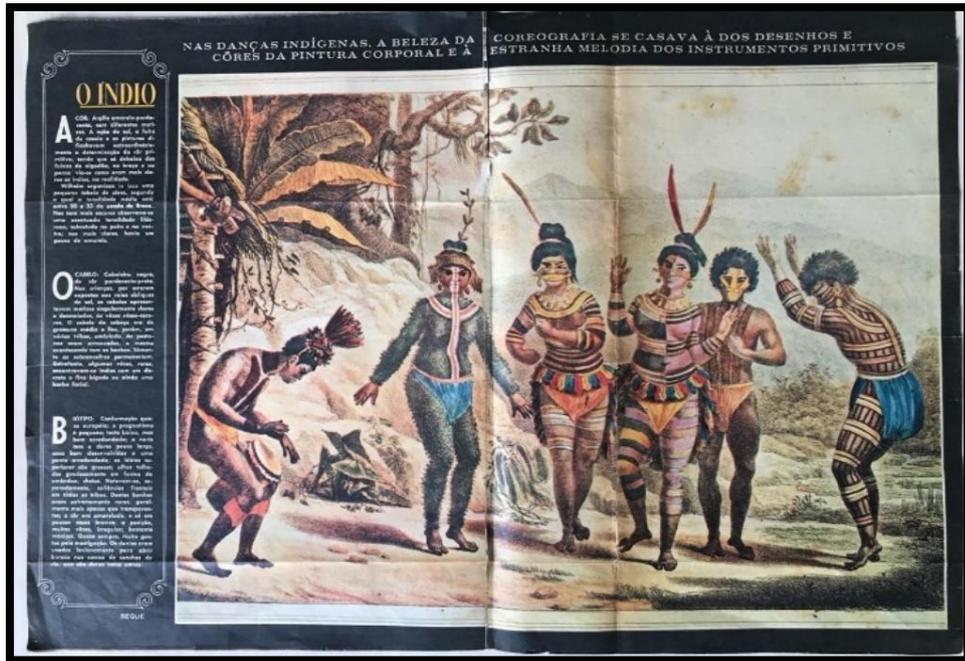


Fonte: Acervo Lia Robatto

É comum encontrar em acervos de artistas estudos preliminares, anotações e textos referência (livros, artigos, desenhos) utilizados no processo de criação. Como opção metodológica, dentro da abordagem contextual, optamos por organizá-los também nos dossiês.

As figuras 3, 4, 5 e 6 também pertencem a categorias documentais diferentes, conforme nossa classificação, estando as figuras 3 e 4 alocadas na categoria Processo de Criação, a figura 5 na categoria Divulgação, e a figura 6, resultado desse estudo, materializada a partir de uma fotografia, na categoria Registros, ambas arranjadas no mesmo dossiê dentro da série Criação Artística.

Fig. 3- Texto referência para o espetáculo *Dança da Terra e do Ar* (1972)



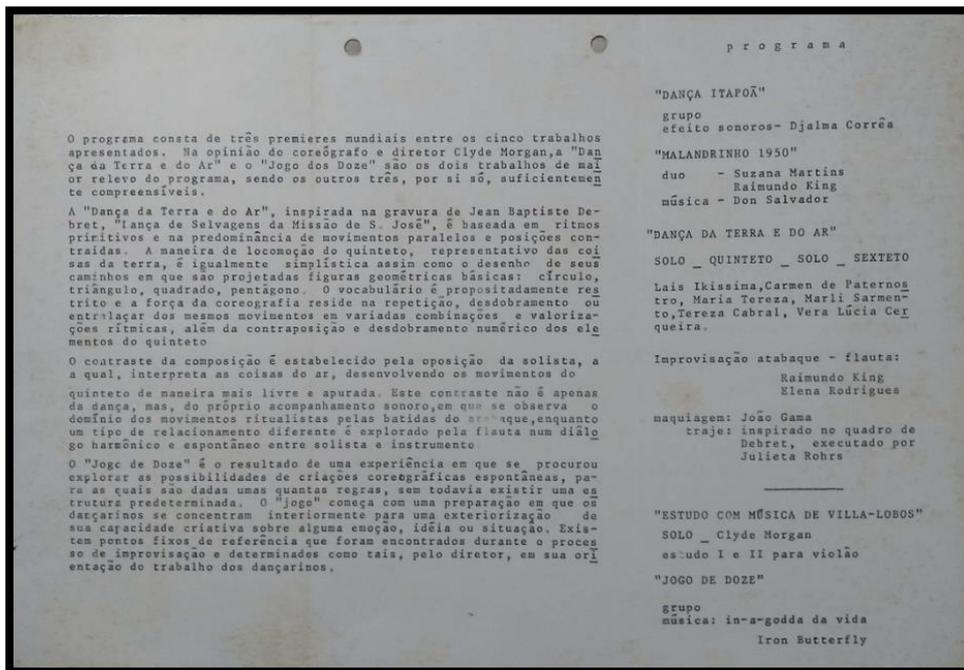
Fonte: Acervo Memorial da Escola de Dança da UFBA

Fig. 4- Estudo de figurino para o espetáculo *Dança da Terra e do Ar* (1972)



Fonte: Acervo Memorial da Escola de Dança da UFBA

Fig. 5- Programa do espetáculo *Dança da Terra e do Ar* (1972)



Fonte: Acervo Memorial da Escola de Dança da UFBA

Fig. 6- Registro fotográfico do espetáculo *Dança da Terra e do Ar* (1972)



Fonte: Acervo Memorial da Escola de Dança da UFBA

No âmbito do Teatro, situamos os tipos documentais existentes no acervo do dramaturgo Ariovaldo Matos nas categorias documentais apresentadas no Quadro 1.

As figuras 7 e 8 pertencem à categoria documental Documentos de Gestão, por se tratar de comprovante de prestação de contas de bilheteria do espetáculo *A Engrenagem* (1972) e comprovante de registro da peça *A Escolha*, na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) em 1968.

Fig. 7- Comprovante de Prestação de Contas de Bilheteria do espetáculo *A Engrenagem* (1972)

BORDEREAU GERAL

ESPECTÁCULO REALIZADO NOS DIAS 22, 23 e 24 DO CORRENTE.

Tempo: _____ N.º _____

Salvador, 24 de outubro de 1968 Dia da Semana _____

Lotação: _____
 Permanentes: _____

Representação da Peça **"A ENGRENAGEM"**

Matinee	Recebidos	Devolvidos	Convites	Vendidos	Prêcos	TOTAL
Poltronas						
Receita da Matinée						

1.ª SESSÃO **SOIRÉE**

Poltronas	2.057	1.551	161	129 216	5,00 2,00	645,00 432,00
Receita da 1.ª Sessão SOIRÉE						1.077,00

2.ª Sessão

Poltronas						
-----------	--	--	--	--	--	--

[Signature]
Pelo Teatro

[Signature]
pela Empresa

[Signature]
bilheteiro

TEATRO - TAXA DE SERVIÇO	260,00
SBAT - 2%	21,54
PREP. 5%	53,85
	335,39

Receita da 2.ª Sessão _____

Receita da 1.ª Sessão **SOIRÉE** 1.077,00

Receita da Matinée _____

TOTAL _____

Despesas 335,39

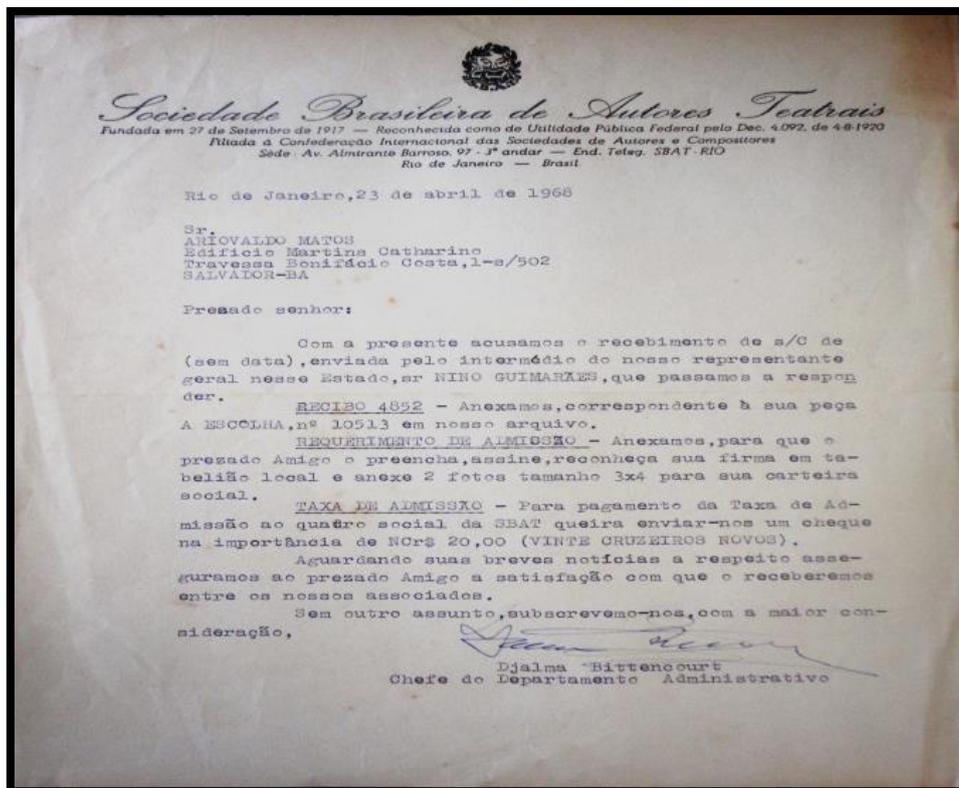
Lucro-Deficit _____

Recebemos a importância de NC\$260,00 (duzentos e sessenta cruzeiros novos), referente à taxa de serviço cobrada pelo Teatro, na realização deste espetáculo.

[Signature]

Fonte: Acervo pessoal de Ariovaldo Matos

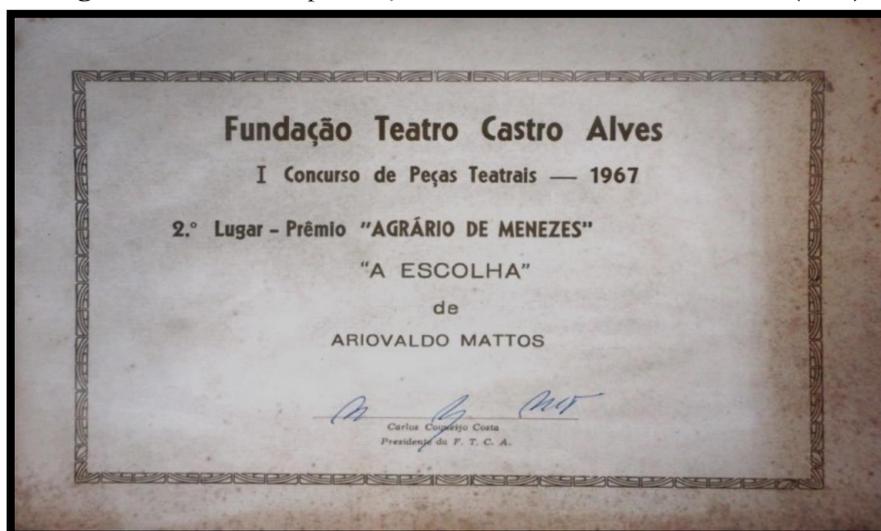
Fig. 8- Comprovante de registro de *A Escolha*, na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) em 1968



Fonte: Acervo pessoal de Ariovaldo Matos

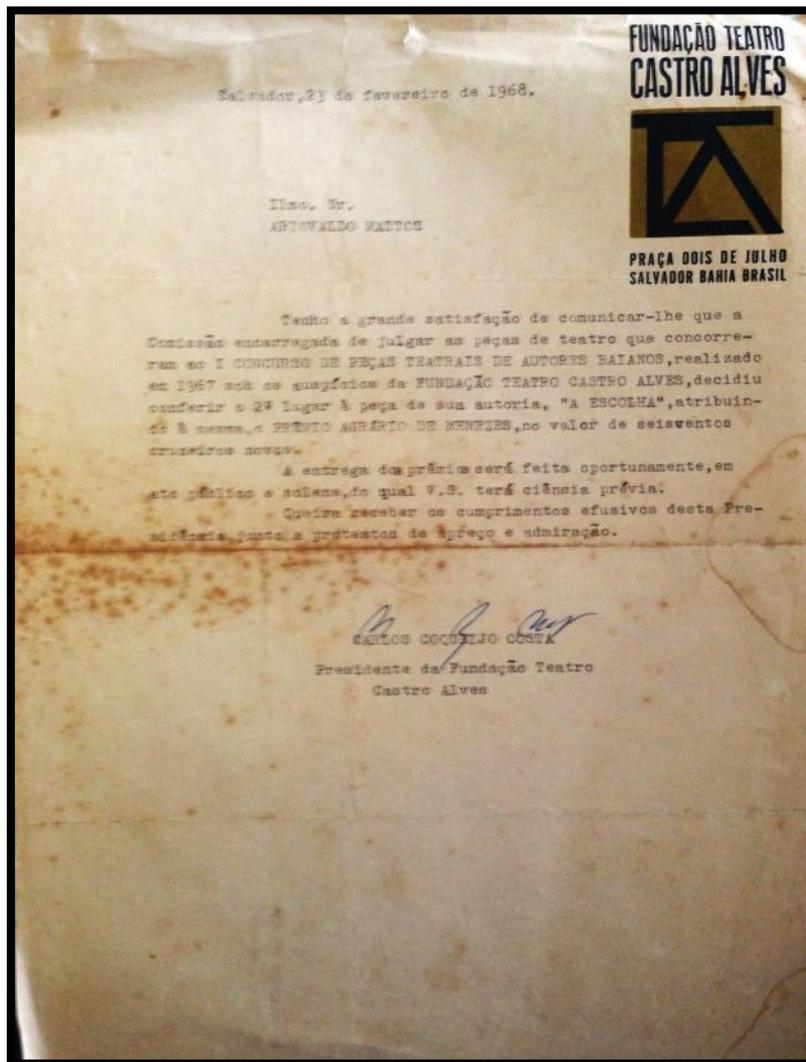
Na figura 9, enquadrado na categoria Honrarias, temos o certificado de premiação da peça *A Escolha* ou *O Desembestado* em concurso de peças teatrais, promovido pela Fundação Teatro Castro Alves, em 1967. Ainda relacionado à premiação dessa peça teatral, na figura 10, enquadrada na categoria Documentos de Gestão, apresentamos a correspondência que comunica a premiação da peça.

Fig. 9- Certificado de premiação de *A Escolha* ou *O Desembestado* (1967)



Fonte: Acervo pessoal de Ariovaldo Matos

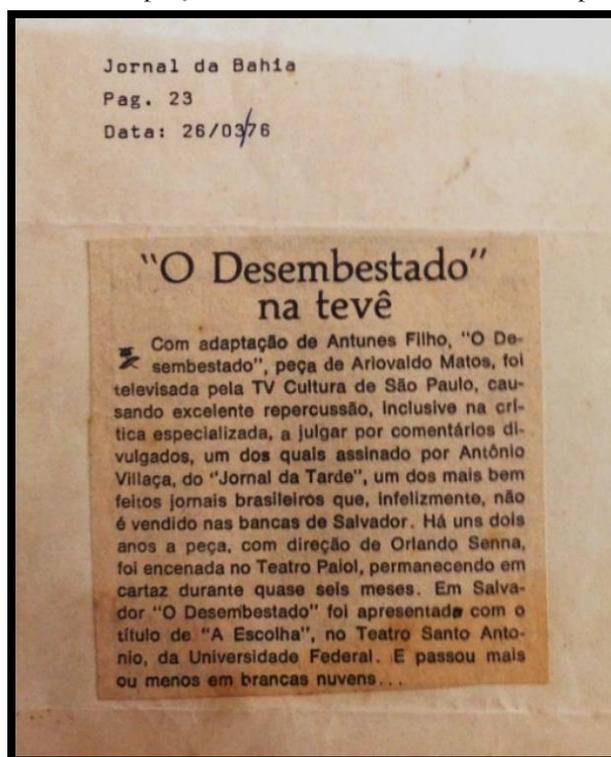
Fig. 10- Comunicado de premiação de *A Escolha* ou *O Desembestado* (1967)



Fonte: Acervo pessoal de Ariovaldo Matos

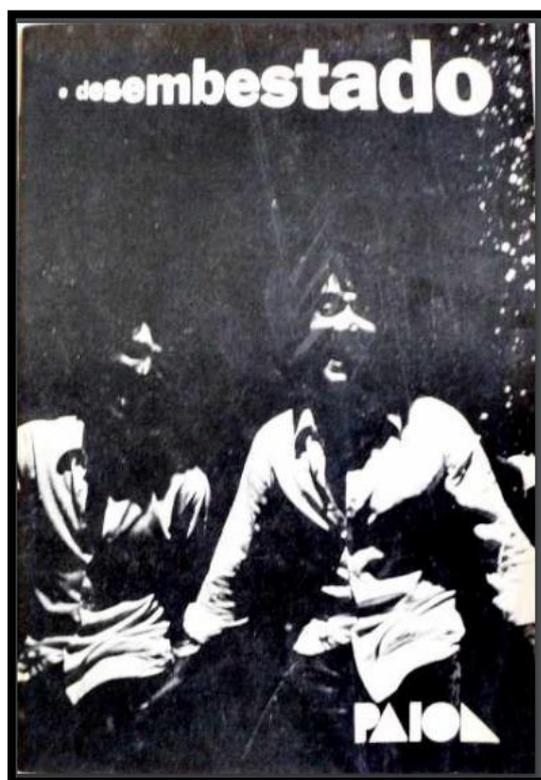
Por fim, a figura 11 pertence à categoria dos registros de imprensa sobre a peça *A Escolha* ou *O Desembestado* em 1976. Já as figuras 12, 13 e 14 apresentam tipos documentais que pertencem à categoria Divulgação, os dois primeiros sendo programas de divulgação da peça *A Escolha* ou *O Desembestado*; enquanto o último é um flyer de divulgação do espetáculo na cidade de Curitiba.

Fig. 11- Notícia sobre adaptação de *A Escolha ou O Desembestado* para a TV em 1976



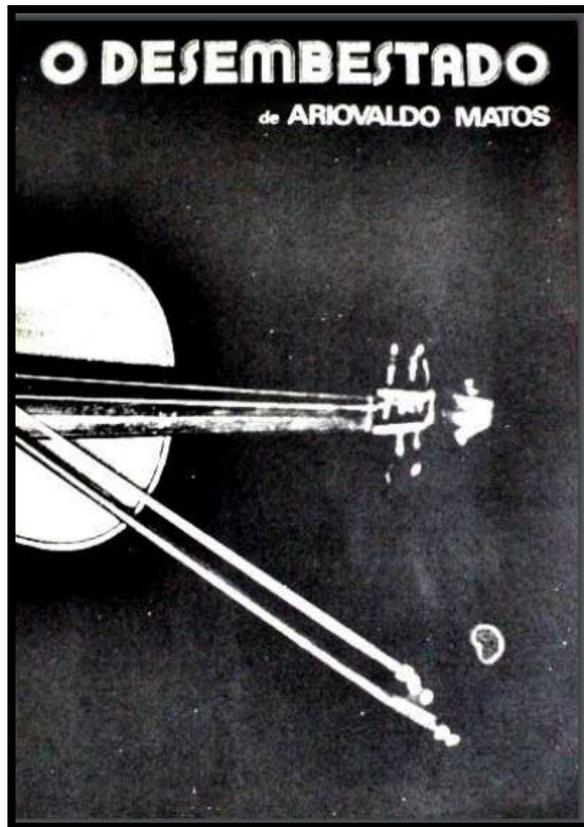
Fonte: Acervo pessoal de Ariovaldo Matos

Fig. 12- Programa da peça *A Escolha ou O Desembestado* produzido pelo Teatro Paiol



Fonte: Acervo pessoal de Ariovaldo Matos

Fig. 13- Programa da peça *A Escolha ou O Desembestado* produzido pela Companhia Baiana de Comédias para encenação em Salvador



Fonte: Acervo pessoal de Arioaldo Matos

Fig. 14- Flyer da peça *A Escolha ou O Desembestado* para encenação em Curitiba



Fonte: Acervo pessoal de Arioaldo Matos

Os tipos documentais representados nas figuras 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, apesar de contempladas em diferentes categorias, estão classificadas no mesmo dossiê, intitulado *A Escolha ou O Desembestado*, dentro da série Criação Teatral, no acervo pessoal do dramaturgo baiano. Cabe ressaltar que a nossa ânsia em encontrar os textos teatrais produzidos por Ariovaldo Matos em seu arquivo logo foi frustrada quando constatamos a ausência de tais documentos. Acreditamos que existam duas justificativas possíveis para a existência dessa lacuna: a primeira, vinculada ao próprio fazer teatral, pois o dramaturgo produz o texto e entrega a um encenador ou companhia para encená-lo – conforme registrado em cartas e entrevistas encontradas no acervo do dramaturgo; e a segunda, referente à perseguição política sofrida pelo dramaturgo e militante do Partido Comunista, durante a Ditadura Militar, que ocasionou inúmeras invasões a sua casa. Entretanto, os textos teatrais encontram-se preservados no Arquivo Nacional (Fundo de Censura de Diversões Públicas), na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais e no Espaço Xisto Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar os “vestígios” deixados por artistas no seu processo criativo, dos documentos produzidos de forma preliminar – como os cadernos de estudos, notações coreográficas, roteiros de espetáculo, planos de iluminação, textos publicados – quando existem, como é o caso da publicação de *A Escolha ou O Desembestado*, no volume Teatro I, de Ariovaldo Matos (1970) – é de fundamental importância para a preservação da memória da trajetória e do contexto de produção do titular, assim como, para a memória da arte que ele representa.

Portanto, os arquivos pessoais de dramaturgos e de dançarinos necessitam de tratamento técnico e procedimentos metodológicos arquivísticos que dialoguem com o Teatro e com a Dança, considerando que a variedade de tipos documentais encontrados nesses acervos ainda não foi contemplada adequadamente por estudos em Diplomática Contemporânea, principalmente aqueles decorrentes da performance cênica.

Ao lidarmos com esses arquivos é importante estarmos atentos aos diferentes sujeitos envolvidos principalmente na encenação, o que nos leva a considerar a problemática dos processos colaborativos de produção documental no fazer arquivístico. Nos casos aqui apresentados, dos acervos pessoais de um dramaturgo e de uma dançarina, os documentos estão alocados em fundos pessoais, apesar de demonstrarem, algumas vezes, a ação de terceiros. No caso do Memorial da Escola de Dança⁴ – em que o pessoal e o coletivo (grupos de dança) estão intimamente imbricados na produção de espetáculos – há de se considerar, futuramente, o impacto dos processos colaborativos de criação em dança na configuração dos fundos e no arranjo dos mesmos.

As questões discutidas sobre a aplicabilidade dos princípios arquivísticos em conjuntos documentais de âmbito pessoal – como no caso dos acervos de Ariovaldo Matos e Lia Robatto –, nos parâmetros da Diplomática Contemporânea, a partir da metodologia de identificação, mostrou-se pertinente, contribuindo diretamente para o reconhecimento da gênese documental.

Ao tornar aparente as singularidades desse tipo de documentação, evidenciamos a relação entre o contexto de produção dos documentos e os próprios documentos, além do entendimento dos arquivos pessoais como lugares de construção de sentidos, a partir dos usos e da circulação a que estão submetidos. Ao nomear um documento não estamos apenas batizando-o com algum nome aleatório, mas atribuindo

⁴ Pesquisa atualmente desenvolvida por Ivana Severino no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

significado. A partir da nomeação dos documentos pertencentes aos processos de criação aqui estudados, fizemos emergir outros saberes e discussões relevantes para a pesquisa na área da Arquivologia, assim como para pesquisa em diferentes campos como Filologia, Teatro, Dança e História, aqueles que pressupõem, ao nosso ver, pesquisas mais interessadas com fontes primárias relacionadas aos acervos aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 61-82, mai./ago., 2013.
- BOPP, Mary. S. Dance et documentation aux États-Unis. **Marsyas**. Paris, 1995.
- CAMARGO, Robson Corrêa de. Teatro, texto, versão ou versões anteriores: um primeiro encontro entre a Crítica Genética e o espetáculo teatral. **Manuscrita** – Revista de Crítica Genética. n. 10 (junho 2001). São Paulo: Annablume; Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/manuscrita/article/view/943>. Acesso em: 3 fev. 2018.
- CARVALHO, Alessandro Britto de. **Memória e acervo no teatro**: um estudo de caso do acervo audiovisual do CPMT do Centro Cultural Galpão Cine Horto. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Artes, 2015.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.
- DUFF, Wendy. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.
- DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (Parte V). **Acervo** – Revista do Arquivo Nacional, n. 1, v. 28, jan-jun, p.196-215. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/600/598>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- DURANTI, Luciana; MICHETTI, Giovanni. O método arquivístico. In: GILLILAND, Anne J. et al. **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019.
- EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- FABBRI, Véronique. **Danse et philosophie**: une pensée en construction. Paris: L' Hartmattan 2007.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Manual de organização de arquivos pessoais**. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e documentação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- GILLILAND, Anne J; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019.
- GREINER, Christine. O registro da dança como o pensamento que dança. **Revista D'Art**, v. 4: 38-43, 2002.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General**: teoría y práctica. 5. ed. ampl. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.
- HOBBS, Catherine. **Vislumbrando o pessoal**. Reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MAC-NEIL, Heather (Org.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- JARDIM, J. M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: **Caderno de Textos**. Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 1999.
- LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, jan.-mar. 2012, p. 283-302.

MENNE-HARTZ, Angelika. Access - the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, v. 1, n. 1, 2001. p. 57-82.

MOTA, Mabel Meira; SEVERINO, Ivana Bittencourt dos Santos. A cena teatral documentada: identificação arquivística e processos de criação. **Manuscrita**, São Paulo, v. 1, p. 106-118, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/manuscrita/article/view/3014>. Acesso em: 03 jan. 2020.

MUNHOZ, Renata; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida Toledo Neto; BELLOTTO, Heloísa Liberali; MONTE, Vanessa Martins do; CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Arquivos: onde filologia, diplomática e história se encontram. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia M. V. de. **Modelagens e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 188p. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. USP/FFLCH: São Paulo, 2010.

PAVIS, Patrice. O texto impostado. In: PAVIS, Patrice. **Análise dos Espetáculos: teatro, dança, dança-teatro, cinema**. Tradução Sérgio Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SALLES, Cecília Almeida. **Arquivos de criação: arte e curadoria**. São Paulo: Horizonte, 2010.

SALLES, Cecília Almeida. **Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística**. São Paulo: EDUC, 2008. (Série Trilhas).

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA: PESQUISA E HISTÓRIA

Libânia da Silva Santos

INTRODUÇÃO

O Arquivo Público do Estado da Bahia celebrou, em 16 de janeiro de 2019, 129 anos de existência e conta com o status de segunda maior instituição arquivística do país, sendo a maior o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. O acervo, plural em conteúdos, tipologias documentais e períodos históricos, engloba registros majoritariamente em suporte papel, manuscritos, impressos e datilografados, cópias e originais, que datam desde o Século XV. O documento original mais antigo data de 1552: a carta de sesmaria passada pelo então Governador Geral Thomé de Souza cedendo a Ilha de Itaparica ao Conde de Castanheira.

Para o desenvolvimento de pesquisas sobre o início da exploração colonial portuguesa no Brasil e interrelações com outros territórios ultramarinos, a metrópole e outras potências europeias, por exemplo, podem-se encontrar ainda Cartas Régias, livros de Patentes, Provisões, Alvarás, Portarias, registros produzidos por e sobre o Tribunal da Relação, entre outros. São fontes que permitem o desenvolvimento de leituras sobre revoltas coloniais, sistemas de comércio, economia, aspectos de religiosidade, educação, sistema escravista, funcionamentos de estruturas administrativas, discussões sobre gênero, raça, relações sociais plurais e outras muitas possibilidades de análises.

O acesso a estes instrumentos-base para a construção do que hoje permeia o imaginário coletivo, entretanto, nem sempre foi dinamizado. Compreender o contexto em que esta importante entidade custodiadora de documentos foi fundada, a trajetória por ela percorrida em alguns recortes temporais, e como se dá o acesso a estas fontes hoje é compreender, de alguma maneira, as relações envolvidas nas produções e construções da história da Bahia e de representações da memória em diversos âmbitos e períodos, se apresentando, portanto, enquanto reflexão essencial para o exercício atual do trabalho historiográfico.

A CRIAÇÃO DO ARCHIVO PÚBLICO DA BAHIA

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, [...] porque estas operações não são naturais. [...] Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. [...] E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1984).

Assim como outras instituições custodiadoras de documentos criadas à época, o Arquivo Público do Estado da Bahia surge em um contexto de multitransformações experimentadas com o fim da monarquia e do sistema escravocrata. Antes do Arquivo Público do Estado da Bahia apenas três Arquivos Provinciais haviam sido criados: o Arquivo Público do Estado de São Paulo (1842), o Arquivo Público Estadual de Sergipe (1848), e o Arquivo Público do Paraná (1855). O Arquivo Público do Império,

posteriormente nominado Arquivo Nacional, havia sido criado em 2 de janeiro de 1838¹. Na década de 1890 surgem também os Arquivos de Minas Gerais (1895), Mato Grosso (1896), e Amazonas (1897).

A recente República demandava a estruturação de bases que possibilitassem a construção de novos imaginários e a elaboração da ideia de nação, sendo necessária a consolidação de memórias coletivas que serviriam de base à construção do que viria a ser caracterizado por história brasileira. A conjuntura, aliada aos discursos positivistas e à pressão exercida há décadas anteriores às transformações sacralizadas com o 15 de novembro por uma elite que se pretendia intelectual estimulada por dinâmicas externas, estimulavam a criação e existência destes espaços.

No caso da Bahia ainda há que se considerar as particularidades de sua história: berço do ‘descobrimento’; mais importante porto da América meridional por quase três séculos; abrigou a primeira capital da colônia portuguesa, a cidade de Salvador fundada em 1549 e sede do Governo Geral até a sua transferência para o Rio de Janeiro em 1763; seio de movimentos como a Conjuração Baiana (1798), as guerras para a consolidação da Independência em 1822-1823, entre outros episódios anticoloniais e de críticas ao regime escravista e imperial. Era notável o desejo de recuperação pelas elites baianas – representada por filhos, sobrinhos e netos dos mesmos personagens outrora detentores do poder nos tempos da colonização – do protagonismo perdido através da rememoração destes eventos históricos e elaboração de uma estrutura que assegurasse a perpetuação de seus feitos futuros.

O Arquivo Público do Estado da Bahia passou a existir a partir de ato governamental instituído, em 16 de janeiro de 1890, pelo segundo governador do período republicano na Bahia, Manoel Victorino Pereira. Em seu primeiro regulamento², no capítulo I, acerca de sua *Natureza e Organização*, o Arquivo Público do Estado da Bahia é definido como “um instituto destinado a adquirir e conservar, debaixo de classificação systematica, todos os documentos concernentes ao direito publico, á legislação, á historia e a geographia da Bahia e *quaesquer outros que o governo determinar que alli se depositem*” (grifo meu).

São estabelecidos ainda no documento os procedimentos a serem adotados para a aquisição, classificação, guarda e consulta dos documentos, como cuidados com a conservação e restauro, critérios para acesso e reprodução, e elementos como recolhimento, classificação, elaboração de instrumentos de consulta, acesso, e “tabelas de temporalidade”³ que seriam melhor desenvolvidos apenas algumas décadas à frente com a consolidação no Brasil da arquivologia, ciência dedicada à gestão documental em seus muitos níveis de complexidade.

Como alerta Pollak (1989) acerca dos silenciamentos e construções das memórias coletivas⁴, as produções fruto destas fontes também não serão desprovidas de silenciamentos impostos pelos *atores profissionalizados* da história⁵. Citando as pesquisas que realizou sobre sobreviventes do campo de

¹ MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. A Institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990. *Arq. & Adm.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./jun. 2012.

² *Regulamento do Archivo Publico da Bahia, instituído por meio de ato governamental de 21 de outubro de 1890 pelo vice-governador, o Doutor Virgílio Climaco Damasio*. Documento impresso. Código: 08.02.01.01 - Caixa 243 - Fundo: Arquivo Público (arquivo do Arquivo) - Seção de Arquivos Republicanos - Arquivo Público do Estado da Bahia.

³ Instrumento arquivístico resultante de avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação a quantos dela necessitem. Sua estrutura básica deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos por uma instituição no exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final – eliminação ou guarda permanente – além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos: *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública* / Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

⁴ Ver também: RICOEUR, Paul. *Memory, history, oblivion*. Discurso proferido na Conferência Internacional *Haunting memories? History in Europe after Authoritarianism*, Budapeste, Hungria, 2003. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia.

⁵ Termo utilizado por Pollak em seu artigo.

Auschwitz-Birkenau, afirma que “se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de ‘historiadores da casa’” (POLLAK, 1989, p. 11).

A reflexão trazida pelo sociólogo com base em suas vivências pode ser visualizada em diversos outros contextos. Com a criação do *Arquivo Público da Bahia* os documentos deixam de ser privados para tornarem-se públicos, acessíveis, em teoria. No entanto, no caso da construção da memória histórica baiana, a preocupação com a escolha das *testemunhas autorizadas* se evidencia, por exemplo, no acesso aos documentos que seriam custodiados pelo Arquivo Público a partir de sua criação, conforme se observa em seu regulamento de 21 de outubro de 1890⁶.

Art. 19 - O Archivo Publico somente em dias designados sera franqueado as pessoas, que previamente obtiverem licença do Director, as quaes permittir-se-há consultarem em sala apropriada os documentos, livros, etc, e, mediante autorização explicita do governador [...].⁷

Art. 20 - A ninguem é licito tirar cópia, nem publicar, sem expresso consentimento do governador do Estado com audiencia do Director do Archivo Publico, os documentos ineditos ali depositados, ficando os que os fizerem incursos nas penas do Art. 261⁸ do código criminal do império.

Em um contexto de recentes e significativos eventos como a instituição da República, a abolição do sistema escravista formal sem a implantação de projetos de inserção social dos sujeitos antes escravizados ou influenciados por esta dinâmica, sociedade ainda pouco letrada, dificuldades de mobilidade e acesso à capital, desigualdades sociais em evidência e espaços de poder definidos e rígidos, cabe questionar: quem teria acesso a esta *autorização explicita do governador*? Entram em cena os “atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” que, sobretudo na dinâmica da história da Bahia, correspondem a representantes ou descendentes dos mesmos grupos que desempenharam papéis de destaque na estrutura política do Brasil Colônia ou da província da Bahia, sendo delimitados, mais uma vez, os espaços de memória que serão base para a narrativa histórica.

Este processo não se restringe ao período e espaço em estudo. Diz respeito à produção do conhecimento de maneira ampla. Benedetto Croce (1938 apud. LE GOFF, 1990, p. 24) afirma que “por mais afastados no tempo que pareçam os acontecimentos de que trata, na realidade, a história liga-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância”, sendo o “passado uma construção e uma reinterpretação constante com um futuro que é parte integrante e significativa da história”.

Ao analisarmos as primeiras produções sobre memória e história da Bahia podemos compreender a partir de quais elementos foram elaboradas as afirmações teóricas de Croce e Le Goff no acesso privilegiado às fontes e o cumprimento do papel de dar voz ou calar o que é de interesse destas *testemunhas autorizadas*. O escritor imbuía à sua obra uma atribuição da ideia de verdade e até mesmo um caráter de

⁶ Regulamento do Archivo Publico do Estado da Bahia - 21 de outubro de 1890. Código: 08.02.01.01 - Caixa 243 - Fundo: Arquivo Público ("arquivo do Arquivo") - Seção de Arquivos Republicanos - Arquivo Público do Estado da Bahia

⁷ Pesquisas sobre estes registros de autorização de acesso estão sendo desenvolvidas pela autora deste artigo.

⁸ Lei de 16 de dezembro de 1830 - Código Criminal - TITULO III - Dos crimes contra a propriedade - Capitulo I Furto - Art. 261. Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, emquanto estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros. Penas - de perda de todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros; ou na falta delles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares. Se os escriptos, ou estampas pertencerem a Corporações, a prohibição de imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir, durará sómente por espaço de dez annos.

⁹ Vide: *La stone come pensiero e cone azione*. Citação contida no livro *História e Memória*, de Jacques Le Goff.

inquestionabilidade das afirmações e dados nelas contidas que muitas vezes sequer poderiam ser conferidas ou contrastadas com outros registros por outros intérpretes.

Verificando-se os primeiros volumes dos Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia e publicações de História da Bahia do início do Século XX, por exemplo, encontramos diversos textos e notas informativas que, por sua estética e conteúdo, aparentam ter sido extraídas de documentos oficiais. No entanto, nenhuma nota acerca de suas proveniências. Com o devido olhar e experiência com o acervo documental alguns dados conseguem ser identificados em determinados volumes. Outros, muitos deles, permanecem ocultos até os dias atuais, e permitem discussões acerca da confiabilidade do que a fonte original supostamente diria e reflexões acerca desta ausência, cabendo aos estudiosos que sucederam os que realizaram as supressões compreendê-las como esquecimento ou como proposital omissão da referência por parte do autor como outra estratégia de limitação do acesso ao privilegiado espaço onde se encontrava inserido.

Como nos diz Le Goff (1990, p. 20), “um fato histórico resulta duma montagem e estabelecê-lo exige um trabalho técnico e teórico”. A flexibilização do acesso às fontes inserida gradativamente no Arquivo Público do Estado da Bahia facilita este exercício e tem possibilitado aos estudiosos a conferência e reescrita dos conteúdos das obras dos pioneiros em trabalhos em história – não apenas do estado, mas do Brasil e do mundo. Ao longo do Século XX o Arquivo passaria por diversas alterações dentro da estrutura administrativa do Estado da Bahia e no âmbito do seu funcionamento interno que facilitaria este exercício.

O ACESSO ÀS FONTES NO SÉC. XXI

Diferindo do que estava disposto no art. 20 do primeiro regulamento do arquivo, que restringia o acesso e reprodução de documentos depositados no *Archivo*, atualmente são realizadas ações de estímulo à consulta e desenvolvimento de ações junto aos acervos que facilitem os processos de pesquisa. No Regimento da Fundação Pedro Calmon e Arquivo Público da Bahia, de 11 de outubro de 2005, está definido que é função da Coordenação de Pesquisa e Documentação

[...] facilitar, orientar e produzir fontes de pesquisa e difusão da documentação existente no APB: 1. manter atualizados os guias, catálogos e demais informativos sobre o acervo documental do APB; 2. atender aos pesquisadores e à comunidade em geral no que for necessário às suas investigações, enviando as requisições de documentos à unidade correspondente; 3. orientar os pesquisadores quanto à identificação dos documentos de interesse das suas investigações e à forma de utilização destes, visando à preservação do acervo documental; 4. elaborar normas para consulta, reprodução e preservação do acervo documental sob sua responsabilidade.

Entendido como Arquivo *Público* da Bahia, a instituição compromete-se em atender e disponibilizar documentos a todos os cidadãos que busquem os acervos por ela custodiados. Atualmente a unidade tem funcionado, desde 1980, na Quinta do Tanque, solar de construção iniciada no Século XVI para atender às necessidades dos jesuítas e ex-morada do Pe. Antonio Vieira, ex-hospital de leprosos e asilo de mendicidade, localizado no bairro de Baixa de Quintas, em Salvador.

Para acessar os documentos ao pesquisador é solicitado o fornecimento de documento de identificação pessoal e o preenchimento de uma ficha de consulta, onde devem ser informados dados pessoais como nome completo, documentos, grau de instrução e telefone de contato. Nesta mesma ficha, após a análise dos catálogos de documentos das diversas seções, o consulente deverá preencher o código

do documento que se deseja acessar, sendo permitida a solicitação de cinco volumes de cada setor por consulta. Há um prazo de 01 (uma) hora para que os profissionais da instituição disponibilizem os documentos, caso não estejam em demasiado estado de fragilidade que inviabilize a consulta. Em caso de disponibilização, os documentos ficarão reservados para acesso do pesquisador na Sala de Consulta a Manuscritos e Impressos do APEB por 15 (quinze) dias corridos. Após a consulta de todos os volumes e devolução dos mesmos é liberada para o pesquisador a solicitação de uma nova remessa de documentos. O acesso a todos os documentos é realizada de maneira gratuita, bem como a digitalização e solicitação de certidão (transcrição do documento) para comprovação de direitos.

CLASSIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL

O APEB encontra-se atualmente englobado à estrutura da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC, instituída por autorização da Lei nº 4.662, de 29 de abril de 1986 e reorganizada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002¹⁰, subdividindo-se internamente de modo a atender as diversas funções previstas em seu regimento. Fazem parte das atribuições do APEB, por exemplo, executar a restauração de documentos, visando a preservação do acervo; classificar, organizar e manter o controle do acervo bibliográfico; microfilmear documentos; prestar orientação técnica aos arquivos correntes dos organismos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, elaborando as normas e instrumentos necessários; e coordenar, acompanhar e supervisionar as ações técnicas de implantação de Arquivos Públicos Municipais¹¹.

Destaca-se a Coordenação de Arquivos Permanentes, que, conforme o Regimento da Fundação Pedro Calmon de 11 de outubro de 2005,

[...] tem por finalidade coordenar o recolhimento, a guarda e a preservação de documentos, bem como o fornecimento de dados e informações às consultas formuladas pela administração pública e o público em geral, através de suas unidades: 1. recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar os documentos das épocas colonial, provincial, republicana e documentos históricos provenientes do Tribunal de Justiça; 2. guardar e conservar os processos eleitorais do Império e da República, que estejam sob a custódia do Arquivo Público da Bahia; 3. atender às consultas dos usuários referentes aos acervos sobre sua responsabilidade, e fornecer dados e certidões requeridas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Arquivo Público da Bahia; 4. elaborar instrumentos de pesquisa dos documentos coloniais, provinciais, republicanos e do judiciário sob sua responsabilidade. 5. guardar e preservar, em articulação com a Coordenação de Arquivos Privados do Centro de Memória da Bahia, os arquivos privados que se encontram sob a guarda do Arquivo Público da Bahia; 6. recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar documentos audiovisuais, mecanográficos e informatizados.

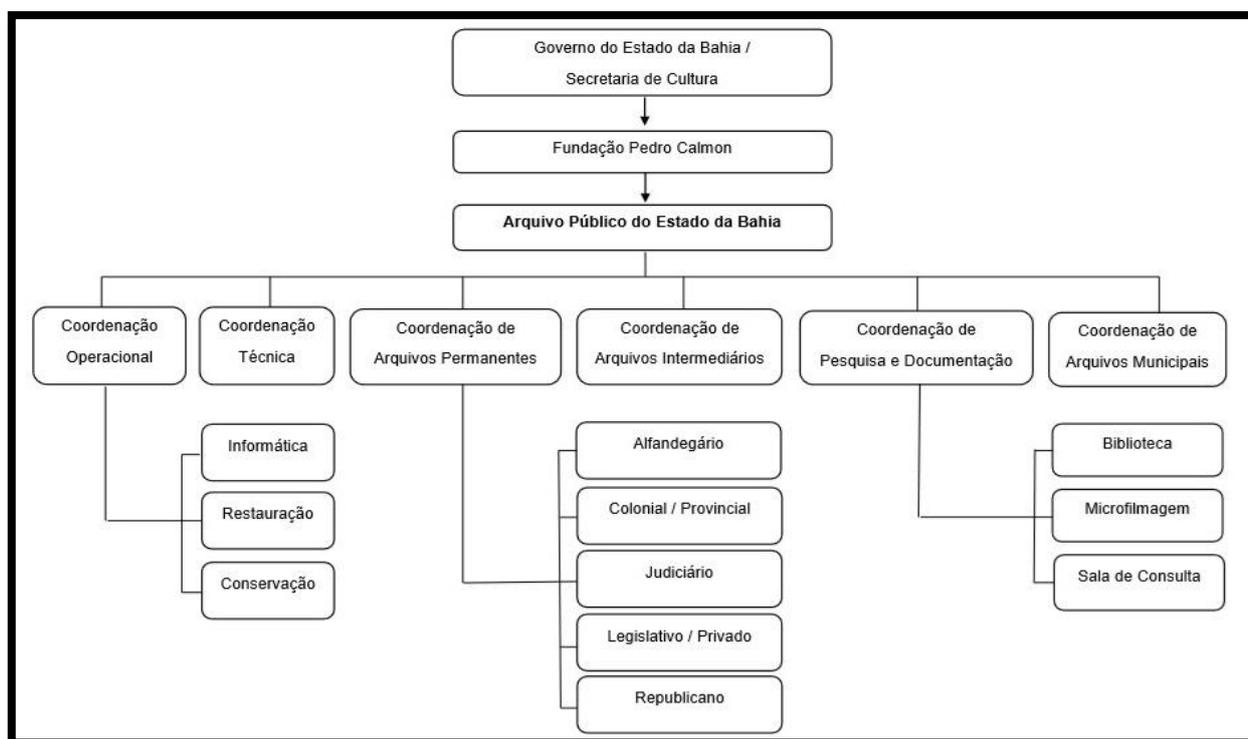
Em virtude de, majoritariamente, a consulta dos documentos encontrar-se relacionada à produção acadêmica e as metodologias utilizadas por estes pesquisadores, geralmente historiadores, envolver a realização de recorte cronológico e temático, os documentos sob os cuidados da Coordenação de Arquivos Permanentes são subdivididos em setores organizados segundo a lógica de organicidade e de demandas por pesquisa e arranjos segundo a própria lógica de divisão da História do Brasil. Assim, o Setor de Arquivos Colonial/Provincial reúne documentos dos períodos Pré-Colonial, Colonial, e

¹⁰ Estatuto da Fundação Pedro Calmon de 12 de julho de 2005.

¹¹ Dados extraídos do Regimento da Fundação Pedro Calmon de 11 de outubro de 2005.

Imperial, logo, do Séc. XVI ao XIX; e o Setor de Arquivos Republicanos, com documentos desde a Proclamação da República (1889) até o final do Século XX. Evidentemente, haverá volumes – livros ou maços¹² – que estão classificados em um destes setores, mas possuem documentos de outro período (por exemplo, um documento de 1891 que esteja na Seção Colonial). Estes casos são justificados por normas arquivísticas que privilegiarão o *respect des fonds*, conceito que alerta para a necessidade de se considerar e manter a estrutura original dos documentos no exercício de organização de acervos de modo a evitar, em prol de uma lógica posterior do período em que está sendo gerido, a separação de documentos gerados segundo uma lógica que exige que permaneçam em conjunto.

Fig. 1- Organograma do APEB em maio/2019¹³



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

Além disto, compõem ainda a Coordenação de Arquivos Permanentes setores que destacam acervos de temáticas específicas, como a Seção de Arquivos Alfandegários, que custodia documentos que registram as atividades de funcionamento da Alfândega da Bahia entre os Séculos XVIII e XX¹⁴; a Seção de Arquivos Legislativos, com registros do Senado da Bahia, Assembleia Legislativa da Bahia, Assembleia Legislativa Provincial, e Câmara de Deputados da Bahia, as diversas casas legislativas da Bahia que existiram ao longo dos Séculos XIX e XX; a Seção de Arquivos Privados, com documentos produzidos não pelo Estado, mas por pessoas físicas ou jurídicas que, por sua relevância para a cultura e história da

¹² A diferença consiste no fato de o primeiro (livro) referir-se a um documento que já nasce como conjunto e o segundo (maço) dizer respeito a um conjunto de documentos produzidos separadamente e reunidos posteriormente em decorrência da interrelação que possuem entre si. Ex.: Um livro de Registros Eclesiásticos de Terras, e um Maço de Passaportes de escravos.

¹³ Material distribuído aos estudantes em Visitas Técnicas à instituição.

¹⁴ O acervo não possui documentos da fase áurea da Alfândega da Bahia. Do Século XVIII existem apenas 04 volumes da última década e o acervo custodia majoritariamente documentos da segunda metade do XIX.

Bahia, foram considerados de relevância pública e por isso transferidos para a instituição. São conjuntos documentais deste setor, por exemplo, o acervo de Marieta Alves, historiadora especializada em Arte, o acervo do ex-governador Góes Calmon, e um acervo de fotografias de Salvador e outras cidades da Bahia, acumulado via compra e doação de pessoas diversas; e a Seção de Arquivos Judiciários, maior conjunto documental da Coordenação de Arquivos Permanentes, com documentos dos Séculos XVII ao XX, onde se destacam os acervos de processos-cíveis, processos-crimes, inventários e testamentos, que são os mais consultados pelo público acadêmico e cidadãos em geral que buscam o acervo para comprovação de direitos.

MODERNIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE

Na Sala de Consulta a Manuscritos e Impressos (SCMI) do APEB os instrumentos de consulta estão, como os documentos históricos a que se reportam, em sua maioria, em suporte papel. Entretanto, visando a dinamização do acesso do usuário aos catálogos dos documentos custodiados pelos diversos setores, foram implementados o atendimento à distância¹⁵, através do qual o cidadão poderá solicitar esclarecimentos primários e superficiais acerca da custódia ou não de determinados acervos; o SICRO (Sistema de Consulta e Registro do Acervo), plataforma intranet, podendo ser acessada apenas nas dependências do Arquivo; e o AtoM, acrônimo de *Acess to Memory*, sistema mais complexo que possibilita acesso online a descrições e digitalizações de documentos.

No SICRO são inseridas cotidianamente pelos profissionais da instituição informações de documentos das Seções de Arquivos Judiciários, Republicanos e Coloniais/Provinciais, como notações dos documentos (códigos utilizados pelos consulentes para citação/solicitação do acervo), tipologias, datas e nomenclaturas de pessoas físicas, jurídicas, locais, etc.

Em decorrência do volume documental custodiado e da sua relativa recente implantação, o sistema ainda representa uma pequena parcela da documentação, tornando os catálogos em papel ainda indispensáveis. São selecionados para inserção os dados dos acervos mais consultados não apenas pelo público acadêmico, mas sobretudo pelos cidadãos que procuram o arquivo para fins de comprovação de direitos. Na Seção de Arquivos Judiciários podem ser consultados registros de inventários, testamentos, escrituras, processos crime, processos cíveis, registros de óbitos e nascimentos entre os séculos XVIII e XX; da Seção de Arquivos Republicanos identificam-se processos de aposentadorias, registros fazendários (oriundos de órgãos como a Secretaria da Fazenda, Inspeção das Rendas, Tesouro do Estado, etc.) e processos de terras dos séculos XIX e XX; da Seção Colonial/Provincial são encontrados dados de Registros Eclesiásticos de Terras de diversas freguesias da Bahia das décadas de 50 e 60 do Século XIX.

Na plataforma AtoM¹⁶ do Arquivo Público do Estado da Bahia, espaço online, pretende-se lançar constantemente descrições e digitalizações de documentos de maneira gratuita e ilimitada. Até o momento foram inseridos os dados (textuais e imagéticos) de documentos da Revolta dos Búzios¹⁷ (1789-1800), 1787 páginas; da Coleção Independência do Brasil na Bahia (1737-1841), 3781 itens; e da Companhia Empório Industrial do Norte¹⁸ (1891-1973), acervo plural que contempla 11,14 metros

¹⁵ Via e-mail: apb.fpc@fpc.ba.gov.br

¹⁶ Acesso: <http://www.icaatom.apeb.fpc.ba.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-da-bahia>.

¹⁷ Foi adotada pelo APEB a nomenclatura Revolta dos Búzios para o movimento de 1798. Sinônimos: Conjuração Baiana; Revolta dos Alfaiates; Sedição Intentada na Bahia.

¹⁸ Importante fábrica têxtil com vila operária anexa implementada na Bahia em 1893 por Luís Tarquínio e sócios.

lineares de documentos textuais (manuscritos, datilografados e impressos), 29 documentos iconográficos, 09 documentos cartográficos e 05 telas a óleo que retratam os fundadores da Companhia.

Os acervos selecionados para receberem prioridade de inserção no sistema são reflexos das demandas que o órgão tem recebido para o desenvolvimento de pesquisas nestas temáticas e, conseqüentemente, também se constituem em decisões políticas onde o destaque a dados episódios da memória histórica da Bahia acaba por ser ofertado em detrimento de outros. O reconhecimento da representatividade destes documentos, não apenas para a Bahia ou o Brasil, são evidenciados com as duas nomeações como patrimônio da *Memória do Mundo* da UNESCO¹⁹ conquistados pelos conjuntos documentais do Tribunal da Relação da Bahia, onde o acervo Revolta dos Búzios encontra-se inserido, e o Acervo da Companhia Empório Industrial do Norte, último grupo de documentos a receber esta titulação em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe salientar que o Arquivo Público, apesar de passar a se constituir enquanto espaço de acesso facilitado no âmbito normativo, persiste enquanto espaço privilegiado sendo acessado por um público majoritariamente acadêmico. As memórias e histórias formuladas a partir do que está presente nos quase dez quilômetros em metros lineares de documentos em suporte papel²⁰ continuam a ser escritas por representantes de grupos de destaque a níveis seculares, em sua maioria. Felizmente, o surgimento de novas perspectivas de análises e estudos destes registros têm possibilitado, ainda que de maneira tímida, o questionamento e a desmitificação das “verdades” endossadas pelo que se classifica como história oficial, presente nos livros didáticos e no imaginário de nossa sociedade que, como já discutimos neste texto, nada possuem de exatas ou certas. São apenas perspectivas com objetivos traçados.

Cabe a nós, munidos de outras ferramentas complementares – metodológicas e relacionadas a tecnologias – não existentes no início do século XX, por exemplo, questionar e transformar estas perspectivas. Permitir que “falem”, através das nossas vozes hoje, os que foram silenciados nas muitas etapas de construção do conhecimento ou que falem algo diferente os que puderam “falar” no passado, mas tiveram as suas “falas” moldadas aos interesses dos contextos daqueles que lhes emprestaram a voz. Compreendemos que este processo não se restringe às fontes escritas, mas que se faz necessário reinterpretá-las. De modo a contribuir para a aceleração deste processo de reconstrução destas narrativas, compõe um dos objetivos da instituição no século XXI romper com este privilégio – pelo menos no que diz respeito ao acesso – através da ampliação do público-alvo do Arquivo de maneira que a sociedade de modo geral o compreenda enquanto espaço, de fato, público, podendo os seus acervos serem por todos acessados e reinterpretados.

As tentativas de apagamento de memória persistem hoje com vestes mais discretas como a ausência de estímulos ao funcionamento dos arquivos, e a escassez de investimentos para restauração de documentos, disseminação de seus conteúdos, e manutenção de importantes espaços de memória. É necessário de fato a existência de uma percepção, na sociedade, do Arquivo enquanto um lugar que lhes pertence de modo a permitir a aplicação prática do instituído no campo teórico: o arquivo enquanto espaço cultural, de base para (re)formulações de memórias e, sobretudo, finalmente, público, de fato.

¹⁹ O APEB possui ao todo 04 (quatro) acervos agraciados com esta titulação, a saber: Tribunal da Relação do Estado do Brasil e da Bahia (1652-1822); Registros de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador (1855-1964); Cartas Régias (1648-1821) e Companhia Empório Industrial do Norte (1891-1973), respectivamente em 2008, 2010, 2013 e 2016.

²⁰ De acordo com medição do acervo realizada em 2017. Conferência e atualização deste número está sendo procedida.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo**; relativos às atividades-meio da administração pública / Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. A institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./jun. 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História do Departamento de História da PUC/SP. 1981/1993, n. 10.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOUER, Paul. **Memory, history, oblivion**. Discurso proferido na Conferência Internacional Haunting memories? History in Europe after Authoritarianism, Budapeste, Hungria, 2003. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: 09 fev. 2019.

ESTUDOS E PESQUISAS EM ACERVOS DOCUMENTAIS: QUANDO O ACERVO NÃO ESTÁ INSTITUÍDO E QUANDO NÃO ESTÁ INVENTARIADO – DIFICULDADES E FACILIDADES

Vanilda Salignac Mazzoni

INTRODUÇÃO

A palavra “acervo” é um substantivo masculino, deriva do latim *acervus*, *-i*, e significa grande quantidade de algo amontoado, monte, pilha. Em português, “acervo” tem significado afins entre os filólogos. No dicionário on-line *Priberam* significa “Conjunto de bens pertencentes a algo ou alguém”; no dicionário de Luft, “conjunto dos bens de um patrimônio”; juridicamente, no *Dicionário On-Line*, “O que constitui uma herança”, e “Reunião daquilo que compõe o patrimônio de uma pessoa, de uma empresa, de uma organização, de um país etc.”. Em comum, seu significado relaciona-se a bens.

Pensando nessa linha, acervo documental histórico é um bem pertencente a uma instituição, formado por uma coleção de documentos que integram um fundo arquivístico considerado patrimônio e que pode ser público ou privado; também pode se encontrar organizado e não inventariado; pode estar organizado e inventariado; pode estar desorganizado e não inventariado e pode estar desorganizado e inventariado.

Qual a diferença do trabalho de pesquisa em cada condição citada anteriormente? A diferença é grande e relaciona-se ao montante do trabalho que se terá pela frente, que pode variar também dependendo dos conhecimentos do pesquisador acerca de assuntos transversais ao tema, como: experiência em gestão documental, gestão de espaços culturais, noções de inventariação, noções de codicologia e diplomática clássica e moderna para descrição dos documentos, noções do que vem a ser patrimônio, noções de ordem lógica para a pesquisa, noções de diferença entre acervo público e privado, noção de como se comportar nos dois ambientes, conhecimento dos gêneros documentais, consciência de que acúmulo de documentos e acervo documental são coisas diferentes, e noção de que documentos, na maioria das vezes, não nascem na condição de valor histórico, mas muitas vezes são elevados a ela. Sobre essas diferentes situações é que vamos discutir.

O OBJETO DE PESQUISA EXISTE, MAS NÃO ESTÁ INSTITUÍDO ENQUANTO ACERVO

Dentro deste exemplo, temos um objeto que nos serve de estudo científico, pois temos uma teoria para aplicá-lo, mas não está instituído enquanto acervo (embora seja) e não seja reconhecido como tal. Nessa situação, temos cinco casos com os quais trabalhamos: o da escritora baiana Elvira Foeppe, o das monjas beneditinas, o dos documentos manuscritos do acervo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, o do acervo documental do Recolhimento dos Humildes e o caso das tipografias baianas no século 19. Todos os estudos e pesquisas já foram realizados.

O CASO ELVIRA FOEPPPEL

A pesquisa sobre Elvira Foepfel foi um grande desafio, pois tínhamos apenas um pedaço de papel pautado escrito “Elvira Foepfel?”. E a interrogação significava que conhecíamos apenas o nome, nada mais do que isso e que tudo deveria começar dali ali. Um pedaço mínimo de papel. Foram muitas dúvidas: Começo por onde? O que pretendo com a história desta mulher? Como contar a sua história?

E as pesquisas começaram por um catálogo telefônico de Salvador/BA que, num golpe de muita sorte, mostrou como segundo nome da lista um parente em terceiro grau de Elvira, e a partir dele, Armando Schaun, tudo se desvendou. Ele indicou os familiares e amigos que poderíamos entrevistar para começar a entender a história e, assim, começar a escrever a biografia e organizar o acervo literário da autora.

Em relação às entrevistas e depoimentos, não houve muitos empecilhos e nem dificuldades, pois, de uma maneira geral (salvo algumas poucas exceções), todas as pessoas procuradas foram bastante solícitas e cederam tempo, entrevistas e depoimentos sobre a escritora.

Ao total, foram contatadas 12 pessoas, entre elas duas irmãs, Maria José e Maria de Lourdes, dois sobrinhos em terceiro grau, Armando Schaun e Maria Schaun, colegas escritores, como Hélio Pólvora, Nélide Piñon, Cyro de Matos, Abel Pereira, Dorival de Freitas, Jorge Medauar, Raimundo de Sá Barreto, e a amiga Marina Torres. A única dificuldade em relação a elas é que as pessoas que colaboraram moravam em cidades diferentes: Salvador, Ilhéus, Rio de Janeiro e São Paulo. Foi um vai e vem e custos altos com passagens e hospedagens.

As dificuldades gerais da pesquisa disseram respeito à organização do acervo, pois se Elvira Foepfel era uma escritora, era óbvio que existia um acervo. Todavia, para familiares e amigos, pela total intimidade, a produção escrita dela não era vista como acervo, embora se constituísse como tal. Naquele momento, a noção do que é um acervo, como se forma e se organiza um, foi de extrema importância. A partir das entrevistas/depoimentos, fomos seguindo os rastros e mapeando a sua biobibliografia.

Também foi muito complicado encontrar as obras de Foepfel, após muitas buscas, percebemos que suas publicações estavam dispersas e foram encontradas no Arquivo Público de Ilhéus, na Biblioteca Nacional e no Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Com a família e o Colégio Nossa Senhora da Piedade, em Ilhéus, conseguimos documentos pessoais, como fotos, boletins escolares e atestado de óbito.

Ao final da pesquisa, dois anos depois de intensa busca, tiramos Elvira Foepfel do limbo. Nascida Elvira Schaun Foepfel, em Canavieiras, Bahia, em 15 de agosto de 1923, faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1998. Foi jornalista, professora, atriz e escritora. Publicou no *Diário da Tarde*, de Ilhéus, entre os anos 1944 e 1947, quando se mudou para o Rio de Janeiro, expulsa de sua cidade natal. Na cidade maravilhosa, tornou-se jornalista da *Revista Súmula Trabalhista*, onde ficou até se aposentar em 1980. Em 1948, já estreava na revista *O Cruzeiro* com o conto “Certeza de amar”; em 1956 publicou seu primeiro livro – *Chão e poesia*; em 1960 publicou *Círculo do medo*; e em 1961 publicou *Muro frio*. Esses foram seus três únicos livros.

Sua produção literária, embora concentrada em um período relativamente curto de tempo, foi muito profícua. Foram 22 poesias publicadas no *Diário da Tarde*; cinco contos na revista *O Cruzeiro*, entre 1948 e 1952; na Revista *Leitura*, entre 1959 e 1964, uma poesia, dois contos e quatro artigos; na *Revista Carioca* (1950) foram publicados quatro contos; na revista *Importante*, em 1972, o último conto encontrado, “Homem branco num mundo sem cor”. Além desses, houve também mais cinco publicações em organizações de amigos, de textos que já haviam sido publicados anteriormente.

Elvira Foepfel trilhou o caminho literário que estava na contramão de sua época. Ao invés de tratar de abordagens acerca do regionalismo brasileiro, o qual era uma tendência entre os grandes escritores, a exemplo de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, entre outros, preferiu seguir outro grupo – aquele que foi influenciado pela filosofia em sua escrita, principalmente à crise do mal-estar, proposta por Jean Paul Sartre e seu Existencialismo. E isto fez a diferença no que diz respeito a não formação do público-leitor e a conseqüente rejeição de sua obra. Faltou não apenas aos críticos, mas também aos possíveis leitores, ferramentas para ler suas produções, pois a sua linguagem hermética não caiu no gosto popular, ao contrário da tendência da época.

Como resultado da pesquisa e formação do acervo biobibliográfico, falar sobre Elvira Foepfel nos gerou 13 artigos, dois livros e inúmeras palestras. A pesquisa contou com financiamentos do CNPq e da CAPES e a publicação dos livros, com o apoio da EDITUS, editora da UESC. Foi um estudo realizado no âmbito de mestrado e doutorado, sob orientação da Profa. Dra. Ívia Alves, entre os anos de 2000 a 2004, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA.

Fig. 1- Capas dos livros de Elvira Foepfel e dos livros gerados pela pesquisa com seu acervo



Fonte: Acervo de Vanilda Mazzoni

MEMÓRIA DAS MONJAS BENEDITINAS

A pesquisa sobre as monjas beneditinas também foi muito difícil devido à condição das religiosas. Para elas, falar sobre a motivação da entrada na Ordem soa como algo natural, como se todo mundo pudesse compreender o “chamado espiritual”, a necessidade pessoal de se tornar uma freira em um mundo predominantemente laico.

O interesse pela história das monjas surgiu através de uma oportunidade de ter sido disponibilizada a leitura do livro sobre a *Regra* de São Bento vertida para o feminino. Esse livro é uma publicação de 1744, de um monge irlandês Gabriel Talbot, a pedido de um grupo de monjas do Mosteiro do Porto, em Portugal. Todavia, houve um equívoco do monge, pois elas somente haviam solicitado uma breve explicação acerca de cinco itens da *Regra* geral, mas ele achou por bem verter todos os capítulos da Regra de São Bento para o gênero feminino (o que desagradou às religiosas) e a publicação foi considerada uma afronta.

A partir daí surgiram várias curiosidades acerca da presença das religiosas no Brasil, pois é muito comum encontrarmos publicações sobre a chegada da Ordem Beneditina masculina no país, mas sobre as monjas praticamente não há informações. Existiam muitas indagações sobre a vida das monjas beneditinas, a exemplo de: Como se tornar uma monja? Como elas vivem nos Mosteiros? Existe clausura? Elas saem? Por que os mosteiros beneditinos femininos só foram fundados no Brasil no século XX se os mosteiros masculinos já estavam aqui desde o século XVI?

Começamos pela leitura do único texto disponível, *Pré-história das monjas da Congregação Beneditina do Brasil – de Stanbrooke, Inglaterra, a Santa Maria, Brasil*, da Madre Vera Lúcia Parreira Horta, para que pudéssemos adentrar neste mundo religioso tão misterioso.

A Madre Vera Hortas fez a parte mais complexa da pesquisa: a trajetória histórica da saída da Inglaterra (o mosteiro que originou a fundação brasileira da Ordem feminina) até o Brasil para a criação do Mosteiro de Santa Maria, São Paulo, em 1911, por um grupo de três monjas brasileiras (Irmã Gertrudes, Irmã Mectildes Gurjão e Irmã Plácida) e três monjas inglesas (Irmã Mectildes Knight, Irmã Domitilla Tolhurst e Irmã Agnes Wood).

Para objeto desta nossa pesquisa foram escolhidos três mosteiros cronologicamente posteriores ao primeiro fundado no Brasil: o Mosteiro Nossa Senhora das Graças, de 1949, em Belo Horizonte, Minas Gerais; o Mosteiro Nossa Senhora do Monte, em Olinda, Pernambuco, datado de 1963; e o Mosteiro do Salvador, situado em Salvador, Bahia, e fundado em 1971. Por que apenas três mosteiros para o estudo? Porque era uma pesquisa de pós-doutoramento, realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a supervisão da Profa. Dra. Constância Lima Duarte, e que devia durar 12 meses. A partir daí foram muitas viagens, entrevistas com 15 monjas, muitas leituras sobre a vida religiosa feminina na Europa e no Brasil, e um novo mundo foi se descortinando.

Em primeiro lugar, ao decidir pela vida monástica, a iniciante escolhe, primeiro, em qual mosteiro quer servir, e a partir daí inicia-se o postulado com duração de um ano; depois o noviciado, que dura dois anos; mais 3 de profissão trienal, e, por fim, o voto perpétuo ou profissão solene. É possível desistir da vida religiosa? Sim, basta a desistente comunicar seu desejo à Abadessa, e a partir daí começam os trâmites internos e não importa o tempo que leve o processo, a religiosa pode aguardar a resposta no local em que escolheu para refletir melhor.

As monjas, diferentes dos monges, não celebram missas, nem batizados e ou casamentos e, pelo que se percebeu durante a pesquisa, tampouco se interessam ou gostariam de exercer essas funções. Primeiro, porque a Igreja não dá permissão a nenhuma Ordem ou Congregação feminina para

celebrações oficiais; segundo, porque elas acreditam que isto atrapalharia a vida delas, que é muito diferente da vida dos monges porque eles são menos preservados do que elas.

Quanto à clausura, é hoje vista como uma necessidade orgânica e não mais como regra oficial. De forma geral, os Mosteiros femininos são dedicados a trabalhos manuais; elas fazem círios, paramentos, biscoitos e vinhos. Ao contrário dos mosteiros masculinos, conhecidos pelas belas bibliotecas, elas não as possuem porque os mosteiros femininos são muito recentes, e os móveis e livros são frutos de doações, assim, não possuem acervo relevante.

No que diz respeito à vida civil, monja vota, portanto, tem título de eleitor; CPF, carteira de identidade; e só não declara imposto de renda porque o teto das aposentarias das que as recebem não alcança o mínimo valor estipulado pela Receita Federal para descontos. Hoje não é mais permitida a entrada de postulantes sem elas terem, no mínimo, o segundo grau e ser maior de idade.

O que nos chamou atenção na pesquisa foi a confiança, a certeza delas na opção de vida independente do que as pessoas ligadas a elas achavam. Ao contrário do que se pensa, as monjas não se recolhem nos Mosteiros porque não arranjam maridos, porque ficaram “encalhadas”, porque são feias, mal amadas, vêm de famílias desorganizadas e infelizes. As monjas beneditinas chamam atenção pela doçura, pela paz que emanam, pela certeza de que escolheram seus destinos, pela resistência ao mundo laico que seduz as mulheres todo o tempo, pela felicidade que demonstram no olhar por terem escolhido seus destinos e feito a própria história.

Fig. 2- Fotos das monjas beneditinas dos mosteiros selecionados para pesquisa.



Irmã Maria Regina e Madre Verônica



Irmã Eustóquia



Madre Estefânia Vieira



Irmã Agostinha



Madre Vera Hortas

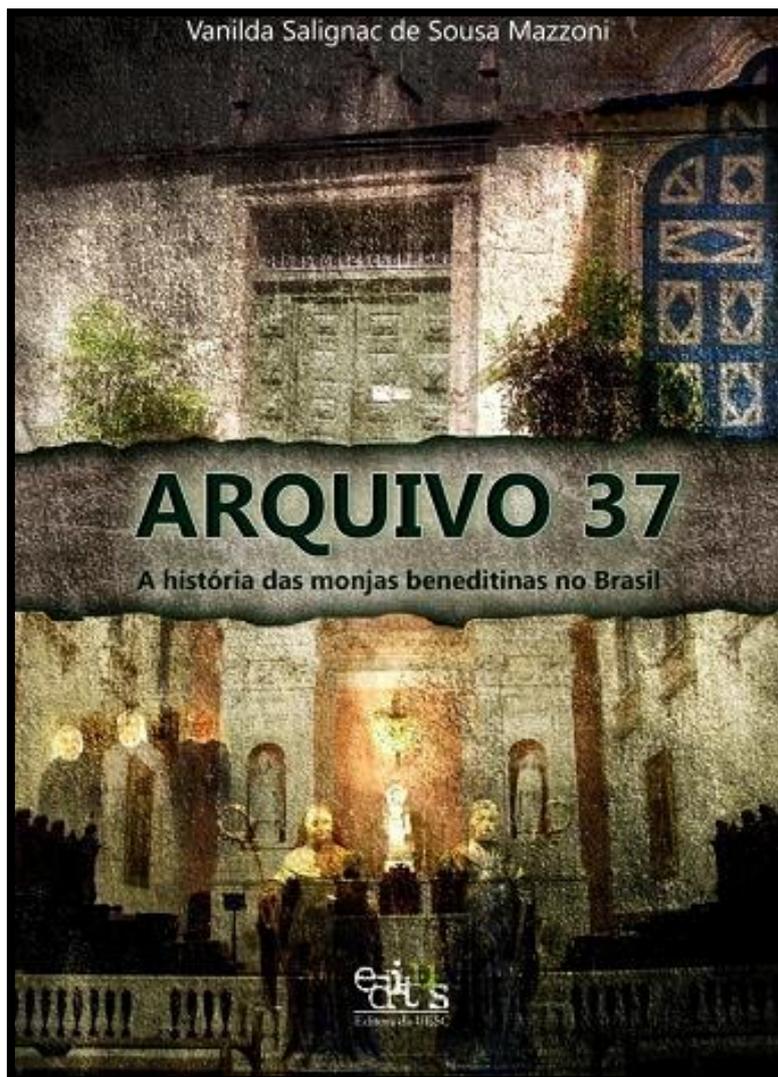


Irmã Marta Beatrice

Fonte: Acervo de Vanilda Mazzoni

Este estudo, que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia, gerou várias palestras, três artigos e um livro.

Fig. 3- Capa do livro Arquivo 37: a história das monjas beneditinas no Brasil



Fonte: Acervo de Vanilda Mazzoni

IGREJA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA: DOCUMENTOS DIVERSOS E DISPERSOS

Um exemplo de existência de um acervo documental, mas em condição de extrema desorganização é o caso da Igreja da Conceição da Praia, pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia. Além de não estar organizado, não estava inventariado, assim, a primeira etapa do trabalho empreendido foi separar os documentos por ordem cronológica para depois ler e compreender o acervo e depois conseguir inventariar.

O acervo é composto de documentos variados, como as bulas papais, manuscritos relativos à construção da Basílica, atas administrativas, certidões, escrituras, correspondências com a Arquidiocese e com outras irmandades, etc. Conteúdos que se relacionavam com a história da Bahia.

Posteriormente à organização, foi feito um diagnóstico para termos noção do estado de conservação dos documentos, e depois seguimos para a restauração, a digitalização e a transcrição. Depois dos documentos recuperados e transcritos foi feito o inventário.

Qual a importância de um inventário de um documento manuscrito? Muita importância, pois em uma descrição codicológica é possível levantar estudos sobre papel, letra, escrita, tinta, contextualização, categorização, marca d'água, carimbos, encadernador, marcas de ceras utilizadas para lacre, procedência, gênero, elementos linguísticos, históricos etc.

O estudo da materialidade é muito importante, pois a partir de uma marca d'água no papel, das filigranas, é possível situar um documento no tempo e no espaço.

A variação de marcas d'água encontradas no Brasil até o século 19, por exemplo, indica que recebíamos remessas de papel provenientes de lugares distintos de Portugal, o que significa que o documento produzido sobre eles pertence a um período de laço de dependência política brasileira com o povo lusitano, ou seja, aquele papel informa uma datação e um lugar de produção (MONTE, 2015). Além disso, a marca d'água tem sua importância quando nos leva a atestar a originalidade de um documento tal qual faz a datação. Um documento também é um objeto, um artefato, para várias pesquisas. Isto significa afirmar que seu estudo é fonte de investigação para as áreas de Linguística, Codicologia, Paleografia, Diplomática, História, Sociologia, Química etc.

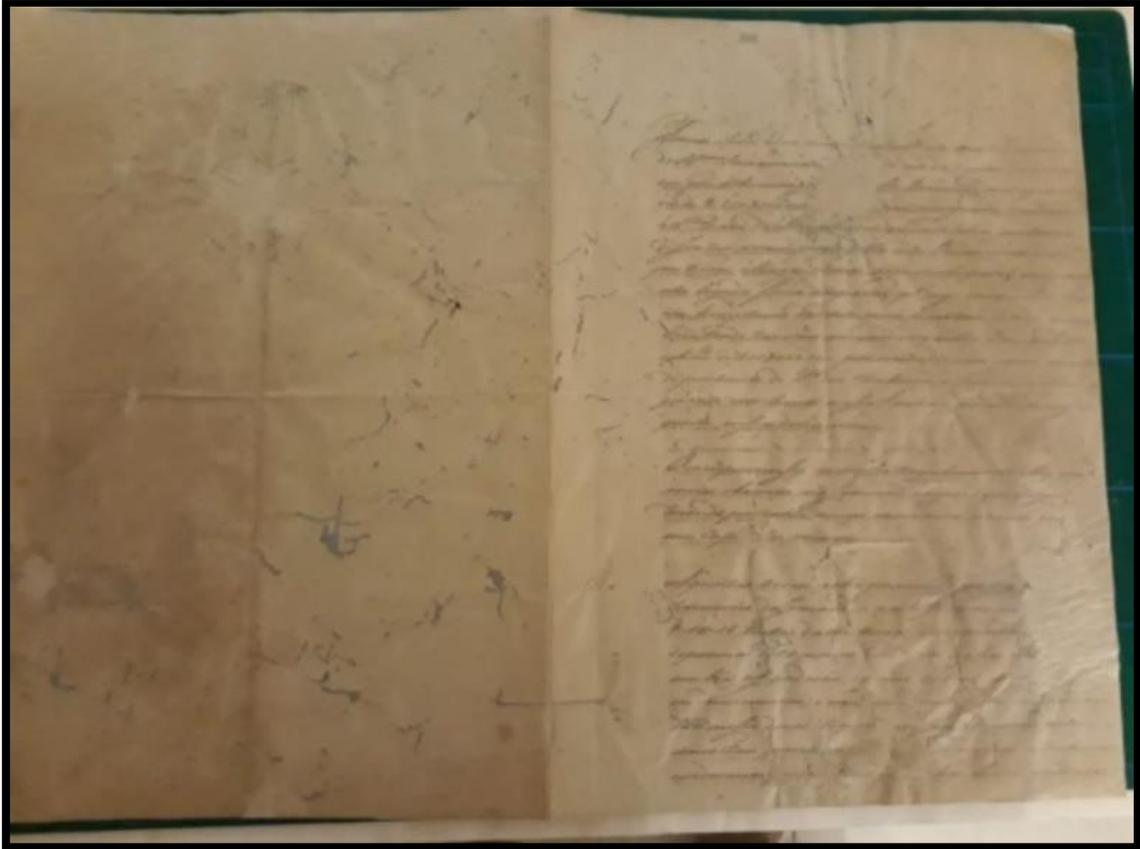
Neste acervo documental havia uma profusão de documentos desorganizados e, à medida que íamos inventariando, percebemos que os assuntos dos documentos que separamos para o trabalho, sem nenhum critério aparente, se entrelaçavam, e pudemos nos concentrar naqueles cujos conteúdos se relacionavam com uma parte interessantíssima da história: a construção da nova Matriz Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia (datada do século XVIII), com a demolição da antiga capela que existia no local. A riqueza de informações que fomos encontrando e o estado lastimável dos documentos com os quais estávamos trabalhando, nos instigaram a procurar em outras instituições, como o Arquivo Público do Estado da Bahia e a Biblioteca Nacional, outros documentos que completassem, ratificassem ou retificassem as informações contidas, aos pedaços, naqueles que faziam parte do nosso projeto. E a história se reconstruiu diante dos nossos olhos. (LOSE; MAZZONI, 2018).

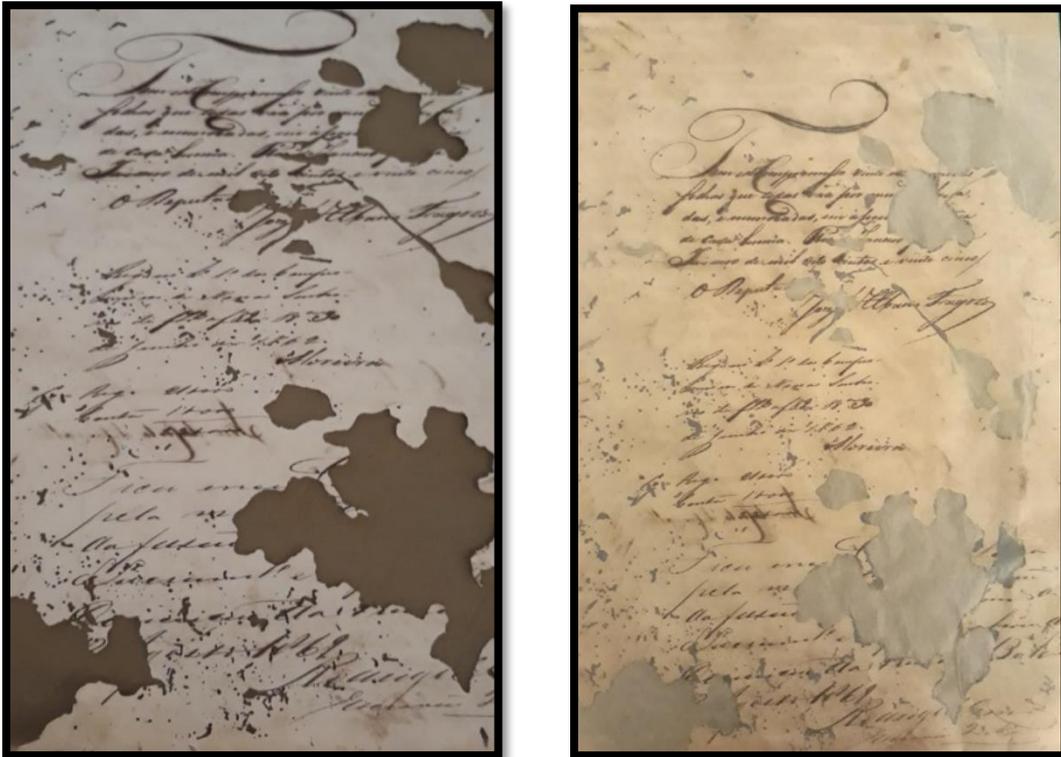
Encontramos um turbilhão de informações, como a descrição dos custos para a manutenção de uma Capitania; Dificuldades para realizar a construção de um grande prédio no além-mar, contando apenas com o abastecimento de material vindo de navios do outro lado do oceano; Informações sobre os prédios existentes nas cercanias da Igreja da Conceição da Praia; Dados a cerca da população local; Informação sobre quem decidia pela Coroa Portuguesa aqui no Brasil e quais eram os trâmites legais para as documentações oficiais; A relevância da construção de uma nova matriz para a cidade; Informação sobre eram os Bispos e párocos envolvidos com as Irmandades e quais as muitas Irmandades cristãs que dividiam espaço dentro do mesmo templo e como todas elas se relacionavam; Como se deu a fascinante montagem de uma igreja pré-moldada com pedras trazidas esculpidas e numeradas da Europa em uma obra que durou mais de um século; Soubemos quem foram os profissionais envolvidos na sua construção ao longo dos muitos anos que ela durou, vimos mulheres trabalhando lado a lado com os homens no canteiro de obras; Tomamos consciência dos inacreditáveis custos dessa grandiosa obra e as dificuldades enfrentadas para arcar com ela.

E, em boa parte dos documentos, vimos uma relação muito próxima e nem sempre amistosa entre as duas maiores Irmandades reunidas hoje sob um único compromisso: as Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição da Praia (LOSE; MAZZONI, 2018).

A parte mais difícil do trabalho foi separar os documentos devido ao avançado estado de degradação em que se encontravam.

Fig. 4- Documentos selecionados para trabalho de restauração e de pesquisa (antes e depois do restauro)

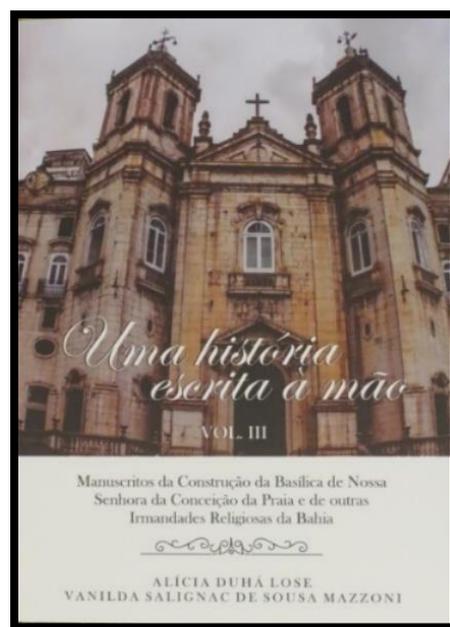
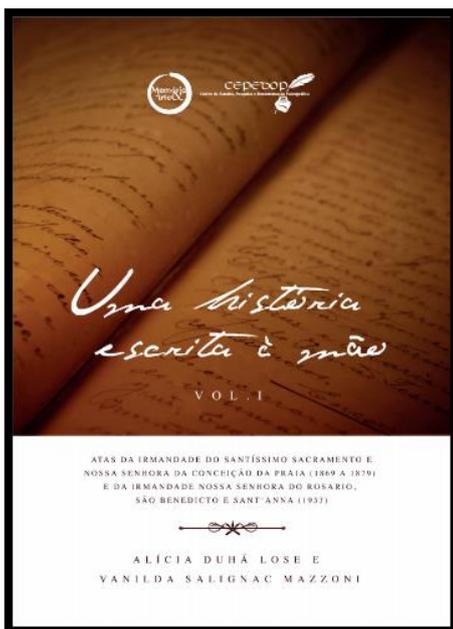




Fonte: Acervo Memória e Arte

Este estudo, que tem contato com financiamento da Fundação Pedro Calmon e da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia tem gerado várias palestras e já gerou dois livros.

Fig. 5- Capas dos livros gerados pelas pesquisas com este acervo documental



Fonte: Acervo Memória e Arte

RECOLHIMENTO DOS HUMILDES: DOCUMENTOS DE UMA HISTÓRIA

Os documentos antigos são considerados Patrimônio Cultural e relacionam-se com herança histórica. E como “Documento” entendemos todo suporte no qual registramos algo.

Mas o documento manuscrito adquire *status* de patrimônio documental histórico a partir de suas características vinculadas ao valor estético, cultural, material, social, identitário, de memória, e de conteúdo. Como afirmado anteriormente, é objeto, artefato, não só conteúdo, por isso não se aplica a este tipo de documento o critério de ilegibilidade para descarte, uma vez que o manuscrito não nasce com essa característica, ele torna-se histórico. É, portanto, fonte permanente de informação.

E por se tratar de um conjunto de documentos históricos, este acervo formado por manuscritos teve praticamente o mesmo tratamento dos textos encontrados na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Foi necessário um projeto, para financiamento, que agregasse o trabalho de organização, inventariação, restauração, digitalização e transcrição dos documentos.

Foi encontrada uma rica variedade de documentos eclesiásticos que datam do século 18 ao 19 e vão da organização da construção do Recolhimento ao controle das visitas do Arcebispo. Todos se encontravam, em um armário, no Recolhimento dos Humildes (hoje Congregação de Nossa Senhora dos Humildes) na cidade de Santo Amaro, Bahia.

Os assuntos eram variados: documentos do processo de solicitação de abertura de um Recolhimento feminino, testamentos das Recolhidas, documentos administrativos, muitas correspondências do Arcebispo Dom Romualdo Seixas, diários, sumário de indulgências, estatutos, doações de bens ao Recolhimento dos Humildes, e que, juntos, contam a História do início até o fim do Recolhimento de moças na Bahia.

Sua história interessa a várias áreas, que vão da História Social, História da Educação, Linguística, História do letramento, à Sociologia, e aos aspectos materiais que são estudados pela Codicologia, Paleografia e Diplomática.

A organização e recuperação deste acervo ocorreu em duas etapas. Na primeira, foi incluído um primeiro lote de documentos.

O segundo lote também foi de manuscritos dispersos. Este acervo, ainda que seja classificado como histórico, é arquivístico com assuntos generalizados. Para sua organização, foi necessário agrupá-los em **Fundo**, levando em consideração os preceitos da instituição com documentos de valor probatórios, de mesmo autor, tema e/ou proveniência; e também usamos a lógica da **Coleção** para organizá-los quando nós, enquanto pesquisadores, reunimos documentos dispersos e organizamos da forma que achamos que deveriam ficar dentro de uma lógica documental e orgânica para que as pessoas consigam entender o acervo. Normalmente, os proprietários de acervos não organizados não sabem do que trata a documentação, por isso tomamos a iniciativa da organização. Quando os proprietários conhecem os acervos, apenas organizamos em conformidade com o solicitado. Dentro da lógica da produção escrita, organizamos os documentos do acervo do Recolhimento dos Humildes em quatro fundos:

Fundo Dom Romualdo Seixas – este fundo arquivístico foi denominado “Dom Romualdo Seixas” por conter **36** cartas enviadas pelo o Arcebispo, que administrou a Bahia entre 1826 e 1860, ao Recolhimento; **Fundo Inventário de Bens e Doações ao Recolhimento dos Humildes** – este fundo arquivístico contém **19** documentos relativos à posse dos bens do Recolhimento dos Humildes, seja por termo de doação, testamentos, adquiridos com compra ou o levantamento dos bens da instituição.

Quando falamos de bens, incluímos tudo o que pertencia ao antigo Recolhimento, inclusive os escravos, que eram vistos como tal; **Fundo Documental da Archiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria pela Conversão dos Pecadores e da Archiconfraria do Cordão de Nosso Senhor São Francisco** – este fundo arquivístico é formado por 9 documentos manuscritos. São convites, regras e Sumário de Indulgência de duas Arquiconfrarias, muito presentes no Brasil do século 19 e das quais o Recolhimento fazia parte; **Coleção Documental Administrativa do Recolhimento dos Humildes** – esta coleção é formada por 25 documentos dispersos, relativos a certidões, recibos de pagamentos, ordens imperiais, diligências, autorizações, cartas de alforria, etc.

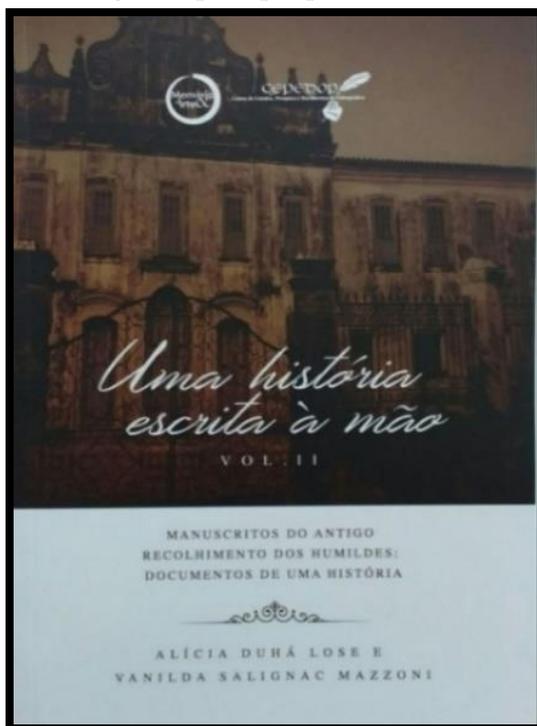
Fig. 6- Documentos do Recolhimento dos Humildes
(como estavam guardados e como ficaram após restauro)



Fonte: Acervo Memória e Arte

Este estudo já gerou várias palestras, um livro impresso e a edição de diversos outros documentos que se encontra disponível no site www.memoriaarte.com.br. A pesquisa foi financiada pela Fundação Pedro Calmon.

Fig. 7- Capa do livro gerado pelas pesquisas com este acervo documental



Fonte: Acervo Memória e Arte

O CASO DAS TIPOGRAFIAS BAIANAS NO SÉCULO 19

Este é um típico caso de acervo que existe, mas não está instituído como tal e muito menos organizado. A pesquisa de que falamos agora teve como *corpus* o acervo da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa. Em um inventário feito quando da organização da Biblioteca, foi percebido um enorme volume de obras publicadas por tipografias baianas, em um total de 400 exemplares, aproximadamente 184 entre os anos 1823 e 1950 impressas por 32 Tipografias locais. A mais antiga era de 1823, a Typographia Imperial e Nacional. Logo que foi percebida a importância do acervo encontrado, foi feito um projeto de pós-doutoramento para melhor estudo. A pesquisa durou 14 meses e foi financiada pelo CNPq/PNPD/PPGLinC-UFBA, com muito estudo e intensas buscas atrás da história das tipografias selecionadas no período citado. A Typographia Silva Serva não fez parte do escopo da pesquisa por três motivos: primeiro porque já existem vários estudos sobre ela; segundo, no acervo da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa não foi encontrado um único exemplar; e terceiro porque ela é de 1811.

Em meio a mais de dois mil livros, o acervo da Biblioteca abriga muitas Tipografias soteropolitanas, o que a torna de interesse local por significar a reconstituição da memória tipográfica baiana em um período de efervescência e de grande importância para a cultura de nossa cidade, é identidade de nosso povo, é nossa história. Publicar autores baianos e facilitar o contato com autores de outros Estados, com a venda dos mesmos livros que se lia na Corte e no mesmo período nos faziam mais próximos de uma sociedade mais desenvolvida em uma Bahia provinciana. Pela sua importância, foi aberta na Biblioteca uma sessão apenas para as tipografias fundadas em Salvador entre os anos de 1823 e 1950. O corte temporal foi necessário por causa do tempo dos estudos do pós-doutoramento.

As 32 tipografias encontradas foram: Typographia Imperial e Nacional: 1823; Catilina: 1835; Typographia do Diário da Bahia (1838); Typ. de J. A. Portella e C.^a (1848); Typ. de Antonio Olavo da França Guerra (1859); Typ. do Pharol: 1865; Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho (1866); Imprensa Econômica: 1876; Tipografia Dois Mundos: 1882; Typographia Santa Rosa (1892); Litho-Typ. e Enc. Wilcke. Picard & Co.: 1896; Typographia Bahiana: 1896; Litho-Typ. e Encadernação de Reis & C.: 1899; Cia Editora e Graphica da Bahia (1937); Escola Typographica Salesiana: 1900; Tipografia Beneditina: 1900; Imprensa Oficial do Estado: 1912; Imprensa Vitória: 1928; Nova Era: 1928; Duas Américas (1934); Typographia Naval (1941); Gráfica Manú (1945); Progresso: 1945/Editora Cruzeiro: 1940; Mensageiro da Fé (1943); Imprensa Popular (1888); Imparcial (1923); Oficinas Graphics D'A Luva (1923); Typographia Americana (1873); Typographia do Commercio (1925); Typographia Social (1925); Graphica da Escola de Aprendizes Artífices (1930) e S/A Artes Gráficas: 1950. Essa lista gerou os seguintes gráficos:

Gráfico 1- Número de Tipografias por século

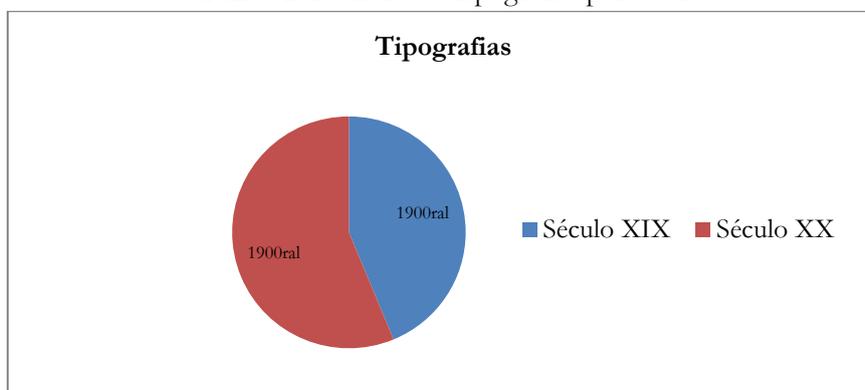
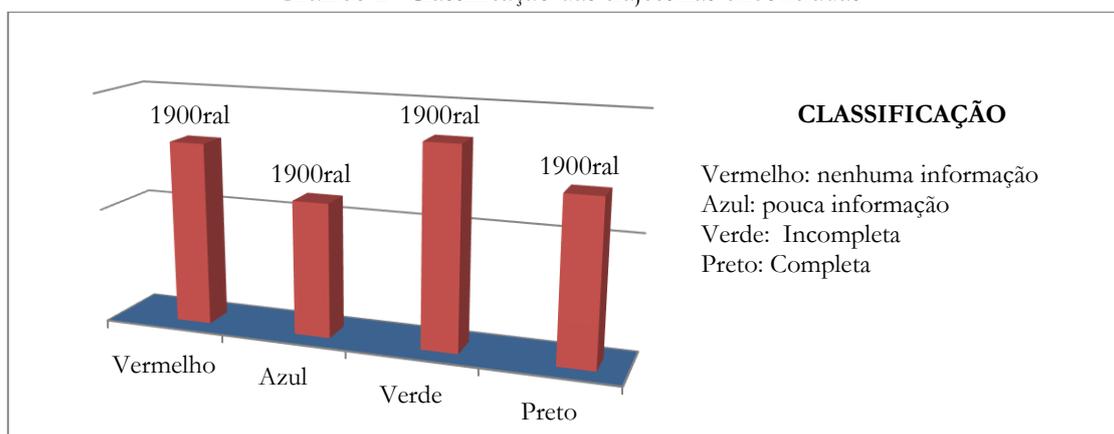


Gráfico 2- Classificação das trajetórias encontradas

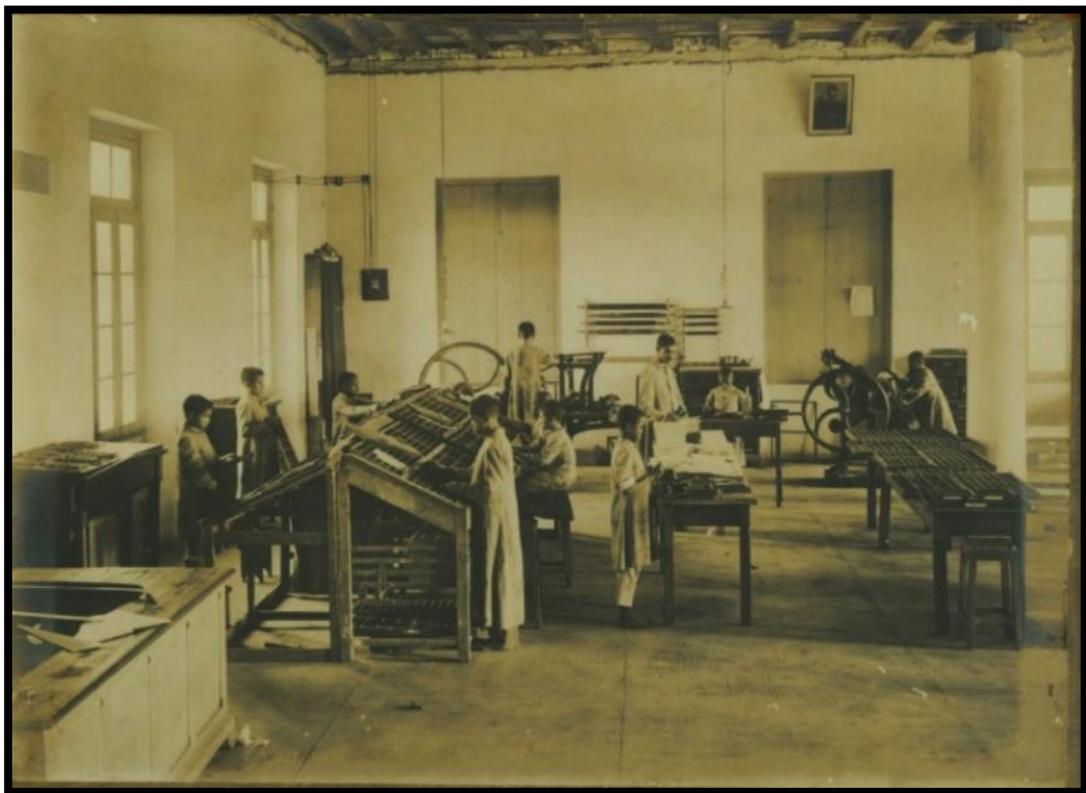
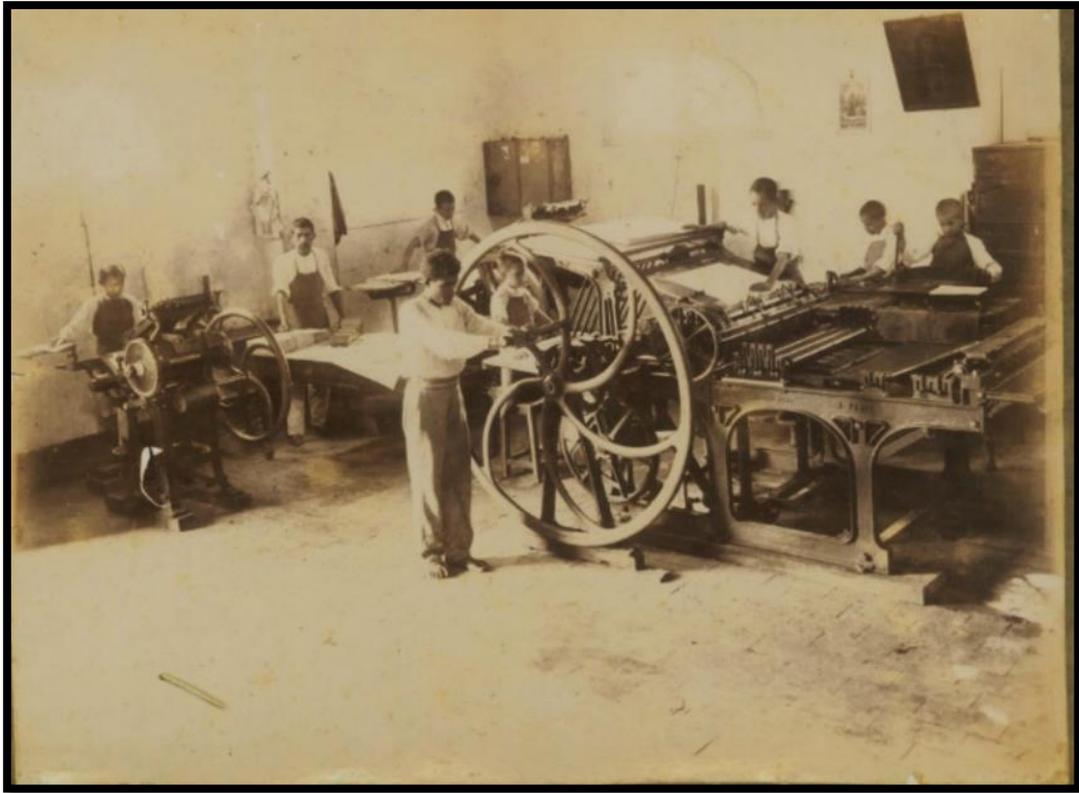


A classificação levou em consideração as informações encontradas no que diz respeito à completude das histórias e trajetórias que acompanharam a abertura e o fechamento, os proprietários, o motivo do investimento, a projeção na Cidade do Salvador, local de funcionamento, quais livros imprimiram.

É preciso salientar que algumas curiosidades foram surgindo à medida que os estudos avançavam:

1. A Typographia Nacional e Imperial foi criada em 1823, para funcionar em Cachoeira, com o objetivo de cobrir os conflitos entre portugueses e brasileiros causados pela independência do Brasil. Com o término dos conflitos, deveria encerrar suas atividades, pois o Governo Provisório contava com a Typographia da Viuva Serva, e Carvalho para imprimir documentos, folhetos, impressos de todo tipo. Mas não foi isso que aconteceu, e, após os conflitos, a tipografia foi transferida para Salvador e tentou se manter publicando livros, mas devido ao alto custo de produção encerrou suas atividades, a pedido do governo, em 1831.
2. Apenas em 1835 um outro investidor particular, Carlos Poggetti, abriu uma livraria (a mais antiga registrada no Brasil), a Poggetti; e em 1849 percebeu a necessidade de investir em uma tipografia, solicitando a abertura da “Typographia de Carlos Poggetti”. Assim, mesmo sem intenção, preencheu a lacuna deixada por Silva Serva (1827). Em 1864, a direção passou a ser de Serra Teriga, e em 1865 passou a ter o nome de Typographia Pogetti de Tourinho e Cia, situada à Rua Corpo Santo, nº 47. No ano de 1877, Xavier Catilina assumiu o controle da empresa (provavelmente Poggetti a vendeu) que passou a se chamar *Livraria Catilina*. Nos anos 1880, aparecia em anúncios da *Gazeta da Bahia* como *Livraria de Catelina & C.*, situada à Rua do Conselheiro Dantas, nº 21, Comércio. Ao final dos anos 1890, em Salvador, existiam 10 livrarias, entre elas a Catilina, que já havia se transformado em uma livraria-editora. No começo do século 20, era administrada por Romualdo dos Santos, época em que estava instalada na Rua Santos Dumont, nº 6, também no Comércio. Foi quando alcançou maior fama, publicando as obras de Ruy Barbosa, Carneiro Ribeiro, Coelho Netto, Xavier Marques e Castro Alves, e, segundo Hallewell (1985), imprimindo suas publicações na Europa. Provavelmente, Romualdo dos Santos foi o último proprietário. Por questões de estratégia de *marketing* manteve o mesmo nome pelo qual a tipografia / livraria ficou famosa, mas sempre imprimia seu nome abaixo da tipografia – *Livraria Catilina de Romualdo dos Santos*. A Livraria e Editora Catilina foi fechada em 1960, tornando-se, à época, a mais antiga em funcionamento no Brasil – Livraria Catilina –, que conseguiu sobreviver por inacreditáveis 125 anos.
3. A Typographia Salesiana não guardou um único livro em seu acervo, embora tivesse ganhado vários prêmios nacionais por sua impressão e encadernação. Todavia, deles, encontramos algumas fotos dos alunos aprendizes em ação.

Fig. 8- fotografias da oficina-escola Typographia Salesiana



Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia

O estudo sobre as Tipografias baianas, como dito, foi resultado de um projeto de pós-doutoramento realizado na Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, na Linha Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita, entre junho de 2017 e agosto de 2018, intitulado *Livros, leitura e tipografia (editora): os caminhos da produção impressa em Salvador entre 1811 e 1950*, sob supervisão da Profa. Dra. Alicia Duhá Lose.

Foi muito importante mostrar o comércio de livros no processo educacional e cultural, tendo como referência o acervo da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, pois foi perceptível a ampliação de acesso à educação e à cultura com a chegada oficial das tipografias, e não apenas com publicações de livros, acrescentando-se a publicação diária ou semanal dos periódicos, que foram fundamentais para discussões políticas imperiais e republicanas, seja pela tendência a controlar o pensamento através da hegemonia do controle e censura ou para alertar aos fatos reais.

O acesso ao livro é uma forma de compreensão dos avanços e agitos culturais no país – inauguraram-se mais bibliotecas em cidades fora do eixo da Corte, ampliou-se o número de mestres à disposição para a prática de alfabetização, incentivou-se a leitura, oportunizou-se a nossos escritores publicar com custos mais acessíveis e com mais agilidade. Também é criado um público leitor, uma vez que os livros estão mais acessíveis tanto em preço quanto em variedade de assuntos. Com essa nova possibilidade, as tipografias cresceram bastante porque não existiam livrarias, todo o trabalho – da produção à venda – era feito através delas.

É uma tendência mundial a realização de pesquisas acerca da história da tipografia local a fim de se criar um ciclo de debates sobre a importância desse ofício medieval para um país, pois a instalação de tipografias em uma cidade não se relaciona unicamente à produção editorial intelectual. Ela influencia toda a sociedade em virtude da gama de funções específicas que demanda – são necessários profissionais para operar prensas, chapas tipográficas, fabricantes de papel, de tinta, artífices de encadernação, artífices para costurar, fazer capas, além de revisores de texto.

O OBJETO DE PESQUISA EXISTE, ESTÁ INSTITUÍDO ENQUANTO ACERVO, MAS NÃO ESTÁ INVENTARIADO

Quando o objeto de pesquisa existe enquanto acervo, mas não está inventariado significa que encurtamos metade do caminho para o resultado do trabalho, pois não teremos que sair em busca de informações, basta compreender o acervo e organizá-lo. Foi o caso das três coleções: a Typographia Beneditina, da Sociedade Protectora dos Desvalidos e o Acervo Pessoal do Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa.

O CASO DA TYPOGRAPHIA BENEDITINA: ORGANIZAÇÃO

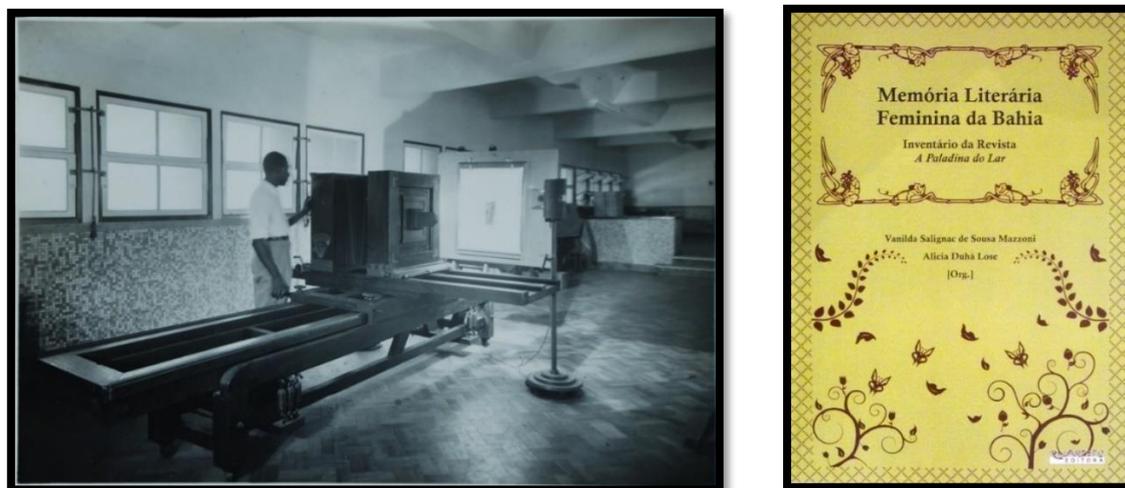
Os estudos e a organização do acervo da Typographia Beneditina ocorreram entre os anos de 2010 e 2013. Embora o acervo existisse em uma sessão específica para todos os impressos publicados pela empresa em uma estante separada na biblioteca da instituição, não havia a história da Tipografia e muito menos o inventário. O trabalho realizado foi todo interno, diferente dos casos anteriores, mas de forma inicial caótica. Muito estudo, levantamento, pesquisa dentro do acervo da Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia, proprietária da antiga tipografia.

Criada em 1900 pelos monges beneditinos, durou até 1980. Nos quatro primeiros anos publicou apenas folhetos e convites. Após esse período passou a publicar livros e bíblias. Para nossa sorte, os monges tinham como costume guardar quatro volumes de cada impresso para montar o acervo, e isso facilitou muito a pesquisa sobre a história da Tipografia, pois além da coleção completa de tudo que se produziu, encontramos cartas, recibos, notas fiscais, antigos maquinários, as fontes utilizadas, etc. E a história foi se construindo. A única dificuldade foi juntar e organizar a documentação.

Hoje se sabe que durante 80 anos de existência publicou 154 títulos, mudou de selo 27 vezes e teve como maior ilustrador o monge Ir. Paulo Lachenmayer. Além dos livros, publicou uma revista de grande circulação e muito importante para o público feminino: *A Paladina do Lar*, publicada entre 1910 e 1917.

O trabalho de organização e inventariação do acervo levou também à digitalização de todos os exemplares publicados. Este projeto foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado da Bahia e gerou um livro e mais inúmeras palestras.

Fig. 9- fotografia da Typographia Beneditina e capa da publicação do inventário d'*A Paladina do Lar*



Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento e Acervo Memória e Arte

SOCIEDADE PROTECTORA DOS DESVALIDOS: A ESCRITA NEGRA NA BAHIA DO SÉCULO 19

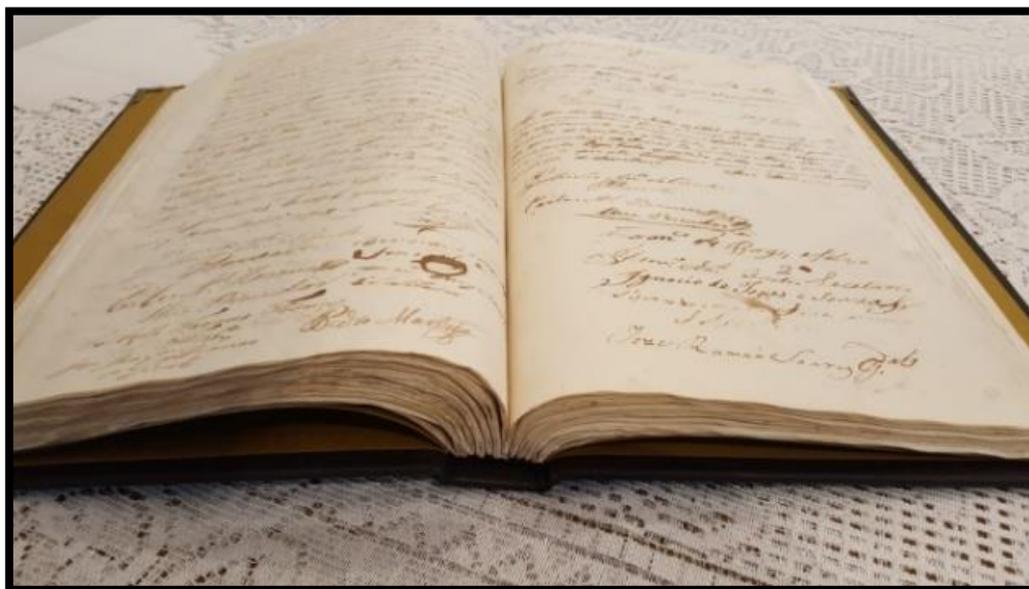
O acervo da Sociedade Protectora dos Desvalidos (SPD) é formado essencialmente por documentos manuscritos – livros de atas – lavrados por negros libertos no século 19.

O trabalho com este acervo está sendo feito aos poucos, mas gera uma demanda intensa porque, de fato, o acervo existe, mas ainda está muito disperso dentro da própria instituição, não está organizado, e esta é a maior dificuldade. Ainda não sabemos o montante total, mas entre 2017 e 2019 já foram restaurados cinco livros de atas com média de 300 páginas cada uma, que posteriormente foram digitalizadas e transcritas.

Fazemos a organização cronológica dos documentos à medida que nos são entregues; procedemos à restauração, ao estudo do contexto e da materialidade do suporte, à digitalização e à transcrição.

Um dos livros de atas pertencentes à Instituição SPD já foi premiado pela Prince Claus Fund e nominado como patrimônio da Memória do Mundo pela Unesco 2018/MowBrasil. Este projeto gerou inúmeras palestras e um livro que no momento encontra-se no prelo.

Fig. 10- Livro de Atas da Irmandade N. Sra. dos Desvalidos, premiado pela Pince Claus Fund e nominado pelo MOW/Brasil-UNESCO



Fonte: Acervo da SPD

BIBLIOTECA MONSENHOR MANOEL DE AQUINO BARBOSA: ACERVO PESSOAL

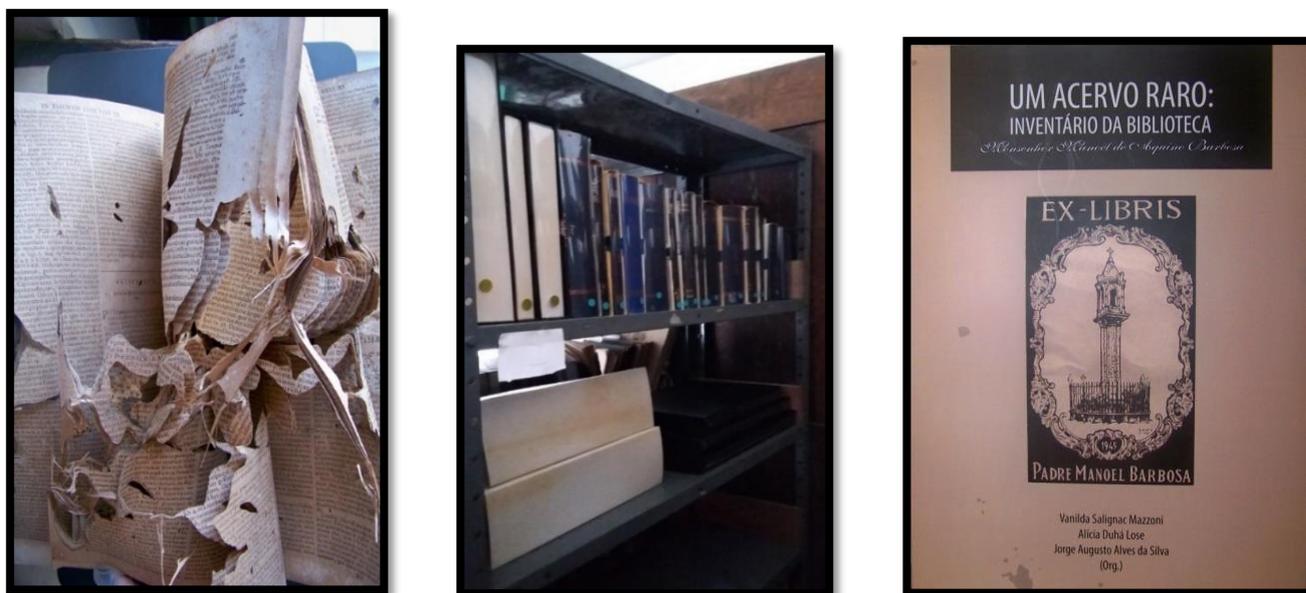
Este é o caso típico do que comumente nós, pesquisadores de acervos, encontramos. O acervo existe, entretanto não está inventariado e nem organizado. O projeto de organização teve início em 2011, e, hoje, 2019, já teve todo seu inventário feito, 13 livros do século XVIII e 30 do século XIX restaurados, além de quatro digitalizações. Ao total são 2.069 livros, que vão do século XVIII ao XX.

O acervo pertenceu ao Padre que por mais tempo esteve como pároco da Basílica: Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, por isso seu nome atribuído ao espaço da Biblioteca. Monsenhor Barbosa faleceu em 1980, e em 1981 seu acervo pessoal foi doado à Irmandade do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição da Praia, administradora da Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia. A organização, o inventário e a história do acervo geraram um livro financiado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e Instituto do Patrimônio Artístico Cultural/IPAC.

Uma das maiores dificuldades, embora o acervo existisse e era visto como tal, foi realmente a organização, pois no ambiente onde estava o acervo, havia livros espalhados por todo canto, em bancos, cadeiras, amontoados em estantes, sem nenhum critério. Como não sabíamos o conteúdo de cada um, todo o processo de separação das obras foi demorado. Posteriormente, foram todos organizados nas

estantes por sessão, assunto e períodos. Depois dessa disposição é que foram selecionados para a restauração e encadernação.

Fig. 11- Livro antes do restauro; livros já organizados, inventariados e restaurados; publicação do inventário da Biblioteca



Fonte: Irmandade do SS. Sacramento e N. Sra. da Conceição da Praia; Acervo do Memória e Arte

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste importante ciclo de palestras, *Pesquisando em Acervos*, foi levar para a sala de aula, para os servidores técnicos do SIBI-UFBA e para comunidade externa da universidade discussões diferentes acerca dos estudos e pesquisas em acervos documentais, e como já discutido, documento é tudo onde podemos registrar uma informação e o suporte documental abordado aqui foi o papel, em sua forma de documento manuscrito e bibliográfico.

Tratamos dos espaços que tive a doce experiência de ter cuidado, espaços onde o acervo estava ali, aparente, mas desorganizado; acervo organizado, mas não inventariado; acervo sem estar na posição de acervo, embora tivesse potencial para isso, bastava um olhar mais cuidadoso de pesquisador. Todos têm suas seduções, suas dificuldades, mas nenhuma delas tão difíceis e intransponíveis; e também suas facilidades, mas nem tão fáceis que não valessem horas, dias, meses e anos de árduo trabalho.

A intenção aqui foi mostrar a minha experiência de pesquisadora, restauradora e de eterna preocupada com os acervos baianos, sejam manuscritos ou impressos. Precisam apenas fazer sentido através de suas próprias histórias e estarem ligados à nossa memória e identidade. Isto me move. Sempre.

REFERÊNCIAS

DICIONÁRIO ON LINE. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 02 de mar. 2019.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil:** Sua história. Tradução Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985.

- HORTA, Madre Vera Lúcia Parreiras. **Pré-história das monjas da Congregação Beneditina do Brasil:** de Stanbrook, Inglaterra, a Santa Maria, Brasil. 1990. 228 p. Monografia (Especialização Monástica) – Faculdade de Teologia, Pontifício Ateneu Santo Anselmo, Roma, 1990. (Texto datilografado).
- LOSE, Alícia Duhá; MAZZONI, Vanilda Salignac de S. **Manuscritos da Construção da Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia e de outras Irmandades Religiosas da Bahia.** Salvador: Memória & Arte, 2018. (Série Uma história escrita à mão, 3).
- LOSE, Alícia Duhá; MAZZONI, Vanilda Salignac de S. **Manuscritos do Antigo Recolhimento dos Humildes:** documentos de uma história. Salvador: Memória & Arte, 2016. (Série Uma história escrita à mão, 2)
- LOSE, Alícia Duhá; MAZZONI, Vanilda Salignac de S. **Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia (1869 a 1879) e da Irmandade Nossa Senhora do Rosario, São Benedito e Sant'anna (1933).** Salvador: Memória & Arte, 2015. (Série Uma história escrita à mão, 1)
- LUFT, Celso Pedro. **Mini Dicionário Luft.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Scipione, 1991.
- MAZZONI, Vanilda Salignac de S.; LOSE, Alícia Duhá; SILVA, Jorge A. Alves da. **Um acervo raro:** Inventário da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa. Salvador: EGBA, 2013.
- MAZZONI, Vanilda Salignac de S., LOSE, Alícia Duhá. **Memória Literária Feminina da Bahia.** Inventário da Revista *A Paladina do Lar*. Salvador: Quarteto, 2010.
- MAZZONI, Vanilda Salignac de S. **Arquivo 37:** a história das monjas beneditinas no Brasil. Ilhéus: Editus, 2010.
- MAZZONI, Vanilda Salignac de S. **A violeta grapiúna:** vida e obra de Elvira Foepfel. Ilhéus: Editus, 2003.
- MONTE, Vanessa Martins. **Correspondências Paulistas:** as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775). São Paulo: FAPESP: Humanitas, 2015.
- PRIBERAM DICIONÁRIO. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/online>. Acesso em: 02 de mar. 2019.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos. Marcas de água e historia do papel: A convergência de um estudo. **Cultura**, Revista de História e Teoria das Ideias, v. 33, 2014. Iconografia do livro impresso. p. 11-29. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/2334>. Acesso em: 02 de mar. 2019.

FAZER HISTÓRIA USANDO MANUSCRITOS: AS VILAS POMBALINAS DO SÉCULO XVIII¹

Maria Helena Ochi Flexor

Este texto tem como objetivo maior apontar para importância da utilização dos manuscritos, dos conhecimentos de paleo, – ou neografia –, para resgatar a História do Brasil, metodologicamente conhecida como “Colonial”, do Brasil.

Para eliminar fantasias e achismos históricos, os manuscritos, como os do século XVIII, são fontes privilegiadas de informações, que levam os estudiosos a ver os séculos pretéritos com olhos, menos generalizantes e mais perto da realidade, daqueles tempos. A verdade, dificilmente será espelhada, mas os papéis velhos, manuscritos, dão acesso a numerosas informações que podem gerar artigos e que contribuem para preencher lacunas da historiografia brasileira.

Os manuscritos, hoje mais acessíveis, são encontrados em CD, do Projeto Resgate, organizado por Esther Bertolotti, para a Biblioteca Nacional, – em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil. São as digitalizações dos documentos, do próprio Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa², que guarda, impecavelmente bem conservados, os conhecidos como documentos avulsos. O Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, têm em seus acervos documentos enviados, a partir da Metrópole, ou das providências dadas pelas autoridades locais, na segunda capital do Brasil. O Arquivo Público do Estado da Bahia guarda o mesmo gênero de documentos, no período que antecedeu a mudança da capital para o Rio de Janeiro, e mais as ordens expressamente rementidas, ou redigidas e endereçadas à Corte, referentes à Capitania da Bahia. Arquivos das outras antigas capitanias nem todos sobreviveram, dado o desprezo que se têm pela memória brasileira³.

Vilas pombalinas do século XVIII, como as denominei no início, foram os marcos que deram origem aos estudos, que exponho a seguir. Provocaram pesquisas na longa duração, nos moldes da *École des Annales*⁴, quanto longos anos de estudos. O mote desse tema foi revelado durante o período em que realizava Pós-Graduação, em História Social, em São Paulo.

Buscando elementos no Arquivo do Estado de São Paulo, para fundamentar uma tese sobre o trabalho livre na Capitania de São Paulo, no setecentos, deparei-me, várias vezes com ordens do então Governador e Capitão General, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus (1765-1775). Nos seus dez anos de governo na Capitania de São Paulo, vez por outra, ordenava a seu ajudante de ordens que fosse verificar se, em várias partes do seu território⁵, haveria possibilidades de elevar povoações a vilas. Um pré-requisito inicial para isso era, dependendo de sua situação geográfica, a povoação ter um certo número de habitantes e condições mínimas de sobrevivência, especialmente a presença de água.

¹ Texto apresentado na Mesa-redonda “Manuscritos, paleografia e o resgate da História Colonial”, no VI Encontro Internacional de História Colonial (VI EIHC), Salvador, 2016.

² Documentos que foram destacados do conjunto, com a organização documental do Conselho Ultramarino, podem ser encontrados, ainda, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Nacional de Lisboa ou no Arquivo Nacional da Ajuda, em Lisboa.

³ Deve-se destacar o cuidado que o Arquivo do Estado de São Paulo tem dedicado aos documentos desde sua criação.

⁴ Criada e praticada por Lucien Febvre e Marc Bloch, na França, a partir de 1938. Fiz meus estudos, na graduação e na pós-graduação na Universidade de São Paulo, cujos fundadores tiveram a colaboração dos franceses e professores brasileiros aficcionados a sua metodologia de pesquisa.

⁵ Como São José do Paraíba, Faxina, Mogy Mirim, Mogy Guassu, Sabaúna, Nossa Senhora dos Prazeres, Apiá, Guaratuba e Lages, esta fora do atual Estado, cujas fronteiras se estendiam até Santa Catarina transformadas em vilas, entre 1767 e 1774.

De volta a Salvador, e retornando às minhas pesquisas no então CEAB, – Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia da UFBA –, no qual era encarregada de levantamento de documentação, deparei-me com transcrições de manuscritos, publicados nos Anais da Biblioteca Nacional, assinados pelo ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro. Este fazia referências ao antigo ouvidor, ao qual sucedeu no cargo, o bacharel Tomé Couceiro de Abreu, e dava notícias das duas vilas que este criara, Belmonte e Prado (1765), mas não levava o projeto adiante, e ele próprio fazia menção àquelas que, por sua vez, criou e instalou, com todas as cerimônias de costume, como Vila Viçosa (1769), Portalegre (1769), Alcobaça (1772).

Ao constatar as datas do governo do Morgado de Mateus e das ações de Machado Monteiro, verifiquei que eram coincidentes e que as finalidades eram as mesmas. Aprofundando as leituras, a partir das coincidências de datas, busquei a mesma coincidência de fatos e de outros objetivos. Eram os mesmos. Com os resultados publiquei um primeiro artigo, auxiliando a compor a revista número 0, RUA, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (1988), com o título “As vilas planejadas do século XVIII”. Comparando as duas capitânicas, foram mapeadas as vilas criadas em ambas, acompanhando notícias históricas retiradas dos documentos.

As instruções passadas para as duas capitânicas, limitadas, ainda, àquelas recebidas pelo capitão general, governador de São Paulo e as relatadas pelo ouvidor e corregedor geral da capitania de Porto Seguro⁶, suscitaram outras questões. Além de buscar documentos no APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia), fiz algumas viagens à Lisboa em busca de outros manuscritos, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que trouxessem respostas a algumas dessas questões. Na medida em que levantava essa documentação, esclarecia, milimetricamente, os fatos que dariam origem a vários outros artigos e/ou comunicações, que foram apresentados em eventos específicos ou aproximados, como no Comitê de História da Arte, nos Seminários de História das Cidades e do Urbanismo (SHCU) ou, ainda, publicados em revistas científicas, uns com referência às vilas planejadas outras já com sentido mais amplo de repovoamento e reurbanização do Brasil (2012, 2011a, 2010a, 2006, 2003a, 2001a, 2000a, 1998a, 1996a, 1996b, 1995a, 1995b), no Brasil e em Portugal.

A busca de documentos em Lisboa permitiu ampliar o repertório de vilas criadas, na Bahia, como Olivença (1758), Santarém (1758), Soure (1759), Pombal (1758), Mirandela 1760), Távora (1758). Ainda foram criadas Trancoso (1759), Vila Verde (1759), Abrantes (1758), Benavente e Almeida, estas duas no território do Espírito Santo. As criações, quase simultâneas de vilas tão distantes, foram feitas por ouvidores, mas também por juizes de fora e ouvidores de outras comarcas, com licença especial, dada pelo Conselho Ultramarino da Bahia.

A essa altura das pesquisas, e o conteúdo dos trabalhos publicados, geraram um convite para participar de evento, na Universidade de Coimbra, em 1998, o Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822, cujos resultados foram publicados, sob o patrocínio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (2001b). Essa participação me permitiu conhecer o arquiteto e estudioso do urbanismo luso-brasileiro, Manuel C. Teixeira, que veio à Bahia para conhecer a Vila de Abrantes.

⁶ Deve-se esclarecer que o ouvidor e corregedor da comarca, cuidava das diversas vilas, nela contidas, e “corrigia” os erros praticados pelos juizes ordinários ou vereadores, além de ver a situação das povoações e seus habitantes. Cabia ao ouvidor executar todo o cerimonial de criação das vilas, obedecendo às ordens dos governadores ou do rei, quando já reconhecida as possibilidades de ascender a essa categoria urbana.

Esse encontro foi muito profícuo e resultou em dois convites. O primeiro foi para expor meus trabalhos, o primeiro no evento sobre “A praça na cidade portuguesa” (2001c)⁷, e o segundo para comparecer aos Cursos da Arrábida, realizados num antigo convento, na serra desse mesmo nome, na Península de Setúbal, Portugal. Este evento, organizado pelo mesmo professor arquiteto, reuniu portugueses, argentino, brasileiros, os nomes mais destacados, como Nuno Portas, Murillo Marx, Margarida Valla, Benedito Lima de Toledo, Beatriz Bueno, Ramon Gutierrez, entre outros. O tema do evento estava voltado para “A Construção da Cidade Brasileira”, no qual apresentei o trabalho sobre “A rede urbana brasileira setecentista: a afirmação da vila regular” (2005b).

Contrariando a visão de Sergio Buarque de Holanda, que atribuiu aos castelhanos a qualidade de “ladrihadores” e aos portugueses de “semeadores” no ato de estabelecer núcleos urbanos em seus respectivos territórios, o título do próprio deste último artigo, apresentado na Arrábida, mostra outra faceta dos portugueses que, a partir das instruções, repassadas pelas Cartas Régias e Alvarás, recomendando ordem, boa perspectiva, uniformização das construções, na segunda metade do século XVIII, passou a utilizar o plano ortogonal, com ruas retas mais largas, com transversais em ângulo reto, de largura menor e uniformização das fachadas das casas, uma praça religiosa, – para construção da matriz –, e outra civil, esta para instalação da Casa de Câmara e Cadeia.

Em alguns casos, como nas vilas criadas no Baixo Sul da Bahia, o próprio ouvidor, Machado Monteiro, se desculpava pela sua falta de conhecimento, ao desenhar as plantas das vilas que criara, como vila Nova de Alcobaça, porém, as plantas mais bonitas, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, se devem a essa autoridade (2005b, 2012). O traçado, com o grande terreiro dos aldeamentos jesuíticos, foi mantido, – onde não se podia contar com engenheiros, ou arquitetos –, para estabelecer novos traçados, como se fez em Nova Barcelos, na Capitania de São José do Rio Negro.

Nesses trabalhos foram acrescentadas, além daquelas vilas criadas na capitania da Bahia, da qual faziam parte Sergipe e parte do Espírito Santo⁸, – bem como, dei notícias à única cidade, ereta em Oeiras, na povoação de Moucha, no Piauí, por conta do caminho do gado, entre Maranhão e Bahia. Estendi a busca de outras vilas na região que pertencia ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, incluindo a Ilha de Marajó, ou a elevação da vila de Barcelos e a criação da Capitania São José do Rio Negro, na região equivalente, hoje, à região Amazônica. Complementei informações sobre outras regiões, como Paraíba e Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento, Mato Grosso⁹ e Goiás.

Nos lugares, onde não existia população suficiente, para elevar o núcleo de pessoas à vila, criaram-se povoados e lugares e usou-se a divisão eclesiástica de paróquia e freguesias¹⁰, para que o pároco fosse a referência de autoridade¹¹. Nos lugares em que havia grande criminalidade, foram criados os julgados, isto é, não havia a composição do Senado da Câmara, com os três poderes, – o judiciário, o legislativo e

⁷ Esse trabalho foi feito em parceria com o professor arquiteto Marcos Paraguassu, que fez os desenhos das diversas etapas de transformações pelas quais a Praça Municipal passou em quatro séculos.

⁸ Esta última criada no território de Sergipe, teve seu nome mudado para Tomar, devido ao envolvimento do nome dos Távoras na tentativa de assassinato de D. José I.

⁹ A maior parte de Mato Grosso foi conquistada para o Brasil, ocupando os territórios de Chacos e Chiquitos, que pertenciam ao Reino do Peru.

¹⁰ Como São José da Barra, Nossa Senhora de Nazareth (das Farinhas), Santana do Tucano, Santo Antônio de Caetitê, Santo Estevão do Jacuípe, São João Batista de Sento Sé, Santo Antônio das Caravelas, Santana do Camisão, Nossa Senhora da Conceição da Vila de Soure, Santa Tereza de Pombal, Nossa Senhora da Escada de Olivença, Nossa Senhora das Candeias de Barcelos, Santo Antônio de Jacobina, entre os anos de 1753 e 1758.

¹¹ Como Grão-Mestre da Ordem de Cristo e titular do Padroado, resultante de um acordo com o Papado, os Reis portugueses, é quem administrava as igrejas na Metrópole e nas suas conquistas. Cabia a ele nomear os párocos que recebiam um pagamento real, a cõngrua.

o executivo –, mas apenas o judiciário. Nos julgados se colocava o juiz, denominado “meio-ordinário”, apenas para combater a criminalidade.

Paralelamente às informações sobre os núcleos urbanos levantados, notei o discurso recorrente de combate à ociosidade, à vadiagem e a preguiça, já presente nos documentos paulistas e que se repetiam na Bahia, fazendo entender que o iluminismo e o liberalismo mudavam os conceitos e comportamentos dos europeus, – que amadureceriam e culminariam com a Revolução Francesa –, nos finais do século XVIII.

O mesmo discurso se fortalecia com o intuito de valorizar o ato de trabalhar, incluindo os nobres que, em grande maioria, vivia das mercês reais. A ociosidade era um privilegio a que os nobres tinham direito institucional. Os componentes das bandeiras, – que eram convocadas oficialmente pelas câmaras –, ou os promotores de entradas para o sertão, eram os identificados como vadios, os que andavam vadiando pelos sertões a busca de metais, pedras preciosas ou salitre, e os preguiçosos os índios, que, na incompreensão dos brancos, acerca da maneira do viver indígena, não trabalhavam com continuidade e nem produziam excedentes e nem praticavam o comércio. Um artigo sobre esse tema foi publicado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1998b, 2000b).

O objetivo era criar as vilas, povoá-las e promover o modo civilizado de viver, como os europeus. A fixação dos habitantes aos novos lugares fazia parte do acordo do Tratado de Madrid, porque seria a forma de tomar posse real dos territórios conquistados. D. João V, que faleceu em 1750, já tinha começado essa campanha, proibindo os “sítios volantes”, – a utilização de terras e abandono depois de esgotadas para busca de outros terrenos –, e apontando a necessidade de fazer os habitantes viverem em “sociedade civil”, – viver no meio urbano, em comunidade (2000b, 1998b). Isso foi continuado no reinado seguinte, como se está narrando.

De fato, a partir do momento em que a criação de vilas foi liberada por D. José I, e seu Secretário dos Negócios de Marinha e Ultramar, – o então Conde de Oeiras (1759), depois Marquês de Pombal (1769) –, foi terminantemente proibida a mudança das pessoas de vilas, sem autorização, ou mesmo a mudança da vila para lugar diverso daquele que tinha sido determinado. Quem saísse, sem prévia licença, era preso, retornado à vila de origem e condenado a pagar as correntes e bola de ferro de seu transporte.

Se tomava essa providência para evitar o esvaziamento das vilas criadas, como acontecia a qualquer boato de que se tinha descoberto um nova mina em algum lugar. A ideia principal era povoar todo o litoral, criando vilas a cada 6 léguas, e a beira-mar ou beira-rio para que, os núcleos bem povoados defendessem toda a costa do Brasil. Na falta de povoadores, se lançaram editais e se assinou contratos para transportar casais açorianos, madeirenses e minhotos, que se concentraram mais em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas foram distribuídos um pouco em cada capitania de Norte a Sul. Para que os núcleos urbanos novos vingassem, por isso mesmo, era proibida a mudança de uma vila para outra.

Como forma de aumentar o número de habitantes, – depois de descumpridas muitas leis que davam liberdade aos indígenas –, e sob influência de teses de Jean-Jacques Rousseau, defendidas em Dijon, Sua Majestade deu liberdade aos índios que, entretanto, ficaram sujeitos ao “Directorio que se deve observar nas provaçoens dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário”, de 1758, e que se tornou extensivo a todo o Brasil e que já estava incluso nos Alvarás de 6 e 7 de junho de 1755.

O “Directorio” applicava, entre os nativos do Brasil, a prática usada em alguns lugares da Europa, e mesmo em Portugal, estabelecida pelas Ordenações Filipinas, que transformava a liberdade dos índios em ação fictícia. Por essa norma, os filhos órfãos de pais mecânicos, ou pais vivos dementes, deviam

aplicar-se aos ofícios mecânicos ou “trabalhar à soldada”¹². “O mesmo parece justo que se observe com os filhos de índios ainda que tenham pais vivos, porque por dementes e pródigos se reputam governados por Directores como seus tutores”, dizia o “Directorio”.

Os índios foram transformados em vassallos, mas os premiados eram os portugueses que casassem com índias. Eram condecorados com a Ordem de Cristo, isentando-os do serviço militar e ainda ganhavam um dote para se estabelecer. Se prometia que não ficariam “com infâmia”, por se misturarem aos indígenas, além de ser proibido chamar seus filhos de “caboclos”, igualando-os em tudo, teoricamente¹³, aos outros vassallos brancos.

O “Directorio” nada mais era que um manual para civilizar os índios, obrigando-os a agir como os brancos, morando em casas unifamiliares, com divisão de sexos, aprenderem a religião da igreja romana, trabalharem com afinco para produzir excedentes para o comércio, etc. ou se aplicar nos ofícios mecânicos. Até que os indígenas fossem capazes de se inserir na sociedade civilizada, deviam ter um Diretor em cada vila, ou aldeamento, com funções “mais de orientação e instrução” do que de administração. “Bondade” e “brandura” foram insistentemente recomendadas (2003a, 2002a, 2002b, 2002c, 2003b).

Essas expressões “bondade” e “brandura” foram tiradas da obra, escrita por Juan de Solórzano Pereyra¹⁴, que foi Ouvidor das Audiências de Lima, no Reino do Peru, nos finais do século XVII. Essa obra serviu de modelo, tomado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o autor do referido “Directorio” que, comprovadamente, fez uso da obra de Solórzano (2002a; 2002b, 2002c, 2007, 2010b). Ainda, para aplicação de novas normas no Brasil, Pombal fez editar a Lei da Boa Razão, em 18 de agosto de 1769, considerando os costumes dos índios diversos dos europeus e a aplicação das Leis no Brasil, a partir de então.

Em função disso, fiz alguns artigos, esperando grandes discussões com os juristas, mas tive grande decepção. Só mais recentemente verifiquei que uns poucos advogados, tratam desses dois temas, mas de forma descontextualizada, visto que não se pode entender, nem o “Directorio”, nem a “Lei da Boa Razão”, sem ampliar os conhecimentos sobre toda a política resultante do Tratado de Madrid. Diz o documento, sobre a Lei da Boa Razão que, a partir de sua decretação, a lei “se funda nas outras Regras, que de universal consentimento estabeleceu o Direito das Gentes para a direcção, e governo de todas as Nações civilizadas” e não mais, só no “Direito romano”¹⁵.

Como os lugares, passíveis de se transformarem em vilas, ficavam muito distantes e houvesse necessidade de uma descrição minuciosa de várias circunstâncias, – como número de habitantes índios ou brancos, atividades exercidas e divididos por idade e sexo, situação geográfica e presença de água, tipo de cultivo e criação de animais domésticos, entre outras coisas.

¹² Recebendo jornais, ou pagamento, por serviços prestados.

¹³ Se diz teoricamente, porque, embora libertos, os índios ficaram sob o jugo de diretores que, em muitos casos foram acusados de defender os seus próprio interesses. A discriminação voltou no século XIX e até o presente os índios são considerados como cidadãos de segunda categoria, sujeitos à FUNAI.

¹⁴ Trata-se da obra Política indiana, de sua autoria, publicada nos finais do século XVII. SOLÓRZANO PEREYRA, Juan. Recidencia del Consejo de Indias sobre el de Flandres, política indiana sacada em lengua castelhana de los dos tomos del Derecho y gobierno municipal de las Indias Orientales. Madrid, 1629 (t. 1), 1693 (t. 2). Comumente conhecida como Política indiana com segunda edição de 1647. Usei uma edição de 1996, indicada nas referências. Ele foi Ouvidor da Real Audiência de Lima, no Reino do Peru, onde permaneceu por 17 anos; foi fiscal do Conselho da Fazenda, Conselheiro do Conselho das Índias, Fiscal do Conselho de Castela.

¹⁵ As chamadas “Leis Pátrias”, que levava em consideração os costumes não europeus. Essa Lei da Boa Razão foi o último recurso, utilizado pelo advogado dos quatro personagens da Conspiração dos Alfaiates, datado de 1798, condenados à morte, para tentar convencer Sua Majestade de que eles deveriam ser julgados por ela e não pelas Ordenações Filipinas, que considerava a pseudo-conspiração como crime de lesa majestade.

Até que chegassem as descrições, – de qualquer maneira, foi o primeiro censo feito no Brasil –, escolheu-se a aldeia do Espírito Santo, nas proximidades de Salvador¹⁶, para verificar se as normas, – estabelecidas por Mendonça Furtado, através de seu Directorio, inspirado em Solórzano –, dariam certo na criação das vilas e instalação dos habitantes nas mesmas. A ideia original era separar os índios dos brancos. As sesmarias, menos as de casas nobres, seriam confiscadas e redistribuídas entre os diferentes habitantes, preferentemente índios. Solórzano Pereira separou os indígenas dos espanhóis, respeitando as culturas locais. Tentou-se repetir e seguir o exemplo do Reino do Peru, em Abrantes.

Elevou-se a aldeia¹⁷ do Espírito Santo à vila¹⁸, em 1758, com o nome de Vila Nova de Abrantes¹⁹, e para tanto contou-se com a presença de dois desembargadores conselheiros, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo e Manuel Estevão de Almeida de Vasconcelos Barberino, vindos de Portugal que, sob a presidência do conde dos Arcos, D. Marcos Noronha, vice-rei do Brasil e com o desembargador da Relação da Bahia, Antônio de Azevedo Coutinho formaram o Tribunal do Conselho de Ultramar na Bahia, para superintender a criação das vilas, já ordenadas em 1755 e 1758. A carta, datada deste último ano, comunicava ao Arcebispo que os desembargadores Barberino e Pacheco traziam jurisdição para constituir, também na Bahia, o Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens para os negócios relativos ao provimento de párocos nas novas paróquias nas vilas de índios.

Abrantes foi o campo de experimentação da aplicação do “Directorio”, conforme se tinha idealizado. Os conselheiros desembargadores e o Governador Geral, ou seja o Conselho Ultramarino, da Bahia, chegaram, no entanto, à conclusão que não deviam separar índios dos brancos, considerando o grau de civilização dos primeiros. Seria melhor continuarem misturados com os brancos para que os aqueles aprendessem a trabalhar com continuidade e produzindo excedentes para comercialização. Também aprenderiam mais rapidamente a língua portuguesa e se tornariam cristãos pelo exemplo e prática dos portugueses.

Os índios não entendiam como deveriam habitar em espaços tão escassos. Solicitavam continuamente mais terras. Os portugueses, por sua vez, não entendiam porque os indígenas precisavam de tanta terra. Vários índios, que já sabiam ler e escrever, foram indicados como vereadores do Senado da Câmara, da Nova Vila de Abrantes, que se instalou no pequeno hospício dos jesuítas²⁰, junto à igreja dedicada ao Espírito Santo. Apesar disso, inconformados com o espaço limitado a ocupar, os índios terminaram por fugir para Massarandupió²¹.

Ao contrário da maior parte das novas vilas, que obedeceram ao determinado pela Metrópole, de seguir o plano ortogonal, foi aproveitado o desenho do terreiro jesuítico, em forma de retângulo, com a igreja e hospício²² na cabeceira, e com as casas nas outras três faces. Pelo menos em torno do terreiro e na saída principal da vila, a sua estrutura original se manteve. E continuou assim até cerca do ano de 2003, quando, agora a Vila de Abrantes foi transformada em distrito de Camaçari, viu-se o antigo terreiro ser

¹⁶ Distante cerca de 40 km.

¹⁷ Leia-se aldeamento, pois era formada por índios de origens diversas, reunidos pelos jesuítas.

¹⁸ Deve-se considerar que o título de vila não tinha o mesmo valor urbano hierárquico de hoje, em que se considera vila de menor importância que a cidade, tanto que, em mais de uma centena de vilas criadas nesse período se deu nome de cidade apenas a uma povoação, como se faz referência: Oeiras no Piauí.

¹⁹ Os nomes das vilas foram tiradas do território português, em homenagem aos Braganças, com o acréscimo do qualificativo “nova”.

²⁰ Os jesuítas se opuseram à criação das vilas. Terminaram por ser expulsos no ano seguinte à criação da vila Nova de Abrantes.

²¹ Hoje praia em Entre Rios, na conhecida Costa de Sauípe.

²² Hospício era um pequeno convento que servia de hospedaria ou temporadas dos religiosos em trânsito. Essa parte do conjunto já não existe mais.

urbanizado, com equipamentos modernos, como quadra de esportes, pergolados, bancos, espelhos d'água e jardins, entre outros.

O ouvidor Machado Monteiro, no seu relatório de 1772, descreveu como se dava o ensino para meninas e meninos (2001d), que estavam frequentando a escola, de Porto Seguro, mostrando que o ensino não se extinguiu com a expulsão dos jesuítas. A descrição se aproxima de um documento que encontrei em meio a um processo da Capitania de Pernambuco. Trata-se de uma cartilha, feita por um religioso não identificado, a pedido do seu Governador e Capitão General, Luiz Diogo Lobo da Silva, datada de ca. 1759, a “Breve instrução, para ensinar a Doutrina christã, Ler e escrever aos Meninos, e ao mesmo tempo os principios da Lingua Portugueza e sua Orthografia” (AHU, Pernambuco, ca. 1759).

O documento retrata bem o espírito civilizatório e catequético, ainda presente nos meados dos setecentos. A cartilha mistura educação, – valorizando muito os “Mestres das Escolas” –, seu conceito e objetivos, além de ensinar as principais orações aos meninos, – como o Padre Nosso, Ave Maria, o Credo, discorrendo sobre os sacramentos, artigos da fé, além do respeito ao Cristo e sua Cruz e horários de orações ou como se conduzir para a escola, com o melhor aluno conduzindo a Cruz.

Em meio a essa instrução religiosa, aparecem ensinamentos de ortografia e regras gramaticais, a partir do “beaba”, incluindo declinações dos nomes e, no fim, as quatro conjugações dos verbos, apresentam todos os tempos, ainda existentes, e outros que já não são mais utilizados, ou que se transformaram em expressões idiomáticas isoladas, independentemente dos tempos verbais. Bons exemplos são os tempos presente e imperfeito do optativo, cuja primeira pessoa do singular se conjugava “Oxalá fora eu, ou fosse”²³ ou o pretérito perfeito, que se dizia “Queira Deus que fosse eu ou estivesse”, supino que se conjugava “amar para amar: a ser para Ser amado, De ser amado para se amar, etc.” (2001d). Nessa época se obrigou a população de todo o Brasil a falar a língua portuguesa e abandonar o uso da língua geral²⁴. Esse trabalho foi apresentado em outros eventos de linguística (2001b, 2001d, 2009).

Todos esses feitos faziam parte do programa, traçado para a execução do Tratado de Madrid, de 1750, estabelecido entre Portugal com Castela e Leão, na atual Espanha. Não sabendo por onde realmente passava a Linha de Tordesilhas, os assinantes acertaram utilizar o princípio do *ut possedetis*, segundo o qual, quem ocupasse efetivamente o território seria o proprietário. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, foi enviado como governador do Estado do Maranhão e Grão Pará, – que mudou a capital para Belém –, invertendo o nome da capitania para Grão Pará e Maranhão (1751-1759).

A partir de Belém, esse governador buscou promover a criação de vilas e ordenar a nova administração. Veio como Ministro Plenipotenciário da Missão de Demarcação das Fronteiras na região Norte. Chegado ao Maranhão, após as primeiras providências, recebeu a Carta Regia, de 1752, que permitia, depois que voltasse do Amazonas, transformar os aldeamentos jesuítas e povoações em vilas. Entrou Rio Amazonas acima, onde criou a Capitania São José do Rio Negro²⁵, instalando a vila de Barcelos, no lugar de Maruiá e, acompanhado de um ouvidor, no retorno a Belém foi criando outras vilas, especialmente nos aldeamentos jesuítas, mantendo esses religiosos até 1759 quando, por diversas razões, eles foram expulsos.

A meu ver foi a época em que realmente Portugal se voltou para este lado do Atlântico, se interessou pelo Brasil, conservando Angola e Goa e abandonando suas possessões no Oriente. Com

²³ Oxalá teve influência persa e árabe: “Xá ou Shah + Alá” ou Allah”.

²⁴ Língua criada nos contatos entre, especialmente os jesuítas, e diferentes tribos indígenas, grafadas pelo som das palavras. Esse som e diferenças tribais deu origem a vocábulos com significados diversos. Na ausência de palavra indígena, corresponde a algum conceito português, adotava-se este último.

²⁵ Com intenção de chegar a Cuiabá por via fluvial.

todas essas informações, meu objetivo é levantar todas as vilas criadas no Brasil²⁶, no período pombalino, entre 1752 e 1780 entretanto, a implantação do Tratado de Madrid, acarretou uma reorganização econômica social, administrativa, judicial, religiosas, militar e, sobretudo política em todo o Reino, que não se pode ignorar. Foram feitas reformas substantivas e tomadas muitas providências para que Portugal se modernizasse, servindo-se das experiências colhidas por Pombal, como embaixador na Inglaterra, no Arquiducado da Áustria e no Sacro Império Romano-Germânico.

Listo algumas dessas ações, cujas notícias estão registradas nos documentos consultados, que mostram a regularidade administrativa do tempo de D. José I e do Conde de Oeiras ou Marquês de Pombal. Entre 1750, do Tratado de Madrid, até 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, varias ações foram levadas a efeito, tanto no Reino quanto nas conquistas. Assim, além da formação da comissão de demarcação dos limites, especialmente no Norte e no Sul, onde os conflitos estavam presentes, foi criado o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, foi mudada a capital da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, para cuidar da segurança do Centro-Sul.

Foram feitas várias conquistas e construção de fortificações no Norte e no lado Oeste, introduziram sementes não-nativas e se fomentou a “indústria” extrativa na região Amazônica; promoveu-se a melhoria das técnicas agrícolas, como uso de esturme e arado, a importação de pretos para a região Norte e proibição de sua exportação. Incentivou-se mais a introdução de casais açorianos, madeirenses e minhotos em várias partes do Brasil, incentivou-se o boicote ao contrabando e desvios dos quintos, com a reforma da arrecadação da Fazenda Real, promoveu-se a moralização na venda dos ofícios.

Houve o incentivo ao comércio com as criações da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e Companhia de Pesca da Baleia nas costas do Brasil. Recriou-se a aula de Engenharia no Pará e foram criadas comarcas, ouvidorias e julgados, somados às Juntas de Justiça, anexas às Ouvidorias, bem como se reformaram as tropas regulares, auxiliares de milícias, com reforço e reorganização das ordenanças. Instalaram-se as mesas de inspeção dos portos, abertura de caminhos e estradas para o comércio e intensificação deste entre as capitanias, como entre o Pará, Goiás e Mato Grosso, através dos rios amazônicos, foram introduzidas as medidas padrão de Lisboa e foi dada permissão para o comércio direto com Portugal.

Por outro lado houve restrições, como a proibição da busca do ouro, do exercício dos ourives do ouro e da prata²⁷, cujos instrumentos foram confiscados, interditou-se a fabricação de sedas e algodões. Com a expulsão dos jesuítas procedeu-se à secularização dos aldeamentos, com o estabelecimento de cômguas para missionários seculares, com função de vigários. Além da mudança da capital para o Rio de Janeiro, foram incorporadas algumas capitanias à Coroa ou anexadas a outras capitanias, como foi o caso da junção das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus à capitania da Bahia. Foram feitos recenseamentos, visando o conhecimento real do número de habitantes e quantidade de homens válidos para o serviço real. Extinguiu-se a Companhia de Privilegiados da Nobreza, mas criou-se a Escola de Nobres, no Pará, para educação dos filhos de caciques, cuja autoridade continuou a ser reconhecida.

Já no presente século, o professor arquiteto Manuel C. Teixeira retornou à Bahia e quis visitar Abrantes novamente. Ambos ficamos chocados com o desrespeito a um patrimônio tão importante

²⁶ Deve-se esclarecer que Portugal promoveu, também, a criação da Capitania Geral dos Açores, em 1766 e o poder de D. Antão Almada nas ilhas dos Açores, foi criada a Nova Goa, na Índia. e a Nova Oeiras em Angola, Santo Antônio da Ilha do Príncipe e a reforma promovida por João de Almada e Melo no Porto, além da Real Vila de Santo Antônio, às margens do rio Guadiana, nos Algarves, cortando a passagem aberta entre Castela e Portugal, esta em 1769. Todas seguiam o modelo proposto, já por D. João V, ao criar Vila Bela da Santíssima Trindade, por 1742, na atual região do Mato Grosso. D. José I e o Marquês de Pombal seguiram a política de ordenar e modernizar a administração do reino português.

²⁷ Não houve decadência do ouro, mas proibida a sua busca para evitar os desertores que poderiam fazer falta nas vilas recém-criadas.

quanto a antiga Vila Nova de Abrantes. Com tanto espaço no território, do hoje distrito da cidade de Camaçari, a prefeitura desta cidade houve por bem urbanizar o antigo terreiro jesuítico. Como uma forma de mostrar o desrespeito ao patrimônio baiano, publiquei trabalhos, resgatando a história de Abrantes, a que os funcionários da citada cidade de Camaçari, certamente, não deram importância. Publiquei, entre outras, o artigo “Uma memória apagada: Abrantes/Bahia” (2004) e “Planejamento, história e memória” (2011b, 2012a). Mais recentemente, como complemento, ressaltei a importância dos “Terreiros jesuíticos no Brasil” (2016).

Todas estas reflexões e este périplo documental aqui apresentado servem para mostrar que, muitas vezes, a nossa história é apagada das nossas vistas justamente por cair no desconhecimento, mas ao acessar as fontes documentais de época, por elas afloram os dados que nos permitem reconstituir o nosso passado. Olhem, pois, com toda atenção, para os nossos acervos históricos. É deles que irá sempre emanar a nossa memória.

REFERÊNCIAS

- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Terreiros jesuíticos no Brasil. *In*: FRADE, Gabriel. **Antigos aldeamentos jesuíticos**. São Paulo: Loyola, 2016, p. 86-108.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Planejamento, história e memória: o caso de Vila de Abrantes/BA. *In*: JUCÁ, Clóvis Ramiro; MOURA FILHA, Maria Berthilde. **Vilas, cidades e territórios: o Brasil no século XVIII**. João Pessoa: UFPB; PPGAU, 2012a, p. 131-145.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. E o ouvidor da comarca também planejava. 2000, postado em 2012. Disponível em unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/769/744.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Repovoamento e reurbanização do Brasil no século XVIII. *In*: PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto. **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD, 2011a, p. 69-90.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Planejamento, história e memória. *In*: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento**. João Pessoa, PB: Grafset, 2011B, p. 165-181.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. As vilas pombalinas na região amazônica. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, XI, **Anais SHCU**, Vitória, ES, 2010a. Disponível em <http://web3.ufes.br/xishcu/cd-anais/anais-schu2010.html>.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão, de 1758, e o projeto pombalino. IIISIRCP – Simposio Internacional sobre Religiosidad, Cultura y Poder, III, **Anales**. Buenos Aires, 2010b. Disponível em <http://sirpdelgere-uba.blogspot.com>.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A “civilização” dos índios e a formação do território do Brasil. 2007. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, 2007. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../Maria_Helena_Flexor_artigo.pdf.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira: meados do século XVIII. **Revista Cátedra Jaime Cortesão**, São Paulo, p. 161-211, 2006.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista: a afirmação da vila regular. *In*: TEIXEIRA, Manuel C. **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. p. 203-240.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Uma memória apagada: Abrantes/Bahia. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 8. Niterói. 2004. CDRom.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Vilas pombalinas. Seminário Landi e o século XVIII na Amazônia. **Anais**, Belém/PA, 2003a. Disponível em <http://www.landi.inf.br/anais/vilas%20pombalinas.doc>.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. As relações entre o Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. **Revista Jurídica UNIFACS**, Salvador, 2003b. Disponível em http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_fevereiro2003/principal.htm.

- FLEXOR, Maria Helena Ochi. O diretório dos índios do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. **Revista Politéia UESB**, Vitória da Conquista, p. 168-183, 2002a.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. Reunião SBPH. XXI, **Anais**, Curitiba, p. 215-223, 2002b.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. As relações entre o Diretório dos Índios do Grão Pará e Maranhão e o Direito Indiano: sua ausência na historiografia brasileira. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, VII, **Anais**, Salvador, 2002c, CDRom.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Bahia: criação de rede urbana no século XVIII. Congresso de História da Bahia, IV. **Anais**, Salvador, v. 2, p. 567-584, 2001a.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII. Filologia e linguística Portuguesa, São Paulo, v. 4, p. 97-157, 2001b.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Criação da rede urbana na Capitania da Bahia: século XVIII. Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822. **Actas**, Lisboa, 2001c, p. 533-553.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A Praça Municipal da cidade do Salvador. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, p. 103-120, 2001c.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII. In: FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA. São Paulo: **Humanitas** FFCL-USP, 2001d, p. 97-157.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A criação de vilas e o povoamento do Brasil no século XVIII. Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, IV. **Anais**, Salvador, v. 2, p. 559-571, 2000a.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A ociosidade, a vadiagem e a preguiça: um conceito de trabalho no século XVIII. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Bahia, v. 95, p. 73-89, 2000b.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. As vilas pombalinas no século XVIII, estratégias de povoamento. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, V. **Anais SHCU**, 1998a. CDRom.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A ociosidade, a vadiagem e a preguiça no século XVIII. Reunião da SBPH, XVI. **Anais**, São Paulo, p. 157-164, 1998b.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos criados por Pombal no Brasil do século XVIII. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, IV. **Anais SHCU**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 109-11, 1996a.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Cidade e vilas pombalinas no Brasil do século XVIII. Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, XV. **Anais SBPH**, São Paulo, p. 109-115. 1996b.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos planejados do século XVIII. In: FABRIS, Annateresa; BATISTA, Marta Rossetti. Congresso Brasileiro de História da Arte, V, **Anais**, São Paulo: Comitê Brasileiro de História da Arte; FAPESP; ECA-USP, 1995a, p. 75-82.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995b, p. 79-88.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. As vilas planejadas do século XVIII. **Rua**, Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, n. 0, p. 98-114, 1988.
- SOLORZANO PEREYRA, Juan. **Política indiana**. Madrid: Biblioteca Castro. 1996. 3t.

USO DA TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM ACERVOS

Lívia Borges Souza Magalhães

INTRODUÇÃO

Um simples exercício de observar a sociedade atual destaca o quanto o uso da tecnologia computacional cresceu largamente. Segundo dados divulgado pela agência *We are social*, em parceria com a plataforma de gerenciamento de mídia social *Hootsuite*, em 2019, 57% da população mundial usa a internet, ou seja, mais da metade das pessoas do mundo relaciona-se de alguma forma com os computadores.

O resultado direto dessa realidade social é a construção de uma nova articulação cultural, definida por Lemos (2004 *apud* LEMOS; LEVY 2010, p. 21-22)

[...] o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma social cultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer; novas formas de sociabilidade e de comunicação social.

É nesse mundo computadorizado e conectado que se impõem as condições de se fazer pesquisa no XXI, pois os trabalhos são acompanhados quase em tempo real, visto que há a mediação das tecnologias de conexão contínua, isto é, uma rede móvel de pessoas e tecnologias nômades que operam em espaços não contíguos – os chamados espaços híbridos – formados pela junção de espaços diferentes e desconectados (SANTAELLA, 2004).

Essas operações acontecem em duas frentes de ação: pela tomada da tecnologia para alavancar o conhecimento sobre o mundo; e pela adesão a um cenário de informatização generalizada (DWYER, 2004). No campo das Ciências Humanas, percebe-se uma inclinação para a primeira tendência, fazendo com que haja uma consideração de que “[...] as humanidades ainda estão na Idade Média” (LEVY, 2019), pois, os fazeres tecnológicos das humanidades ainda estão permeados por encaminhamentos primários.

Alguns fatores podem ser elencados para teorizar os motivos que levam à escolha dos cientistas da área das humanas como, por exemplo, o tradicionalismo da área, que renega as mudanças da sociedade em prol da preservação de um fazer científico pautado, muitas vezes, em teorias do século XIX, quando a filiação a um método era um critério extremamente relevante para a constituição científica, negando qualquer possibilidade de produzir uma anarquia da ciência, como prega Feyerabend (2011); ou até a maioria feminina nas ciências humanas, em paralelo ao pouco espaço ocupado pelas mulheres nas ciências exatas e tecnológicas, que, ainda hoje, são permeadas por estereótipos de gênero¹.

¹ Para ler mais sobre o tema, recomenda-se a pesquisa *Gender in the Global Research Landscape*, publicada em 2017, pela empresa Elsevier. Disponível no link: https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf

Esse panorama de, por assim dizer, atraso, faz com que as Ciências Humanas não avancem para um cenário de evolução – termo aqui usado estabelecendo uma relação direta com a *Teoria da Evolução* de Darwin – o que torna tais ciências passíveis de sofrerem o processo de seleção natural, caracterizado pelo questionamento da utilidade de tais estudos e, inclusive, a redução de investimentos financeiros de pesquisas na área, como aconteceu, em países como o Brasil e o Japão.

Pesquisadores das Ciências Humanas, cientes da urgência de uma ação frente à situação da área, redigiram, em 2012, um manifesto, gênero textual que se caracteriza por ser dissertativo e persuasivo, estabelecendo uma filiação das humanidades com as tecnologias computacionais que emergem na sociedade, firmando, assim, “[...] uma transdisciplina, portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências humanas e sociais.” (DACOS, 2011). Apesar de ser um passo de fundamental importância, é evidente que não foi a publicação do manifesto que revolucionou o quadro dos estudos de humanidades imediatamente. O processo é (e ainda será por um bom tempo) paulatino, mas, começa a ser observado em diversos âmbitos.

Levy (1999), ao definir o ciberespaço², indicava que ele seria o “[...] principal canal de comunicação e suporte da memória da humanidade a partir do início do próximo século”. Indubitavelmente, os acervos, definidos por Faria e Pericão (2008) como o “conjunto de bens culturais que foram acumulados ao longo dos anos por herança ou tradição”, precisam fazer parte dessa nova constituição humana, visto que, um uso, *com propriedade*, deste ciberespaço proporcionará benefícios deveras importantes, caracterizados pela preservação digital, na qual há um processo de digitalização que culmina em uma significativa disponibilização de acesso, atingindo, inclusive, públicos que, anteriormente, até mesmo por questões geográficas ou de políticas de preservação, não chegariam a ele.

Como dito anteriormente, o processo de construção de um acervo digital inicia-se com a digitalização do material que compõe o acervo. Entretanto,

Ao iniciar o desenvolvimento e planejamento do processo de digitalização, é importantíssimo que você conheça o seu público alvo. Esta informação influenciará muitas de suas decisões tais como: os itens que serão digitalizados, a tecnologia que será utilizada, os mecanismos para acesso e a forma de apresentação do material para os usuários (NASCIMENTO et al. 2006, p. 13 *apud* GREENHALGH, 2011, p. 3)

O projeto *Giza 3d*, elaborado pela Universidade de Harvard e disponibilizado no site <http://giza.fas.harvard.edu/>, figura como umas referências nos trabalhos em Humanidades Digitais, construído através de uma parceria da instituição com a *National Endowment for the Humanities* – uma agência de fomento federal criada em 1965 para estimular pesquisas na área das Humanidades nos Estados Unidos da América –, é um bom exemplo de como a digitalização deve ser pensada para o público. Tal projeto:

[...] began in 2000 at the Museum of Fine Arts, Boston, with the goal of digitizing all of the archaeological documentation from the Museum of Fine Arts, Boston – Harvard University expedition to Giza, Egypt (circa. 1904-1947) and making that information

² Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. (LEVY, 1999, p. 92)

freely available online for anyone to use. Since moving to Harvard in 2011, the Project has expanded its scope, partnering with other institutions around the world that excavated at Giza, to bring together as much data as possible about this complex site. The process of integrating and standardizing all of these records is ongoing.

In addition, the Project has utilized this vast quantity of information to begin building a 3D virtual reconstruction of the Giza Plateau as it may have looked when first built, providing new ways to sightsee, explore, and learn about the pyramids and their surrounding cemeteries. To date, we have modeled approximately 20 tombs and monuments in detail, with many hundreds more still to be done.³ (GIZA ..., 2017)

Fig. 1- Imagem em 3D do planalto de Gizé



Fonte: GIZA... (2017)

Como dito, o projeto caracteriza-se pela construção de um acervo digital, reunindo trabalhos das instituições que escavavam no planalto de Gizé, o que auxilia significativamente o processo de construção de pesquisas sobre o tema; e, em paralelo, a construção de modelos tridimensionais, apresentando mais informações do que as fotografias da região e permitindo aos usuários que vivenciem a experiência de andar pelo que fora o planalto em tempos remotos para que, dessa forma, assumam também o papel de escavadores, podendo, inclusive, construir um perfil com os registros fotográficos dos seus achados, uma maneira de romper com a barreira geográfica, visto que não é necessário viajar para a região para conhecer a necrópole egípcia e o acervo que pertence a ela ou se originou de estudos feitos sobre ela.

³ Tradução nossa: [...] começou em 2000 no Museu de Belas Artes de Boston, com o objetivo de digitalizar toda a documentação arqueológica do Museu de Belas Artes, expedição da Universidade de Boston – Harvard a Giza, Egito (ca. 1904-1947) e disponibilizar essas informações gratuitamente on-line para qualquer pessoa usar. Desde que se mudou para Harvard, em 2011, o Projeto expandiu seu escopo, em parceria com outras instituições do mundo que atuaram em escavações em Gizé, para reunir o máximo de dados possível sobre esse complexo site. O processo de integração e padronização de todos esses registros está em andamento. Além disso, o Projeto utilizou essa vasta quantidade de informações para começar a produzir uma reconstrução virtual em 3D do planalto de Gizé, como poderia parecer quando foi construída, fornecendo novas maneiras de explorar e aprender sobre as pirâmides e seus cemitérios vizinhos. Até o momento, modelamos aproximadamente 20 túmulos e monumentos em detalhes, com muitas centenas ainda a serem feitas.

USO DAS TECNOLOGIAS NOS ACERVOS DOCUMENTAIS

Para ponderar o trabalho de uso da tecnologia para lidar com acervos documentais, toma-se como exemplo o *site* construído pela equipa do *Projeto Littera* para divulgação das cantigas dos cancioneiros medievais galego-português, disponibilizadas por meio do endereço eletrônico <http://cantigas.fcsh.unl.pt/>. Os criadores do projeto indicam que ele foi produzido tanto para pesquisadores do tema como para o público em geral, sendo que, essa abertura para o público em geral é, indubitavelmente, a responsável pela escolha de algumas características do *site*, fazendo um uso sensato da *empatia digital*, do colocar-se no lugar do outro, mesmo sem saber quem ele é.

Fig. 2- Home do site de Cantigas Medievais Galego-portuguesas



Fonte: LOPES; FERREIRA et al. (2011)

O *layout* é básico, com cores neutras e fonte de uso comum. Não há, na *home* ou nas páginas secundárias, qualquer imagem de fac-símile das cantigas, um material que seria de difícil leitura e poderia afastar o interesse daqueles que não são leitores especializados em tal material. Existe, apenas um pequeno recorte de uma das iluminuras de uma cantiga em que aparece a prática da trova, sendo usado como ilustração para todo o *site*.

Fig. 3- Ilustração presente na Home do site das cantigas Galego-portuguesas



Fonte: LOPES; FERREIRA et al. (2011)

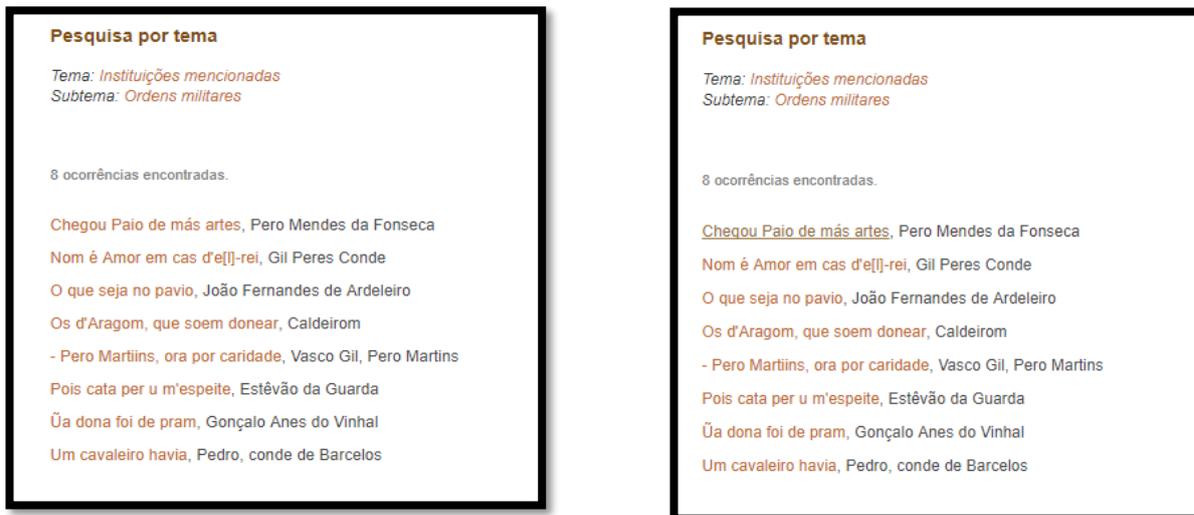
As opções de pesquisa são, também, facilitadas, visto que se pode pesquisar por palavras, através das quais o indexador levante todas as cantigas que apresentam o termo escolhido; ou por meio dos filtros, que terminam funcionando como direcionadores para os dados indexados no banco.

Fig. 4- Detalhe do funcionamento do banco de dados do site das cantigas Galego-portuguesas

Fonte: LOPES; FERREIRA et al. (2011)

Feita a pesquisa, o leitor é direcionado para a página em que são listadas todas as cantigas que apresentam o dado digitado. Nessa página, é interessante destacar a indicação dos *links* com marcações usando as mesmas cores escolhidas para o *site*, o que preserva uma imagem de simplicidade e a manutenção das características de *layout* da *home*, assegurando a percepção de que, apesar da mudança na página, ainda se está navegando no mesmo *site*. Ademais, sobre os *links*, vale destacar que eles só são mostrados mediante a passagem do *mouse*, utilizando recursos de *Javascript*.

Fig. 5- Detalhe do funcionamento do banco de dados do site das cantigas Galego-portuguesas



Fonte: LOPES; FERREIRA et al. (2011)

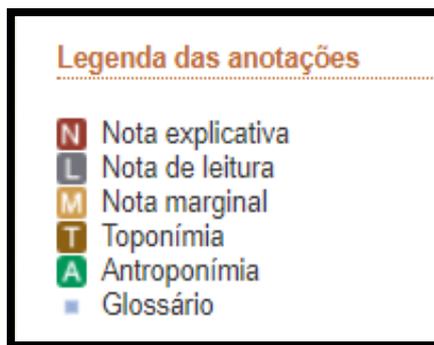
Com a escolha da cantiga desejada, na mesma aba de navegação, há o direcionamento para a página em que figura a cantiga. Esta página também preserva as características da *home*. A cantiga é apresentada sem nenhuma marcação, mas com *links* laterais que servem para inclusão de anotações, explicadas por meio de uma legenda disposta na lateral esquerda da tela. Destaca-se que essa legenda utiliza recurso de cor e denominação para estabelecer as distinções entre os elementos apresentados no texto, entretanto, para o glossário, elemento mais produtivo no texto, optou-se pela inclusão de apenas um quadrado de cor azul em tom claro, o que pode denotar uma preocupação com a limpeza estética da página.

Fig. 6- Detalhe do funcionamento do banco de dados do site das cantigas Galego-portuguesas



Fonte: LOPES; FERREIRA et al. (2011)

Fig. 7- Detalhe do funcionamento do banco de dados do site das cantigas Galego-portuguesas



Fonte: LOPES; FERREIRA et al. (2011)

Os *links* colocados na página são abertos em pequenas abas utilizando recursos de *Java*, por meio da inclusão de dois atributos de *tag html: onmouseover / onmouseout*, responsáveis por incluir um destaque no texto, ocasionando a percepção do leitor sobre o dado a que a nota se refere; e *onclick*, responsável por abrir o *link*, indicando a informação necessária.

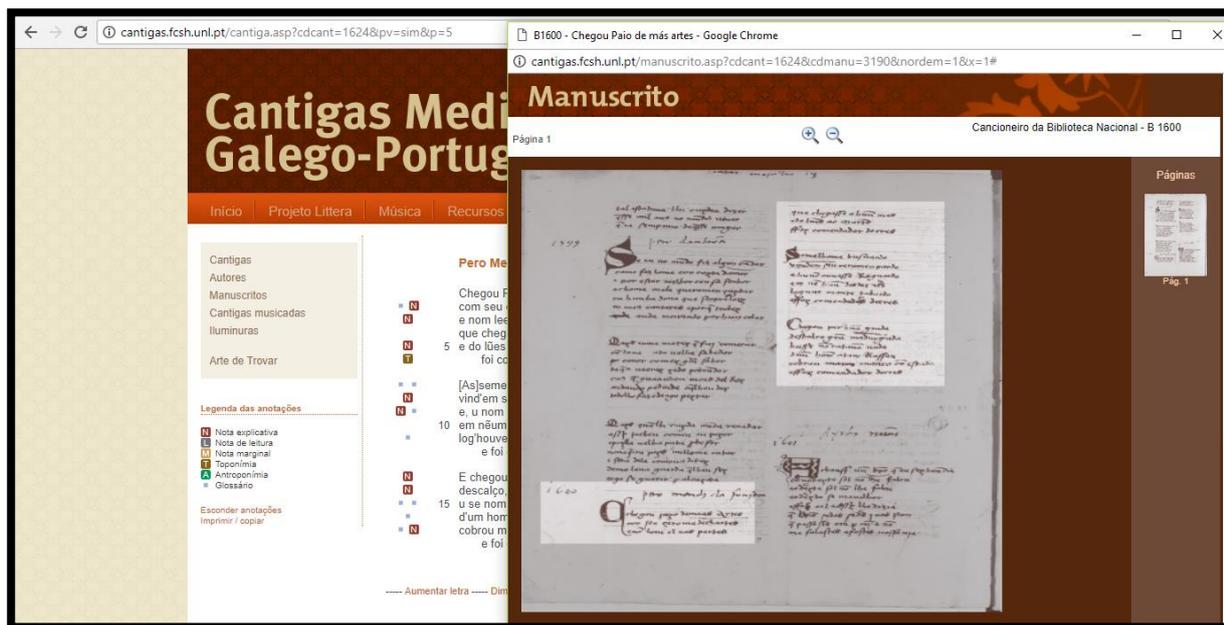
Fig. 8- Detalhe do funcionamento do banco de dados do site das cantigas Galego-portuguesas



Fonte: LOPES; FERREIRA et al. (2011)

O link para o fac-símile do manuscrito apresentado na página, se selecionado, será aberto em outra página, utilizando imagens de alta resolução e com recurso de *zoom*, essencial para a leitura de manuscritos em telas.

Fig. 9- Detalhe do funcionamento do banco de dados do site das cantigas Galego-portuguesas



Fonte: LOPES; FERREIRA et al. (2011)

Todas as escolhas dessa edição, das imagens à maneira de pesquisar os dados, ou o modo de abrir os *links* e as marcações presentes no texto são provenientes de uma prática denominada *designer de interação*, cujo foco da produção de um trabalho está sempre voltado para o usuário (OLIVEIRA, 2017), tal qual uma das etapas críticas do fazer Filologia: pensar na edição mais adequada para o seu público leitor, observando desde a escolha das fontes usadas para edição dos textos, até o nível de alteração produzido no texto, se deve ser feita uma edição mais conservadora ou mais interpretativa.

Frente aos dois exemplos citados de uso de tecnologia computacional para o desenvolvimento de pesquisas em acervos, destaca-se um ponto que não pode ser esquecido em tal trabalho: a necessidade de desenvolvimento de curadoria digital. Sierba, Borba e Miranda (2016) definem a curadoria digital como a evolução da *preservação digital*, ou seja, um avanço no cenário das políticas, ações e estratégias adotadas para garantir que, independente das alterações do cenário computacional, como se nota, por exemplo, na proposta de refrescamento de mídia, na qual, em face à percepção da extinção de uma mídia, como aconteceu com os disquetes, o curador atualiza o material para que ele siga funcionando.

Destaca-se que as autoras pontuam também que o conceito de curadoria digital ainda carrega em si a noção de *arquivamento digital*. Para elas, curadoria digital é:

[...] a ampliação do foco que estava apenas na preservação digital. Pois, antes havia a necessidade de tomar medidas imediatas para salvaguardar materiais digitais ameaçados, porém, agora, existe a percepção de que a perpetuação de materiais digitais a longo prazo envolve, também, a observância de práticas de gestão de ativos digitais cuidadosas, difundidas ao longo do ciclo de vida da informação (LAVOIE; DEMPSEY, 2004 *apud* SIERBA; BORBA; MIRANDA, 2016, p. 29).

Dessa forma, a curadoria digital torna-se mais ampla que a preservação digital e envolve as atividades relacionadas à gestão dos dados, desde o planejamento da sua criação, passando por boas práticas na digitalização, seleção de formatos, descrição/documentação dos dados curados, de forma a garantir que os dados estejam

sempre disponíveis e adequados para serem descobertos e reusados agora e no futuro (ABBOTT, 2008 *apud* SIERBA; BORBA; MIRANDA, 2016, p. 29)

A importância da curadoria digital dos acervos pode ser tomada estudando um caso em específico ocorrido no acervo da Biblioteca Nacional: no estudo dos documentos que compõem a coleção *Brasiliana Fotográfica*, Andrea Wanderley – pesquisadora da biblioteca –, identificou a presença de Machado de Assis em uma fotografia da Missa Campal de Ação de Graças pela Abolição da Escravatura, realizada no dia 17 de maio de 1888, no Campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, um achado que reforça a desconstrução do discurso de que o escritor era apático às questões raciais vigentes no Brasil Colônia.

Fig. 10- Recorte da fotografia da Missa Campal de Ação de Graças pela Abolição da Escravatura com destaque para o rosto de Machado de Assis



Fonte: WANDERLEY, ([201-])

O achado da Andrea Wanderley foi fruto de um processo de não apenas conter o dado digital, mas de analisá-lo para descrevê-lo e, assim, possibilitar que terceiros possam fazer suas análises e descobertas, valendo destacar que o próprio site da *Brasiliana* faz uso da tecnologia para constituição de estudo do dado do acervo, pois convida o usuário do site a fazer uma leitura da imagem e contribuir indicando se consegue reconhecer alguma das pessoas presentes na imagem.

A *Brasiliana Fotográfica* convida os leitores a participar do desafio de identificar outras personalidades presentes na foto da solenidade. Abaixo, destacamos na foto e em sua silhueta o grupo em torno da princesa Isabel (1) e do conde D’Eu (2). Machado de Assis é o número 5. Possivelmente o número 7 é José do Patrocínio, atrás de um estandarte e segurando a mão de seu filho, então com três anos. Quem serão os outros? (WANDERLEY, [201-])

Essa troca de informações feita através do uso da internet é uma outra contribuição da tecnologia para o estudo dos acervos, visto que, disponibilizar o dado na rede faz com que ele possa ser visualizado

e analisado por pesquisadores do mundo inteiro ou, até mesmo, que o próprio pesquisador faça o seu exercício de busca da informação para entender melhor o material com o qual está trabalhando.

O filólogo que atua no século XXI, por vezes, faz uso dessa ferramenta de troca de informações para a execução da sua ciência de pesquisa. Tendo em vista que, em sentido estrito a filologia pode ser entendida como “[...] a ciência do significado dos textos; e em sentido mais amplo, como a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura com base em sua língua ou em sua literatura.” (BASSETO, 2006). Para exemplificar esse exercício, citam-se as práticas do grupo de pesquisa *Memória em Papel*, liderado pela professora doutora Alícia Duhá Lose, cujos pesquisadores, desde de 2004, vem apresentando propostas de edições digitais oriundas das pesquisas de documentos manuscritos pertencentes a acervos baianos.

O mais recente trabalho de pesquisadores do grupo *Memória em Papel* foi o desenvolvimento do site www.papeisquenarram.com.br, elaborado como parte da tese de doutoramento de Lívia Borges Souza Magalhães. O site foi hospedado no servidor *Kinghost*. Essa escolha por um servidor pago é uma tentativa de assegurar a preservação das informações, visto que, por se tratar de uma empresa, o pagamento das taxas de uso do serviço asseguram cuidados de acordo com a relação fornecedor-consumidor exigidas pelo mercado. O domínio escolhido foi *papeisquenarram* para destacar que os dados apresentados no site são provenientes das histórias lavradas nos papéis (documentos) do acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia.

Fig. 11- Home do site papeisquenarram.com.br



Fonte: MAGALHÃES, 2018.

O site apresenta edições digitais interligadas do *Livro de Crônicas do Mosteiro de São Bento da Bahia*, da *Coleção de Livros do Tombo*, do *Diretório Monástico*, do *Livro de Aforamentos do Mosteiro de São Bento da Bahia* e das *Cartas de Profissão Monásticas*. Cada um desses documentos são as páginas introdutórias para a edição digital, posto que se optou pela inclusão de uma breve explicação sobre o que é o documento e de dois

links: o primeiro direcionando para a descrição das materialidades do manuscrito selecionado e o outro para a edição digital propriamente dita.

Fig. 12- Página *Livro de Crônicas* do site papeisquenarram.com.br

Fonte: MAGALHÃES, 2018.

Fig. 13- Página da edição digital do *Livro de Crônicas* do site papeisquenarram.com.br

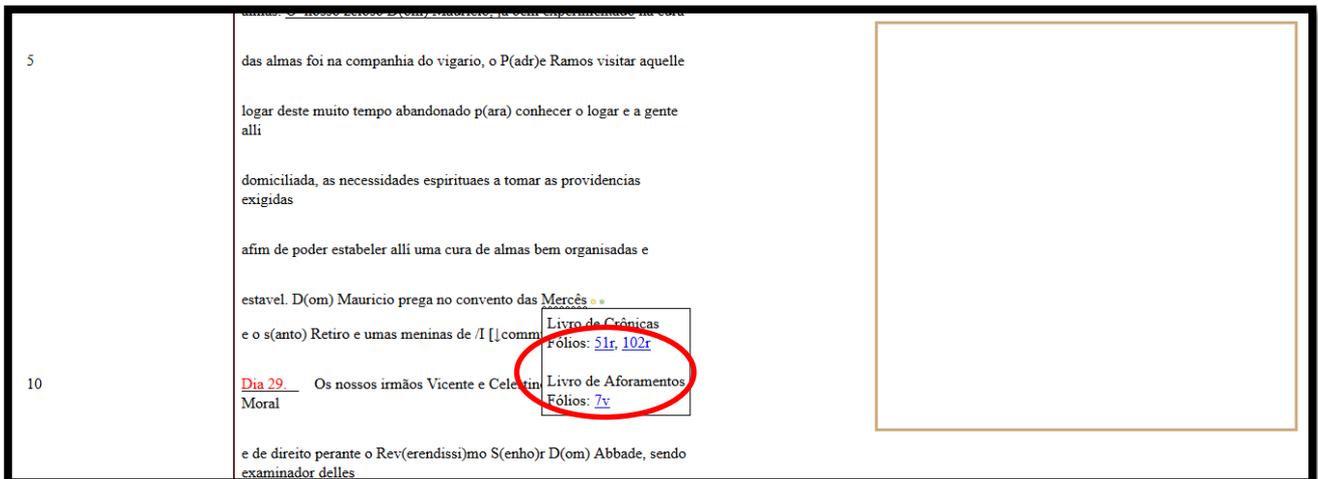
Fonte: MAGALHÃES, 2018.

Por meio do site <https://jquery.com/>, fez-se o *download* da biblioteca de *JavaScript*, denominada *jQuery*. Tal biblioteca foi criada por John Resig, em 2006 e é “[...] a fast, small, and feature-rich JavaScript

library. It makes things like HTML document traversal and manipulation, event handling, animation, and Ajax much simpler with an easy-to-use API that works across a multitude of browsers” (JQUERY, 2018)⁴. Em outras palavras, é esse recurso que permite os movimentos presentes no *site*.

Criaram-se, então, mais dois arquivos que foram linkados à tabela em *html*: o arquivo *menu* e o *css*. O primeiro apresenta uma espécie de automação para formação dos *links* do texto. Ela funciona mediante a inclusão do dado em estudo que, no caso do trabalho em questão, foram os topônimos e os antropônimos presentes nos documentos, elementos essenciais para a construção de uma história. Seguida dessa informação, inseriu-se a indicação dos documentos a serem linkados em cada variante e a sinalização do fôlio que deve transformar-se em hiperlink. Tal automação fez com que o *html* “varresse” o documento com o manuscrito editado inteiro e, cada vez que encontrasse um topônimo ou antropônimo, fizesse a inclusão de uma marca no texto que funciona como informativo ao leitor de que ali existe um *link*. Ao passar o cursor do *mouse* sobre tal marca, o leitor tem acesso a um *menu* em que ele pode constatar os fôlios dos demais documentos em que existe a mesma informação.

Fig. 14- Exemplo do *menu* construído pela automação



Fonte: MAGALHÃES, 2018.

Os topônimos e antropônimos selecionados são seguidos de duas pequenas bolinhas, uma verde e uma bege (cf. Fig. 15). A bolinha bege aciona um *link* oculto da mesma página, em que aparece uma imagem no quadro bege localizado na margem direita da página. Já a verde apresenta um *link* direcionando o leitor para uma página externa à edição que apresenta alguma informação extra sobre o termo. O termo exemplificado, Mercês, apresenta a bolinha bege expondo uma foto atual do convento e a bolinha verde funcionando como um encaminhamento para página <http://www.salvador-antiga.com/merces/antigas.htm>, onde o leitor poderá encontrar a história do convento das Mercês, fotos antigas do mesmo e outros *links* com informações sobre a localidade.

⁴ Tradução nossa: O jQuery é uma biblioteca JavaScript rápida, pequena e rica em recursos. Ele torna as coisas como passagem e manipulação de documentos HTML, manipulação de eventos, animação e Ajax muito mais simples, com uma API fácil de usar que funciona em vários navegadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o filólogo, o historiador, o bibliotecário, o arquivista, o pesquisador autônomo ou o leitor curioso, encontrar elementos de acervo disponibilizados a um movimento do *mouse* ou um clique em uma tecla é, inquestionavelmente, um processo de facilitação do acesso à informação humana, visto que, a *Web* trouxe mudanças que perpassam desde a economia financeira, com custo como o telefone ou deslocamento para acessar o arquivo; até a agilidade na recepção de um dado de pesquisa, possibilitando, inclusive troca de conhecimento.

Negar a dinamização dos acervos nos espaços digitais é relegá-los a um estereótipo de que *acervo* é sinônimo de coisa velha para ser admirada de longe. É hora de usar a tecnologia para produzir/reproduzir acervos e, assim, como aponta Jenkins (2008) construir uma *cultura participativa*, na qual se possa receber, emitir, criar e difundir, fazendo com que os bens acumulados por herança ou tradição ganhem uma significação atuante na dinâmica do século XXI.

REFERÊNCIAS

- DACOS, Marin. **Manifesto das Humanidades Digitais**. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- DWYER, Tom. As tecnologias de informação: morte ou vida para as ciências humanas?. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 12, p. 328-346, Dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jan. 2020.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GIZA 3d. Disponível em: <http://giza.fas.harvard.edu/>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- GREENHALGH, Raphael Diego. Digitalização de obras raras: algumas considerações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 159-167, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/10.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- JQUERY: write less, do more. Disponível em: <https://jquery.com/>. Acesso em: 02 jan. 2018.
- LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Edições 34, 1999.
- LÉVY, Pierre. Tecnologia pode tirar ciências humanas da Idade Média. [Entrevista concedida a] Raphael Hernandez. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/tecnologia-pode-tirar-ciencias-humanas-da-idade-media-diz-pierre-levy.shtml>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al (2011). **Cantigas Medievais Galego-Portuguesas**. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 10 out. 2017.
- MAGALHÃES, Lívia Borges Souza . **Papéis que narram**. Disponível em: <http://www.papeisquenarram.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- OLIVEIRA, Jackson Costa. **Autoria no design de interfaces de redes colaborativas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da inteligência e design digital) – Pontifícia Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Valdeane da Rocha; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. Curadoria Digital: um termo interdisciplinar. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 27., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador, BA: UFBA, 2016

WANDERLEY, Andrea. **Missã campal de 17 de maio de 1988**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=528>. Acesso em: 02 jul. 2019

WE are social. **Digital in 2019**. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SOBRE OS AUTORES

Alicia Duhá Lose: Professora Associada II do Instituto de Letras da UFBA. Licenciada em Letras Vernáculas pela PUCRS, Mestre e Doutora em Letras e Linguística pelo PPGLL da UFBA, com Pós-Doutoramento em Letras (Filologia) pela UFBA; em História (Paleografia e Diplomática) pela Univ. de Coimbra e em História (Relações Internacionais) pela UnB. Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA e em Estudos Linguísticos da UEFS. É líder do Grupo de Pesquisa Memória em Papel (CNPq-UFBA) e membro dos Grupos Crítica Textual da Biblioteca Nacional (CNPq-BN) e METAMORPHOSE – Materialidade e interpretação de manuscritos e impressos da Época Moderna (CNPq-UnB). Membro da Equipa POMBALIA (Universidade de Lisboa). Desenvolve pesquisas em acervos especiais desde 1996.

Fabiano Cataldo de Azevedo: Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Doutor em História (UERJ), Mestre em Memória Social (UNIRIO) e Bacharel em (UNIRIO). Integrou o comitê executivo do Rare Books and Special Collection Section da IFLA (2014-2019); foi Membro do Cultural Heritage Programme Advisory Committee (2016-2019). Participa como convidado do Consortium of European Research Libraries (CERL) na qualidade de consultor para América do Sul no âmbito do projeto. Coordena do Grupo de Pesquisa “Estudos sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental” (UNIRIO). É professor do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST). Com o trabalho “Editar livros, sonho de livreiro: os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970)”, defendida em junho de 2018 pelo Programa de Pós Graduação em História da UERJ produziu a primeira tese sobre a trajetória da Zahar Editores. No mesmo ano foi indicado pelo PPGH/UERJ a concorrer o Prêmio Capes de Teses e Dissertações.

Ivana Bittencourt S. Sanseverino: Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA. Mestre em Ciência da Informação pelo mesmo Programa e Graduada em Arquivologia na mesma instituição. Também graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEINFO - Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento e da Associação de Pesquisadores em Crítica Genética - APCG. Bolsista Fapesb.

Libânia da Silva Santos: Mestranda em Língua e Cultura na Universidade Federal da Bahia. Licenciada e Bacharela em História com Concentração em Patrimônio Cultural pela UCSal. Atuou por 09 anos no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), onde chefiou os Setores de Arquivos Privados, Legislativo e Alfandegário e coordenou a Seção de Arquivos Colonial/Provincial. Atua em leitura e transcrição de manuscritos dos séculos XVI-XX e na gestão, edição e pesquisa de documentos históricos. É Professora de História na Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Livia Borges Souza Magalhães: Doutora em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Licenciada e bacharel em em Letras Vernáculas. É líder do Grupo de Pesquisa Memória em Papel (CNPq-UFBA) e desenvolve pesquisas sobre acervos do século XVI ao XX, analisando o uso de recursos tecnológicos no labor filológico/paleográfico e na edições de textos manuscritos.

Mabel Meira Mota: Arquivista pela UFBA. Mestre e Doutora em Literatura e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação Literatura e Cultura pela UFBA. É mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na mesma instituição. Desenvolve pesquisa sobre arquivos pessoais, tendo participado da organização dos acervos pessoais do dramaturgo Ariovaldo Matos; do antropólogo Thales de Azevedo; e do escritor Ildásio Tavares. A pesquisadora integra o Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC), que desenvolve pesquisas sobre regulação de

infraestruturas, tecnologias, produtos e serviços de informação e comunicações, no Instituto de Ciência da Informação da UFBA. É membro do grupo de pesquisa Nova Studia Philologica, atuando na Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC), no Instituto de Letras da UFBA.

Maria Alice Ribeiro: Bacharela em Biblioteconomia e Documentação (UFBA) Especialista em Arquivologia (UFBA). Coordenadora do Lugares de Memória do SIBI/UFBA desde 2015. Foi coordenadora da Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Omar Catunda- UFBA; do Núcleo Científico do SIBI/UFBA; da Malha de Inovação do SIBI/UFBA; da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa - BC/UFBA; do Portal da Inovação da Rede Nordeste do Núcleo de Inovação e Tecnologia - NIT/UFBA; da Biblioteca Digital da UFBA. Foi Chefe da Biblioteca Setorial do Instituto de Química da UFBA. Ministra aulas e palestras sobre busca e recuperação da informação científica eletrônica e normalização do trabalho técnico-científico. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Processos de Disseminação da Informação e Arquivística, atuando principalmente nos seguintes temas: tratamento documental, acesso e pesquisa em coleções especiais; identificação, caracterização e formação de coleções especiais, preservação, proteção e segurança de coleções especiais; inovação, patentes, propriedade intelectual e tecnológica; serviços de referência, bibliotecas digitais, repositórios; gestão do conhecimento, organização de arquivos e preservação digital.

Maria Helena Ochi Flexor: Professora emérita da UFBA. Graduada em História pela USP e Doutora em História Social pela USP. Professora aposentada de História da Arte, na Faculdade de Arquitetura e na Escola de Belas Artes da UFBA. Foi professora do Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e em História da UFBA. Foi professora da UNIFACS, UNIME, UESB, UEFS. Recebeu o Prêmio de Pesquisa Histórica Clarival do Prado Valadares da Fundação Odebrecht para o livro *Igreja e Convento de São Francisco da Bahia* (Prêmio Jabuti/2010). Premiada pela publicação do livro *Conjunto do Carmo de Cachoeira*, do IPHAN, pelo Associação Brasileira de Crítica de Arte. Foi homenageada pelo Comitê Brasileiro de História da Arte pelo conjunto da obra em História da Arte. Recebeu o título de Cidadã Soteropolitana, concedido pela Câmara de Vereadores de Salvador e de Cidadã Baiana, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. É especialista em História da Arte, História Urbana, História da Bahia e Paleografia.

Risonete Batista de Souza: Professora Associada IV de Filologia Românica do Instituto de Letras da UFBA. Graduada em Letras Habilitação Português/Inglês pela UNEB. Mestre em Letras e Linguística pela UFBA e Doutora em Letras (Literatura Portuguesa) pela USP. Atua no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, na linha de pesquisa Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita, orientando nas áreas de edição e estudo de textos manuscritos, poesia e prosa medieval e estudos do léxico. É membro do Grupo de Pesquisa Nova Studia Philologica.

Thiago Sarmiento Correio: Licenciado e Bacharel em História pela UFBA, Especialista em História da Bahia pela Faculdade São Bento da Bahia. Licenciando em Geografia pela UFBA. Assistente em Administração na UFBA, lotado em Lugares de Memória SIBI/UFBA.

Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni: Pesquisadora do Memória & Arte, Centro de Estudos de Acervos. Mestre e Doutora em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFBA. Licenciada em Letras pela UCSal. Pós-doutoramento em Letras pela UFMG e em Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita, pela UFBA. Membro dos Grupos de Pesquisa Memória em Papel e Nova Studia Philologica (UFBA-CNPq). Dedicar-se à pesquisa, conservação e preservação de acervos em suporte papel há mais de duas décadas.

REALIZAÇÃO



APOIO



ISBN: 978-85-69960-14-0